

As informações contidas neste Prospecto Preliminar serão objeto de análise por parte da Comissão de Valores Mobiliários, e estão sujeitas a complementação e alterações. O Prospecto Definitivo será colocado à disposição dos investidores, para entrega, nos locais onde serão colocadas as quotas do Fundo junto ao público, durante o período de distribuição. O presente Prospecto Preliminar está sujeito à complementação, correção e emenda.

Minuta do Prospecto Preliminar de Distribuição Pública de Quotas Seniores de Emissão do
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - SUPERVIA

CNPJ/MF nº10.201.682/0001-54

Código ISIN das Quotas Seniores nº BRFSPVCTF003

Classificação de Risco Preliminar das Quotas Seniores: brAaf (Standard & Poor's Rating Services)

Cedente



O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - SuperVia ("Fundo") está ofertando [●] ([●]) quotas seniores, com valor unitário de emissão de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) da primeira emissão ("Quotas Seniores" e "Valor Unitário de Emissão", respectivamente), perfazendo o montante total de:

R\$ [●]

O objetivo do Fundo é proporcionar rendimento de longo prazo aos seus quotistas, através da aquisição de direitos de creditórios oriundos da prestação de serviços de transporte ferroviário de pessoas no Estado do Rio de Janeiro ("Direitos Creditórios"), detidos pela SuperVia – Concessionária de Transporte Ferroviário S.A., sociedade por ações com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua da América, nº 210 - parte, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.735.385/0001-60 ("SuperVia" ou "Cedente") e/ou na aquisição de ativos financeiros. Para maiores esclarecimentos e informações sobre a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, vide Seção "Os Direitos Creditórios" deste Prospecto.

As Quotas Seniores serão objeto de distribuição pública, sob o regime de garantia firme de subscrição e colocação, exclusivamente no mercado brasileiro, no mercado de balcão não organizado ("Oferta"), que foi deliberado, em 22 de julho de 2008, pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários devidamente autorizada a administrar fundos de investimento pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, Grupo 205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, na qualidade de instituição Administrador do Fundo ("Administrador"). A Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. também realizará a gestão da carteira de investimentos do Fundo ("Gestora" e "Carteira", respectivamente).

O Banco Standard de Investimentos S.A. ("Coordenador Líder") e o Banco Prosper S.A. (em conjunto com o Coordenador Líder, "Coordenadores") foram as instituições contratadas pelo Administrador para realizar a Oferta.

O Fundo foi constituído em 22 de julho de 2008 e seu regulamento foi registrado no 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Capital do Estado do Rio de Janeiro, em 22 de julho de 2008, sob o nº 856510, conforme alterado e consolidado em 30 de julho de 2008, sob o nº 857112 e em 08 de agosto de 2008, sob o nº 859564. ("Regulamento"). A Oferta foi registrada na CVM em [●] de [●] de 2009, nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada ("Instrução CVM nº 356/01") e da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.

A quantidade de Quotas Seniores inicialmente ofertada poderá ser acrescida, nos termos dos artigos 24 e 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução CVM nº 400/03"), em até 35% (trinta e cinco por cento), ou seja, em até 52 (cinquenta e duas) Quotas Seniores, nas mesmas condições e preço das Quotas Seniores inicialmente ofertadas, destinadas a atender excesso de demanda que eventualmente seja constatado pelos Coordenadores no decorrer da Oferta, ("Quotas Seniores Suplementares" e "Quotas Seniores Adicionais", respectivamente).

Adicionalmente às Quotas Seniores, serão emitidas pelo Fundo, a qualquer tempo durante o prazo de duração, quotas subordinadas, com preço de emissão de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) cada uma ("Quotas Subordinadas", sendo as Quotas Subordinadas e as Quotas Seniores referidas em conjunto como "Quotas" e "Primeira Emissão", respectivamente). Não há valor mínimo de colocação de Quotas no âmbito da Primeira Emissão. As Quotas Subordinadas não serão objeto da Oferta e serão subscritas e integralizadas pela SuperVia, nos termos do "Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - SuperVia", celebrado entre a SuperVia e o Fundo.

Ainda que o Administrador e Gestora mantenham sistema de gerenciamento de riscos da Carteira do Fundo, não há garantia de completa eliminação de possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor. Além disso, qualquer rentabilidade que venha a ser obtida pelo Fundo não representará garantia de rentabilidade futura. O Fundo não conta com garantia do Administrador e Gestora, do custodiante do Fundo ou da Cedente, bem como de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento do Fundo, porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção às cláusulas do Regulamento relativas ao objetivo do Fundo, à sua política de investimento e à composição da Carteira. **Para avaliação dos riscos associados ao Fundo e à Oferta, os investidores devem ler a Seção "Fatores de Risco", nas páginas [●] a [●] deste Prospecto.**

No ato da primeira subscrição de Quotas do Fundo, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) firmará o respectivo Compromisso de Subscrição de Quotas (conforme definido neste Prospecto), e (iii) receberá exemplar do Regulamento e deste Prospecto, declarando, por meio da assinatura de Termo de Adesão, estar ciente (a) das disposições contidas no Regulamento e neste Prospecto, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à composição da Carteira do Fundo e à taxa de administração devida à Administrador e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no Regulamento e na Seção "Fatores de Risco" deste Prospecto.

"O registro da presente distribuição não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, bem como sobre as quotas a serem distribuídas."

O Fundo busca aplicar seus recursos em ativos financeiros com prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, o que pode levar a uma maior oscilação no valor das Quotas do Fundo se comparada à oscilação no valor de quota de fundos de investimento similares cuja carteira é representada por ativos financeiros com prazo médio inferior.

O tratamento tributário aplicável aos quotistas do Fundo depende do período de permanência dos respectivos investimentos no Fundo, bem como da manutenção da Carteira representada por ativos financeiros com prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias. Alterações nessas características podem levar a um aumento do Imposto de Renda incidente sobre a rentabilidade auferida pelos quotistas. Para informações adicionais sobre a tributação aplicável aos quotistas e ao Fundo, vide Seção "As Quotas – Tributação Aplicável aos Quotistas e Tributação Aplicável ao Fundo" deste Prospecto.



"Este Prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código de Auto-Regulação da Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID") para os Fundos de Investimento, bem como às normas emanadas da CVM. A autorização para funcionamento e/ou distribuição pública das Quotas não implica, por parte da CVM ou da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, do Administrador e demais instituições prestadoras de serviços ao Fundo."

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo, a Oferta e este Prospecto poderão ser obtidas junto à Administrador e à CVM. A Cedente não prestará quaisquer informações e/ou esclarecimentos aos investidores sobre o Fundo e/ou a Oferta.

Coordenador Líder



Standard Bank

Coordenadores



BANCO PROSPER

Administrador

OLIVEIRA TRUST

Agente Escriturador e Custodiante

HSBC 

Auditores Independentes

PRICEWATERHOUSECOOPERS 

A data deste Prospecto Preliminar é [•] de fevereiro de 2009.

ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO

• Definições.....	5
• Considerações sobre Estimativas e Declarações acerca do Futuro.....	20
• Apresentação das Informações Financeiras e Outras Informações.....	21
• Participação de Mercado e Outras Informações.....	21
• Arredondamento.....	21

II. O FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS - SUPERVIA

• Características Básicas do Fundo.....	22
• Sumário do Fundo.....	24
• Identificação do Administrador, dos Consultores e Auditores do Fundo.....	27
• Características do Fundo.....	31
• Os Direitos Creditórios.....	39
• A Estrutura da Operação.....	40
• As Quotas.....	41
• Administração, Custódia, Escrituração e Gestão do Fundo.....	58
• Sumário dos Principais Contratos Firmados pelo Fundo.....	70
• Utilização de Recursos.....	72
• Visão Geral do Setor de Transporte Metropolitano do Estado do Rio de Janeiro.....	74

III. A CEDENTE – SUPERVIA CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO S.A.

• Histórico.....	80
• Contrato de Concessão.....	81
• Termos e Condições aplicáveis à Concessão.....	82
• Estrutura de Capital.....	101
• Administração.....	102

• Contratos relevantes	96
• Seguros	100
• Recursos Humanos	101
• Contingências Judiciais	104
• Propriedade intelectual	106
• Responsabilidade Social	108
• Regulamentação Governamental.....	109
• Regulamentação Ambiental.....	110

IV. FATORES DE RISCO

• Riscos Associados ao Investimento no Fundo	113
• Riscos Associados aos Direitos Creditórios.....	117
• Riscos Associados à Relação entre a Cedente e o Estado	119
• Riscos Associados à Cedente e ao Setor em que Atua	119

V. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS DA CEDENTE

• Informações Financeiras Seleccionadas da Cedente.....	122
---	-----

VI. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

• Demonstrações Financeiras da Cedente para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006 e 2007	130
---	-----

VII. ANEXOS

• Instrumento de Constituição do Fundo	131
• Regulamento	132
• Modelo de Suplemento das Quotas Seniores	133
• Súmula da Agência de Classificação de Risco	135

I. INTRODUÇÃO

Definições

No âmbito do presente Prospecto serão consideradas as seguintes definições, salvo se outro significado lhes for expressamente atribuído, adotando-se aqui, por referência, as demais definições constantes na Instrução CVM nº 356/01, conforme abaixo definida, e no Regulamento do Fundo:

Administrador	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Agência de Classificação de Risco	Standard & Poor's Rating Services, agência classificadora de risco com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 18º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.295.585/0001-40, ou sua sucessora, desde que esta seja uma Agência de Classificação de Risco de atuação internacional.
Agente Arrecadador ou HSBC	HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo, na qualidade de agente arrecadador da totalidade da arrecadação dos Direitos Creditórios, inclusive dos Diretos Creditórios cedidos ao Fundo, nos termos do respectivo Contrato de Arrecadação.
AGETRANS	Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Metroviários e Ferroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro, sucessora da Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos - ASEP-RJ.
ANBID	Associação Nacional de Bancos de Investimento.
Assembléia Geral	Assembléia Geral de Quotistas, ordinária ou extraordinária, realizada nos termos do Capítulo Dezenove do Regulamento.
Assessores Legais	Tauil & Chequer Advogados associado a Thompson & Knight L.L.P., representando os Coordenadores; e Barbosa, Müssnich & Aragão Advogados, contratado pela Cedente.
Ativos Financeiros	São os bens, ativos, direitos e investimentos financeiros, distintos dos Direitos Creditórios, que compõem o Patrimônio Líquido.
Bacen	Banco Central do Brasil.
Benchmark	Parâmetro de rentabilidade para cada série de

	Quotas Seniores a ser perseguido pelo Fundo, correspondente à variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (o "IPCA"), apurado mensalmente, desde a primeira Data de Emissão, acrescido de uma taxa de juros anual, na primeira série, de [•]%, apurada em procedimento de <i>bookbuilding</i> conduzido perante os Investidores Qualificados, processo este que consiste na verificação da demanda pelas Quotas e por diferentes níveis de cupom pré-fixado de juros além da variação do IPCA. Dessa forma, o <i>Benchmark</i> corresponderá ao IPCA acrescido de uma sobretaxa apurada em procedimento de <i>bookbuilding</i> .
Bilhete	Documento que representa o direito de acesso ao Serviço pelos usuários, vendido nas Estações Designadas e demais pontos de venda.
BOVESPA	BM&F BOVESPA S.A. Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
BOVESPAFIX	Sistema eletrônico de negociação de títulos de renda fixa privada administrado pela BOVESPA.
CBLC	Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia.
CBTU	Companhia Brasileira de Transportes Urbanos.
Cedente	SuperVia - Concessionária de Transporte Ferroviário S.A., sociedade por ações com sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua da América, nº 210, (parte), Santo Cristo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.735.385/0001-60, ou sua sucessora, a qualquer título.
Central	Companhia Estadual de Transporte e Logística – Central, sucessora da Companhia Fluminense de Trens Urbanos – FLUMITRENS.
Cessão Incondicionada	Parcela dos Direitos Creditórios, correspondentes a arrecadação da Cedente pela prestação do Serviço centralizada na Conta Arrecadadora, no Agente Arrecadador, no Período Regular de Constituição e Pagamento de Direitos Creditórios, equivalente, em Reais, à Quantidade Mínima Mensal de Direitos Creditórios, calculada em cada Período de Capitalização, conforme item 2.1. do Contrato de Cessão, cedida de forma incondicionada.
Cessão Sob Condição Suspensiva	Parcela dos Direitos Creditórios excedente à parcela dos Direitos Creditórios referentes à Cessão Incondicionada, equivalente, em Reais, à Quantidade de Direitos Creditórios Ajustada, cedida

	sob condição suspensiva.
CETIP	CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.
CNPJ/MF	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
Condição Suspensiva	A ocorrência de qualquer Evento de Revisão que represente um Evento de Liquidação do Fundo ou para o Evento de Avaliação que a Assembléia Geral do Fundo delibere a sua conversão em Evento de Liquidação do Fundo, constituirá o advento da Condição Suspensiva.
Código Civil Brasileiro	Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.
COFINS	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social.
Conta Autorizada da Cedente	Conta corrente a ser informada pela Cedente ao Custodiante para recebimento dos valores transferidos pelo Agente Arrecadador, relativos ao saldo da Conta Arrecadadora não transferido para a Conta Autorizada do Fundo, conforme definida no item 3.5. da Cláusula Terceira do Contrato de Cessão.
Conta Autorizada do Fundo	Conta corrente mantida pelo Fundo no Custodiante para recebimento dos valores que lhe são devidos, transferidos pelo Agente Arrecadador, conforme definida no item 3.4.2. da Cláusula Terceira do Contrato de Cessão.
Conta Arrecadadora	Conta de arrecadação dos Direitos Creditórios mantida pela Cedente no Agente Arrecadador, conforme definida no item 3.3. da Cláusula Terceira do Contrato de Cessão.
Contrato de Arrecadação	Contrato de prestação de serviços de arrecadação dos Direitos Creditórios, firmado pela Cedente e pelo Fundo com o HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo, conforme definido no item 1.1. da Cláusula Primeira do Contrato de Cessão.

Contrato de Cessão	Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios Futuros e outras Avenças, celebrado entre a Cedente e o Fundo, com a interveniência do HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo.
Contrato de Concessão	Contrato de Concessão para a Exploração de Serviços Públicos de Transporte Ferroviário de Passageiros, celebrado em 17 de setembro de 1998, entre o Estado do Rio de Janeiro, a Rio Trens Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. (antiga denominação social da SuperVia), a Companhia Fluminense de Trens Urbanos – FLUMITRENS e a Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos – ASEP-RJ, tendo como interveniente anuente a Bolsa 2000 S.A. (atual Rio Trens Participações S.A.), e posteriores aditivos.
Contrato de Custódia	Contrato de Prestação dos Serviços para o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, celebrado entre o Fundo e o Custodiante, com a interveniência da Cedente.
Contrato de Distribuição	Contrato de Coordenação, Garantia Firme de Subscrição e Colocação de Quotas Seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - SuperVia, celebrado entre o Fundo, a Cedente, e os Coordenadores.
Contrato de Prestação de Serviços de Transporte de Valores	Contrato de Prestação de Serviços de Transporte de Valores, celebrado entre a SuperVia e a Protege S.A. – Proteção e Transporte de Valores, em 1º de março de 2002, e posteriores aditamentos.
Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas	Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - SuperVia, celebrado entre o Fundo e a Cedente.
Contrato Particular de Delegação	Contrato Particular de Delegação, firmado entre a Cedente e a Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro, em 11 de julho de 2008.
Coordenador Líder	Banco Standard de Investimentos S.A.
Coordenadores	Banco Prosper S.A. em conjunto com o Coordenador Líder.
Crítérios de Elegibilidade	São os critérios que devem ser atendidos pelos Direitos Creditórios para integrarem a carteira do Fundo, conforme definidos no Artigo 26 do Regulamento.

CSLL	Contribuição sobre o Lucro Líquido.
Custodiante ou HSBC	HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo, instituição financeira com sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Travessa Oliveira Bello, nº 34 – 4º andar, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 01.701.201/0001-89.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Datas de Amortização	Datas que vierem a ser indicadas no Suplemento das respectivas séries de Quotas Seniores, nas quais ocorrerá a amortização parcial das Quotas Seniores específicas, conforme definido no Parágrafo Primeiro do Artigo 34 do Regulamento.
Data de Cálculo do Índice de Cobertura	Data do cálculo do Índice de Cobertura, que será no primeiro Dia Útil do Período de Capitalização subsequente a cada Período de Capitalização verificado.
Data de Emissão	Data em que os recursos decorrentes da integralização de cada série de Quotas Seniores, conforme disposta no Suplemento da respectiva série, ou das Quotas Subordinadas, conforme o caso, sejam colocados pelos Investidores Qualificados e/ou pela Cedente, conforme o caso, à disposição do Administrador do Fundo, nos termos do Artigo 38 do Regulamento, e que deverá ser, necessariamente, um Dia Útil.
Data de Encerramento da Distribuição	A distribuição das Quotas Seniores será encerrada até o final do prazo de distribuição, prazo esse que não será prorrogado por qualquer motivo e que não poderá ser superior à 180 (cento e oitenta) dias a contar da publicação do Anúncio de Início, quando se dará a publicação do Anúncio de Encerramento da Oferta, nos termos da Instrução CVM 400.
Data de Pagamento do Preço de Aquisição	Data em que as Quotas Seniores forem integralmente subscritas e integralizadas.
Data de Resgate	Data em que se dará o resgate integral de cada série de Quotas Seniores, que deverá coincidir com a última Data de Amortização das Quotas Seniores da respectiva série, disposta nos respectivos Suplementos, exceto no caso da ocorrência de Evento de Liquidação.

Data de Verificação	Significado que lhe é atribuído no parágrafo segundo do Artigo 44 do Regulamento.
Dia Útil	Segunda a sexta-feira, exceto feriados de âmbito nacional ou feriados bancários no município do Rio de Janeiro.
Direitos Creditórios	Direitos de crédito livres e desembaraçados de quaisquer ônus, encargos ou gravames que a Cedente detém e/ou virá a deter, oriundos da prestação futura de serviços de transporte ferroviário de pessoas, nos termos dos artigos 730 e 731 do Código Civil Brasileiro, e do Contrato de Concessão, representados: (i) pelas vendas futuras da totalidade dos Bilhetes nas Estações Designadas, durante o Período de Arrecadação; (ii) pelo crédito devido contra a Fetranspor, decorrente da utilização de Vales-Transporte, nos termos do Contrato Particular de Delegação, celebrado com a Fetranspor; e (iii) por outros créditos oriundos de modalidades de cobrança existentes, ou que venham a ser criadas e aceitas pela Cedente, para a prestação do Serviço, a partir da primeira Data de Emissão das Quotas Seniores, e que sejam utilizados pelos usuários do Serviço, vendidos nas Estações Designadas, ou de outra forma relacionados às Estações Designadas, durante o Período de Arrecadação, juntamente com todos os direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados e assegurados ao titular de tais direitos, e quaisquer indenizações devidas, direta ou indiretamente, decorrentes de apólices de seguro contratados pela Cedente ou por quaisquer de seus prestadores de serviços no âmbito da arrecadação dos Direitos Creditórios, incluindo, sem limitação, as indenizações provenientes do serviço de transporte de valores e afins, bem como todos e quaisquer encargos, multas compensatórias e/ou indenizatórias devidas à Cedente no âmbito da prestação do Serviço, nos termos do Contrato de Cessão, inclusive reajustes monetários e tarifários bem como todos os direitos, ações e garantias assegurados à Cedente por força dos Direitos Creditórios cedidos.
Diretor Designado	Diretor estatutário do Administrador designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente, pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a esse relativas.

Disponibilidades	Recursos que o Fundo mantém em moeda corrente nacional ou investidos na forma do Artigo 14 do Regulamento.
Documentos Comprobatórios	Os Bilhetes emitidos e devidamente formalizados pelos relatórios gerados (i) pelas Estações Designadas (Recibo de Arrecadação por Turno - RAT e Recibo de Envelope Depositado - RED), incluindo todo e qualquer posto de arrecadação existente e/ou que venha a existir dentro do espaço geográfico compreendido em um raio de 3 (três) quilômetros traçado a partir dessas estações; (ii) pela empresa responsável pelo transporte de valores das Estações Designadas até o Agente Arrecadador (a "Guia de Transporte de Valores"), nos termos do Contrato de Transporte de Valores; e (iii) pela Fetranpor; representativos dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo (e respectivos arquivos eletrônicos que lhes dão origem, se for o caso), cujos modelos se encontram no Anexo II do Contrato de Cessão, constituem os documentos comprobatórios da correta constituição dos Direitos Creditórios.
Edital	Edital de licitação PED/ERJ nº 01/98, publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro em 08 de junho de 1998.
Emissor	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – SuperVia
Empresa de Auditoria	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, ou sua sucessora no exercício de suas funções, responsável pela revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e pela análise de sua situação e da atuação do Administrador. Na data deste Prospecto, a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes era igualmente responsável pela revisão das demonstrações financeiras e das contas da Cedente.
Encargos do Fundo	São aqueles definidos no Artigo 31 do Regulamento.
Estado	Estado do Rio de Janeiro.
Escriturador ou HSBC	HSBC Bank Brasil S.A – Banco Múltiplo.
Estações Designadas	Estações listadas no Anexo III do Regulamento, incluindo todo e qualquer posto de arrecadação existente e/ou que venha a existir dentro do espaço geográfico compreendido em um raio de 3 (três) quilômetros traçado a partir de quaisquer das estações listadas no Anexo III do Regulamento, que

	vendam ou venham a vender Bilhetes de transporte.
Eventos de Avaliação	São aqueles definidos no Artigo 53 do Regulamento.
Eventos de Liquidação	São aqueles definidos no Artigo 54 do Regulamento.
Eventos de Responsabilidade da Cedente	Conforme definido no item 1.2.2 do Contrato de Cessão, serão sempre relacionados (i) à redução da capacidade da Cedente, seja por dolo ou culpa, de manter a sua estrutura atual de originação dos Direitos Creditórios através da prestação dos serviços de transporte ferroviário de pessoas e/ou (ii) à ausência de legalidade, legitimidade e veracidade dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo.
Estações Designadas	São as estações listadas no Anexo III do Regulamento, incluindo todo e qualquer posto de arrecadação existente e/ou que venha a existir dentro do espaço geográfico compreendido em um raio de 3 (três) quilômetros traçado a partir de quaisquer das estações listadas no Anexo III do Regulamento, que vendam ou venham a vender Bilhetes de transporte.
Fator <i>spread</i>	Cupom pré-fixado de juros ao ano, base de 252 dias úteis, sobre o IPCA aplicável à cada série de Quotas Seniores que será determinado e apurado em procedimento de <i>bookbuilding</i> e indicado no Suplemento das respectivas séries de Quotas Seniores.
FGC	Fundo Garantidor de Créditos, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, cujo objetivo é prestar garantia de crédito contra as instituições associadas, quais sejam, todas as instituições financeiras e associações de poupança e empréstimo, nas hipóteses de liquidação, intervenção extrajudicial ou falência; reconhecimento pelo Bacen do estado de insolvência da instituição em tela ou, ainda, em determinadas situações expressamente autorizadas pelo Bacen.
FEEMA	Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente.
Fetranspor	Federação das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro, entidade responsável pela emissão, comercialização e distribuição de Vales-Transporte no Estado do Rio de Janeiro.
Fundo	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios -

	SuperVia.
Governo Federal	Governo Federal da República Federativa do Brasil.
Guia de Transporte de Valores	Relatório gerado pela empresa responsável pelo transporte de valores tendo em vista os valores transportados das Estações Designadas até o Agente Arrecadador.
IGP-M	Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.
Índice de Cobertura	Representa o índice calculado pelo Administrador, obtido em cada Data de Cálculo do Índice de Cobertura pela divisão (A) do montante de Direitos Creditórios arrecadados e centralizados na Conta Arrecadadora, durante cada Período de Capitalização, pela (B) quantidade correspondente a Quantidade Mínima Mensal do respectivo Período de Capitalização, observado o disposto no item 2.4 da Cláusula Segunda do Contrato de Cessão, que não poderá ser, durante o Período de Duração, inferior a 1,50 (um inteiro e cinquenta centésimos).
Instituições Autorizadas	Instituições financeiras, ou suas respectivas Partes Relacionadas, com classificação de risco baixa, atribuída pela Agência de Classificação de Risco ou equivalente, emitida por agência de classificação de risco de atuação internacional que eventualmente venha a substituir a Agência de Classificação de Risco.
Instrução CVM 356/01	Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pelas Instruções CVM n.º 393, de 22 de julho de 2003, n.º 435, de 5 de julho de 2006, n.º 442, de 8 de dezembro de 2006, n.º 446, de 19 de dezembro de 2006, e n.º 458, de 16 de agosto de 2007.
Instrução CVM 400/03	Instrução CVM nº. 400, de 29 de dezembro de 2006, alterada pela Instrução CVM nº. 442, de 8 de dezembro de 2006.
Instrução CVM 409/04	Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada pelas Instruções CVM n.º 411, de 26 de novembro de 2004, n.º 413, de 30 de dezembro de 2004, n.º 450, de 30 de março de 2007, n.º 456, de 22 de junho de 2007, e n.º 465, de 20 de fevereiro de 2008.
Intermediário	Corretora de títulos e valores mobiliários contratada como representante pelo Investidor Qualificado.

Investidores Qualificados	Aqueles definidos como tal no Artigo 109 da Instrução CVM 409/04, e os fundos de investimento, nos termos da referida Instrução, que sejam habilitados a adquirir quotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento.
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo calculado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IRPJ	Imposto de Renda da Pessoa Jurídica.
IRRF	Imposto de Renda Retido na Fonte.
ISS	Imposto Sobre Serviços.
Jurisdição de Baixa Tributação ou Nula Tributação	Jurisdição que não tribute a renda ou o capital, ou que tribute à alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento).
Lei Societária	Lei nº 6.404, de 15 de janeiro de 1976, e alterações posteriores.
Lei de Concessões	Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e alterações posteriores.
Light	Light Serviços de Eletricidade S.A.
Limite de Emissão de Quotas Seniores	O valor da totalidade das Quotas Seniores em circulação não poderá, em qualquer hipótese, ser superior a R\$ [●] ([●] milhões de reais).
Oferta	Distribuição pública das Quotas Seniores, sob o regime de garantia firme de subscrição e colocação, exclusivamente no mercado brasileiro, no mercado de balcão não organizado.
Parâmetro de Rentabilidade	É o parâmetro de rentabilidade das Quotas Seniores que buscará atingir 100% (cem por cento) da variação do IPCA, acrescida de cupom pré-fixado de juros ao ano, base de 252 dias úteis, conforme descrito no Parágrafo Primeiro do Artigo 13 do Regulamento.

Partes Relacionadas	São (i) as pessoas físicas e jurídicas controladoras de determinada pessoa; (ii) as sociedades direta ou indiretamente controladas por tal pessoa; (iii) as sociedades coligadas com tal pessoa; e/ou (iv) as sociedades sob controle comum com tal pessoa.
Patrimônio Líquido	Patrimônio líquido do Fundo, apurado na forma do Capítulo 21 do Regulamento.
Periódico do Fundo	Jornal Monitor Mercantil, ou, na sua impossibilidade, mediante aviso prévio aos Quotistas, em veículo de circulação e alcance equivalente, conforme definido no Artigo 70 do Regulamento.
Período de Arrecadação	Período compreendido entre o primeiro e o último Período de Capitalização, inclusive, que representará o prazo total de capitalização do Fundo.
Período de Capitalização	Períodos mensais que se iniciam no primeiro Dia Útil depois do dia 5 (cinco) de cada mês, inclusive, a partir do mês em que ocorrer a primeira Data de Emissão, até a Data de Resgate.
Período Regular de Constituição e Pagamento de Direitos Creditórios	[Períodos compreendidos em cada Período de Capitalização, correspondentes aos últimos 10 (dez) Dias Úteis, inclusive, anteriores a data de pagamento de amortização e/ou resgate das respectivas séries de Quotas Seniores.]
PET	Programa Estadual de Transportes.
PIS	Contribuição Social do Programa de Integração Social.
Plano Contábil	Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), criado pela Circular nº. 1.273 do Banco Central do Brasil, de 29 de dezembro de 1987, ou qualquer outro plano contábil aplicável aos fundos de investimento em direitos creditórios que venha a substituí-lo nos termos da legislação aplicável.
Poder Concedente	Estado do Rio de Janeiro.
Prazo de Duração	É o prazo de duração do Fundo, conforme descrito no Artigo 4º do Regulamento.
Primeira Emissão	A primeira emissão de Quotas Seniores e Quotas Subordinadas do Fundo.

Preço de Aquisição	Preço de aquisição dos Direitos Creditórios pelo Fundo, calculado com base na média histórica do fluxo de recebimento dos Direitos Creditórios da Cedente, indicado no item 1.5. da Cláusula Primeira do Contrato de Cessão.
Prospecto Definitivo	Prospecto Definitivo de Oferta Pública de Quotas Seniores do Fundo.
Prospecto ou Prospecto Preliminar	Minuta e Prospecto Preliminar de Oferta Pública de Quotas Seniores do Fundo.
Protege	Protege S.A. Proteção e Transporte de Valores, entidade que faz o transporte de valores arrecadados das Estações Designadas ao Agente Arrecadador.
Quantidade Mínima Mensal	Quantidade mínima mensal de Direitos Creditórios objeto da Cessão Incondicionada, calculada pelo Administrador e informada ao Custodiante, nos termos do Contrato de Cessão e Contrato de Arrecadação, de acordo com a fórmula indicada no item 2.1 da Cláusula Segunda do Contrato de Cessão que deve transitar pela Conta Arrecadadora durante o Prazo de Duração.
Quantidade de Direitos Creditórios Ajustada	Quantidade de Direitos Creditórios objeto da Cessão sob Condição Suspensiva, que corresponde ao valor total das Quotas Seniores em circulação, acrescido dos Encargos do Fundo e demais custos e encargos decorrentes da liquidação do Fundo, conforme definida no item 2.2 da Cláusula Segunda do Contrato de Cessão.
Quotas	Quotas Seniores e Quotas Subordinadas.
Quota Sênior ou Quotas Seniores	Quotas de classe sênior, que não se subordinam às demais para efeito de amortização e resgate, emitidas pelo Fundo em uma ou mais séries, observado o disposto no Regulamento.
Quotas Seniores Adicionais	Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400/03, a quantidade de Quotas Seniores inicialmente ofertada (sem considerar as Quotas Seniores Suplementares) poderá ser acrescida em até 20% (vinte por cento) nas mesmas condições e preço das Quotas Seniores inicialmente ofertadas, observado o disposto no Contrato de Distribuição.
Quotas Seniores Suplementares	Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400/03, a quantidade de Quotas Seniores inicialmente ofertada (sem considerar as Quotas Seniores Adicionais)

	poderá ser acrescida em até 15% (quinze por cento), destinadas a atender excesso de demanda que eventualmente seja constatado no decorrer da Oferta, conforme opção outorgada pela Cedente e Fundo aos Coordenadores, observado o disposto no Contrato de Distribuição.
Quota Subordinada ou Quotas Subordinadas	Quotas de classe subordinada, emitidas pelo Fundo em uma única série, observado o disposto no Regulamento.
Quotistas	Titulares das Quotas.
Quotistas Qualificados	Quotistas do Fundo residentes e domiciliados no exterior, que ingressarem com recursos no Brasil por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000, e alterações posteriores.
Quotistas Seniores	Titulares das Quotas Seniores.
Quotistas Subordinadas	Titulares das Quotas Subordinadas.
RAT	Recibo de Arrecadação por Turno – RAT, formulário elaborado por funcionário da Cedente em cada estação contemplando informações de controle operacional.
RED	Recibo de Envelope Depositado - RED, formulário elaborado por funcionário da Cedente em cada estação contemplando informações de controle financeiro.
Regulamento	Regulamento consolidado do Fundo, registrado em Ofício de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.
Relatório de Arrecadação	Arquivo informativo do montante total recebido diariamente na Conta Arrecadora (i) das Estações Designadas e (ii) do crédito decorrente da utilização de Vales-Transporte, encaminhado pelo Agente Arrecador ao Custodiante e à Cedente nos termos do item 3.43.4. da Cláusula Terceira do Contrato de Cessão.
Relatório de Emissão de Bilhetes e de Constituição dos Direitos Creditórios	Documento gerado pelas bilheterias com base nas informações do RAT e do RED e pela Fetranspor referente à arrecadação (i) das Estações Designadas, e (ii) do crédito decorrente da utilização de Vales-Transporte, encaminhado pela Cedente ao Custodiante nos termos do Contrato de Cessão.

Relatório de Transferência de Direitos Creditórios	Relatório de transferência de Direitos Creditórios encaminhado pelo Custodiante à Cedente e ao Agente Arrecadador, nos termos do Contrato de Cessão.
Reserva de Amortização	Conforme definida no Artigo 44 do Regulamento.
Reserva de Despesa	Conforme definida no Artigo 45 do Regulamento.
RFFSA	Rede Ferroviária Federal S.A.
Rio Trens	Rio Trens Participações S.A. (sociedade controladora da SuperVia).
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia.
SFF	Sistema de Fundos Fechado, administrado pela CETIP.
Serviço	Serviços públicos de transporte ferroviário de passageiros no Estado do Rio de Janeiro.
SETRANS	Secretaria de Transporte do Estado do Rio de Janeiro.
SOMAFIX	Sistema eletrônico de negociação e registro de operações de balcão organizado de títulos de renda fixa privada, administrado pela BOVESPA.
SuperVia ou Companhia	SuperVia – Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.
SuperVia Comercial	SuperVia Comercial S.A. (sociedade controlada pela SuperVia).
Suplemento	Suplemento ao Regulamento, apresentando informações relativas às séries de Quotas Seniores dispostas na forma do modelo do Anexo II ao Regulamento. O Suplemento apresentará as seguintes informações relativas a cada série de Quotas Seniores: montante das Quotas Seniores, quantidade de Quotas Seniores, valor das Quotas Seniores, aplicação inicial, Data de Emissão, Datas de Amortização, Data de Resgate e Parâmetro de Rentabilidade, e será registrado em Ofício de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, conforme anexo ao Prospecto Definitivo.

Tesouro Nacional	É a Secretaria do Tesouro Nacional, órgão central do Sistema de Administração Financeira Federal e do Sistema de Contabilidade Federal.
Taxa de Administração	É a taxa devida pelo Fundo à Administrador em decorrência dos serviços de administração e gestão do Fundo, calculada e paga na forma do Artigo 30 do Regulamento.
Taxa de Custódia	Taxa devida pelo Fundo ao Custodiante pelos serviços de escrituração das Quotas, controladoria, liquidação financeira, e custódia dos ativos do Fundo.
Termo de adesão ao Regulamento e Ciência de Risco	Documento preparado sob a forma do Anexo I ao Regulamento.
Vales-Transporte	Meio eletrônico de pagamento utilizado pelo usuário do Serviço da Cedente para aquisição do Bilhete de todas as estações da SuperVia.
Valor de Amortização Mensal	Amortização parcial de cada série de Quotas Seniores promovida pelo Fundo nas respectivas Datas de Amortização, calculada na forma do Capítulo Doze do Regulamento, e previstas no Suplemento das respectivas séries de Quotas Seniores.
Valor Unitário de Emissão	Valor unitário de cada Quota Sênior ou Quota Subordinada, na Data de Emissão de cada série de Quotas Seniores ou na Data de Emissão das Quotas Subordinadas, conforme o caso, na forma dos Artigos 34, (b) e 35, (c), respectivamente, do Regulamento.

Considerações sobre Estimativas e Declarações acerca do Futuro

Este Prospecto inclui estimativas e declarações acerca do futuro, inclusive nas seções “Panorama Atual do Transporte de Passageiros na Região Metropolitana do Rio de Janeiro”, “Vantagens Comparativas e Estratégia de Crescimento”, “Investimentos da SuperVia”, “Acidentes que Acarretaram a Interrupção do Tráfego”, “Seguros”, dentre outras.

As estimativas e declarações futuras têm por embasamento, em grande parte, expectativas atuais, estimativas sobre eventos futuros e tendências que afetam ou possam potencialmente vir a afetar os negócios e resultados da SuperVia. Embora estas estimativas e declarações futuras encontrem-se baseadas em premissas razoáveis, estas estimativas e declarações estão sujeitas à diversos riscos, incertezas e suposições feitas com base nas informações de que atualmente a SuperVia dispõe.

As estimativas e declarações futuras podem ser influenciadas por diversos fatores, incluindo, mas não se limitando a:

- conjuntura econômica de negócios e política do Brasil e, em especial, no Estado do Rio de Janeiro;
- inflação e flutuações na taxa de juros e na taxa de câmbio;
- flutuação do setor de transportes;
- não implementação integral das estratégias de negócios da SuperVia;
- capacidade de competição com êxito e direção dos negócios da SuperVia no futuro;
- alterações no desempenho das vendas no setor de transportes do Estado do Rio de Janeiro;
- edição de novas leis e regulamentos e/ou alterações nas leis e regulamentos existentes que se aplicam ao setor de transportes;
- intervenções governamentais resultando em alteração na economia, tributos, tarifas ou ambiente regulatório no Brasil ou no Estado do Rio de Janeiro;
- concorrência no setor de transportes no Estado do Rio de Janeiro;
- eventos de força maior; e
- outros fatores de risco apresentados na seção “Fatores de Risco”.

As palavras “acredita”, “entende”, “irá”, “pode”, “poderá”, “estima”, “continua”, “antecipa”, “pretende”, “espera”, “busca” e palavras similares têm por objetivo identificar estimativas. Tais estimativas referem-se apenas à data em que foram expressas, sendo que não será assegurada a atualização ou revisão de quaisquer dessas estimativas em razão da disponibilização de novas informações, de eventos futuros ou de quaisquer outros fatores. Estas estimativas envolvem riscos e incertezas e não consistem em garantia de um desempenho futuro, sendo que os reais resultados ou desenvolvimentos podem ser substancialmente diferentes das expectativas descritas nas estimativas e declarações futuras. Tendo em vista os riscos e incertezas envolvidos, as estimativas e declarações acerca do futuro constantes deste Prospecto podem não vir a ocorrer e, ainda, os resultados futuros e desempenho da SuperVia podem diferir substancialmente daqueles previstos nas estimativas em razão,

inclusive, mas não se limitando, aos fatores mencionados acima. Por conta dessas incertezas, o Investidor Qualificado não deve se basear nestas estimativas e declarações futuras para tomar a sua decisão de investimento.

Apresentação de Informações Financeiras e Outras Informações

Os dados dos balanços patrimoniais e demonstrações de resultado relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006 e 2007 foram extraídos das demonstrações financeiras da SuperVia para esses exercícios. As demonstrações financeiras anexas a este Prospecto para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006 foram objeto de exame pela Empresa de Auditoria, sendo que as demonstrações financeiras para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007 foram auditadas pela Empresa de Auditoria, conforme indicado nos respectivos pareceres anexos a este Prospecto.

As demonstrações financeiras para os exercícios encerrados em 2007 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais são baseadas na Lei Societária e nas normas contábeis emitidas pelo IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

As informações financeiras devem ser lidas em conjunto com as nossas demonstrações e demais informações financeiras anexas a este Prospecto, as respectivas notas explicativas, pareceres e relatórios da Empresa de Auditoria, bem como com as seções “Informações Financeiras Seleccionadas da Cedente” e “Demonstrações Financeiras”.

Participação de Mercado e Outras Informações

As informações de mercado e sobre a posição competitiva do setor de atuação da SuperVia, incluindo estimativas de mercado, apresentadas ao longo deste Prospecto, foram obtidas por meio de pesquisas internas, pesquisas de mercado, informações públicas e publicações do setor. Tais declarações foram feitas com base em informações obtidas de fontes consideradas confiáveis pela SuperVia, tais como: SETRANS, IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística, dentre outras.

Publicações correlatas à atividade da SuperVia e publicações governamentais mencionadas neste Prospecto declaram que as informações foram obtidas em fontes tidas como confiáveis, mas que não garantem a precisão e completude das informações apresentadas. Apesar de a SuperVia não ter motivos para acreditar que quaisquer dessas informações ou publicações sejam imprecisas em qualquer aspecto relevante, não foram verificados, independentemente, posição competitiva, participação de mercado, tamanho do mercado, crescimento do mercado ou outras informações constantes de tais publicações.

Arredondamento

Alguns percentuais e outros valores incluídos neste Prospecto foram arredondados para facilitar a apresentação. Portanto, alguns dos totais constantes das tabelas aqui apresentadas, bem como informados no corpo do texto, podem não representar uma soma exata dos valores que os precedem ou do seu valor efetivo.

II. O FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS - SUPERVIA

Características Básicas do Fundo

Emissor	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - SuperVia.
Base Legal	Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.907/2001 e a Instrução CVM 356/01.
Natureza Jurídica	Condomínio fechado.
Cedente	SuperVia - Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.
Classes de Quotas	Uma ou mais séries de Quotas Seniores; e Uma série de Quotas Subordinadas.
Limite de Emissão de Quotas Seniores	O valor da totalidade das Quotas Seniores em circulação não poderá, em qualquer hipótese, ser superior a R\$ [●] ([●] milhões de reais).
Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores	R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).
Valor Unitário de Emissão das Quotas Subordinadas	R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).
Aplicação Inicial	R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).
Prazo de Duração	Inicia-se na primeira Data de Emissão de Quotas Seniores e encerrar-se-á no prazo de 7 (sete) anos, ou na Data de Resgate, o que ocorrer por último, ressalvadas as hipóteses de ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação do Fundo, conforme definidos no Artigo 54 do Regulamento, situação em que o prazo de duração do Fundo se estenderá até a amortização integral das Quotas e o cumprimento integral das obrigações do Fundo, observados os limites previstos no Regulamento. O Prazo de Duração poderá ser estendido por deliberação da Assembléia Geral, observado o disposto no Artigo 4 do Regulamento.
Administrador	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com sede na Cidade de sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob nº 36.113.876/0001-91. O Administrador poderá ser contatada pelo fax nº (55 21) 2493-4746.
Custodiante	O responsável pela prestação dos serviços de custódia e controladoria dos ativos integrantes da carteira do Fundo, inclusive dos serviços dos quais trata o artigo 38 da Instrução

	CVM 356/01, é o HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo, instituição financeira com sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Travessa Oliveira Bello, nº 34 – 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.701.201/0001-89.
Empresa de Auditoria	A Empresa de Auditoria contratada pelo Fundo é a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Francisco Matarazzo, 1400.
Agência de Classificação de Risco	As Quotas têm sua classificação de risco atribuída pela Standard & Poor's Rating Services, a Agência de Classificação de Risco especializada contratada pelo Fundo. A classificação de risco das Quotas será revisada trimestralmente e divulgada aos Quotistas na forma prevista no Regulamento.
Inadequação do Investimento	A Oferta não é destinada a investidores que necessitam de ampla liquidez em seus títulos.

SUMÁRIO DO FUNDO

O Fundo

Informações Gerais

O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração de 7 (sete) anos, a partir da primeira Data de Emissão das Quotas Seniores, ou na Data de Resgate, o que ocorrer por último, ressalvadas as hipóteses de ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação do Fundo, situação em que o prazo de duração do Fundo se estenderá até a amortização integral das Quotas e o cumprimento integral das obrigações do Fundo, observados os limites previstos no Regulamento. O Regulamento foi registrado no 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Capital do Estado do Rio de Janeiro, em 22 de julho de 2008, sob o nº 856510, conforme alterado e consolidado em 30 de julho de 2008, sob o nº 857112, em 08 de setembro de 2008, sob o nº 859564 e em [•] de [•] de 2009, sob o nº [•]. O Fundo é regido pelas disposições de seu Regulamento, pela Instrução CVM 356/01 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. Os documentos referidos no artigo 8º, parágrafo primeiro, bem como no artigo 20, parágrafo primeiro da Instrução CVM 356/01, foram protocolados na CVM na mesma data deste Prospecto Preliminar.

O objetivo do Fundo é proporcionar a seus Quotistas, observada a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira definida no Capítulo Seis do Regulamento, a valorização de suas Quotas por meio da aquisição pelo Fundo (i) dos Direitos Creditórios oriundos da prestação de serviço público pela Cedente no segmento de transporte ferroviário de pessoas, nos termos do Contrato de Concessão, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra a Cedente ou coobrigação desta, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados e assegurados aos titulares de tais Direitos Creditórios, e quaisquer indenizações devidas, direta ou indiretamente, decorrentes de apólices de seguro contratados pela Cedente ou por quaisquer de seus prestadores de serviços no âmbito da arrecadação dos Direitos Creditórios, incluindo, sem limitação, as indenizações provenientes do serviço de transporte de valores e afins, bem como todos e quaisquer encargos, multas compensatórias e/ou indenizatórias devidas à Cedente no âmbito da prestação do Serviço, nos termos do Contrato de Cessão, inclusive reajustes monetários/tarifários, bem como todos os direitos, ações e garantias assegurados à Cedente por força dos Direitos Creditórios cedidos; e/ou (ii) de Ativos Financeiros.

Para mais informações sobre o Fundo, ver a Seção “Características do Fundo”.

O Administrador

O Fundo é administrado e gerido pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. O Administrador, observadas as limitações estabelecidas no Regulamento, nas deliberações da Assembléia Geral e com estrita observância da lei e das normas regulamentares, em especial as da CVM, terá amplos e gerais poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e ao exercício de todos os direitos inerentes aos Direitos Creditórios que integram a carteira do Fundo, sendo ainda responsável pela representação do Fundo em todos os atos.

Para informações adicionais sobre o Administrador, ver as Seções “Identificação do Administrador, dos Consultores e Auditores do Fundo” e “Administração, Custódia, Escrituração e Gestão do Fundo”.

Os Direitos Creditórios

Os Direitos Creditórios compreendem os direitos de crédito livres e desembaraçados de quaisquer ônus, encargos ou gravames que a Cedente detém e/ou virá a deter, oriundos da prestação futura de

serviços de transporte ferroviário de pessoas, nos termos dos artigos 730 e 731 do Código Civil Brasileiro, e do Contrato de Concessão, representados: (i) pelas vendas futuras da totalidade dos Bilhetes nas Estações Designadas, durante o Período de Arrecadação; (ii) pelo crédito devido contra a Fetranspor, decorrente da utilização de Vales-Transporte, nos termos do Contrato Particular de Delegação, celebrado com a Fetranspor; e (iii) por outros créditos oriundos de modalidades de cobrança existentes, ou que venham a ser criadas e aceitas pela Cedente, para a prestação do Serviço a partir da primeira Data de Emissão das Quotas Seniores, e que sejam utilizados pelos usuários da Cedente, vendidos nas Estações Designadas, ou de outra forma relacionadas às Estações Designadas, ou de outra forma relacionadas às Estações Designadas, durante o Período de Arrecadação, juntamente com todos os direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados e assegurados ao titular de tais direitos, e quaisquer indenizações devidas, direta ou indiretamente, decorrentes de apólices de seguro contratados pela Cedente ou por quaisquer de seus prestadores de serviços no âmbito da arrecadação dos Direitos Creditórios, incluindo, sem limitação, as indenizações provenientes do serviço de transporte de valores e afins, bem como todos e quaisquer encargos, multas compensatórias e/ou indenizatórias devidas à Cedente no âmbito da prestação do Serviço, nos termos do Contrato de Cessão, inclusive reajustes monetários e tarifários bem como todos os direitos, ações e garantias assegurados à Cedente por força dos Direitos Creditórios cedidos.

As Quotas

As Quotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio. As Quotas do Fundo poderão ser seniores ou subordinadas.

A 1ª (primeira) série de Quotas Seniores do Fundo compreenderá o total de [●] ([●]) Quotas Seniores, com valor unitário de emissão de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

A 1ª (primeira) emissão de Quotas Subordinadas do Fundo compreenderá o total de até [●] ([●]) Quotas Subordinadas, com valor unitário de emissão de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), que serão subscritas e integralizadas pela Cedente, na primeira Data de Emissão de Quotas Seniores.

Para informações adicionais sobre as Quotas, ver a Seção “As Quotas”.

Critérios de divulgação de informações aos Quotistas

Qualquer ato ou fato relevante que possa, direta ou indiretamente, influir nas decisões do Quotista quanto a sua permanência no Fundo, deverá ser ampla e imediatamente divulgado por meio de anúncio publicado, em forma de aviso, no jornal Monitor Mercantil, publicado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, ou, na sua impossibilidade, mediante aviso prévio aos Quotistas, em veículo de circulação e alcance equivalente.

Exemplares de quaisquer das publicações e comunicações referidas deverão ser mantidos à disposição dos Quotistas na sede e agências do Administrador e das instituições que distribuírem Quotas do Fundo.

Terceiros Contratados

Custodiante

Por meio do Contrato de Custódia, o Fundo, representado pelo Administrador, contratará o HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo para prestar os serviços de custódia, escrituração de quotas e controladoria ao Fundo.

Para mais informações sobre o Custodiante, ver as Seções “Identificação do Administrador, dos Consultores e Auditores do Fundo” e “Administração, Custódia, Escrituração e Gestão do Fundo”.

Empresa de Auditoria

Os serviços de auditoria das demonstrações financeiras e demais contas do Fundo e da Cedente serão prestados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, empresa de auditoria independente registrada na CVM e contratada pelo Fundo e pela Cedente.

Para informações adicionais sobre a Empresa de Auditoria, favor ver a Seção "Identificação do Administrador, dos Consultores e Auditores do Fundo".

Agência de Classificação de Risco

As Quotas Seniores serão analisadas e classificadas, conforme exigido pelo artigo 3º, inciso III da Instrução CVM nº 356/01, pela Standard & Poor's Rating Services, empresa contratada pelo Fundo que emitirá uma classificação de risco para as Quotas Seniores, consoante a escala de risco por ela adotada. A classificação de risco atribuída ao Fundo será revisada trimestralmente pela Agência de Classificação de Risco e será divulgada aos Quotistas na forma prevista no Regulamento do Fundo.

A Cedente

A SuperVia (anteriormente denominada Rio Trens – Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.), sociedade controlada pela Rio Trens Participações S.A., foi constituída em 2 de setembro 1998, com a finalidade de explorar os serviços de transporte ferroviário de passageiros no estado do Rio de Janeiro, mediante a obtenção de concessão, por 25 anos, para explorar os serviços públicos de transporte ferroviário de passageiros. As operações da SuperVia, iniciadas em 1º de novembro de 1998, abrangem cinco grandes ramais ferroviários metropolitanos e 225 quilômetros de via permanente.

A SuperVia é a concessionária do serviço público de transporte ferroviário de passageiros no Estado do Rio de Janeiro. O prazo da concessão é de 25 anos, contados de 17 de setembro de 1998, renováveis, uma única vez, por igual período.

Para mais informações sobre a Cedente, favor ver a Seção "A Cedente – SuperVia - Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.".

IDENTIFICAÇÃO DO ADMINISTRADOR, DOS CONSULTORES E AUDITORES DO FUNDO

Administrador

O Fundo será administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, que o representará em todos os seus negócios sempre de acordo com os termos do Regulamento.

No Brasil, o Administrador é uma das principais Administradores de fundos de investimentos, tendo reconhecida atuação na administração de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC).

Para informações mais detalhadas sobre as atribuições e responsabilidades do Administrador, favor ver seção "Administração, Custódia, Escrituração e Gestão do Fundo" deste Prospecto.

Dados de Contato:

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, Grupo 205
Condomínio Downtown – Barra da Tijuca, RJ
Tel: (55 21) 3514-0000
fax: (55 21) 3514-0099
www.oliveiratrust.com.br
At.: Mauro Sérgio de Oliveira
e-mail: fundos@oliveiratrust.com.br

Custodiante

A custódia e controladoria do Fundo será prestada pelo HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo, instituição financeira, inscrita no CNPJ sob nº 01.701.201/0001-89.

O HSBC está estruturado para a prestação de serviços qualificados para o mercado de capitais em geral, como custódia, controladoria, escrituração de ativos.

O Grupo HSBC, sediado em Londres, está presente em 83 países, nos 5 continentes. Possui mais de 10 mil agências e 312 mil funcionários. Atua em diversas áreas do mercado financeiro no Brasil.

O HSBC atua em 41 países, com equipes exclusivas para o negócio de custódia. O volume sob custódia supera US\$ 1,5 trilhões.

No Brasil presta serviços de liquidação e custódia para terceiros desde outubro de 1998. Por meio do Ato Declaratório n. 7873, foi autorizada pela CVM a prestar os serviços de Custódia de Ativos.

O HSBC é habilitado pela ANBID para a prestação dos serviços de custódia qualificada, sendo que participa ativamente no Comitê de Acompanhamento da Auto-regulação e do Conselho de Auto-regulação.

A estrutura de custódia do HSBC é organizada dentro dos padrões internacionais do Grupo HSBC, que são os mesmos para os 41 países nos quais o Grupo HSBC oferece estes serviços.

A estrutura da área de custódia é totalmente segregada das áreas de *Asset Management* e

Tesouraria, dentro do conceito de *Chinese Wall*, de forma a evitar qualquer tipo de conflito de interesse. O HSBC possui área de operações, também segregada das áreas de produto, evitando também conflito de interesse entre estas áreas.

Para informações mais detalhadas sobre as atribuições e responsabilidades do Custodiante, ver seção "Administração, Custódia, Escrituração e Gestão do Fundo" deste Prospecto.

Dados de Contato:

HSBC Bank Brasil S.A – Banco Múltiplo
Rua Presidente Pádua Fleury, nº 680 – Bloco 01 – Ala 02-
Vila Hauer - Curitiba - PR
Tel: (55 41) 3777-5382
Fac-símile: (41) 3523-2030
www.hsbc.com.br
At.: Rogério Penteado Felgueiras
e-mail: rogerio.p.felgueiras@hsbc.com.br

Agência de Classificação de Risco

A Standard & Poor's Rating Services será responsável por conferir a classificação de risco do Fundo, atualizando-a, no mínimo, a cada três meses.

Dados de Contato:

Standard & Poor's Rating Services
Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 201 - 18º andar
05426-100; São Paulo, SP
Tel. (55 11) 3039 9700
Fax (55 11) 3039 9701
www.standardandpoors.com.br
At.: Jean-Pierre Cote Gil
E-mail: jp_gil@standardandpoors.com

Assessores Legais

Dados de Contato:

Assessor dos Coordenadores

Tauil & Chequer Advogados associado a Thompson & Knight L.L.P.
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1455 - 6º andar
04543-011; São Paulo, SP
Tel. (55 11) 2504 4244
Fax (55 11) 2504 4211
www.tklaw.com
At.: Eduardo Soares
e-mail: eduardo.soares@tklaw.com

Assessor da Cedente

Barbosa, Müssnich e Aragão Advogados
Av. Almirante Barroso, nº 52 – 29º, 31º, 32º e 33º andares

20031-000; Rio de Janeiro, RJ
Tel. (55 21) 3824 5870
Fax (55 21) 2262 5536
www.bmalaw.com.br
At.: Fabíola Augusta Cavalcanti
e-mail: fac@bmalaw.com.br

Empresa de Auditoria

Dados de Contato:

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
Rua da Candelária, nº 65 – 15º andar
20091-020 - Rio de Janeiro/RJ
Telefone: (21) 3232-6112
Fax: (21) 2516-6591
www.pwc.com
At.: Eduardo Corrêa da Silva
E-mail: e.correa@br.pwc.com

Estruturador e Coordenador Líder

O Standard Bank é o maior grupo financeiro da África em valor de mercado, sendo há mais de 145 anos um dos principais bancos da África do Sul. Sua expertise e foco em mercados emergentes propiciou a expansão de suas atividades de banco de atacado e de investimento para mais de 38 países, onde atende às necessidades de seus clientes no que tange a soluções de crédito, trading, investimentos, administração de riscos e serviços de assessoria financeira.

O foco em mercados emergentes, o compromisso com a excelência e a sinergia com seus escritórios locais fazem com que o Standard Bank seja um dos líderes do mercado de capitais nestes países. Em 2007, o Standard coordenou a captação de mais de US\$ 3 bilhões em dívidas para empresas de países emergentes ao redor do mundo, sendo deste total aproximadamente US\$ 1 bilhão em recursos destinados a empresas da América Latina.

Em 1998, o Standard iniciou suas operações no Brasil com um escritório de representação do Standard Bank Plc – Londres para oferecer a seus clientes produtos e serviços financeiros nas áreas de mercados de capitais, comércio exterior, financiamento de projetos, operações financeiras envolvendo commodities industriais e demais produtos de finanças corporativas.

Desde 2003, como consequência da expansão do grupo no Brasil, o Standard obteve a autorização do Banco Central do Brasil para atuar como banco de investimentos, por meio do Banco Standard de Investimentos S.A.

Em 2008, confirmando o interesse estratégico e de longo prazo do banco no país, o Standard iniciou um plano de expansão no mercado brasileiro, sustentado por significativo aumento de capital e correspondente crescimento nas áreas foco do banco.

O *rating* de longo prazo do Banco Standard de Investimentos S.A., atribuído pela Fitch Ratings, é AA+ (Bra).

Dados de Contato:

Banco Standard de Investimentos S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2277, 12º andar

01452-000, São Paulo, SP
Tel.: 55 11 3030-4435
Fax.: 55 11 3030-4456
http://corporateandinvestment.standardbank.com/global/country_offices/brazil.jsp
At.: Sr. Marcelo Fanganiello
e-mail: Marcelo.Fanganiello@standardbank.com

Coordenador

O Banco Prosper S.A., braço financeiro do Grupo Peixoto de Castro (GPC), atua há 25 anos no mercado e funciona como um banco múltiplo com carteira comercial, de crédito, financiamento e investimento, e possui autorização para operar no mercado de câmbio. Com presença no Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília e Salvador, o Banco tem como subsidiárias integrais o Banco Equity de Investimento S.A. e a Prosper S.A. Corretora de Valores e Câmbio e, como empresa coligada, a Prosper Gestão de Recursos.

Em 2007, o Prosper concluiu mais uma etapa no processo de consolidação no mercado nacional e internacional, obtendo os seguintes *ratings* pela Moody's Investors Service com perspectiva estável:

D - : *rating* de Força Financeira Bancária

Ba3: *rating* de Depósitos de Moeda Local e Estrangeira em Escala Global para longo prazo e Not Prime, para curto prazo;

A3.br: *rating* de Depósitos em Escala Nacional no Brasil para longo prazo; e

BR-2: *rating* de Depósitos em Escala Nacional no Brasil para curto prazo.

Banco Prosper S.A.
Praia de Botafogo 228, 9 º andar,
Botafogo, Rio de Janeiro
Tel: (55 21) 2138-8536
Fax: (55 21) 2138-8710
www.bancoprospers.com.br
At.: Sr. Eduardo Athayde Duarte
e-mail: e.duarte@bancoprospers.com.br

Declaração do Administrador e dos Coordenadores

O Administrador confirma a veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações contidas neste Prospecto relativas ao Fundo e das informações prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercado durante a Oferta.

Os Coordenadores confirmam que tomaram todas as cautelas e agiram com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que as informações prestadas pelo Administrador ou fornecidas ao mercado durante o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da companhia que integram este Prospecto, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

O Administrador e os Coordenadores declaram, nos termos do artigo 56, parágrafo quinto, da Instrução CVM 400/03, que (a) este Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores da Oferta, das Quotas Seniores do Fundo, da Cedente e das suas atividades, bem como dos riscos inerentes às atividades da Cedente e ao investimento nas Quotas

Seniores, no contexto da Oferta e (b) este Prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes.

Conflito de Interesses

A Cedente não está envolvida nas atividades de distribuição, custódia, gestão e administração, e não pertence ao mesmo grupo econômico do Administrador ou do Custodiante, que são instituições devidamente habilitadas perante a CVM e o Bacen para prestar tais serviços, conforme aplicável, portanto, entende-se que não existem conflitos de interesses na prestação de tais serviços.

O Sr. Edson Figueiredo Menezes, Diretor Presidente e acionista minoritário do Banco Prosper S.A., é Presidente do Conselho de Administração da Cedente. O Sr. Álvaro Luiz Álvares Otero, conselheiro da SuperVia, também é acionista minoritário do Banco Prosper S.A.

Relacionamento dos Coordenadores com a Cedente

Banco Standard de Investimentos S.A.

Na data deste Prospecto, a SuperVia possuía R\$ 39,0 milhões em empréstimos ponte obtidos com o Banco Standard de Investimentos S.A. Os empréstimos ponte foram obtidos por meio de cédulas de crédito bancário, atualizadas pela taxa anual de 165% do CDI, com vencimento em 16 de janeiro de 2010. Para maiores informações ver Seção – “III. A CEDENTE – SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A – Contratos Relevantes – Contratos Financeiros”.

Banco Prosper S.A.

Em 31 de dezembro de 2008, a SuperVia possuía R\$ 3,3 milhões na forma de Conta Garantida com o Banco Prosper S.A. A Cedente também possui em vigor contratos de fiança relevantes, totalizando o montante de R\$ 7,1 milhões. Para maiores informações ver Seção – “III. A CEDENTE – SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A – Contratos Relevantes – Contratos Financeiros”

Relacionamento do Administrador com a Cedente

Na data deste Prospecto, exceto pela presente Oferta, a Cedente não mantinha qualquer relacionamento com o Administrador.

Relacionamento do Administrador com os Coordenadores

Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, exceto pela presente Oferta, o Coordenador Líder não mantinha qualquer relacionamento com o Administrador.

Coordenador

Na data deste Prospecto, exceto pela presente Oferta, o Coordenador não mantinha qualquer relacionamento com o Administrador.

Relacionamento do Administrador com o Custodiante

Na data deste Prospecto, exceto pela presente Oferta, o Custodiante não mantinha qualquer relacionamento com o Administrador.

Relacionamento do Administrador com os demais Prestadores de Serviço do Fundo

Empresa de Auditoria

Na data deste Prospecto, além da presente Oferta, o Administrador prestava serviços de administração para 01 (um) fundo de investimento em direitos creditórios, 01 (um) fundo de investimento em direitos creditórios não-padronizados e 01 (um) fundo de investimento em participações nos quais a Empresa de Auditoria presta o serviço de auditoria das demonstrações financeiras, conforme descrito abaixo:

O BANCOOB Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros, fundo de investimento em direitos creditórios, constituído em 13 de julho de 2006, com prazo regular de vigência até 01 de abril de 2026, onde o Administrador, na qualidade de instituição administradora, faz jus a uma remuneração mensal equivalente ao maior valor entre (i) 13.800,00 (treze mil e oitocentos reais) ou (ii) o valor correspondente a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) ao ano sobre o valor do patrimônio líquido do fundo até o montante de R\$ 50 milhões acrescido do valor correspondente a 0,17% (dezessete centésimos por cento) ao ano sobre o valor do patrimônio líquido do fundo que exceder ao montante de R\$ 50 milhões até o montante de R\$ 100 milhões, acrescido de 0,15% (quinze centésimos por cento) ao ano sobre o valor do patrimônio líquido do fundo que exceder ao montante de R\$ 100 milhões, apurado mensalmente à razão de 1/12 (um doze avos), incidente sobre o patrimônio líquido apurado no último dia útil de cada mês; e a Empresa de Auditoria recebe remuneração anual no valor de R\$19.000,00 (dezenove mil reais) pelo serviço de auditoria das demonstrações financeiras do Fundo.

O Polo Precatório Federal Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados, constituído em 20 de outubro de 2006, com prazo de duração de 11 (onze) anos, onde o Administrador, na qualidade de instituição administradora, faz jus a uma remuneração mensal equivalente ao maior valor entre: (i) R\$8.000,00 ou (ii) o valor correspondente a 0,10% ao ano incidente sobre o valor do patrimônio líquido do fundo, pagável mensalmente à razão de 1/12, apurado no último dia útil de cada mês. A remuneração mensal acima prevista será acrescida uma remuneração adicional correspondente a 0,20% ao ano incidente sobre o valor do patrimônio líquido do fundo, pagável mensalmente à razão de 1/12, apurada no último dia útil de cada mês; e a Empresa de Auditoria recebe remuneração anual no valor de R\$18.000,00 (dezoito mil reais) pelo serviço de auditoria das demonstrações financeiras do fundo.

O BCRE Development Fund I Fundo De Investimento em Participações, fundo de investimento em participações, constituído em 25 de junho de 2007, com prazo de duração de cinco anos, onde o Administrador, na qualidade de instituição administradora do fundo, faz jus a uma remuneração equivalente a 0,10% (dez centésimos por cento) ao ano sobre o valor do patrimônio líquido do fundo, observado o valor mínimo de R\$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais) para até duas sociedades investidas, acrescido de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais para cada sociedade investida adicional, sendo que a partir da 5ª sociedade investida, o acréscimo previsto foi reduzido para R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) mensais por sociedade envolvida; e a Empresa de Auditoria recebe remuneração anual no valor de R\$18.000,00 (dezoito mil reais) pelo serviço de auditoria das demonstrações financeiras do fundo.

Agência de Classificação de Risco

Na data deste Prospecto, exceto pela presente Oferta, a Agência de Classificação de Risco não mantinha qualquer relacionamento com o Administrador.

CARACTERÍSTICAS DO FUNDO

O Fundo

O Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios - SuperVia é constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração se inicia na primeira Data de Emissão de Quotas e encerrar-se-á no prazo de 7 (sete) anos, ou na Data de Resgate, o que ocorrer por último.

Objetivo do Fundo

O objetivo do Fundo é proporcionar a seus Quotistas, observada a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira definida Capítulo Seis do Regulamento, a valorização de suas Quotas por meio da aquisição pelo Fundo (i) dos Direitos Creditórios oriundos da prestação de serviço público pela Cedente no segmento de transporte ferroviário de pessoas, nos termos do Contrato de Concessão, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra a Cedente ou coobrigação desta, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados assegurados aos titulares de tais Direitos Creditórios, e quaisquer indenizações devidas, direta ou indiretamente, decorrentes de apólices de seguro contratados pela Cedente ou por quaisquer de seus prestadores de serviços no âmbito da arrecadação dos Direitos Creditórios, incluindo, sem limitação, as indenizações provenientes do serviço de transporte de valores e afins, bem como todos e quaisquer encargos, multas compensatórias e/ou indenizatórias devidas à Cedente no âmbito da prestação do Serviço, nos termos do Contrato de Cessão, inclusive reajustes monetários/tarifários, bem como todos os direitos, ações e garantias assegurados à Cedente por força dos Direitos Creditórios cedidos; e/ou (ii) de Ativos Financeiros.

Base Legal

O Fundo é disciplinado pela Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do CMN, pela Instrução CVM 356/01, pelo seu respectivo Regulamento, anexo a este Prospecto, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Público-Alvo

Podem participar do Fundo, na qualidade de Quotistas, Investidores Qualificados, exclusivamente, que buscam retorno no médio e longo prazos, de rentabilidade condizente com a política de investimento do Fundo e que estejam dispostos a aceitar risco de crédito em suas aplicações.

O Fundo não é destinado a investidores que necessitam de ampla liquidez em seus títulos.

Política de Investimento e Carteira do Fundo

As aplicações do Fundo deverão observar os requisitos de composição e diversificação de carteira estabelecidos pelas normas regulamentares em vigor e pelo Regulamento do Fundo.

O Fundo deverá alocar, em até 90 (noventa) dias da primeira Data de Emissão de Quotas Seniores, no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios. O Fundo poderá, conforme o caso, manter as Disponibilidades, em moeda corrente nacional, ou aplicá-lo, exclusivamente, respeitado o limite disposto no Regulamento, em: (i) títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen; (ii) fundos de investimento classificados como referenciados ou de renda fixa de perfil conservador, com liquidez diária, que tenham seu patrimônio representado por títulos emitidos pelo Tesouro Nacional ou pelo Bacen; ou (iii) operações compromissadas com lastro nos títulos mencionados no item (i) acima e cuja contraparte seja uma Instituição Autorizada.

Os Ativos Financeiros devem ser registrados, custodiados e/ou mantidos em conta de depósito aberta diretamente em nome do Fundo, em contas específicas mantidas no SELIC, no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desse serviço pelo Bacen ou pela CVM, excetuando-se as aplicações do Fundo em quotas de fundos de investimento e em quotas de fundos de aplicação em quotas de fundos de investimento.

Encontra-se entre as obrigações e responsabilidade do Administrador evidenciar que as operações realizadas pelo Fundo estão em consonância com sua política de investimento, de composição e de diversificação de carteira prevista no Regulamento e que as negociações realizadas pelo Fundo observaram os termos do inciso II do §3º do artigo 8 da Instrução CVM 356/01. [Exigência 2.7.]

Operações Compromissadas e/ou com Derivativos

O Fundo não pode realizar operações compromissadas e/ou operações em mercados de derivativos, administrados por bolsas de mercadorias e de futuros, na modalidade com garantia, salvo se com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas e com o único e exclusivo propósito de mitigar, total ou parcialmente, os riscos de descasamento entre a taxa de atualização das Quotas e a taxa de atualização dos ativos do Fundo.

Administrador como contraparte do Fundo

O Fundo não pode realizar operações financeiras, incluindo a compra e venda de qualquer ativo financeiro em que (i) o Administrador; (ii) o Custodiante; (iii) a Cedente; ou (iv) qualquer de suas Partes Relacionadas, salvo no caso das Instituições Autorizadas, que figure, direta ou indiretamente, como contraparte.

Prazo

O prazo de duração do Fundo inicia-se na primeira Data de Emissão de Quotas Seniores e encerrar-se-á no prazo de 7 (sete) anos, ou na Data de Resgate, o que ocorrer por último, ressalvadas as hipóteses de ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação do Fundo, situação em que o prazo de duração do Fundo se estenderá até a amortização integral das Quotas e o cumprimento integral das obrigações do Fundo, observados os limites previstos no Regulamento. O Prazo de Duração poderá ser estendido por deliberação da Assembléia Geral, observado o disposto no artigo 4º do Regulamento.

Características das Quotas

Para informações adicionais sobre as Quotas, favor ver a Seção "As Quotas".

Plano de Distribuição

As Quotas Seniores serão distribuídas sob o regime de garantia firme de subscrição e colocação, nos termos do Contrato de Distribuição, até a data de encerramento da distribuição das Quotas Seniores. O registro da CVM deverá (i) autorizar o funcionamento do Fundo, e (ii) dispensar o Fundo da apresentação de seguro garantia, conforme exigido pelo artigo 40, parágrafo oitavo, da Instrução CVM 356/01.

O Coordenador Líder garantirá a subscrição e colocação pública de até 100 (cem) Quotas Seniores, limitados ao montante financeiro total equivalente a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), na data de subscrição, e o Banco Prosper garantirá a subscrição e colocação pública de até 50 (cinquenta) Quotas Seniores, limitados ao montante financeiro total equivalente a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões), na data de subscrição.

Os Coordenadores não terão qualquer responsabilidade e/ou obrigação perante o Administrador e/ou o Fundo de subscrever ou integralizar quaisquer quotas que não sejam objeto da garantia firme prestada nos termos do Contrato de Distribuição.

No mercado primário, as Quotas Seniores serão registradas para distribuição no MDC – Módulo de Distribuição de Quotas de Fundo da CETIP, a qual efetuará a liquidação da distribuição e a custódia eletrônica das Quotas.

No mercado secundário, as Quotas Seniores serão registradas para negociação (i) no SFF da CETIP, a qual efetuará a liquidação da negociação e a custódia eletrônica das Quotas Seniores, e (ii) no BOVESPAFIX e SOMAFIX, observada a responsabilidade dos intermediários de assegurarem que somente Investidores Qualificados adquiram Quotas Seniores do Fundo.

Modificação da Oferta

Nos termos do artigo 25 e seguintes da Instrução CVM nº 400/03, a CVM, a seu juízo, poderá acatar pleito formulado pelo Administrador de modificação ou revogação da Oferta, na hipótese de alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do respectivo pedido de registro perante a CVM, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos inerentes à própria Oferta. É sempre permitida a modificação da Oferta para melhorá-la em favor dos Quotistas. A revogação torna ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente, aos aceitantes, os valores, bens ou direitos dados em contrapartida às Quotas ofertadas, caso aplicável.

A modificação será divulgada imediatamente através dos mesmos meios utilizados para a divulgação do Aviso ao Mercado e, conforme o caso, do Anúncio de Início de distribuição das Quotas. O Administrador, o Coordenador Líder e os demais Coordenadores certificar-se-ão, assim como tomarão as devidas cautelas no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições.

O Administrador comunicará diretamente os investidores que já tiverem aderido à Oferta a respeito da modificação efetuada, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da comunicação, confirmem, por correspondência à Administradora ou em sua sede, o interesse em manter a aceitação da Oferta, presumida a intenção de manutenção da mesma na hipótese de silêncio.

Na hipótese do investidor manifestar a intenção de revogar sua aceitação à Oferta, restituir-se-ão os valores aos investidores eventualmente adiantados. Neste caso, os atos de aceitação anteriores ou posteriores tornar-se-ão sem efeito, sendo que os valores eventualmente depositados pelos investidores serão devolvidos pelo Administrador, sem juros ou correção monetária.

Custos Envolvidos na Operação do Fundo

A tabela abaixo demonstra as estimativas de custos envolvidos na operação do Fundo:

Custos da Oferta	Montante	(%) sobre o montante da Oferta
Comissão de Estruturação	R\$ [●]	[●]%
Comissão de Colocação	R\$ [●]	[●]%
Prêmio de Garantia Firme	R\$ [●]	[●]%
Publicações Legais + Roadshow	R\$ 200.000,00	[●]%
Auditoria	R\$ 95.000,00	[●]%
Agência de Classificação de Risco	R\$ 50.000,00	[●]%
Taxa ANBID	R\$ 3.000,00	[●]%
Assessoria Jurídica	R\$ 300.000,00	[●]%
Taxa para Registro na CVM	R\$ 82.870,00	[●]%

Total dos Custos	R\$ [●]	[●]%
-------------------------	---------	------

Preço por Quota Sênior (R\$)	Custo por Quota Sênior (R\$)	(%) sobre o Valor Unitário de Emissão	Montante Líquido para o Fundo (R\$)
1.000.000,00	[●]	[●]	[●]

Cronograma da Distribuição Pública de Quotas Seniores

Encontra-se abaixo um cronograma estimado e tentativo das etapas da Oferta, informando seus principais eventos a partir da publicação do Aviso ao Mercado e disponibilização do Prospecto aos investidores:

Eventos	Datas Indicativas
Publicação do Aviso aos Investidores	11 de março de 2009
Disponibilização do Prospecto Preliminar	11 de março de 2009
Apresentações sobre a Oferta (<i>Roadshow</i>)	12 a 25 de março de 2009
Procedimento de <i>bookbuilding</i>	7 de abril de 2009
Obtenção do Registro da Distribuição	15 de abril de 2009
Publicação do Anúncio de Início	16 de abril de 2009
Disponibilização do Prospecto Definitivo	16 de abril de 2009
Liquidação Financeira	20 de abril de 2009
Publicação de Anúncio de Encerramento	21 de abril de 2009

Taxas, Encargos e Despesas do Fundo

O Administrador receberá Taxa de Administração anual correspondente ao valor equivalente ao percentual de 0,10% (dez centésimos por cento) ao ano, incidente sobre o Patrimônio Líquido, limitado a R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), acrescido do valor equivalente ao percentual de 0,05% (cinco centésimos por cento) sobre o valor do Patrimônio Líquido que ultrapassar o limite dos R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais). A Taxa de Administração prevista anteriormente terá como valor mínimo mensal igual a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), sendo que a partir do 6º (sexto) ano, inclusive, caso aplicável, o referido valor mínimo mensal passará a R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Os valores previstos acima serão atualizados anualmente com base na variação acumulada do IGP-M, sendo que a primeira atualização deverá ocorrer 1 (um) ano após a primeira Data de Emissão.

A Taxa de Administração será calculada e provisionada todo Dia Útil, e o seu pagamento ocorrerá mensalmente à razão de 1/12 (um doze avos), sendo que a primeira parcela será paga ao Administrador no primeiro Dia Útil do mês seguinte ao que ocorrer a primeira Data de Emissão e as demais no primeiro Dia Útil dos meses subsequentes.

Ademais, não serão cobradas taxas de performance, ingresso ou de saída pelo Administrador.

Constituem Encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas:

- taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicação aos

Quotistas;

- d) honorários e despesas devidos à Empresa de Auditoria;
- e) emolumentos e comissões pagos sobre as operações do Fundo, os quais deverão sempre observar condições e parâmetros de mercado;
- f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral;
- h) Taxas de Custódia;
- i) contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação;
- j) custos relativos à abertura e manutenção de contas em sistemas de liquidação e custódia autorizados pelo Bacen;
- k) despesas com os serviços prestados pela Agência de Classificação de Risco;
- l) despesas com a atualização do Prospecto e do Regulamento; e
- m) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos condôminos, na forma do inciso I do artigo 31 da Instrução CVM 356/01.

O Custodiante receberá Taxa de Custódia, conforme item (h) acima, correspondente ao valor equivalente ao percentual de (i) 0,18% (dezoito centésimos por cento) ao ano, incidente sobre o Patrimônio Líquido, limitado a R\$150.000.000,00, (ii) 0,14% (quatorze centésimos por cento) ao ano, incidente sobre o Patrimônio Líquido entre R\$150.000.000,00 e R\$300.000.000,00, ou (iii) 0,10% (dez centésimos por cento) ao ano, incidente sobre Patrimônio Líquido superior a R\$300.000.000,00. A Taxa de Custódia prevista acima terá como valor mínimo mensal igual a R\$ 12.000,00 (doze mil reais). [Exigência 2.8.]

A Taxa de Custódia será calculada e provisionada todo Dia Útil, e o seu pagamento ocorrerá mensalmente à razão de 1/12 (um doze avos), sendo que a primeira parcela será paga ao Custodiante no primeiro Dia Útil do mês seguinte ao que ocorrer a primeira Data de Emissão e as demais no primeiro Dia Útil dos meses subsequentes. [Exigência 2.8.]

As comissões devidas às instituições integrantes do sistema de distribuição de títulos e valores mobiliários e os custos e despesas relacionados exclusivamente com a Oferta serão arcados pela Cedente, nos termos do Contrato de Distribuição. A Taxa de Administração e os Encargos do Fundo serão deduzidos do Patrimônio Líquido.

Quaisquer outras despesas não previstas como Encargos do Fundo correrão por conta do Administrador.

Tributação do Fundo

Para maiores informações sobre tributação do fundo, favor ver a seção "As Quotas".

Gerenciamento de Risco

Os fundos de investimento geridos estão sujeitos aos controles de risco. O Administrador busca gerenciar os riscos a que o Fundo está exposto e a aderência da carteira aos padrões de conformidade. Para o controle do risco de mercado é utilizado o VaR (*Value at Risk*). Para atendimento aos resgates e outras exigibilidades do Fundo, é mantido adequado fluxo de vencimento dos ativos, bem como, percentual do patrimônio do Fundo aplicado em operações com liquidez diária (operações compromissadas).

Os métodos utilizados pelo Administrador para gerenciar os riscos a que o Fundo se encontra sujeito não constituem garantia contra eventuais perdas patrimoniais que possam ser incorridas pelo Fundo.

OS DIREITOS CREDITÓRIOS

Introdução

Os Direitos Creditórios compreendem os direitos creditórios da Cedente oriundos da prestação futura de serviços de transporte ferroviário de passageiros no Estado do Rio de Janeiro, observados os Critérios de Elegibilidade. Os Direitos Creditórios, assim como todos os direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados e assegurados ao titular de tais direitos, e quaisquer indenizações devidas, direta ou indiretamente, decorrentes de apólices de seguro contratados pela Cedente ou por quaisquer de seus prestadores de serviços no âmbito da arrecadação dos Direitos Creditórios, incluindo, sem limitação, as indenizações provenientes do serviço de transporte de valores e afins, bem como todos e quaisquer encargos, multas compensatórias e/ou indenizatórias devidas à Cedente no âmbito da prestação desse serviço público de transporte ferroviário de pessoas, nos termos do Contrato de Cessão, inclusive reajustes monetários/tarifários, bem como todos os direitos, ações e garantias assegurados à Cedente por força dos Direitos Creditórios cedidos, serão cedidos pela Cedente ao Fundo por um preço de aquisição, certo e ajustado, calculado com base na análise do fluxo histórico de recebimento dos Direitos Creditórios da Cedente, considerando o período de janeiro 2005 a fevereiro de 2008, a ser determinado quando da assinatura do Contrato de Cessão.

Vale ressaltar que não haverá qualquer taxa de desconto para a aquisição dos Direitos Creditórios, uma vez que os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo tratam-se de direitos creditórios futuros, não fazendo parte da estrutura do Fundo a aquisição de Direitos Creditórios com taxas de desconto. Portanto, no âmbito da presente estrutura, a Cedente obriga-se, nos termos do Contrato de Cessão, a entregar ao Fundo tantos Direitos Creditórios quanto forem necessários para que o Fundo cumpra integralmente com todas as suas obrigações no Período de Duração, sendo que os Direitos Creditórios serão cedidos pela Cedente ao Fundo, em quantidades estabelecidas nos termos do Contrato de Cessão, com base em seus respectivos valores nominais.

O pagamento do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios, pelo Fundo à Cedente, será realizado na data em que as Quotas Seniores forem integralmente subscritas e integralizadas. Nesta data, o saldo correspondente à diferença entre o Preço de Aquisição e o valor destinado à composição da Reserva de Amortização e Reserva de Despesas, conforme disposto no Regulamento e nos itens 2.5 e 2.6 do Contrato de Cessão, será entregue à Cedente mediante depósito, pelo Custodiante, por ordem e conta do Fundo, via TED - Transferência Eletrônica Disponível, ou por outra forma de transferência de recursos autorizada pelo Banco Central do Brasil, para a Conta Autorizada da Cedente. Em contrapartida ao pagamento do Preço de Aquisição, o Fundo receberá, durante o Prazo de Duração, conforme as Datas de Amortização e/ou Resgate, nos termos do Regulamento, os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, na medida em que estes são constituídos, em quantidades determinadas e suficientes, nos termos definidos no Contrato de Cessão, ao pagamento das amortizações e/ou resgate das Quotas Seniores, observado a valorização das Quotas Seniores conforme *benchmark* definido em procedimento de *Bookbuilding*. [Exigência 2.7.]. A cessão dos Direitos Creditórios, instrumentalizada pelo Contrato de Cessão, conta com a anuência do Poder Concedente, conforme a autorização emitida pelo Secretário de Estado de Transportes do Estado do Rio de Janeiro em 03 de abril de 2008, que foi publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro em 07 de abril de 2008, fls. 11, extraída do processo administrativos nº E-10/163/2008. A cessão dos Direitos Creditórios é negócio jurídico perfeito e acabado que assegura ao Fundo sua legítima titularidade, produzindo todos os efeitos em relação a terceiros, inclusive sendo oponível ao Poder Concedente e a eventual novo concessionário do serviço público de transporte ferroviário do Estado do Rio de Janeiro.

Encontra-se entre as obrigações e responsabilidades do Administrador evidenciar que as operações realizadas pelo Fundo estão em consonância com sua política de investimento, de composição e de diversificação de carteira prevista no Regulamento e que as negociações realizadas pelo Fundo

observaram os termos do inciso II do §3º do artigo 8 da Instrução CVM 356/01. [Exigência 2.7.]

Natureza do Contrato de Transporte

De uma forma geral, pelo contrato de transporte alguém se obriga, mediante retribuição, a transportar, de um lugar para outro, pessoas ou coisas, conforme previsto no artigo 730 do Código Civil Brasileiro.

No contrato de transporte temos dois contraentes: o transportador, que é a pessoa que se compromete a fazer o transporte, e o passageiro, que se propõe a ser transportado, pagando certo preço. O passageiro adquire um Bilhete de passagem que dará direito a quem se apresentar com ele de ser transportado; é, portanto, um título de legitimação, que atesta a vontade do adquirente de ser transportado de um lugar para outro, e a do transportador de realizar o transporte.

Juridicamente, o contrato de transporte de pessoas (tendo como partes a Cedente e os usuários) é um contrato não formal e de adesão, pois sua validade não depende da observância de uma forma preestabelecida em lei. O Bilhete, unicamente, constitui a prova do contrato de transporte.

Descrição dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo. Tratamento Jurídico.

Os Direitos Creditórios serão originados pela Cedente em decorrência da prestação futura do serviço de transporte ferroviário de passageiros. Os Direitos Creditórios serão cedidos ao Fundo com base no artigo 483 do Código Civil Brasileiro, representados: (i) pelas vendas futuras da totalidade dos Bilhetes nas Estações Designadas, durante o Período de Arrecadação; (ii) pelo crédito devido contra a Fetranspor decorrente da utilização de Vales-Transporte, nos termos do Contrato Particular de Delegação, celebrado com a Fetranspor; e (iii) por outros créditos oriundos de modalidades de cobrança existentes, ou que venham a ser criadas e aceitas pela Cedente, para a prestação do Serviço a partir da primeira Data de Emissão das Quotas Seniores, e que sejam utilizados pelos usuários da Cedente, vendidos nas Estações Designadas, ou de outra forma relacionadas às Estações Designadas, durante o Período de Arrecadação, juntamente com todos os direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados e assegurados ao titular de tais direitos, e quaisquer indenizações devidas, direta ou indiretamente, decorrentes de apólices de seguro contratados pela Cedente ou por quaisquer de seus prestadores de serviços no âmbito da arrecadação dos Direitos Creditórios, incluindo, sem limitação, as indenizações provenientes do serviço de transporte de valores e afins, bem como todos e quaisquer encargos, multas compensatórias e/ou indenizatórias devidas à Cedente no âmbito da prestação do Serviço, nos termos do Contrato de Cessão, inclusive reajustes monetários e tarifários bem como todos os direitos, ações e garantias assegurados à Cedente por força dos Direitos Creditórios cedidos.

Descrição das Estações Designadas

A escolha das Estações Designadas foi baseada em histórico de receita, localização e integração com outros modais de transporte. Considerando apenas os Bilhetes comercializados pela SuperVia, as Estações Designadas contribuíram, nos últimos três anos, com 70,34% da receita total.

São Estações Designadas as estações sombreadas na cor cinza, conforme abaixo apresentadas:

Linhas				
Linha 1 - Deodoro	Linha 2 - Santa Cruz	Linha 3 - Japeri	Linha 4 - Belford Roxo	Linha 5 - Saracuruna
Central do Brasil	Vila Militar	Ricardo de Albuquerque	Jacarezinho	Triagem
Praça da Bandeira	Magalhães Bastos	Anchieta	Del Castilho	Manguinhos
São Cristóvão	Realengo	Olinda	Cintra Vidal (Pilares)	Bonsucesso
Maracanã	Padre Miguel	Nilópolis	Tomaz Coelho	Ramos
Mangueira	Guilherme de Silveira	Edson Passos	Cavalcante	Olaria
São Francisco Xavier	Bangu	Mesquita	Mercadão de Madureira	Penha
Riachuelo	Senador Camará	Juscelino	Rocha Miranda	Penha Circular
Sampaio	Santíssimo	Nova Iguaçu	Honório Gurgel	Brás de Pina
Engenho Novo	Augusto Vasconcelos	Comendador Soares	Barros Filho	Cordovil
Meier	Campo Grande	Austin	Costa Barros	Lucas
Engenho de Dentro	Benjamim do Monte	Queimados	Pavuna	Vigário Geral
Piedade	Inhoaíba	Engenheiro Pedreira	Vila Rosali	Duque de Caxias
Quintino	Cosmos	Japeri	Agostinho Porto	Gramacho
Cascadura	Paciência	Lages	Coelho da Rocha	Campos Elíseos
Madureira	Tancredo Neves	Paracambi	Belford Roxo	Jardim Primavera
Osvaldo Cruz	Santa Cruz			Saracuruna
Bento Ribeiro				Vila Inhomirim
Marechal Hermes				
Deodoro				

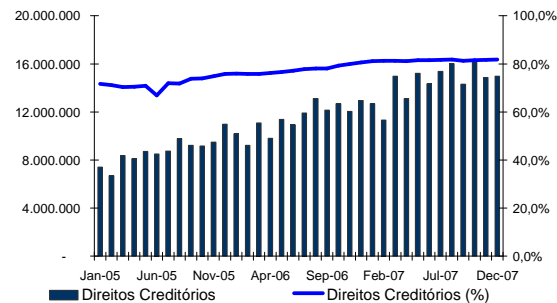
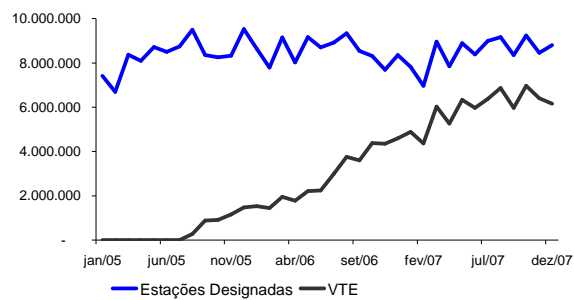
Segundo dados internos da SuperVia, as Estações Designadas apresentam o seguinte perfil:

Perfil das Estações Designadas											
Estações Designadas	Linha	Integração com outros modais?	2005			2006			2007		
			Arrecadação com a venda de Bilhetes	% em relação a venda total de Bilhetes	% em relação a arrecadação total	Arrecadação com a venda de Bilhetes	% em relação a venda total de Bilhetes	% em relação a arrecadação total	Arrecadação com a venda de Bilhetes	% em relação a venda total de Bilhetes	% em relação a arrecadação total
Central do Brasil	1	Sim	25.940.629	18,37%	17,78%	26.205.749	18,45%	14,81%	27.065.411	19,16%	12,72%
São Cristóvão	1	Sim	6.408.924	4,54%	4,39%	5.771.329	4,06%	3,26%	5.384.251	3,81%	2,53%
Meier	1	Sim	3.672.312	2,60%	2,52%	3.237.766	2,28%	1,83%	3.432.672	2,43%	1,61%
Engenho de Dentro	1	Sim	2.839.018	2,01%	1,95%	3.054.315	2,15%	1,73%	3.112.427	2,20%	1,46%
Cascadura	1	Sim	2.605.216	1,84%	1,79%	2.787.016	1,96%	1,58%	2.463.088	1,74%	1,16%
Madureira	1	Sim	6.112.623	4,33%	4,19%	6.356.607	4,47%	3,59%	6.731.431	4,76%	3,16%
Realengo	2		1.078.610	0,76%	0,74%	1.080.652	0,76%	0,61%	1.366.926	0,97%	0,64%
Bangu	2	Sim	2.246.459	1,59%	1,54%	2.173.963	1,53%	1,23%	2.578.687	1,83%	1,21%
Campo Grande	2	Sim	3.746.768	2,65%	2,57%	3.633.230	2,56%	2,05%	4.148.890	2,94%	1,95%
Santa Cruz	2	Sim	3.146.360	2,23%	2,16%	3.068.589	2,16%	1,73%	2.907.780	2,06%	1,37%
Ricardo de Albuquerque	3		898.502	0,64%	0,62%	909.089	0,64%	0,51%	1.045.038	0,74%	0,49%
Nilópolis	3	Sim	3.114.525	2,21%	2,13%	3.316.479	2,33%	1,87%	3.146.956	2,23%	1,48%
Edson Passos	3	Sim	1.852.115	1,31%	1,27%	2.048.484	1,44%	1,16%	1.919.238	1,36%	0,90%
Nova Iguaçu	3	Sim	6.233.109	4,41%	4,27%	6.598.323	4,65%	3,73%	6.258.785	4,43%	2,94%
Comendador Soares	3		3.431.262	2,43%	2,35%	3.662.108	2,58%	2,07%	3.233.630	2,29%	1,52%
Austin	3	Sim	3.644.959	2,58%	2,50%	3.746.689	2,64%	2,12%	3.436.237	2,43%	1,61%
Queimados	3	Sim	6.130.895	4,34%	4,20%	6.429.340	4,53%	3,63%	5.834.193	4,13%	2,74%
Engenheiro Pedreira	3		4.715.387	3,34%	3,23%	5.162.834	3,63%	2,92%	4.872.395	3,45%	2,29%
Japeri	3		2.150.218	1,52%	1,47%	2.381.678	1,68%	1,35%	2.214.220	1,57%	1,04%
Belford Roxo	4	Sim	2.566.277	1,82%	1,76%	2.524.808	1,78%	1,43%	2.385.222	1,69%	1,12%
Duque de Caxias	5		2.373.731	1,68%	1,63%	2.410.761	1,70%	1,36%	2.337.902	1,65%	1,10%
Gramacho	5		3.592.771	2,54%	2,46%	3.809.167	2,68%	2,15%	3.604.239	2,55%	1,69%
Saracuruna	5		1.991.498	1,41%	1,36%	2.274.861	1,60%	1,29%	2.410.809	1,71%	1,13%
Total			100.492.169	71,15%	68,86%	102.643.837	72,26%	58,03%	101.890.429	72,12%	47,87%
Arrecadação Bilhetes			141.240.571			142.047.647			141.280.371		
Arrecadação Bilhetes + VTE			145.930.805			176.891.151			212.836.508		

O total arrecadado com a venda de Bilhetes nas Estações Designadas, somado a arrecadação por meio da utilização de Vales-Transporte, representou 80,3% da arrecadação total da SuperVia em 2007. Segue abaixo gráfico com o histórico da arrecadação nas Estações Designadas incluindo a totalidade da arrecadação por meio dos Vales-transporte:

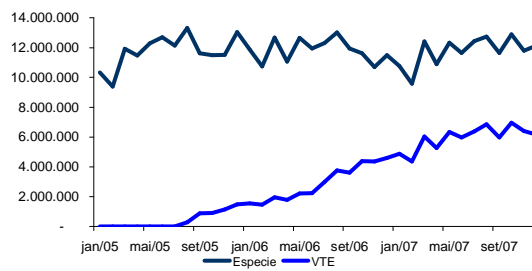
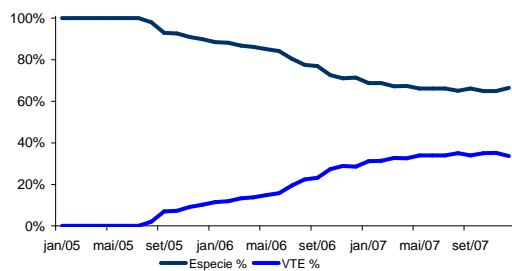
Estações Designadas e Vales-transporte

Direitos Creditórios (%)



Fonte: SuperVia

Segue abaixo gráfico apresentando o histórico da arrecadação nas Estações Designadas por meio de Bilhetes comparado com a arrecadação por meio de vales-transporte:



Fonte: SuperVia

ESTRUTURA DA OPERAÇÃO

O propósito desta Seção consiste em oferecer uma visão global da estrutura desta operação, sendo que certos termos e condições, constantes principalmente do Regulamento e do Contrato de Cessão foram resumidos e/ou simplificados. Os potenciais investidores devem consultar as demais Seções deste Prospecto e o Regulamento antes de decidir por aplicar recursos no Fundo ou de adquirir suas Quotas.

Resumo da estrutura

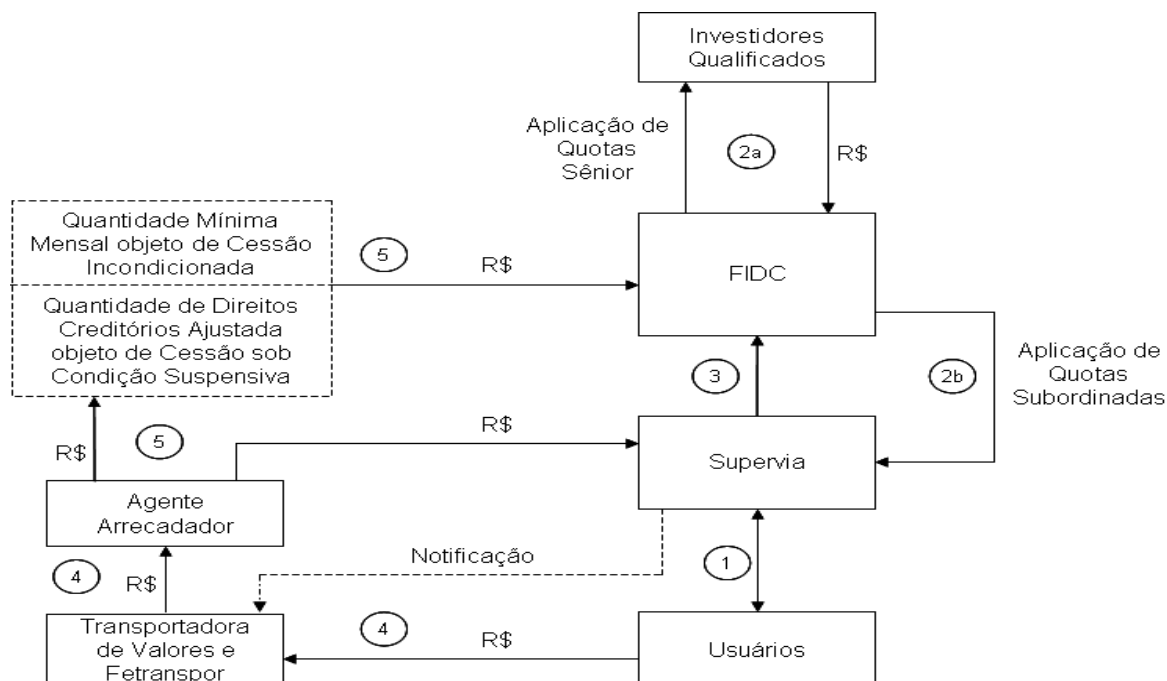
Os Direitos Creditórios serão cedidos pela Cedente ao Fundo por meio do Contrato de Cessão. Os Direitos Creditórios compreendem os direitos creditórios da Cedente oriundos da prestação futura de serviços de transporte ferroviário de pessoas no Estado do Rio de Janeiro, na forma do artigo 730 e 731 do Código Civil Brasileiro, e do contrato de Concessão, representados: (i) pelas vendas futuras da totalidade dos Bilhetes nas Estações Designadas, durante o Período de Arrecadação; (ii) pelo crédito detido contra a Fetranspor, decorrente da utilização de Vales-Transporte, nos termos Contrato Particular de Delegação, celebrado com a Fetranspor; e (iii) por outros créditos oriundos de modalidades de cobrança existentes, ou que venham a ser criadas e aceitas pela Cedente, para a prestação do Serviço, a partir da primeira Data de Emissão das Quotas Seniores, e que sejam utilizados pelos usuários da Cedente, vendidos nas Estações Designadas, ou de outra forma relacionadas às Estações Designadas, durante o Período de Arrecadação, juntamente com todos os direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados e assegurados ao titular de tais direitos, e quaisquer indenizações devidas, direta ou indiretamente, decorrentes de apólices de seguro contratados pela Cedente ou por quaisquer de seus prestadores de serviços no âmbito da arrecadação dos Direitos Creditórios, incluindo, sem limitação, as indenizações provenientes do serviço de transporte de valores e afins, bem como todos e quaisquer encargos, multas compensatórias e/ou indenizatórias devidas à Cedente no âmbito da prestação do Serviço, nos termos do Contrato de Cessão, inclusive reajustes monetários/tarifários, bem como todos os direitos, ações e garantias assegurados à Cedente por força dos Direitos Creditórios cedidos.

Os Direitos Creditórios compreendem os direitos creditórios da Cedente oriundos da prestação futura de serviços de transporte ferroviário de passageiros no Estado do Rio de Janeiro, observados os Critérios de Elegibilidade. Os Direitos Creditórios, assim como todos os direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados e assegurados ao titular de tais direitos, e quaisquer indenizações devidas, direta ou indiretamente, decorrentes de apólices de seguro contratados pela Cedente ou por quaisquer de seus prestadores de serviços no âmbito da arrecadação dos Direitos Creditórios, incluindo, sem limitação, as indenizações provenientes do serviço de transporte de valores e afins, bem como todos e quaisquer encargos, multas compensatórias e/ou indenizatórias devidas à Cedente no âmbito da prestação desse serviço público de transporte ferroviário de pessoas, nos termos do Contrato de Cessão, inclusive reajustes monetários/tarifários, bem como todos os direitos, ações e garantias assegurados à Cedente por força dos Direitos Creditórios cedidos, serão cedidos pela Cedente ao Fundo por um preço de aquisição, certo e ajustado, calculado com base na análise do fluxo histórico de recebimento dos Direitos Creditórios da Cedente, considerando o período de janeiro 2005 a fevereiro de 2008, a ser determinado quando da assinatura do Contrato de Cessão.

O pagamento do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios, pelo Cessionário à Cedente, conforme disposto no Regulamento e no Contrato de Cessão, será realizado na data em que as Quotas Seniores forem integralmente subscritas e integralizadas, mediante depósito, pelo Custodiante, por ordem e conta do Cessionário, via TED - Transferência Eletrônica Disponível, ou por outra forma de transferência de recursos autorizada pelo Banco Central do Brasil, para a Conta Autorizada da Cedente, do preço certo e ajustado, em moeda nacional, calculado com base na análise do fluxo histórico de recebimento dos Direitos Creditórios da Cedente, considerando o período de janeiro 2005 a fevereiro de 2008. Em contrapartida ao pagamento do Preço de Aquisição, o Fundo receberá, durante o Prazo de

Duração, conforme as Datas de Amortização e/ou Resgate, nos termos do Regulamento, os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, na medida em que estes são constituídos, em quantidades determinadas e suficientes, nos termos definidos no Contrato de Cessão, ao pagamento das amortizações e/ou resgate das Quotas Seniores, observado a valorização das Quotas Seniores conforme *benchmark* definido em procedimento de *Bookbuilding*. [Exigência 2.7.]

Desenho esquemático da operação



- A SuperVia presta serviço público de transporte ferroviário de pessoas, que se reflete em uma base de usuários extremamente pulverizada.
- O Fundo capta recursos no mercado para a aquisição dos Direitos Creditórios elegíveis, a serem pagos em moeda corrente nacional na primeira Data de Emissão das Quotas Seniores, mediante integralização de Quotas Seniores por Investidores Qualificados. Em ato contínuo, a Cedente integraliza Quotas Subordinadas, em moeda corrente nacional e/ou por meio de cessão de Direitos Creditórios elegíveis ao Fundo.
- O Fundo adquire Direitos Creditórios da Cedente, decorrentes da prestação futura do serviço público de transporte ferroviário de pessoas representados: (i) pelas vendas futuras da totalidade dos Bilhetes nas Estações Designadas; (ii) pelo crédito decorrente da utilização de Vales-Transporte, nos termos Contrato Particular de Delegação, celebrado com a Fetranspor; e (iii) por outros créditos oriundos de novas modalidades de cobrança que venham a ser criadas e aceitas pela Cedente. A cessão dos Direitos Creditórios para o Fundo é realizada da seguinte forma: (i) a parcela dos Direitos Creditórios equivalente a Quantidade Mínima Mensal é cedida de forma incondicionada, e, (ii) a parcela restante dos Direitos Creditórios, equivalente à Quantidade de Direitos Creditórios Ajustada será cedida sob condição suspensiva.
- A Cedente e o Fundo notificarão a Transportadora de Valores e a Fetranspor, bem como a Cedente aditará o respectivo documento contratual celebrado com a Transportadora de Valores, para que a totalidade da arrecadação dos Direitos Creditórios, inclusive dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo sejam entregues ao Fundo, diariamente, na pessoa do Agente Arrecadador.
- O Agente Arrecadador (i) arrecadará e centralizará a totalidade da arrecadação dos Direitos

Creditórios, inclusive dos Diretos Creditórios cedidos ao Fundo (a) transportados e depositados pela Transportadora de Valores, e (b) depositados pela Fetranspor, decorrentes do crédito oriundo da utilização de Vales-Transporte; (ii) creditará para a Conta Autorizada do Fundo os valores informados pelo Administrador, por meio do Custodiante, que sejam suficientes para atendimento da Quantidade Mínima Mensal e, se for o caso, da Quantidade de Direitos Creditórios Ajustada; e (iii) sujeito ao não advento de uma Condição Suspensiva, creditará Agente Arrecadador deverá transferir a totalidade dos recursos da arrecadação dos Direitos Creditórios, arrecadados e centralizados na Conta Arrecadadora, durante cada Período Regular de Constituição e Pagamento de Direitos Creditórios, para a Conta Autorizada do Fundo, conforme instrução recebida do Custodiante, até o limite do valor estimado da Quantidade Mínima Mensal em cada Período de Capitalização, observado os termos da Cessão Incondicionada, de forma a garantir a liquidação diária dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, na medida em que estes são constituídos, observados, diariamente, os Relatórios de Transferência de Direitos Creditórios.

Política de investimentos e diversificação da carteira do Fundo

As Aplicações do Fundo deverão observar os requisitos de composição e diversificação de carteira estabelecidos pelas normas regulamentares em vigor e pelo Regulamento.

Nos termos do Regulamento, o Fundo tem como objetivo proporcionar a seus Quotistas, observada a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira definida no Capítulo Seis do Regulamento, a valorização de suas Quotas por meio da aquisição pelo Fundo (i) dos Direitos Creditórios prestação de serviço público pela Cedente no segmento de transportes ferroviários de pessoas, nos termos do Contrato de Concessão, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra a Cedente ou coobrigação desta, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados e assegurados aos titulares de tais Direitos Creditórios, e quaisquer indenizações devidas, direta ou indiretamente, decorrentes de apólices de seguro contratados pela Cedente ou por quaisquer de seus prestadores de serviços no âmbito da arrecadação dos Direitos Creditórios, incluindo, sem limitação, as indenizações provenientes do serviço de transporte de valores e afins, bem como todos e quaisquer encargos, multas compensatórias e/ou indenizatórias devidas à Cedente no âmbito da prestação do Serviço, nos termos do Contrato de Cessão, inclusive reajustes monetários/tarifários, bem como todos os direitos, ações e garantias assegurados à Cedente por força dos Direitos Creditórios cedidos; e/ou (ii) de Ativos Financeiros. Os termos e condições da aquisição dos Direitos Creditórios pelo Fundo, incluindo os Critérios de Elegibilidade, encontram-se detalhados no Regulamento e no Contrato de Cessão.

O Fundo deverá alocar, em até 90 (noventa) dias da primeira Data de Emissão de Quotas Seniores, no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios. O Fundo poderá, conforme o caso, manter a totalidade do saldo remanescente de seu Patrimônio Líquido não investido em Direitos Creditórios, em moeda corrente nacional, ou aplicá-lo, exclusivamente, respeitado o limite disposto no Regulamento, em: (i) títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen; (ii) fundos de investimento classificados como referenciados ou de renda fixa de perfil conservador, com liquidez diária, que tenham seu patrimônio representado por títulos emitidos pelo Tesouro Nacional ou pelo Bacen; ou (iii) operações compromissadas com lastro nos títulos mencionados no item (i) acima e cuja contraparte seja uma Instituição Autorizada.

O Fundo não pode realizar:

- a) aquisição de ativos ou aplicação de recursos em modalidades de investimento de renda variável ou atrelados à variação cambial;
- b) aquisição de cotas do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS);
- c) operações compromissadas e operações em mercados de derivativos, administrados por

bolsas de mercadorias e de futuros, na modalidade com garantia, salvo se com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas e com o único e exclusivo propósito de mitigar, total ou parcialmente, os riscos de descasamento entre a taxa de atualização das Quotas e a taxa de atualização dos ativos do Fundo. Para efeito de cálculo de Patrimônio Líquido, devem ser considerados os dispêndios efetivamente incorridos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações.

- d) operações financeiras, incluindo a compra e venda de qualquer ativo financeiro em que (i) o Administrador; (ii) o Custodiante; (iii) a Cedente; ou (iv) qualquer de suas Partes Relacionadas, salvo no caso das Instituições Autorizadas, que figure, direta ou indiretamente, como contraparte; e
- e) operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo.

Os Ativos Financeiros devem ser registrados, custodiados e/ou mantidos em conta de depósito aberta diretamente em nome do Fundo, em contas específicas mantidas no SELIC, no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desse serviço pelo Bacen ou pela CVM, excetuando-se as aplicações do Fundo em quotas de fundos de investimento e em quotas de fundos de aplicação em quotas de fundos de investimento.

Transporte de Recursos

A Cedente firmou com a Protege o Contrato de Prestação de Serviços de Transporte de Valores.

A Protege é uma empresa especializada no setor de segurança, no qual vem atuando há mais de 22 (vinte e dois) anos. A amplitude dos serviços de segurança prestados pela Protege permitiu que a empresa desenvolvesse uma tecnologia própria, dentro dos mais modernos e atualizados padrões, e adequada às particularidades do mercado brasileiro. A Protege é uma das empresas líderes no segmento de transporte de valores, tendo, nos últimos anos, prestado serviços dessa natureza a diversas empresas de grande porte.

Nos termos da apólice de seguros nº 0571119893, emitida em 30 de junho de 2008, pela Tokio Marine Brasil Seguradora S.A., a Protege mantém seguro de todos os valores transportados e em seu poder. Adicionalmente, consoante o Contrato de Transporte de Valores, a Protege responde por todos os danos, perdas e prejuízos que venha a diretamente provocar ou causar à Cedente, incluindo perdas dos valores sob a sua guarda, decorrentes de roubo, furto qualificado, apropriação indébita, extorsão simples, como também por destruição ou perecimento dos malotes e respectivos conteúdos. Dessa forma, nas hipóteses de roubo e/ou furto de valores de titularidade do Fundo que estiverem no poder da Protege, a Protege deverá (i) nos termos da Apólice, repassar à Cedente, que por sua vez deverá repassar imediatamente ao Fundo, a parcela de direito correspondente à respectiva indenização pecuniária paga pela Protege nos termos da Apólice; ou (ii) ressarcir à Cedente os respectivos valores, nos termos do Contrato de Transporte de Valores, os quais deverão ser imediatamente repassados pela Cedente ao Fundo.

Cabe destacar que, até o presente momento, não houve sinistro com carros de transporte de recursos da Protege que contivessem valores de propriedade da SuperVia.

O contrato de prestação de serviços com a Protege foi assinado em 1º de março de 2002, por um prazo de 12 meses, podendo ser prorrogado automaticamente por iguais e sucessivos períodos, podendo ser rescindido mediante comunicação de uma parte à outra com antecedência mínima de 30

(trinta) dias.

Sistemática de Coleta de Numerários

A sistemática de coleta de numerário das bilheterias das estações da Cedente funcionará da seguinte forma:

A Cedente e o Fundo deverão notificar (i) a Protege e (ii) a Fetranspor, na forma do Anexo III ao Contrato de Cessão, para que a totalidade dos recursos da arrecadação dos Direitos Creditórios, inclusive dos Direitos Creditórios Cedidos sejam entregues ao Fundo, na pessoa do Agente Arrecadador, diariamente durante o Período de Arrecadação, mediante o crédito dos valores aplicáveis na Conta Autorizada do Fundo.

A Protege realizará visitas em todas as Estações Designadas da Cedente, obedecendo às programações pré-definidas, conforme o movimento diário de cada uma delas. Os malotes (identificados por Estação Designada) com os valores correspondentes aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo serão recolhidos diariamente ou conforme definido pela Cedente considerando-se os históricos das respectivas estações. No mesmo dia do recolhimento, a Protege realizará os procedimentos de contagem e conferência (preparação de numerário). No dia seguinte ao dia do recolhimento, a Protege informará o HSBC a respeito dos valores correspondentes aos Direitos Creditórios e o HSBC depositará, na qualidade de mandatário e de Agente Arrecadador, no prazo máximo de 1 (um) dia, contado a partir do recebimento das informações acerca dos valores correspondentes aos Direitos Creditórios fornecidas pela Protege, os referidos valores na Conta Autorizada do Fundo, previamente designada ao HSBC. Os valores correspondentes aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo decorrentes dos pagamentos feitos através de Vales-Transporte serão automaticamente enviados para o HSBC, na qualidade de Agente Arrecadador, sendo que esses recursos deverão ser depositados em até um dia útil após o envio pela Cedente de arquivo contendo informações referentes aos Vales-Transporte à Fetranspor.

Critérios de Elegibilidade

São considerados elegíveis os Direitos Creditórios correspondentes aos fluxos de arrecadação decorrentes (i) das vendas futuras da totalidade dos Bilhetes nas Estações Designadas; (ii) do crédito decorrente da utilização de Vales-Transporte; e (iii) de outros créditos oriundos de novas modalidades de cobrança que venham a ser criadas e aceitas pela Cedente para a prestação do Serviço, durante o Período de Arrecadação, e que sejam utilizados pelos usuários do Serviço da Cedente, vendidos nas Estações Designadas, que sejam gerados e arrecadados via sistema de arrecadação bancária (sem prejuízo de outra forma de arrecadação que vier a ser estabelecida pela regulamentação aplicável) e centralizados na Conta de Arrecadação, no Agente Arrecadador, em cada Período de Capitalização, nos termos do Relatório de Transferência de Direitos Creditórios.

Durante o Prazo de Duração, o Fundo não efetuará a aquisição de outros direitos de crédito que não os Direitos Creditórios, que, para os fins do Regulamento, são considerados em conformidade com os Critérios de Elegibilidade.

Os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo são quitados à vista, no momento da aquisição pelos usuários dos Bilhetes nas Estações Designadas, em moeda corrente nacional e/ou pelo crédito detido contra a Fetranspor, decorrente da utilização de Vales-Transporte, não havendo dessa forma a hipótese de inadimplemento de tais Direitos Creditórios pelos usuários. Assim, não há a necessidade de adoção pelo Fundo ou pela Cedente de qualquer política alternativa de cobrança com relação aos Direitos Creditórios. Os produtos dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo são transferidos diariamente pelo Agente Arrecadador, conforme instrução do Administrador e do Custodiante, em cada Período de Capitalização, respeitadas as Quantidade Mínima Mensal ou a Quantidade de Direitos Creditórios Ajustada, conforme o caso, observados os termos da Cessão Incondicionada e da Cessão sob Condição Suspensiva, respectivamente.

A Cedente não adota e nem adotará qualquer política de concessão de crédito aos usuários dos Serviços.

Procedimento para a liquidação do Fundo

O Fundo será ordinariamente liquidado na Data de Resgate e antecipadamente, em qualquer dos casos abaixo listados:

- a) ocorrência de qualquer das hipóteses de término da concessão previstas em lei;
- b) decretação de falência da Cedente, requerimento de autofalência ou protocolização de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial pela Cedente nos termos da legislação aplicável à Cedente, ou declaração judicial da dissolução e/ou liquidação da Cedente;
- c) revogação, pela Cedente, dos mandatos outorgados ao Custodiante e/ou ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão;
- d) alteração no mecanismo de arrecadação dos Direitos Creditórios nas Estações Designadas e dos Vales-Transporte negociados pela Cedente que comprovadamente comprometa 30% (trinta por cento) da arrecadação do produto dos Direitos Creditórios;
- e) caso ocorra a rescisão do Contrato de Cessão;
- f) caso os Quotistas reunidos em Assembléia Geral, conforme previsto nos Parágrafos Primeiro e Segundo do Artigo 53 do Regulamento, deliberem que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação;
- g) caso quaisquer dos titulares das Quotas não disponibilizem ao Fundo os recursos aprovados em Assembléia Geral para a adoção dos procedimentos referidos no Capítulo Dezoito do Regulamento, na forma ali estabelecida;
- h) caso o(s) titular(es) das Quotas Subordinadas não aprovem o novo parâmetro de remuneração das Quotas Seniores conforme o disposto no Parágrafo Primeiro do Artigo 41 do Regulamento;
- i) na hipótese de o Índice de Cobertura ser inferior a 1,50 (um inteiro e cinquenta centésimos); e
- j) caso não ocorra a substituição do Administrador dentro do prazo assinalado nos termos do Parágrafo Quarto do Artigo 6º do Regulamento.

Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, o Administrador deverá (i) determinar ao Agente Arrecadador que retenha 100% (cem por cento) dos Direitos Creditórios; (ii) notificar os Quotistas; e (iii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo definidos no Regulamento.

Resgate Compulsório Antecipado das Quotas

Observado o disposto no Regulamento, na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, o Fundo resgatará todas as Quotas compulsoriamente, ao mesmo tempo, em igualdade de condições, observados os direitos e prerrogativas de cada classe e série de Quotas, e considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas em circulação.

Assembléia Geral

Competência da Assembléia Geral

Observados os respectivos quoruns de deliberação definidos no Regulamento, é da competência privativa da Assembléia Geral de Quotistas:

- a) tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pelo Administrador;
- b) alterar o Regulamento;
- c) deliberar sobre a substituição do Administrador, do Custodiante e do Agente Arrecadador;
- d) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração cobrada pelo Administrador, inclusive na hipótese de restabelecimento da que tenha sido objeto de redução;
- e) deliberar sobre a transformação, incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo ou prorrogação do Prazo de Duração;
- f) deliberar sobre (i) a determinação sobre a nova taxa de atualização das Quotas Seniores, (ii) a conversão de um Evento de Avaliação em um Evento de Liquidação, (iii) necessidade de aporte de recursos ao Fundo na forma do Capítulo Dezoito do Regulamento, e (iv) a interrupção dos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo.

O Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembléia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a determinações das autoridades competentes e de normas legais ou regulamentares, incluindo correções e ajustes de caráter não material nas definições e nos parâmetros utilizados no cálculo dos índices estabelecidos no Regulamento, devendo tal alteração ser providenciada, impreterivelmente, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contado da divulgação do fato aos Quotistas. Para maiores informações sobre a Assembléia Geral, ver Capítulo Dezenove do Regulamento.

Modo de Convocação

A convocação da Assembléia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, quando em primeira convocação, e com 5 (cinco) dias de antecedência, quando em segunda convocação, e far-se-á por meio de aviso publicado no periódico mencionado no Artigo 70 do Regulamento, do qual constará o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembléia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia, sempre acompanhada das informações e dos elementos adicionais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembléia Geral.

Admite-se que a segunda convocação da Assembléia Geral seja providenciada juntamente com o anúncio da primeira convocação.

Instalação

A Assembléia Geral se instalará, em primeira convocação, com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Quotas Seniores em circulação, e, em segunda convocação, com qualquer número. Independentemente das formalidades previstas na lei e no Regulamento, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral de Quotistas será realizada na sede do Administrador. Quando a Assembléia Geral de Quotistas não for realizada na sede do Administrador, as

comunicações enviadas aos Quotistas devem indicar, com clareza, o local da reunião, que em nenhuma hipótese pode realizar-se fora do município da sede do Administrador.

Deliberações

A cada Quota Sênior corresponde 1 (um) voto, sendo admitida a representação do Quotista Sênior por mandatário legalmente constituído há menos de 1 (um) ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede do Administrador no prazo de até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembléia Geral.

Eventos de Avaliação

São considerados Eventos de Avaliação do Fundo (os "Eventos de Avaliação"), qualquer das seguintes ocorrências:

- a) descumprimento, pela Cedente, de qualquer das obrigações de fazer e/ou não fazer decorrentes do Contrato de Cessão, que não seja um Evento de Liquidação e que, a critério do Administrador, possa comprometer a capacidade do Fundo de cumprir com seus compromissos perante os Quotistas, desde que a Cedente tenha sido notificada pelo Administrador para regularizar tal descumprimento e não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- b) inobservância, pelo Administrador, de seus deveres e obrigações previstos no Regulamento, que não seja um Evento de Liquidação, verificada pelo Custodiante, desde que, se notificado por este para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- c) inobservância, pelo Custodiante, de seus deveres e obrigações previstos no Regulamento e no Contrato de Custódia, que não seja um Evento de Liquidação, desde que, notificado pelo Administrador para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contado do prazo do recebimento da referida notificação;
- d) modificações estatutárias que alterem o objeto social preponderante da Cedente e/ou alterações na forma de operação da Cedente que, conseqüentemente, afetem em qualquer caso a prestação, pela Cedente, dos serviços de transporte ferroviário de pessoas;
- e) perda da atual situação de controle acionário, direto ou indireto, da Cedente que afete negativamente a Classificação de Risco das Quotas do Fundo para uma nota inferior a brAA- dada pela Agência Classificadora de Risco, ou equivalente, emitida por agência de classificação de risco de atuação internacional que eventualmente venha a substituir a Agência de Classificação de Risco;
- f) vencimento antecipado e/ou inadimplemento de quaisquer operações de natureza financeira em que a Cedente seja mutuária ou garantidora, desde que não sanados no prazo de 10 (dez) Dias Úteis, cujo valor presente das obrigações de pagamento seja superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), que será atualizado, na menor periodicidade admitida em lei, a partir da data de assinatura do Contrato de Cessão, pela variação acumulada do IGP-M (ou, na sua falta, por outro índice que vier a substituí-lo), para os fins desta alínea, são consideradas operações de natureza financeira, (i) quaisquer operações de empréstimo em moeda; (ii) financiamentos a projetos de investimento, ainda que não reconhecidos em seus balanços (off-balance); (iii) repasses de empréstimos em moeda nacional ou estrangeira, registrados ou não no Bacen; (iv) operações de abertura de crédito em conta-corrente; (v) adiantamento a depositantes,

na forma definida nas normas do Bacen; (vi) operações de arrendamento mercantil; (vii) emissão pública ou privada de debêntures ou de quaisquer outros títulos ou valores mobiliários, no Brasil ou no exterior; (viii) concessão de garantias, pessoais ou reais, em operações de qualquer natureza, em especial as de natureza financeira; (ix) operações de adiantamento de receitas futuras, realizadas por meio de permuta, cessão, transferência parcial, venda à vista com compromisso de recompra em prazo determinado, venda a termo, emissão de opções de qualquer natureza ou desconto de títulos; (x) desconto bancário, com ou sem cláusula de co-responsabilidade; e (xi) qualquer outra espécie de negócio jurídico cujo efeito financeiro seja captação de recursos financeiros e/ou a antecipação de receitas decorrentes da consecução do objeto social da Cedente;

- g) caso a classificação de risco das Quotas do Fundo seja rebaixada pela Agência de Classificação de Risco para uma nota inferior a brAA-, ou equivalente, emitida por agência de classificação de risco de atuação internacional que eventualmente venha a substituir a Agência de Classificação de Risco;
- h) caso o Índice de Cobertura, seja por 2 (dois) meses consecutivos ou 3 (três) meses alternados em um período de 12 (doze) meses, inferior a 2 (duas) vezes a Quantidade Mínima Mensal do respectivo Período de Capitalização;
- i) caso o volume de Direitos Creditórios que transitar pela Conta Arrecadadora, em cada Período Regular de Constituição e Pagamento de Direitos Creditórios, seja por 2 (dois) meses consecutivos ou 3 (três) meses alternados em um período de 12 (doze) meses, inferior a Quantidade Mínima Mensal do respectivo Período de Capitalização;
- j) decretação de intervenção na concessão de titularidade da Cedente que represente impacto de mais de 20% (vinte por cento) da receita operacional líquida da Cedente, verificado pelo Administrador, a cada 3 (três) meses, com base nas informações trimestrais da Cedente do mesmo período do exercício anterior;
- k) criação de novos impostos, taxas, contribuições, elevação das alíquotas dos já existentes ou modificação da base de cálculo de impostos, taxas e contribuições, presentes ou futuros, que afetem negativamente o equilíbrio econômico-financeiro do Fundo e/ou onerem excessivamente a consecução do seu objetivo; e
- l) paralisação da prestação de serviços de transporte pela Cedente, por um período superior a 5 (cinco) dias calendário, durante o Período de Arrecadação, por qualquer fato ou circunstância que esteja sob o controle da Cedente (entende-se que greve, legal ou ilegal, não será considerada fato ou circunstância sob controle da Cedente), e que resulte em um comprometimento, por dois Períodos de Capitalização consecutivos, maior que 20% (vinte por cento) da arrecadação diária de qualquer das Estações Designadas, que individualmente representem 20% (vinte por cento) ou mais do volume total de Direitos Creditórios cedidos ao Fundo;
- m) rescisão ou resilição do Contrato de Arrecadação, pela Cedente ou pelo Agente Arrecadador, sem a prévia anuência do Fundo ou nos termos neles previamente dispostos, desde que não haja substituto no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da rescisão ou resilição do Contrato de Arrecadação;
- n) rescisão ou resilição do Contrato de Transporte de Valores, pela Cedente ou pela Protege, desde que não haja substituto no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da rescisão ou resilição do Contrato de Transporte de Valores;

- o) existência de evidências suficientes de que a Cedente tenha comprometido parte ou toda a arrecadação das Estações Designadas, durante o Período de Arrecadação, por cessão ou garantia em operação de qualquer natureza;
- p) alteração do Regulamento por força de determinação ou de normas editadas pela CVM que afete ou possa afetar prejudicialmente o desempenho do Fundo;
- q) caso a Reserva de Amortização e/ou a Reserva de Despesas não forem atingidas, quando da sua verificação pelo Administrador;
- r) existência de evidências suficientes de que a Cedente tenha emitido ou, por comprovada negligência, tenha permitido a terceiros emitir Bilhetes sem lastro e/ou em duplicidade;
- s) alteração no mecanismo de arrecadação de tarifas cobradas pela Cedente que comprovadamente comprometa a arrecadação dos Direitos Creditórios;
- t) no caso de ocorrência de um dos Eventos de Responsabilidade do Cedente, nos termos do item 1.2.2. da Cláusula Primeira do Contrato de Cessão.

Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação, o Administrador: (a) determinará ao Custodiante que seja suspensa imediatamente o pagamento de amortizações de Quotas Seniores ainda em aberto; (b) independentemente de qualquer procedimento adicional, convocará imediatamente Assembleia Geral, a qual decidirá, de acordo com o quorum de deliberação de que trata o Capítulo Dezenove do Regulamento, se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como um Evento de Liquidação; e (c) determinará ao Agente Arrecadador que retenha 100% (cem por cento) dos Direitos Creditórios nas hipóteses estabelecidas nas alíneas (a), (d), (e), (f), (j), (n), (q), (r), (s), (t) do caput, de forma que seja transferida ao Fundo a Quantidade de Direitos Creditórios Ajustada, observado o Contrato de Arrecadação.

Adicionalmente, caso a Assembleia Geral decida que o eventual Evento de Avaliação constitui também um Evento de Liquidação, deverão ser iniciados os procedimentos estabelecidos nos Parágrafos do Artigo 54 do Regulamento, independentemente da realização de uma nova Assembleia Geral. Caso contrário, o Administrador deverá adotar as medidas tomadas pelos Quotistas na referida Assembleia Geral para manutenção das atividades regulares do Fundo e eventual cura do Evento de Avaliação. Para informações adicionais sobre os Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação, ver Capítulo Dezesesseis do Regulamento.

Crerios de divulgaão de informaões aos Quotistas

Salvo quando outro meio de comunicaão com os quotistas seja expressamente previsto no Regulamento, qualquer ato ou fato relevante que possa, direta ou indiretamente, influir nas decises do Quotista quanto a sua permanncia no Fundo, dever ser ampla e imediatamente divulgado por meio de anncio publicado, em forma de aviso, no jornal Monitor Mercantil, publicado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, ou, na sua impossibilidade, mediante aviso prvio aos Quotistas, em veiculo de circulao e alcance equivalente. As publicaões dever ser mantidas a disposio dos Quotistas na sede e agncias do Administrador e das instituies que distribuam Quotas do Fundo.

Qualquer mudana quanto ao Peridico do Fundo dever ser aprovada pelos Quotistas reunidos em Assembleia Geral na forma do Regulamento.

Todo material de divulgaão do Fundo dever apresentar a nota conferida pela Agncia de Classificao de Risco, suas respectivas atualizaões, e a indicaão de como os Quotistas podem obter informaões adicionais sobre a avaliao efetuada.

AS QUOTAS

Classes de Quotas

As Quotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio. As Quotas do Fundo poderão ser seniores ou subordinadas.

Quotas Seniores

As Quotas Seniores são aquelas que não se subordinam às demais para efeito de amortização e resgate e apresentam preferência na distribuição dos resultados da carteira do Fundo, em relação às Quotas Subordinadas. O critério para amortização das Quotas Seniores está previsto no artigo 34 do Regulamento.

As Quotas Seniores conferem direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que a cada Quota Sênior corresponderá 1 (um) voto.

Nos termos do Capítulo Dezoito do Regulamento, os Quotistas Seniores poderão ser solicitados a contribuir com recursos para o Fundo por meio da integralização de nova série de Quotas Seniores específica, respeitados os termos do Artigo 34 do Regulamento, na proporção de sua participação no valor total das Quotas Seniores em circulação, para o fim de assegurar a defesa dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo.

Quotas Subordinadas

As Quotas Subordinadas são aquelas que se subordinam às Quotas Seniores para efeitos de amortização, resgate e distribuição dos resultados da carteira do Fundo. Assim, somente poderá ocorrer o resgate das Quotas Subordinadas após o resgate das Quotas Seniores. Só haverá uma classe de Quotas Subordinadas no Fundo.

As Quotas Subordinadas somente poderão ser subscritas, integralizadas ou adquiridas pela Cedente e não serão transferíveis, ou de qualquer outra forma negociadas, observados os termos e condições do Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas e do Regulamento. Observado o disposto no Capítulo Dezenove do Regulamento, as Quotas Subordinadas conferem direito de voto restrito nas Assembléias Gerais.

Emissão de Quotas

A emissão de Quotas Seniores do Fundo compreenderá o total de [●] ([●]) Quotas Seniores, com valor unitário de emissão de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). A quantidade de Quotas Seniores inicialmente ofertada poderá ser acrescida, nos termos dos artigos 24 e 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400/03, em até 35% (trinta e cinco por cento), ou seja, em até [●] ([●]) Quotas Seniores, nas mesmas condições e preço das Quotas Seniores inicialmente ofertadas, destinadas a atender excesso de demanda que eventualmente seja constatado pelos Coordenadores no decorrer da Oferta.

O Fundo poderá emitir uma ou mais séries de Quotas Seniores, observado que:

a) a emissão de nova série é condicionada (i) à colocação total da série anterior ou ao cancelamento do saldo não colocado; e (ii) à obtenção do respectivo registro de oferta pública junto à CVM;

b) os prazos de cada série deverão ser de, no mínimo, 12 (doze) meses, respeitado o Prazo

de Duração;

c) o valor da totalidade das Quotas Seniores em circulação não poderá, em qualquer hipótese, ser superior a R\$[•] ([•] milhões de reais); e

d) observado o disposto neste parágrafo, exceto no que se refere ao Parâmetro de Rentabilidade e às Datas de Amortização, as séries conferirão aos respectivos Quotistas os mesmos direitos, privilégios e vantagens, sendo expressamente vedada a emissão de série que confira aos seus titulares direitos, privilégios e vantagens distintos.

Cada emissão de nova série de Quotas Seniores pelo Fundo deverá ser, necessariamente, precedida pelo preenchimento do Suplemento da respectiva nova série, na forma do modelo de Suplemento anexo a este Prospecto.

A determinação do Parâmetro de Rentabilidade de cada nova série de Quotas Seniores, conforme definido no respectivo Suplemento, poderá ser apurada por instituição financeira integrante do sistema de distribuição de títulos e valores mobiliários, de acordo com o procedimento estabelecido no Contrato de Distribuição, ou em qualquer outro instrumento semelhante celebrado entre o Fundo e instituição(ões) financeira(s) integrante(s) do sistema de distribuição de títulos e valores mobiliários.

A emissão de Quotas Subordinadas do Fundo compreenderá o total de até [•] ([•]) Quotas Subordinadas, com valor unitário de emissão de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de Reais), que serão subscritas e integralizadas pela Cedente, conforme Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas, firmado entre a Cedente e o Fundo.

As Quotas serão escriturais e nominativas, e mantidas em conta de depósitos em nome de seus respectivos titulares, não sendo adotada a sistemática de quotas fracionárias.

Investidores

A qualidade de Quotista caracteriza-se pela abertura de conta de depósitos em nome do Quotista. Somente poderão subscrever e/ou adquirir Quotas do Fundo os Investidores Qualificados, conforme legislação aplicável.

O valor mínimo da primeira aplicação no Fundo será de, no mínimo, R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Exemplares do prospecto preliminar relativo à emissão estarão disponíveis na sede do Administrador e dos Coordenadores.

Distribuição das Quotas do Fundo

As Quotas Seniores serão distribuídas sob o regime de garantia firme de subscrição e colocação, nos termos do Contrato de Distribuição, até a data de encerramento da distribuição das Quotas Seniores. A garantia firme descrita neste parágrafo não se estende às Quotas Seniores Suplementares e/ou às Quotas Seniores Adicionais. Fica autorizado o Administrador a proceder o cancelamento do saldo não colocado das Quotas Seniores emitidas pelo Fundo.

No mercado primário, as Quotas Seniores serão registradas para distribuição no MDC – Módulo de Distribuição de Quotas de Fundo da CETIP, a qual efetuará a liquidação da distribuição e a custódia eletrônica das Quotas.

No mercado secundário, as Quotas Seniores serão registradas para negociação (i) no SFF da CETIP, a qual efetuará a liquidação da negociação e a custódia eletrônica das Quotas Seniores, e (ii) no

BOVESPAFIX e SOMAFIX, observada a responsabilidade dos intermediários de assegurarem que somente Investidores Qualificados adquiram Quotas Seniores do Fundo.

Aplicação em Quotas do Fundo

A aplicação em Quotas Seniores do Fundo deverá ser feita em moeda corrente nacional, exclusivamente por meio de Transferência Eletrônica Disponível (TED) ou via Sistema de Transferência de Recursos - STR, operacionalizado pela CETIP, para a conta-corrente de titularidade do Fundo. Em se tratando de Quotas Subordinadas, a aplicação também deverá ser feita em moeda corrente nacional, conforme o Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas, firmado entre a Cedente e o Fundo.

Da Amortização das Quotas do Fundo

Os Quotistas do Fundo terão o direito a receber parcela do valor de suas Quotas, sem redução do seu número, a título de amortização das Quotas, conforme abaixo descrito:

As Quotas Seniores da primeira série serão amortizadas em 72 (setenta e duas) parcelas mensais, nas Datas de Amortização, sempre que o Patrimônio Líquido assim o permitir, observado que primeira parcela de amortização das Quotas Seniores deverá ser paga somente a partir do 13º mês, inclusive, contado da primeira Data de Emissão das Quotas Seniores, e ressalvado o caso de ocorrência de um dos Eventos de Liquidação ou de Eventos de Avaliação que sejam considerados, por Assembléia Geral, como um Evento de Liquidação. A 72ª (septuagésima segunda) Data de Amortização será a Data de Resgate da primeira série, conforme previsto no respectivo Suplemento.

As Quotas Subordinadas não serão amortizáveis.

O valor da Quota Sênior será calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 41 do Regulamento.

Da Reserva de Amortização

O Administrador deverá constituir reserva monetária com as disponibilidades diárias havidas com o recebimento (i) do valor das Disponibilidades, que o Fundo mantém em moeda corrente nacional ou investidos na forma do artigo 14 do Regulamento ; e/ou (ii) do valor de integralização das novas Quotas Subordinadas, conforme Artigo 42 do Regulamento. A Reserva de Amortização será constituída pelo Administrador na primeira Data de Emissão de Quotas Seniores, a partir da dedução do Preço de Aquisição pago pelo Fundo à Cedente, sendo proporcionalmente ajustada, na hipótese de emissão de novas séries de Quotas Seniores, observado o Artigo 42 do Regulamento, em montante equivalente à projeção dos próximos 3 (três) meses de pagamento de juros e principal das Quotas Seniores em circulação. O Administrador, para tal propósito, deverá manter a Reserva de Amortização em conformidade com a disposição do artigo 14 do Regulamento. A Reserva de Amortização, uma vez constituída, deverá ser mantida pelo Administrador até o pagamento integral das parcelas de amortização e/ou resgate das Quotas Seniores, observado o Parágrafo Terceiro do Artigo 44 do Regulamento.

Caso a Reserva de Amortização, por qualquer razão, não seja plenamente atingida nos termos do parágrafo acima, tal fato configurará um Evento de Avaliação. O Custodiante, por ordem e conta do Fundo, verificará na Data de Verificação se o saldo da Reserva de Amortização atende ao disposto no *caput*.

Caso a Reserva de Amortização, ou parte dela, seja, nos casos previstos no Regulamento, utilizada pelo Administrador do Fundo, o Administrador deverá, em até 5 (cinco) Dias Úteis, determinar

arrecadação suplementar, nos termos do 2.1.2. da Cláusula Segunda do Contrato de Cessão, e observado o disposto no Artigo 42 do Regulamento, de forma que a Reserva de Amortização seja sempre mantida até o pagamento integral da totalidade das parcelas de amortização das Quotas Seniores.

Caso os recursos existentes no Fundo, a título de Reserva de Amortização, conforme o disposto no Artigo 44 do Regulamento, não sejam suficientes para realizar o pagamento da amortização das Quotas Seniores no Dia Útil imediatamente anterior ao pagamento em questão, serão utilizados os recursos provenientes da subscrição das novas Quotas Subordinadas observado o disposto no Artigo 42 do Regulamento.

O Administrador poderá, durante o Prazo de Duração, deliberar pela emissão de novas Quotas Subordinadas a serem subscritas e integralizadas pela Cedente, sem necessidade de autorização prévia da Assembléia Geral, exclusivamente nas hipóteses de impossibilidade de recomposição (i) da Reserva de Amortização conforme disposto no Parágrafo Terceiro do Artigo 44 do Regulamento e (ii) da Reserva de Despesa conforme disposto no Parágrafo Terceiro do Artigo 45 do Regulamento.

Reserva de Despesas

Adicionalmente à Reserva de Amortização, o Administrador deverá constituir reserva para o pagamento dos encargos e despesas do Fundo, conforme previsto no artigo 45 do Regulamento. Para tanto, o Administrador deverá, na primeira Data de Emissão das Quotas Seniores, deduzir do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios pago pelo Fundo à Cedente, além da Reserva de Amortização, o montante total estipulado, nesta data, de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), a título de reserva para o pagamento dos encargos e despesas relativos ao Fundo, líquido de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos e/ou despesas de qualquer natureza. A Reserva de Despesas deverá ser, no mínimo, equivalente à projeção dos próximos 3 (três) meses de despesas do Fundo, contados a partir da primeira Data de Amortização das Quotas Seniores. O Administrador deverá, para tal propósito, manter a Reserva de Despesas em (a) depósitos bancários à vista; e/ou (b) aplicações de liquidez imediata, observada as restrições da política de investimento do Fundo. A Reserva de Despesas, uma vez constituída, deverá ser mantida pelo Administrador até o pagamento integral de todos os encargos e despesas do Fundo, conforme previstos no Regulamento. Caso a Reserva de Despesas, por qualquer razão, não atinja o seu valor previsto para a referida reserva, nos termos do Regulamento, tal fato configurará um Evento de Avaliação.

A partir da primeira Data de Emissão de Quotas Seniores, nas Datas de Verificação, o Custodiante, por ordem e conta do Fundo, verificará se o saldo da Reserva de Despesa atende ao disposto no *caput*.

Caso a Reserva de Despesas, por qualquer razão, não atinja o valor previsto para a referida reserva, nos termos do disposto acima, tal fato configurará um Evento de Avaliação. A partir da primeira Data de Emissão de Quotas Seniores, nas Datas de Verificação, o Custodiante, por ordem e conta do Fundo, verificará se o saldo da Reserva de Despesa atende ao disposto no *caput* do Artigo 45 do Regulamento.

Caso a Reserva de Despesas, ou parte dela, seja, por qualquer razão, utilizada pelo Administrador do Fundo, o Administrador deverá, em até 5 (cinco) Dias Úteis, determinar arrecadação suplementar, nos termos do item 2.1.2. da Cláusula Segunda do Contrato de Cessão e o observado o disposto no Artigo 42 do Regulamento, de forma que a Reserva de Despesas seja sempre mantida até o pagamento integral de todos os encargos e despesas do Fundo.

Do Resgate das Quotas do Fundo

As Quotas do Fundo serão resgatadas na Data de Resgate, observado o Regulamento.

Valorização das Quotas do Fundo

O Fundo buscará atingir para suas Quotas Seniores parâmetro de rentabilidade correspondente à 100% (cem por cento) da variação do IPCA, acrescida de cupom pré-fixado de juros de [•]% ao ano, na primeira série de Quotas Seniores, base de 252 dias úteis, conforme apurado em procedimento de *bookbuilding* conduzido perante os Investidores Qualificados, processo este que consiste na verificação da demanda pelas Quotas em diferentes níveis e de cupom pré-fixado de juros. O cupom pré-fixado de juros efetivamente apurado no referido procedimento de *bookbuilding* constará do Suplemento das respectivas séries de Quotas Seniores, elaborado conforme o modelo de Suplemento constante do Anexo II ao Regulamento.

O Parâmetro de Rentabilidade das Quotas Seniores não representa nem deverá ser considerado, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa, obrigação, garantia ou sugestão de rentabilidade do Administrador aos Quotistas Seniores.

Não há parâmetro de rentabilidade pré-determinado para as Quotas Subordinadas.

Metodologia de Avaliação das Quotas de cada Classe

Observadas as disposições legais aplicáveis, os Direitos Creditórios devem ser registrados, na primeira Data de Emissão, pelo valor efetivamente pago pelo Fundo.

Os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo serão registrados pelo seu respectivo Preço de Aquisição, atualizados diariamente pelo Parâmetro de Rentabilidade, respeitadas as proporções das respectivas séries, acrescidos dos Encargos do Fundo debitados no Dia Útil anterior e deduzidos dos valores efetivamente recebidos pelo Fundo a título de pagamento dos Direitos Creditórios.

Quotas Seniores

O valor unitário das Quotas Seniores será calculado nos termos do artigo 41 do Regulamento.

Quotas Subordinadas

O valor unitário das Quotas Subordinadas será calculado nos termos do artigo 43 do Regulamento.

Negociação das Quotas no Mercado Secundário

As Quotas Seniores serão registradas para negociação, no mercado secundário, (i) no SFF da CETIP, a qual efetuará a liquidação da negociação e a custódia eletrônica das Quotas Seniores, e (ii) no BOVESPAFIX e SOMAFIX, observada a responsabilidade dos intermediários de assegurarem que somente Investidores Qualificados adquiram Quotas Seniores do Fundo.

Tributação Aplicável

O disposto nesta Seção foi elaborado com base na legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas e ao Fundo. Existem algumas exceções e tributos adicionais que podem ser aplicados, motivo pelo qual os Quotistas devem consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação aplicável nos investimentos realizados no Fundo.

De acordo com razoável interpretação da legislação e regulamentação acerca da matéria em vigor nesta data, e a despeito de eventuais interpretações diversas das autoridades fiscais, a tributação aplicável aos Quotistas do Fundo e ao próprio Fundo, como regra geral, é a apresentada a seguir.

IOF/Títulos

O IOF/Títulos é cobrado à alíquota de 1% ao dia sobre o valor do resgate, inclusive amortização, liquidação, cessão ou repactuação das Quotas do Fundo, limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, sendo tal limite igual a 0% do rendimento com operações com prazo igual ou superior a 30 dias. Outras operações não abrangidas anteriormente, realizadas com Quotas do Fundo, não estão sujeitas, atualmente, ao IOF/Títulos. Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,5% ao dia, contudo, a alíquota majorada será cobrada com relação ao fato gerador (resgate, amortização, liquidação, cessão ou repactuação) que ocorrer após a entrada em vigor da alíquota majorada.

IOF/Câmbio

As conversões de moeda estrangeira para a moeda brasileira, bem como de moeda brasileira para moeda estrangeira, porventura geradas no investimento em Quotas do Fundo, estão sujeitas ao IOF/Câmbio. Atualmente, a alíquota do IOF/Câmbio aplicável à maioria das operações de câmbio é de 0,38%.

Contudo, o IOF/Câmbio incidirá à alíquota zero nas liquidações de operações de câmbio relativas a transferências do e para o exterior, inclusive por meio de operações simultâneas, realizadas por investidor estrangeiro, para aplicação no Fundo, na forma regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional – CMN.

Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Câmbio pode ser majorada a qualquer tempo por ato do Poder Executivo, até o percentual de 25%, relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.

IR

O Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo tomará por base a residência dos Quotistas do Fundo (a) no Brasil; e (b) no exterior; e 3 (três) eventos financeiros que caracterizam o auferimento de rendimentos ou ganhos e a sua consequente tributação: (i) resgate/liquidação de Quotas do Fundo; (ii) cessão ou alienação de Quotas do Fundo; e (iii) amortização das Quotas do Fundo:

a. Quotistas do Fundo Residentes no Brasil

(i) resgate das Quotas do Fundo: na situação de resgate/liquidação de Quotas do Fundo, o rendimento será constituído pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das Quotas do Fundo, sendo tributado pelo Imposto de Renda na fonte conforme a seguir descrito.

A carteira do Fundo será avaliada como de longo ou de curto prazo, em observância do disposto na legislação pertinente.

Caso a carteira do Fundo seja classificada como de longo prazo, ou seja, cuja carteira de títulos tenha prazo médio superior a 365 dias, os Quotistas do Fundo serão tributados pelo Imposto de Renda segundo as seguintes alíquotas decrescentes (a) 22,50%, em aplicações com prazo de até 180 dias, (b) 20%, em aplicações com prazo de 181 dias até 360 dias, (c) 17,50%, em aplicações com prazo de 361 até 720 dias, e (d) 15%, em aplicações com prazo acima de 720 dias.

Caso a carteira do Fundo seja classificada como de curto prazo, ou seja, cuja carteira de títulos tenha prazo médio igual ou inferior a 365 dias, os Quotistas do Fundo serão tributados pelo Imposto de Renda segundo as seguintes alíquotas decrescentes (a) 22,50%, em aplicações com prazo de até 180

dias, e (b) 20% , em aplicações com prazo acima de 180 dias;

(ii) cessão ou alienação das Quotas do Fundo: os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas do Fundo devem ser tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 15%. Adicionalmente, para as operações realizadas em bolsa de valores, mercadorias e futuro e assemelhadas, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, há a incidência do Imposto de Renda na fonte, à alíquota de 0,005%, essa retenção ocorrerá sobre o valor de alienação e não sobre o rendimento auferido e o valor do imposto retido poderá ser utilizado para compensação com valores devidos a título de Imposto de Renda de fonte; e

(iii) amortização das Quotas do Fundo: no caso de amortização de Quotas do Fundo, o Imposto de Renda deverá incidir na fonte sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, à alíquota aplicável com base no prazo médio dos títulos componentes da carteira do Fundo, às alíquotas regressivas descritas quanto à hipótese de resgate/liquidação das Quotas do Fundo, definidas em função do prazo do investimento do respectivo Quotista do Fundo.

Os rendimentos apurados pela carteira do Fundo não estarão sujeitos à retenção semestral do Imposto de Renda na fonte, mas apenas no momento em que o investidor efetuar o resgate/liquidação, cessão, alienação ou amortização das Quotas, pois segundo entendimento da Receita Federal do Brasil, os fundos fechados não estão sujeitos à sistemática de recolhimento conhecida como “come quotas”.

A instituição administradora do Fundo será responsável pela retenção do Imposto de Renda na fonte nos casos de (i) resgate/liquidação de Quotas do Fundo ou (ii) amortização das Quotas do Fundo. Na cessão ou alienação das Quotas, o Imposto de Renda deverá ser apurado e pago pelo próprio investidor, até o último dia útil do mês subsequente ao da sua apuração.

A tributação do Imposto de Renda é definitiva no caso de investidores pessoas físicas, entidades isentas e pessoas jurídicas sujeita ao regime do SIMPLES. Por outro lado, com relação aos investidores pessoas jurídicas, o Imposto de Renda na fonte será considerado antecipação do Imposto de Renda – IRPJ devido no final do período de apuração.

Caso a pessoa jurídica investidora não possua base positiva de IRPJ, a compensação do crédito tributário decorrente do recolhimento de Imposto de Renda na fonte deverá observar as regras de compensação estabelecidas na Instrução Normativa nº 900, de 30 de dezembro de 2008, da Receita Federal do Brasil.

Finalmente, as instituições financeiras, sociedades de seguro e de capitalização, entidades abertas de previdência complementar, sociedades corretora de títulos, valores mobiliários e câmbio, sociedades distribuidora de títulos e valores mobiliários, sociedades de arrendamento mercantil ficam dispensadas da retenção na fonte e o pagamento em separado do Imposto de Renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos em decorrência da cessão, alienação, amortização ou resgate das Quotas do Fundo.

Contribuições Sociais

O investidor pessoa jurídica também está sujeito à incidência de contribuições sociais, quais sejam: (i) a Contribuição ao Programa de Integração Social (“PIS”); (ii) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”) e (iii) Contribuição Social sobre o Lucro (“CSL”). Tanto o PIS quanto a COFINS incidem sobre a totalidade das receitas auferidas, inclusive sobre os resultados auferidos no resgate/liquidação, cessão, alienação ou amortização das Quotas (caso não estejam registradas no ativo permanente). As alíquotas do PIS e da COFINS, assim como o montante total de tributo a pagar, irão variar, dependendo da legislação aplicável ao investidor com relação à incidência de PIS e COFINS. A CSL, por sua vez, possui base de cálculo similar ao Imposto de Renda e incide sobre o

lucro líquido ajustado com adições, exclusões e deduções previstas em lei. Como regra geral, a CSL incide à alíquota de 9%, com exceção para as instituições financeiras e demais instituições previstas na Lei Complementar nº. 105 de 10.1.2001, as quais estão sujeitas à CSL à alíquota de 15%.

b. Quotistas do Fundo Residentes no Exterior

Aos Quotistas Qualificados, é aplicável tratamento tributário específico, determinado em função de residirem ou não em país ou Jurisdição de Baixa ou Nula Tributação.

b.1. Quotistas Qualificados Não Residentes em Jurisdição de Baixa ou Nula Tributação

(a) Cessão ou alienação de Quotas:

Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota máxima de 15%.

(b) Resgate de Quotas:

Na situação de resgate de Quotas, o rendimento será constituído pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das Quotas, sendo tributado pelo Imposto de Renda à alíquota de 15%.

(c) Amortização de Quotas:

No caso de amortização de Quotas, o Imposto de Renda deverá incidir sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, proporcionalmente aos juros amortizados, à alíquota de 15% na modalidade fonte.

A responsabilidade pela retenção e recolhimento do Imposto de Renda na fonte, incidente sobre os rendimentos de operações financeiras auferidos por investidores estrangeiros, é da pessoa ou entidade que efetuar o pagamento.

b.2 Quotistas Qualificados Residentes em Jurisdição de Baixa ou Nula Tributação

Os Quotistas Qualificados residentes em Jurisdição de Baixa ou Nula Tributação não se beneficiam do tratamento descrito no item b.1, sujeitando-se ao mesmo tratamento tributário quanto ao Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo residentes no Brasil, no que tange à tributação da amortização e resgate. Considera-se Jurisdição de Baixa ou Nula Tributação para fins da legislação brasileira aplicável a investimentos estrangeiros nos mercados financeiro e de capitais brasileiros, os países e jurisdições que não tributem a renda ou capital, ou que o fazem à alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento). A relação dos países e jurisdições considerados paraíso fiscal é divulgada pela Secretaria da Receita Federal (atualmente, é a que consta na Instrução Normativa nº 188 emitida pela Receita Federal do Brasil em 6 de agosto de 2002).

Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 15% em caso de negociação conduzida em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado. Adicionalmente, nas operações realizadas em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005%.

Os Quotistas Qualificados residentes em Jurisdição de Baixa ou Nula Tributação deverão nomear instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil como responsável, no País, pelo

cumprimento das obrigações tributárias decorrentes das operações realizadas em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas.

CPMF

A partir de 1º de janeiro de 2008, a CPMF não mais vigora e não deve incidir sobre qualquer transferência de fundos realizada após essa data. O governo Brasileiro pode, observado o trâmite legal aplicável, propor o restabelecimento da CPMF. Caso o governo brasileiro decida reinstituir a cobrança da CPMF, apenas operações ocorridas após aprovada a legislação correlata e expirado o prazo legal para sua aplicação serão oneradas por essa contribuição.

Tributação aplicável ao Fundo

IOF/Títulos

As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0%, sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,5% ao dia.

IR/CSL/PIS/COFINS/IOF

Os rendimentos e ganhos líquidos auferidos na alienação, liquidação, resgate, cessão ou repactuação dos títulos, aplicações financeiras e valores mobiliários integrantes das carteiras Fundo estão isentos do Imposto de Renda, de acordo com o artigo 28, §10º da Lei nº. 9.532 de 10 de dezembro de 1997.

Além disso, os rendimentos e ganhos apurados nas operações da carteira do Fundo também não estarão sujeitos à incidência da CSL, PIS e COFINS, pois o Fundo não possui personalidade jurídica.

CPMF

Até 31 de dezembro de 2007, as operações realizadas por fundos de investimento, desde que relacionadas em Portaria emitida pelo Ministro da Fazenda, incluindo a movimentação da carteira do Fundo e o pagamento realizado no resgate das respectivas quotas, estavam sujeitas à incidência de CPMF à alíquota de 0%.

Desde 1º de janeiro de 2008, a CPMF não mais vigora e não deve incidir sobre qualquer transferência de fundos realizada após essa data. O governo Brasileiro pode, observado o trâmite legal aplicável, propor o restabelecimento da CPMF, ainda que sob outra denominação. Caso o governo brasileiro decida reinstituir a cobrança da CPMF, apenas operações ocorridas após aprovada a legislação correlata e expirado o prazo legal para sua aplicação serão oneradas por essa contribuição.

ADMINISTRAÇÃO, CUSTÓDIA, ESCRITURAÇÃO E GESTÃO DO FUNDO

Administrador

O Fundo será administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob nº 36.113.876/0001-91, representada na forma de seu Estatuto Social, por seus representantes legais.

Direitos do Administrador

O Administrador, observadas as limitações do Regulamento e da regulamentação aplicável, tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos Creditórios e aos Ativos Financeiros, inclusive o de comparecer e votar, em nome do Fundo, em assembléias gerais ou especiais de interesse desse.

Observados os termos e condições do Regulamento, do Contrato de Cessão, do Contrato de Custódia e da legislação aplicável, o Administrador, independentemente de qualquer procedimento adicional, pode:

- a) iniciar quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários à cobrança dos ativos integrantes da carteira do Fundo, ou à execução de quaisquer garantias eventualmente prestadas, inclusive por meio de medidas acautelatórias e de preservação de direitos, observado o disposto no Regulamento;
- b) celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de alienação ou transferência, no todo ou em parte, relacionado (i) aos Direitos Creditórios; ou (ii) aos Ativos Financeiros, sempre de forma a preservar os direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas;
- c) constituir procuradores, inclusive para fins de proceder à cobrança amigável ou judicial dos ativos integrantes da carteira do Fundo, sendo que todas as procurações outorgadas pelo Administrador, em nome do Fundo, não poderão ter prazo de validade superior a 12 (doze) meses contado da data de sua outorga, exceção feita às procurações com poderes de representação em juízo, que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado, mas com finalidade específica; e
- d) contratar, às suas expensas, serviços de gestão da carteira do Fundo com suas Partes Relacionadas.

O Administrador poderá, mediante carta com aviso de recebimento endereçada aos Quotistas, renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral, a ser realizada em até 60 (sessenta) dias contados da referida publicação de renúncia, para decidir sobre a indicação do seu substituto ou liquidação do Fundo, nos termos da legislação aplicável e observados os demais procedimentos dispostos no Regulamento.

Obrigações do Administrador

Para a plena realização dos objetivos do Fundo, o Administrador assume a obrigação de aplicar na sua administração os princípios técnicos recomendáveis e o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na condução de seus próprios negócios, sempre no único e exclusivo benefício dos Quotistas, atento à conjuntura geral e respeitadas as determinações das autoridades monetárias e fiscalizadoras competentes, bem como as obrigações que lhe são impostas por força de lei e do Regulamento.

O Administrador e o Diretor Designado nos termos do inciso V do parágrafo primeiro do artigo 8º da Instrução CVM 356/01 permanecerão responsáveis pela regularidade na prestação das informações divulgadas sobre o Fundo.

Sem prejuízo das demais disposições legais aplicáveis, incluem-se entre as obrigações do Administrador:

- a) manter atualizados e em perfeita ordem pelo prazo legal:
 - (i) a documentação relativa às operações do Fundo;
 - (ii) o registro dos Quotistas;
 - (iii) o livro de atas de Assembléias Gerais;
 - (iv) o livro de presença de Quotistas;
 - (v) os demonstrativos trimestrais do Fundo;
 - (vi) os registros contábeis do Fundo;
 - (vii) o prospecto de que trata o artigo 23 da Instrução CVM 356; e
 - (viii) os relatórios da Empresa de Auditoria e da Agência de Classificação de Risco;
- b) receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo, diretamente ou por meio do Custodiante ou do Agente Arrecadador, observado o disposto no Contrato de Custódia e no Contrato de Arrecadação;
- c) entregar aos Quotistas, gratuitamente, exemplar do Regulamento, e disponibilizar o Prospecto e os relatórios preparados pela Empresa de Auditoria e pela Agência de Classificação de Risco, bem como cientificá-los (i) do nome do periódico utilizado para divulgação de informações; e (ii) da Taxa de Administração cobrada;
- d) divulgar, no prazo de 15 (quinze) dias contados do encerramento de cada trimestre civil, no periódico no qual o Fundo publica suas informações, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que distribuam Quotas, o valor do Patrimônio Líquido, o valor das Quotas, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem e a atualização da classificação de risco das Quotas Seniores pela Agência de Classificação de Risco;
- e) colocar à disposição dos Quotistas em sua sede e agências, e nas instituições que distribuam Quotas, as demonstrações financeiras do Fundo, observado o disposto no Artigo 67 do Regulamento;
- f) custear as despesas de propaganda do Fundo;
- g) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras do Fundo previstas na regulamentação em vigor, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre o Administrador e o Fundo;
- h) providenciar, às expensas do Fundo, trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco das Quotas Seniores pela Agência de Classificação de Risco;

- i) assegurar que o Diretor Designado, responsável pela gestão, supervisão, acompanhamento e prestação de informações do Fundo, elabore os demonstrativos trimestrais do Fundo, evidencie que as operações realizadas pelo Fundo estão em consonância com sua política de investimento, de composição e de diversificação da carteira prevista no Regulamento e com a regulamentação vigente e que as negociações foram realizadas em condições correntes de mercado;
- k) proceder à contratação dos serviços do Custodiante, do Agente Arrecadador, da Agência de Classificação de Risco e da Empresa de Auditoria, e à celebração do Contrato de Cessão, do Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas, do Contrato de Arrecadação e do Contrato de Distribuição;
- l) executar, diretamente ou por meio da contratação de terceiros, serviços que incluam, dentre outras obrigações, (i) a escrituração das Quotas, incluindo a abertura e manutenção das respectivas contas de depósito em nome dos Quotistas; (ii) a manutenção de registros analíticos completos de todas as movimentações de titularidade ocorridas nas contas de depósito abertas em nome dos Quotistas; (iii) o fornecimento aos Quotistas, anualmente, de documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Quotas de sua propriedade e respectivo valor;
- m) fazer, diretamente ou por meio da contratação de terceiros, a guarda física ou escritural dos seguintes documentos, durante o prazo mínimo exigido pela legislação fiscal, os quais lhe serão encaminhados pelo Custodiante após realizada a auditoria anual:
 - (i) extratos da Conta Autorizada do Fundo;
 - (ii) relatórios preparados pelo Custodiante, nos termos do Contrato de Custódia, e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos definidos no Regulamento e/ou no Contrato de Custódia;
 - (iii) Documentos Comprobatórios referentes aos Ativos Financeiros e aos Direitos Creditórios;
 - (iv) todos os recibos comprobatórios do pagamento de qualquer Encargo do Fundo; e
 - (v) informações preparadas pelo Agente Arrecadador nos termos do Contrato de Arrecadação.
- n) informar à Agência de Classificação de Risco, no Dia Útil imediatamente subsequente ao conhecimento:
 - (i) a substituição do Administrador, do Custodiante ou da Empresa de Auditoria;
 - (ii) a ocorrência de qualquer Evento de Avaliação e/ou Evento de Liquidação; e
 - (iii) a celebração de alteração ao Regulamento, e aditamentos ao Contrato de Cessão, ao Contrato de Custódia, ao Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas e ao Contrato de Arrecadação;
- o) disponibilizar, mediante solicitação, as demonstrações financeiras trimestrais do Fundo à Agência de Classificação de Risco;
- p) providenciar o registro do Regulamento e de suas eventuais alterações, nos termos do Parágrafo Segundo do Artigo 1 do Regulamento;
- q) elaborar e enviar informativo quinzenal à Cedente e à Agência de Classificação de Risco, indicando a evolução dos Índices de Cobertura;

- r) comunicar imediatamente os Quotistas, na forma prevista pelo Regulamento, sobre eventual rebaixamento da classificação de risco das Quotas Seniores, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados de sua ciência de tal fato;
- s) enviar informe à CVM, mensalmente, através do sistema de envio de documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento de cada mês do calendário civil, com base no último dia útil daquele mês, as seguintes informações relativas ao Fundo, conforme previsto no artigo 45 da Instrução CVM 356/01:
 - (i) saldo das aplicações;
 - (ii) valor do Patrimônio Líquido;
 - (iii) rentabilidade apurada no período;
 - (iv) valor das Quotas e quantidades em circulação, de acordo com sua classe;
 - (v) comportamento da carteira de Direitos Creditórios, abrangendo, inclusive, dados e comentários sobre o desempenho esperado e o realizado;
 - (vi) posições mantidas em mercados de derivativos;
 - (vii) número de quotistas;
- t) no caso de intervenção ou liquidação extrajudicial do Custodiante ou qualquer outra instituição financeira onde estejam depositados Ativos Financeiros ou Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, requerer o imediato redirecionamento do fluxo de recursos provenientes de tais Direitos Creditórios ou Ativos Financeiros para outra conta de depósitos de titularidade do Fundo; e
- u) calcular a Quantidade Mínima Mensal e informar ao Custodiante nos termos do Contrato de Arrecadação.

Em se tratando do item "k" acima, o Administrador deverá por conta e por ordem do Fundo contratar ou substituir a Empresa de Auditoria conforme a regulamentação vigente, observando o artigo 44 da Instrução CVM 356/01, que dispõe que as demonstrações financeiras anuais do Fundo estarão sujeitas às normas contábeis expedidas pela CVM, bem como que o auditor independente contratado deverá ser registrado na CVM.

Vedações aplicáveis à Administrador

Sem prejuízo das demais disposições legais aplicáveis, é vedado à Administrador, em nome próprio:

- a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se, sob qualquer outra forma, nas operações realizadas pelo Fundo, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos, única e exclusivamente na modalidade de garantia;
- b) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações realizadas pelo Fundo; e
- c) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Quotas.

As vedações de que tratam os itens (a) a (c) abrangem as Partes Relacionadas do Administrador, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas. Excetuam-se do ora disposto os títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do Bacen e os créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, além dos títulos públicos estaduais integrantes das carteiras do Fundo.

É vedado à Administrador, em nome do Fundo:

- a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se de qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos;
- b) realizar operações e negociar com ativos financeiros em desacordo com a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira prevista no Regulamento;
- c) aplicar recursos direta ou indiretamente no exterior;
- d) adquirir Quotas do Fundo;
- e) pagar ou ressarcir-se, com recursos do Fundo, de multas ou penalidades que lhe forem impostas em razão do descumprimento de normas previstas na legislação aplicável e no Regulamento;
- f) vender Quotas do Fundo à prestação;
- g) prometer rendimentos predeterminados aos Quotistas;
- h) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- i) obter ou conceder empréstimos, financiamentos ou adiantamentos de recursos a qualquer pessoa e assumir responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos;
- j) locar, emprestar, empenhar ou caucionar, a qualquer título, os Direitos Creditórios e Ativos Financeiros, no todo ou em parte, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos;
- k) criar qualquer ônus ou gravame, seja de que tipo ou natureza for, sobre os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros; e
- l) emitir qualquer classe ou série de Quotas em desacordo com este Regulamento.

Salvo se expressamente autorizado pelo Regulamento ou pelos titulares das Quotas Seniores reunidos em Assembléia Geral, é vedado à Administrador, em nome do Fundo:

- a) celebrar quaisquer outros contratos ou compromissos que gerem ou possam gerar obrigações e deveres para o Fundo, incluindo a contratação de quaisquer prestadores de serviços, observado o disposto no Regulamento;
- b) distratar, rescindir ou aditar o Contrato de Custódia, o Contrato de Cessão, o Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas e o Contrato de Arrecadação, ressalvadas as alterações decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a determinações das autoridades competentes e de normas legais ou regulamentares, incluindo

correções e ajustes de caráter não material, e das hipóteses estabelecidas naqueles instrumentos; e

- c) proceder à abertura de contas-correntes bancárias ou de custódia, além daquelas previstas no Regulamento, no Contrato de Cessão e no Contrato de Custódia, e à movimentação destas contas de forma diversa ou para fins outros que não os especificamente previstos no Regulamento, no Contrato de Cessão e no Contrato de Custódia.

Taxa de Administração

O Administrador cobrará Taxa de Administração anual correspondente ao valor equivalente ao percentual de 0,10% (dez centésimos por cento) ao ano, incidente sobre o Patrimônio Líquido, limitado a R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), acrescido do valor equivalente ao percentual de 0,05% (cinco centésimos por cento) sobre o valor do Patrimônio Líquido que ultrapassar o limite dos R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais). A Taxa de Administração será calculada e provisionada todo Dia Útil, e o seu pagamento ocorrerá mensalmente à razão de 1/12 (um doze avos), sendo que a primeira parcela será paga à Administrador no último Dia Útil do mês em que ocorrer a primeira Data de Emissão e as demais no último Dia Útil dos meses subsequentes.

Substituição do Administrador

O Administrador, mediante carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista, pode renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral, a ser realizada 60 dias contados do envio da referida carta aos Quotistas para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo, nos termos da legislação aplicável.

O Administrador também poderá ser substituído, independentemente de sua vontade, por decisão da Assembléia Geral de Quotistas.

Nas hipóteses de substituição do Administrador e de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couber, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil do próprio Administrador.

O Custodiante e Escriturador

Por meio do "Contrato de Prestação de Serviços de Controladoria, Custódia Qualificada, Escrituração de Quotas e Liquidação Financeira do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios", o Fundo, representado pelo Administrador, contratará o HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo, instituição financeira com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Travessa Oliveira Bello, nº 34 – 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.701.201/0001-89, para prestar os serviços de custódia e escrituração ao Fundo.

Atribuições do Custodiante e Escriturador

Sem prejuízo das demais disposições legais aplicáveis e dos deveres e obrigações definidos no Contrato de Custódia, o HSBC obriga-se a prestar, de forma não exclusiva, ao Fundo, os serviços de controle de ativos (controladoria); de custódia de Direitos Creditórios, de títulos e valores mobiliários (custódia); de controle de Quotas escriturais (escrituração) e de liquidação financeira de operações do Fundo, inclusive dos fluxos de pagamento e recebimento relativos às operações realizadas no âmbito do Contrato de Custódia, observado o disposto no Capítulo Cinco do Regulamento e nas demais disposições aplicáveis.

Tendo em vista a significativa quantidade dos Direitos Creditórios, a expressiva diversificação dos

respectivos devedores, usuários do Serviço, e o reduzido valor médio dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, o Custodiante está dispensado, nos termos do artigo 38, parágrafo 3º, da Instrução da CVM n.º 356, da verificação do lastro dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, ou seja, dos documentos que formalizam a origem e a exequibilidade dos Direitos Creditórios.

Vedações do Custodiante e Escriturador

Enquanto no exercício de suas respectivas funções, ou utilizado-se dos recursos do Fundo, o HSBC está vedado, ainda que por conta e em nome do Administrador:

- a) atuar como instituição financeira, concedendo, a pessoas físicas ou jurídicas - inclusive sua(s) patrocinadora(s) -, empréstimos e financiamentos, ou abrindo crédito sob qualquer modalidade;
- b) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma;
- c) locar, emprestar, penhorar ou caucionar títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras do Fundo;
- d) atuar em desacordo com as normas técnicas e administrativas do mercado, bem como em desacordo com as normas legais e regulamentares emanadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, Bacen, CVM e outros órgãos reguladores, e, se aplicável, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Substituição do Custodiante e Escriturador

O HSBC poderá ser substituído a qualquer tempo por decisão dos Quotistas Seniores reunidos em Assembléia Geral, observadas as disposições do Contrato de Custódia.

O HSBC poderá, ainda, a qualquer tempo, e mediante aviso prévio à Administrador na forma prevista no Contrato de Custódia, renunciar às suas funções, sem que seja devido ao Fundo, à Administrador ou aos Quotistas, quaisquer valores a título de multa ou indenização. Exceto em caso de renúncia, o HSBC será responsável pelos custos relacionados à mudança de custodiante, neles incluídas quaisquer necessidades de integração e/ou adaptação entre os sistemas do Administrador e/ou do custodiante e de seus sucessores. Nessa hipótese, o Administrador deverá convocar, no mesmo ato, Assembléia Geral para decidir sobre a substituição ou sobre a liquidação do Fundo.

SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS FIRMADOS PELO FUNDO

Abaixo segue uma descrição dos principais contratos firmados pelo Fundo com a Cedente e os prestadores de serviços abaixo descritos.

Para mais informações, ver Seção "Estrutura da Operação".

Contrato de Cessão

Contrato celebrado entre a Cedente e o Fundo, representado pelo Administrador, tendo como interveniente o Custodiante. Por meio do Contrato de Cessão, a Cedente cede e transfere ao fundo os Direitos Creditórios. Os Direitos Creditórios, a serem adquiridos pelo Fundo com base no artigo 483 do Código Civil Brasileiro, são representados: (i) pelas vendas futuras da totalidade dos Bilhetes nas Estações Designadas, no Período de Arrecadação; (ii) pelo crédito detido contra a Fetranspor, decorrente da utilização de Vales-Transporte, nos termos do Contrato Particular de Delegação, celebrado com a Fetranspor; e (iii) por outros créditos oriundos de modalidades de cobrança existente, ou que venham a ser criadas e aceitas pela Cedente, para a prestação do Serviço a partir da primeira Data de Emissão das Quotas Seniores, e que sejam utilizados pelos usuários da Cedente, vendidos nas Estações Designadas, ou de outra forma relacionadas às Estações Designadas, durante o Período de Arrecadação, juntamente com todos os direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados e assegurados ao titular de tais direitos, e quaisquer indenizações devidas, direta ou indiretamente, decorrentes de apólices de seguro contratados pela Cedente ou por quaisquer de seus prestadores de serviços no âmbito da arrecadação dos Direitos Creditórios, incluindo, sem limitação, as indenizações provenientes do serviço de transporte de valores e afins, bem como todos e quaisquer encargos, multas compensatórias e/ou indenizatórias devidas à Cedente no âmbito da prestação desse serviço público de transporte ferroviário de pessoas, nos termos do Contrato de Cessão, inclusive reajustes monetários/tarifários, bem como todos os direitos, ações e garantias assegurados à Cedente por força dos Direitos Creditórios cedidos.

Contrato de Distribuição

Por meio do Contrato de Distribuição, o Fundo e a Cedente contrataram os Coordenadores para a prestação dos serviços de distribuição pública das Quotas Seniores. A Cedente será responsável pelo pagamento da remuneração dos Coordenadores, conforme detalhada na seção "Características do Fundo - Custos Envolvidos na Operação do Fundo". [EXIGÊNCIA 2.8.]

Contrato de Custódia

Contrato celebrado entre o Custodiante e o Fundo, representado pelo Administrador, por meio do qual o Custodiante assume a responsabilidade, conforme definido naquele contrato, pela prestação dos serviços de controle de ativos (controladoria); de custódia de Direitos Creditórios, de títulos e valores mobiliários (custódia); de controle de Quotas escriturais (escrituração) e de liquidação financeira de operações do Fundo, inclusive dos fluxos de pagamento e recebimento relativos às operações realizadas no âmbito do referido Contrato, bem como dos serviços dos quais trata o artigo 38 da Instrução CVM 356/01. O Custodiante receberá pelos serviços de descritos acima a Taxa de Custódia correspondente ao valor equivalente ao percentual de (i) 0,18% ao ano, incidente sobre o Patrimônio Líquido, limitado a R\$ 150.000.000,00, (ii) 0,14% ao ano, incidente sobre o Patrimônio Líquido entre R\$150.000.000,00 e R\$300.000.000,00, ou (iii) 0,10% (dez centésimos por cento) ao ano, incidente sobre Patrimônio Líquido superior a R\$300.000.000,00. A Taxa de Custódia prevista acima terá como valor mínimo mensal igual a R\$ 12.000,00 (doze mil reais). A Taxa de Custódia constitui um Encargo do Fundo, nos termos do item

VIII do artigo 56 da Instrução CVM 356/01, sendo, portanto deduzida do Patrimônio Líquido. [EXIGÊNCIA 2.8.]

Contrato de Arrecadação

Contrato celebrado entre o Agente Arrecadador e, conjuntamente, pela Cedente e pelo Fundo, representado pelo Administrador, às expensas da Cedente, por meio do qual o Agente Arrecadador assume a responsabilidade, em caráter não discricionário, de serviços de arrecadação, centralização, recebimento e pagamento de valores, compreendendo a execução e operacionalização de todos os procedimentos e rotinas inerentes, conforme definido naquele contrato.

Por força do Contrato de Arrecadação, o Agente Arrecadador, devidamente constituído como mandatário da Cedente e do Fundo, poderá praticar todo e qualquer ato necessário relacionado à arrecadação da totalidade dos recursos decorrentes da prestação do Serviço, correspondentes aos Direitos Creditórios, que incluem os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, incluindo receber os recursos entregues pela Protege, bem como os recebidos da Fetranspor, nos termos do Contrato Particular de Delegação celebrado com a Cedente, que serão centralizados na Conta Arrecadadora para serem segregados e transferidos para a Conta Autorizada do Fundo ou Conta Autorizada da Cedente, conforme o caso, sempre com estrita observância ao disposto no Contrato de Arrecadação, no Regulamento, no Contrato de Cessão e na regulamentação aplicável, sendo vedado o substabelecimento.

Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas

Contrato celebrado entre a Cedente e o Fundo, representado pelo Administrador, tendo como interveniente o Custodiante, através do qual a Cedente se comprometeu a subscrever e integralizar até [●] ([●]) Quotas Subordinadas de emissão do Fundo, na primeira Data de Emissão pelo valor unitário de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), no montante total de R\$ [●] ([●] milhões de reais).

Agência de Classificação de Risco

As Quotas têm sua classificação de risco atribuída pela Standard & Poor's Rating Services, a Agência de Classificação de Risco especializada contratada pelo Fundo. A classificação de risco das Quotas será revisada trimestralmente e divulgada aos Quotistas na forma prevista no Regulamento. As despesas com a Agência de Classificação de Risco constituem Encargos do Fundo, nos termos do item X do artigo 56 da Instrução CVM 356/01, sendo, portanto, deduzidas do Patrimônio Líquido, para mais informações sobre remuneração, ver Seção "Características do Fundo - Custos Envolvidos na Operação do Fundo". [EXIGÊNCIA 2.8.]

Empresa de Auditoria

A Empresa de Auditoria contratada pelo Fundo é PricewaterhouseCoopers, responsável pela revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo, e da análise da atuação do Administrador. A PricewaterhouseCoopers é, ainda, igualmente responsável pela revisão das demonstrações financeiras e das contas da Cedente. As despesas com a Empresa de Auditoria constituem Encargos do Fundo, nos termos do item IV do artigo 56 da Instrução CVM 356/01, sendo, portanto, deduzidas do Patrimônio Líquido, para mais informações sobre remuneração, ver Seção "Características do Fundo - Custos Envolvidos na Operação do Fundo". [EXIGÊNCIA 2.8.]

UTILIZAÇÃO DE RECURSOS

Utilização de Recursos pelo Fundo

Os recursos arrecadados com a Oferta serão investidos pelo Fundo na aquisição de Direitos Creditórios e Ativos Financeiros, observada a política de investimento de composição e diversificação da carteira do Fundo, estabelecida no Capítulo Seis do Regulamento.

Utilização de Recursos pela Cedente

Os recursos obtidos pela Cedente com a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo serão, primeiramente, utilizados para quitação dos empréstimos ponte contratados junto ao Coordenador Líder da Oferta, no montante total de R\$ 39,0 milhões, com prazos de vencimento em 16 de janeiro de 2010, atualizados pela taxa anual de 165% do CDI – Certificado de Depósito Interbancário. O saldo remanescente será investido na realização de projetos que visam à melhoria da qualidade dos serviços prestados pela SuperVia, os quais envolvem remodelação de estações ferroviárias, adequação e reforma de material rodante, adequação e implantação de sistema de sinalização, adequação da rede aérea de tração e adequação de via permanente, conforme tabela abaixo:

Utilização dos Recursos (Saldo Remanescente)	Percentual de Comprometimento Aproximado (%)
Adequação e reforma do material rodante	35,0
Adequação e implantação de sistema de sinalização	35,0
Adequação de via permanente, rede aérea de tração e remodelação de estações ferroviárias, dentre outros investimentos	30,0
Total:	100,00

A parcela dos recursos destinados ao início da adequação e modernização do sistema de sinalização visa reduzir o intervalo entre trens e gerar maior eficiência na alocação dos mesmos. Por exemplo, no Ramal Deodoro, que representa aproximadamente 50% dos passageiros da SuperVia e onde o projeto será implantado antes, espera-se um acréscimo de aproximadamente 20% na oferta sem a aquisição de novos trens. Com uma melhor alocação dos trens, o intervalo entre composições também pode passar de 5 para 3 minutos e o número de partidas por hora pode aumentar 66%. Além disso, pretende-se reduzir o número de falhas, atrasos e cancelamentos para melhorar o serviço prestado e mitigar o risco de acidentes, devido a instalação de um sistema de controle de tráfego mais automatizado.

Os recursos também serão destinados a modernizar a frota, com a previsão de reforma de 20 novos trens com ar refrigerado e interior moderno, atingindo um total de 54 trens com as configurações descritas acima. A SuperVia considera essencial a presença do ar refrigerado para atrair e reter clientes, devido ao clima quente e úmido do Rio de Janeiro.

O restante dos recursos será destinado a modernizar as estações ferroviárias e realizar outras melhorias, como reformar a rede aérea, a via permanente e implementar sistemas de energia mais eficientes. As reformas nas estações visam uma maior facilidade na integração com outros modais e melhora na acessibilidade das estações; aumento de 30% para até 100% da cobertura contra chuva e

sol nas plataformas; melhoria na acessibilidade, incluindo instalação de escadas rolantes; e instalação de novos painéis informativos.

VISÃO GERAL DO SETOR DE TRANSPORTE METROPOLITANO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Introdução

A primeira ferrovia brasileira foi construída em 1854, entre as cidades do Rio de Janeiro e Petrópolis, ambas no Estado do Rio de Janeiro. Entretanto, somente no final do século XIX e início do século XX, foram efetuados investimentos significativos, oriundos principalmente de investidores britânicos, para a construção de uma malha ferroviária no país. A malha ferroviária inicial, desenvolvida com estes investimentos, foi projetada para interligar os centros de produção agrícola e de mineração aos portos. A construção das novas linhas férreas, portanto, ficou limitada às regiões Nordeste e Central, do Brasil.

Na década de 30, a malha ferroviária foi gradualmente transferida para o controle do Governo Federal, culminando com a criação da RFFSA em 1957, que unificou as 18 malhas ferroviárias então existentes sob o seu controle. Na década de 60, a indústria ferroviária estagnou em consequência da decisão do Governo Federal de priorizar o transporte rodoviário que, mesmo sendo mais caro a longo prazo, exigia investimentos iniciais menores. Durante as décadas que levaram à desestatização da malha ferroviária, a indústria foi afetada pela redução dos investimentos pelo Governo Federal, uma consequência direta da crise financeira histórica que assolava a economia brasileira, combinada à alta taxa de inflação.

Em 1984, foi criada, a partir da junção da Empresa de Engenharia Ferroviária S.A. – ENGEFER (empresa de projetos ferroviários), subsidiária da RFFSA, com uma das diretorias da RFFSA (Diretoria de Transportes Metropolitanos – DTM, responsável pela operação e manutenção do transporte de passageiros em todo o Brasil), a CBTU, com a missão de planejar, realizar estudos, projetos, implantar, operar e explorar comercialmente o transporte de pessoas, ficando então sob a responsabilidade da RFFSA o gerenciamento do transporte de carga sob os trilhos. A partir de então, os sistemas ferroviários foram transferidos gradativamente da RFFSA para a CBTU, sua subsidiária integral, que passou a gerenciar, primeiramente, os sistemas ferroviários de São Paulo e do Rio de Janeiro, em 1984.

Naquela época e de acordo com dados da CBTU, em 1984, o sistema de transporte ferroviário urbano do Rio de Janeiro transportava em média 908 mil passageiros nos dias úteis, tendo sido registrado neste ano um recorde de 1.100 mil passageiros. Desde então, e enquanto permaneceu sob operação estatal, o sistema sofreu uma substancial deterioração das suas condições operacionais, principalmente devido à falta de recursos para manutenção e investimentos.

Posteriormente, passou à administração da CBTU os sistemas ferroviários de Recife, em 1985, Belo Horizonte, em 1986 e, em 1988, Recife – Linha Sul, Fortaleza, Salvador, Natal, João Pessoa e Maceió.

Em 1988, a nova Constituição Federal definiu o serviço de transporte urbano sobre trilhos de passageiros como de interesse regional, mantendo sob competência do Governo Federal apenas o transporte ferroviário de cargas entre portos brasileiros e fronteiras nacionais, ou que transponha os limites dos estados ou territórios. Nesse sentido, foi determinada a descentralização dos transportes ferroviários metropolitanos, e a transferência do seu controle aos governos estaduais, não obstante a observância às leis federais atinentes aos transportes em geral, que permaneceram sob competência privativa do Governo Federal.

Ainda naquela época, havia a exigência de constituição de empresas estaduais para fim de operar os sistemas ferroviários até então federais. Assim, em 1990, com o advento do Plano Nacional de Desestatização – PND, foi implantado o Programa de Estadualização dos Sistemas de Transportes

Urbanos de Passageiros sobre Trilhos, cujo objetivo era recuperar e modernizar todos os sistemas operados pela CBTU, para mais tarde serem estadualizados e, futuramente, privatizados.

Em 1994, foi iniciada a implantação da descentralização dos sistemas, transferindo para os governos dos estados de São Paulo, representado pela Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM, e do Rio de Janeiro, representado pela Flumitrens, os respectivos sistemas ferroviários.

Em 1995, o Estado do Rio de Janeiro iniciou o seu processo de privatização através do Programa Estadual de Desestatização – PED, instituído pela Lei Estadual nº 2.470, de 28 de novembro de 1995. Dentre os objetivos de tal programa estavam:

- A reestruturação da exploração pelo Estado da atividade econômica, transferindo-a à iniciativa privada;
- A redução da dívida pública do Estado e o saneamento das finanças do poder público;
- A reestruturação da administração pública que fica livre para atuar nas funções essenciais, tais como educação e saúde;
- O estímulo a livre concorrência e a democratização da propriedade do capital das empresas a serem privatizadas.

Dentre as previsões dispostas no PED, estava a criação de um ente regulador, vinculado à administração pública indireta, com o objetivo de gerir o processo de privatização no âmbito inter-regional e exercer o poder regulatório com a finalidade de planejar, coordenar, padronizar e normatizar o acompanhamento e controle dos serviços públicos de competência estadual.

Em virtude de tal determinação, foi criada a Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos do Estado do Rio de Janeiro – ASEP-RJ, através da Lei Estadual nº 2.686, de 13 de fevereiro de 1997, sob a forma de autarquia, com personalidade jurídica de direito público e plena autonomia administrativa, técnica e financeira. A ASEP-RJ objetivava exercer o poder regulador, acompanhando, controlando e fiscalizando as concessões e permissões de serviços públicos multissetorialmente, atuando nas áreas de energia, transporte e saneamento.

A partir de 1º de novembro de 1998, os serviços de operação do sistema de trens metropolitanos do Rio de Janeiro, até então sob a responsabilidade da FLUMITRENS, foram concedidos, por um período de 25 anos, à SuperVia pelo Estado do Rio de Janeiro, na qualidade de Poder Concedente, nos termos do Contrato de Concessão, assinado em 17 de setembro de 1998.

Coube à SuperVia a responsabilidade pela operação do sistema em bitola larga e do ramal de Vila Inhomirim, em bitola métrica, enquanto que a Flumitrens, hoje sucedida pela Central, opera o sistema de bitola métrica do fundo da Baía de Guanabara, ou seja, os ramais ferroviários de Niterói / São Gonçalo / Visconde de Itaboraí, Saracuruna / Magé / Guapimirim e o sistema de bondes que liga o centro da cidade do Rio de Janeiro ao bairro de Santa Teresa.

A ASEP-RJ foi extinta em 25 de junho de 2005, por força da Lei Estadual nº 4.555, de 06 de junho de 2005, que criou a AGETRANSP.

A AGETRANSP foi criada sob a forma de autarquia especial da administração indireta, com plena autonomia administrativa, técnica e financeira, sucedendo, no âmbito de sua competência e finalidade, a extinta ASEP-RJ nas atribuições estabelecidas em leis, decretos, contratos ou convênios.

A AGETRANSP tem por finalidade exercer o poder regulatório, acompanhando, controlando e fiscalizando as concessões e permissões de serviços públicos concedidos de transporte aquaviário, ferroviário e metroviário e de rodovias no Estado do Rio de Janeiro.

O Atual Sistema Ferroviário do Rio de Janeiro

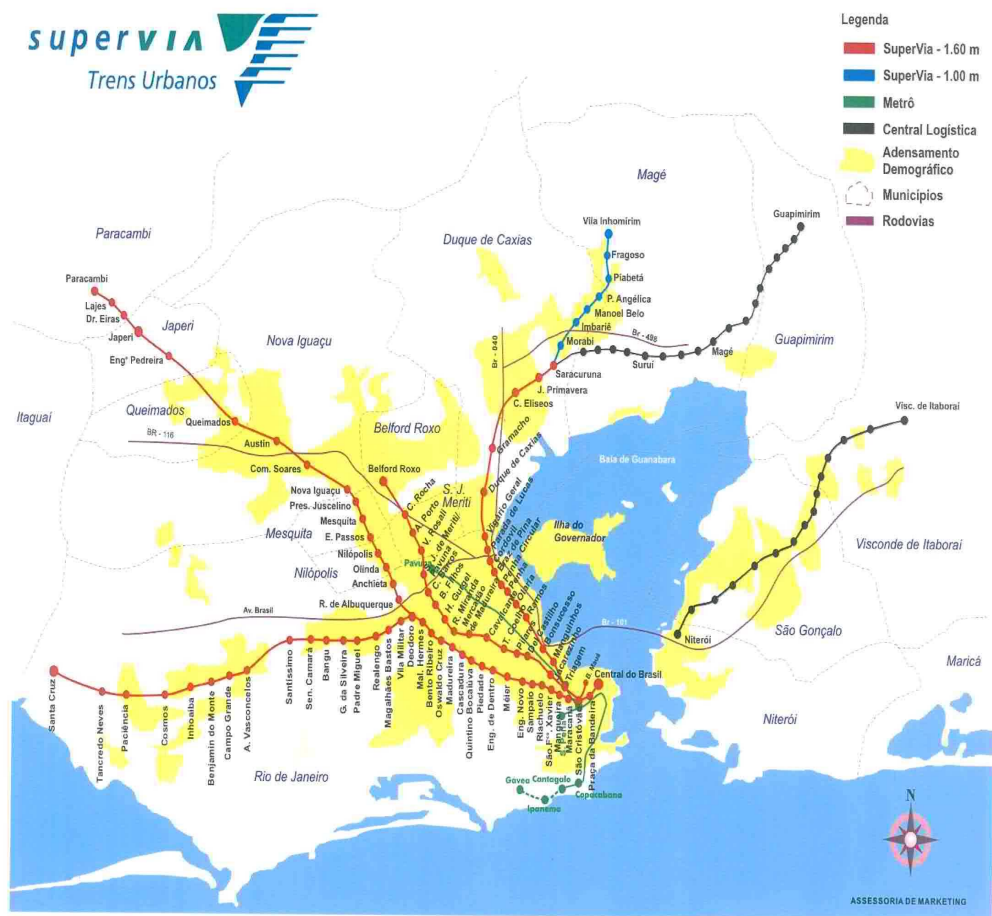
Segundo dados históricos da Central, o sistema ferroviário do Rio de Janeiro está presente em 15 dos 19 municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro, abrangendo uma extensão de 264 Km de faixa, sendo 174,5 km em bitola larga eletrificada, 9 Km em bitola larga não eletrificada e 80,5 Km em bitola métrica não eletrificada, com 95 estações e 32 paradas. Devido à multiplicidade de vias, o sistema totaliza 684 km de extensão.

Atualmente malha ferroviária estadual subdivide-se em cinco linhas principais em bitola larga eletrificada: Deodoro, Japeri, Santa Cruz, Leopoldina (Saracuruna) e Belford Roxo; e 3 linhas em bitola métrica não eletrificada: Vila Inhomirim, Guapimirim e corredor de Niterói a Visconde de Itaboraí.

A SuperVia opera hoje todas as cinco linhas eletrificada mencionadas acima, mais a linha de Vila Inhomirim, representando 98% dos passageiros transportados pela malha ferroviária da região metropolitana do Rio de Janeiro. Os dois ramais restantes – Guapimirim e corredor de Niterói a Visconde de Itaboraí – são operados pela Central.

Desde o início da concessão da SuperVia, em 1998, o sistema ferroviário estadual como um todo se modernizou, através da conclusão de diversas obras não só nas estações como também ao longo da própria via, na rede aérea e nos trens.

Abaixo, segue o atual mapa da rede de trens:



Panorama Atual do Transporte de Passageiros na Região Metropolitana do Rio de Janeiro

O mercado do transporte público urbano de passageiros é extremamente competitivo, no qual a viagem por um dado meio é tratada por muitos consumidores como uma *commodity*. Os principais concorrentes da SuperVia em sua área de cobertura são as vans e ônibus municipais e intermunicipais, além de motocicletas e até percursos a pé.

Dentre os passageiros que escolhem o transporte coletivo, a escolha do modal é feita pelo potencial passageiro baseado em suas preferências declaradas, como atributos relacionados à variáveis de qualidade e segurança (*latu sensu*), normalmente subjetivas e de alta variabilidade, e ainda os critérios mais objetivos do modal de transporte escolhido tais como nível de oferta, tempo de composto de viagem (acesso, espera, viagem, egressão) e finalmente, preço do percurso. Grande parte dos atributos acima mencionados variam muito de acordo com a origem e o destino de cada deslocamento.

Segue abaixo a participação dos principais modais dentre todas as viagens realizadas na região metropolitana do Rio de Janeiro, de acordo com a última Pesquisa Origem/Destino conduzida pela Secretaria Estadual de Transportes durante os anos de 2002 e 2003.

A pé	33.85%
------	--------

Ônibus municipal	26.39%
Ônibus intermunicipal	6.69%
Transporte alternativo (vans)	8.19%
Condutor de automóvel	10.58%
Passageiro de automóvel	4.33%
Bicicleta / ciclomotor	3.24%
Metrô	1.78%
Trem	1.52%
Transporte escolar	0.96%
Táxi	0.70%
Motocicleta	0.51%
Transporte fretado	0.46%
Barco / Aerobarco / Catamarã	0.41%
Ônibus executivo	0.24%
Caminhão	0.15%
Bonde	0.01%
Total	100.00%

Fonte: SETRANS

Em 2003, o transporte coletivo representava quase 50% dos deslocamentos na região metropolitana do Rio de Janeiro, enquanto viagens individuais representavam o restante. Do total, quase 40% das viagens era feitas por meios não motorizados (caminhadas e bicicletas). Dentre as viagens motorizadas, quase três quartos foram feitos em modais coletivos, evidenciando a importância deste tipo de transporte na região.

Segue abaixo tabela baseada nos mesmos dados, mas somente para os modais de transporte coletivo, agrupados de acordo com os principais grupos:

Ônibus	72.4%
Vans	17.6%
Metrô	3.8%
Trem	3.3%
Outros	3.0%
Total	100.0%

Fonte: SETRANS

Portanto, com base nos dados acima descritos, a SuperVia acredita possuir maior potencial de expansão em relação aos demais modais de transporte, por não ocupar a posição mais relevante entre eles, podendo aumentar o seu percentual de participação no mercado.

Programa Estadual de Transportes (PET)

O PET, um conjunto de iniciativas do Governo do Estado do Rio de Janeiro cuja implementação se deu inicialmente através da Lei Estadual nº 2.597, de 17 de julho 1996, teve como principal objetivo a reorganização do transporte público metropolitano do Rio de Janeiro, visando dar ao Estado do Rio de Janeiro uma malha metro-ferroviária de alta qualidade.

O PET possibilitou ainda ao Estado, através de pesquisa realizada no âmbito do PDTU – Plano Diretor de Transportes Urbanos, ter profundo conhecimento sobre o deslocamento diário dos usuários de transportes na região metropolitana do Rio de Janeiro. Como parte destas iniciativas, o Estado, em

conjunto com o BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, fez investimentos da ordem de aproximadamente US\$ 406,3 milhões, na malha ferroviária do Estado do Rio de Janeiro.

Relativamente à SuperVia, o PET previu melhorias para as estações D. Pedro II, que passou recentemente por uma reforma, do Méier, Madureira e São Francisco Xavier, além da entrega de vinte novos trens, equipados com ar-refrigerado, os quais já foram entregues à SuperVia e estão em operação. Ainda nesse sentido, contemplou também a recuperação de cinquenta trens, sendo dezoito equipados com ar-refrigerado, dos quais quatorze já se encontram em operação. Como parte do PET também, novas passarelas para pedestres foram erguidas ao longo da ferrovia para facilitar o acesso às estações e evitar a passagem de pessoas sobre os trilhos. Cerca de 10 Km de muro e fechamento de faixa de domínio já foram concluídos. Novas placas de sinalização, reforma da rede de energia de tração e a substituição de dormentes também aumentaram a segurança e o conforto aos usuários de trens da SuperVia.

III. A CEDENTE – SUPERVIA CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO S.A.

Histórico

O sistema ferroviário da região metropolitana do Rio de Janeiro tem sua origem ainda no século XIX, confundindo-se com o processo de ocupação e interiorização dessa região, tendo sido no passado o elemento indutor da ocupação e desenvolvimento de dita região.

A operação ferroviária foi iniciada em 1861 com um trem diário circulando entre as estações da Corte, hoje D. Pedro II (Central do Brasil), e Cascadura. Logo, foram inauguradas as estações e paradas de São Cristóvão, Engenho Novo, Sapopemba (Deodoro), Maxabomba (Nova Iguaçu), Queimados e Belém (Japeri). Desde então, até o início da década de 40, quando a rede foi eletrificada, foram construídos os 264 Km de ferrovias urbanas do Rio de Janeiro.

O processo de urbanização desta região, que engloba 16 municípios (Rio de Janeiro, Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Japeri, Magé, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá), de acordo com a composição aprovada pela Lei Complementar estadual nº 105/2002, ocorreu de forma desorganizada, desenvolvendo-se ao longo de vetores naturais sem um planejamento adequado de infra-estrutura básica de serviços. A topografia da região induziu vetores de desenvolvimento nas mesmas direções dos corredores de transporte de massa. Assim, a ferrovia desempenhou um papel extremamente importante na formação do espaço geográfico da região metropolitana do Rio de Janeiro já que todos os grandes centros populacionais e econômicos do Rio, com exceção da Zona Sul e do eixo Jacarepaguá - Barra da Tijuca, cresceram ao longo da estrada de ferro.

Inicialmente de responsabilidade da RFFSA, e, após 1984, de responsabilidade da CBTU, o transporte ferroviário urbano de passageiros pertencia à União Federal. A CBTU tinha como objetivo o planejamento e a operação dos sistemas de transporte ferroviário urbano e suburbano em 9 áreas metropolitanas: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Salvador, Maceió, Recife, João Pessoa, Natal e Fortaleza.

A Constituição Federal de 1988 transferiu da União para os Estados e Municípios a responsabilidade pelo transporte ferroviário urbano de passageiros. Conseqüentemente, em 28 de julho de 1994, através do Decreto Estadual nº 20.288, foi criada a Flumitrens para assumir o sistema de transporte ferroviário urbano do Estado do Rio de Janeiro. Em 22 de dezembro de 1994, o sistema de transporte ferroviário urbano do Estado do Rio de Janeiro foi efetivamente transferido à Flumitrens.

Em 1997, com apoio financeiro do Banco Mundial, o Governo do Estado do Rio de Janeiro deu início ao PET, com o objetivo de reverter a situação de abandono em que encontrava o sistema de transporte ferroviário urbano do Rio de Janeiro, recuperando sua infra-estrutura e equipamentos, eletrificando linhas e readequando trens.

Seguindo a tendência nacional e, devido à sua grande importância, o transporte ferroviário urbano de passageiros foi incluído no Programa Estadual de Desestatização (PED), visando à redefinição do papel do Estado na gestão e operação das empresas de transportes, saneamento, energia elétrica e gás natural.

Como à época do PED encontrava-se em negociação entre o Banco Mundial e o Estado uma operação de empréstimo para recuperação do sistema de transporte ferroviário urbano de passageiros, o processo de licitação da malha ferroviária de transporte de passageiros precisou seguir certas regras impostas pelo referido Banco.

Tais regras diziam respeito à formação dos consórcios para participação no processo de licitação. Além dos requisitos de manutenção de capacidade financeira, referidos consórcios deveriam necessariamente ser formados por empresa qualificada que fosse a responsável pela operação do sistema de transporte e por outra qualificada para a realização de um programa obrigatório de reforma de trens, o qual seria aceito como parte da contrapartida do empréstimo, então em fase de negociação com o Banco Mundial.

Assim, foi realizado, em 15 de julho de 1998, o processo licitatório visando à concessão do sistema de transporte ferroviário urbano de passageiros do Rio de Janeiro, tendo sido vencedor o Consórcio Bolsa 2000, com um preço de R\$ 279,7 milhões, por um prazo de 25 anos, podendo ser renovado por igual período. Em 2 de setembro de 1998, foi constituída pelo Consórcio Bolsa 2000 a Rio Trens Concessionária de Transporte Ferroviário S.A., para operar o sistema de transporte ferroviário urbano de passageiros, cuja denominação social, posteriormente, foi alterada para SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Contrato de Concessão

O Contrato de Concessão estabelece os termos e condições nas quais a SuperVia está autorizada a prestar os serviços de transporte ferroviário urbano de passageiros, assim como as suas obrigações. A SuperVia está sujeita à fiscalizações periódicas pela AGETRANSP, principalmente com relação ao desempenho, qualidade e segurança dos serviços prestados. Dentre as obrigações da SuperVia constantes do Contrato de Concessão, destacam-se as seguintes:

- (i) operar o sistema ferroviário de acordo com as normas regulamentares vigentes ou que venham a ser editadas após a assinatura do Contrato de Concessão;
- (ii) manter a continuidade dos serviços, salvo interrupção de emergência causada por caso fortuito e força maior;
- (iii) manter durante o período da concessão, pessoal técnico e administrativo legalmente habilitado e em número suficiente para a prestação dos serviços;
- (iv) promover a reposição ou aquisição dos bens operacionais necessários à prestação adequada dos serviços;
- (v) pagar as indenizações decorrentes de danos causados a terceiros em razão da execução de obras, realizadas pela SuperVia, das atividades necessárias à prestação dos serviços e da exploração da concessão;
- (vi) manter os seguros compatíveis com suas responsabilidades para com o Estado, os usuários e terceiros;
- (vii) fornecer à AGETRANSP, as informações de caráter estatístico relativas a desempenho, qualidade e segurança dos serviços;
- (viii) promover os investimentos necessários ao atingimento das metas de qualidade, desempenho e segurança dos serviços;
- (ix) suportar todos os custos decorrentes de normas relativas à preservação do meio ambiente, previstas na Legislação Federal, Estadual ou Municipal, atualmente vigentes ou que venham a ser editadas após a assinatura do Contrato de Concessão;
- (x) manter durante a vigência do Contrato de Concessão a sua qualificação técnica, econômico-financeira, fiscal e outras que permitiram a sua habilitação e qualificação relativa à licitação que precedeu a assinatura do Contrato de Concessão; e
- (xi) abrir intervalos na circulação de trens e disponibilizar os equipamentos de apoio necessários à realização das obras previstas no PET e no interesse do Estado durante o prazo da concessão.

A SuperVia, nos termos do Contrato de Concessão, sucedeu a Flumitrens em todos os direitos e obrigações expressamente a ela transferidos a partir do início da concessão, exceto com relação às obrigações de natureza civil, comercial, tributária, trabalhista, previdenciária ou de qualquer outra

natureza decorrentes de atos ou fatos ocorridos em data anterior ao início da concessão, isto é, dia 1º de novembro de 1998.

A operação pela SuperVia do sistema de transporte ferroviário urbano de passageiros teve início em 1º novembro de 1998, abrangendo grande parte da região metropolitana do Rio de Janeiro, atendendo, aproximadamente, 6 milhões de habitantes, em 11 municípios, com uma extensão de linhas de serviço de 225 km, com 6 ramais ferroviários e 89 estações, de acordo com a Central. As principais características dos seis ramais operados pela SuperVia estão listadas abaixo:

- **Deodoro** com 22,1 km, inteiramente dentro do Município do Rio de Janeiro, atendendo os principais pólos de Madureira, Méier, São Cristóvão, Praça da Bandeira e Central;
- **Santa Cruz** com 32,7 km, também inteiramente dentro do Município do Rio de Janeiro, pólos atendidos incluem Santa Cruz, Campo Grande, Bangu, Realengo, Madureira, São Cristóvão e Central;
- **Japeri** com 47,3 km, atendendo aos pólos de Nilópolis, Nova Iguaçu, Queimados, Japeri e Paracambi, Madureira, São Cristóvão e Central.
- **Belford Roxo** com 33,0 km, atendendo aos pólos de Belford Roxo, São João de Meriti, Pavuna, Madureira, Triagem, São Cristóvão e Central;
- **Saracuruna** com 34,5 km, atendendo aos pólos de Duque de Caxias, Gramacho, Penha, Ramos, Bonsucesso, Triagem, São Cristóvão e Central;
- **Vila Inhomirim** com 15,4 km (sistema diesel e bitola estreita) atendendo aos municípios de Duque de Caxias e Magé.

A exceção do ramal de Vila Inhomirim, todos os outros trechos operam com bitola larga de 1,60 m e composições eletrificadas.

Termos e condições aplicáveis à concessão

Por se tratar de contrato celebrado com a administração pública, o Contrato de Concessão está adstrito às condições e princípios que regem os atos e contratos da administração pública. Abaixo se encontram relacionados os principais aspectos derivados da condição de concessionária da SuperVia. Não obstante a regulamentação aplicável e demais disposições do Edital, do Contrato de Concessão e seus termos aditivos, bem como da Lei de Concessões e da Lei Estadual nº 2.831, de 13 de novembro de 1997.

Limitações Impostas pelo Edital e Contrato de Concessão

A relação de concessão impõe algumas restrições de caráter societário à Cedente. Merecem destaque as seguintes disposições:

- (i) o estatuto social da SuperVia deverá prever que a mesma ficará impedida de contrair empréstimos ou obrigações cujos prazos de amortização excedam a data de expiração do Contrato de Concessão;
- (ii) em caso de perdas que reduzam o patrimônio da SuperVia a um valor inferior à terça parte do capital social, este deverá ser aumentado, no prazo assinalado pela AGETRANSP, sob pena de caducidade da concessão;
- (iii) a alteração no controle acionário da Cedente dependerá de anuência da AGETRANSP;
- (iv) quaisquer processos de fusão, associação, incorporação ou cisão pretendidos pela Cedente dependerão de aprovação pelo Poder Concedente, ouvida a AGETRANSP;

(v) somente poderão ser exercidas, pela SuperVia, a atividade de exploração de transporte ferroviário de passageiros e atividades correlatas. A exploração de serviços complementares ou adicionais nas áreas integrantes da concessão é permitida excepcionalmente, por meio de subsidiária da Cedente.

Bens objeto da concessão

Todos os bens destinados e vinculados à prestação dos serviços objeto da concessão, independentemente de serem de propriedade do Estado, da FLUMITRENS, da Central ou da SuperVia, têm caráter reversível, ou seja, serão revertidos em favor do Poder Concedente ao final do Contrato de Concessão.

Assim, o Poder Concedente, quando do término da concessão, poderá re-ocupar as instalações cedidas à SuperVia e vinculadas à prestação do serviço, tomando para si todos os bens necessários para a continuidade dos mesmos, caso não haja a renovação do prazo da concessão.

Não obstante, ao longo da concessão, a SuperVia deverá aportar tantos novos bens próprios quantos se façam necessários à adequada prestação dos serviços, sendo certo que todos os bens objeto da concessão, inclusive aqueles aportados pela SuperVia, somente podem ser utilizados para seus fins específicos.

Caso, quando do término do Contrato de Concessão, existirem investimentos regulares da Cedente, destinados à prestação do serviço que, comprovadamente, não tiverem sido amortizados pela remuneração do serviço, o Poder Concedente, observadas as formalidades do Contrato de Concessão, será obrigado a indenizar a SuperVia por esses investimentos que lhe serão transferidos, conforme estabelece a Lei de Concessões.

Caso a extinção do Contrato de Concessão se dê em razão do advento do termo contratual, caberá à SuperVia demonstrar a concordância do Poder Concedente com a realização dos investimentos não amortizados, de forma a neutralizar o eventual não ressarcimento pelo Poder Concedente de tais investimentos.

Eventuais benfeitorias realizadas em decorrência da exploração de atividades correlatas ao objeto da concessão deverão ser indenizadas pelo Estado, quando do fim da concessão.

Intervenção do Poder Concedente

A Lei de Concessões, em seu artigo 32 e seguintes, estabelece a possibilidade de o Poder Concedente, em situações excepcionais, intervir na concessão, assumindo a gestão direta do serviço, para assegurar a sua adequada prestação, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes. A intervenção se justifica quando não houver outro meio hábil capaz de salvaguardar tais interesses.

A intervenção se opera por meio de Decreto do Governador do Estado, do qual deverão constar os objetivos e limites da medida, assim como seu prazo e designação do interventor. Em até 30 dias da publicação do referido Decreto, deverá ser instaurado processo administrativo para apurar as responsabilidades, o qual deverá ser concluído em um prazo máximo de 180 dias, sob pena de considerar-se extinta a intervenção, e sendo assegurada a ampla defesa da Cedente. Tais disposições, além de constarem da Lei de Concessões, também foram incluídas no Contrato de Concessão.

O Contrato de Concessão prevê ainda hipótese específica de intervenção: caso a SuperVia não contrate os seguros exigidos, o Estado poderá fazê-lo em nome da Cedente, e poderá decretar a intervenção na concessão caso não sejam reembolsadas pela SuperVia as despesas que o Estado incorrer

em função da contratação, manutenção e pagamento de prêmios das referidas apólices de seguro. Cessadas as causas que a determinaram, cessa a intervenção.

Alteração do Contrato de Concessão

Por se tratar de contrato celebrado com a Administração Pública, é prerrogativa do Poder Concedente a alteração unilateral de suas condições ou termos, sem a necessidade de anuência da SuperVia, desde que não haja interferência no equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão.

A forma de compensação pela alteração eventualmente imposta pelo Estado será definida pelo mesmo, de acordo com a alteração implementada.

Rescisão do Contrato de Concessão

Sem prejuízo do disposto na Lei de Concessões, o Contrato de Concessão pode ser terminado nas seguintes hipóteses:

- (i) Advento do termo contratual, caso a concessão não seja renovada.
- (ii) Encampação: extinção do Contrato de Concessão, por ato unilateral do Poder Concedente, em razão de interesse público e mediante indenização prévia à Cedente. Para o ato de encampação, é imprescindível autorização legislativa específica, além da instauração de procedimento administrativo para demonstrar o interesse público na medida.
- (iii) Caducidade: caso a Cedente não cumpra com seus deveres contratuais, após decisão final em procedimento administrativo, sendo garantidos todos os meios de defesa.
- (iv) Anulação do Contrato de Concessão: desfazimento da concessão, por ato do Poder Concedente ou do Poder Judiciário, em razão da existência de vício ou irregularidade no procedimento de constituição do mesmo, ou no ato de sua outorga.
- (v) Falência ou extinção da Cedente.
- (vi) Rescisão, por parte da Cedente, mediante decisão judicial que ateste o inadimplemento do Poder Concedente.

Penalidades aplicáveis à SuperVia

O Contrato de Concessão prevê, dentre outras penalidades, a aplicação de multas de valor que podem chegar a até 0,5% do faturamento anual da SuperVia, tomando como base o faturamento do exercício anterior ao da ocorrência do fato gerador da penalidade, pelo descumprimento de qualquer obrigação prevista no Contrato de Concessão.

Além disso, o limite percentual acima pode ser excedido, excepcionalmente, em caso de descumprimento dos programas de recuperação de material rodante e de serviços e obras previstos no Contrato de Concessão.

Tarifas

A tabela a seguir apresenta a evolução anual da tarifa unitária do serviço de transporte, em valores históricos, nos meses de abril de cada ano.

1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009 ^(*)
R\$ 0,60	R\$ 0,80	R\$ 0,90	R\$ 1,00	R\$ 1,35	R\$ 1,53	R\$ 1,65	R\$ 1,85	R\$ 2,00	R\$ 2,20	R\$ 2,45

(*) A tarifa de 2009 se refere à tarifa vigente na data deste Prospecto.

A fixação das tarifas ocorre da seguinte forma:

A fixação inicial foi feita por meio do Contrato de Concessão, o qual estabeleceu a tarifa padrão no valor histórico R\$ 0,60, que poderia ser incrementada em 50% (cinquenta por cento), desde que fosse implementado o sistema de ar-refrigerado em todos os carros e cumpridas determinadas condições previstas no Contrato de Concessão.

Ainda segundo o Contrato de Concessão, a tarifa pode ser reajustada anualmente, ou nos intervalos permitidos pela legislação federal pertinente, com base no IGP-M. Tal reajuste é sujeito à homologação do cálculo matemático da Cedente pelo Poder Concedente, representado pela AGETRANSP, no prazo de 30 (trinta) dias, e implementação do reajuste pela SuperVia em caso de ausência de manifestação do regulador.

Além disso, a mesma pode sofrer revisão, nas seguintes hipóteses:

- revisão ordinária: a cada 5 anos, com base no custo dos serviços, incluída a remuneração do capital, considerando, ainda, a necessidade de estímulo ao aumento da eficiência operacional através da redução efetiva dos custos e da evolução da produtividade da SuperVia;
- revisão extraordinária: a qualquer tempo, para restaurar o equilíbrio econômico e financeiro do Contrato de Concessão, e/ou em contrapartida aos riscos de exploração da concessão, sempre que:
 - (i) Por imposição do Estado, houver modificação unilateral do Contrato de Concessão, que importe em variação nos seus custos ou receitas, tanto para mais quanto para menos;
 - (ii) Forem criados, alterados ou extintos tributos ou encargos legais, excetuado o IRPJ, ou sobrevierem novas disposições legais, e que acarretem comprovada repercussão nos custos da SuperVia, tanto para mais quanto para menos, quando provado seu impacto sobre as condições financeiras dos serviços;
 - (iii) Houver ampliação na prestação dos serviços em áreas não afetas à concessão, e tal incremento seja previamente acordado entre a SuperVia, o Poder Concedente e a AGETRANSP, ou ainda sempre que houver aumento ou supressão de áreas afetas à concessão, conforme o caso;
 - (iv) Circunstâncias supervenientes, em razão de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou fato da Administração, resultem, comprovadamente, em variações dos custos da SuperVia;
 - (v) Houver alteração legislativa de caráter específico que produza impacto direto sobre as receitas da SuperVia, tais como as que concedam isenção, redução, desconto ou qualquer outro privilégio tributário ou tarifário;
 - (vi) Demais casos previstos na legislação e no Contrato de Concessão.

Quaisquer propostas de revisão do valor limite das tarifas deverá se previamente submetida à AGETRANSP, sendo certo que o percentual de reajuste depende de aprovação da referida agência.

Em 2003, ao completar cinco anos de operação ferroviária, a SuperVia deu início ao primeiro processo de revisão ordinária quinquenal de tarifa.

Para fornecer os dados econômicos e financeiros necessários à elaboração de seu pedido, a SuperVia contratou a Fundação Getúlio Vargas, que em seu relatório confirmou a existência de desequilíbrio econômico-financeiro, o qual deveria ser reparado através da revisão quinquenal.

Como resultado desta revisão, a Deliberação AGETRANSP nº 89/2006 definiu R\$ 2,244 como valor máximo de tarifa modal, com referência a novembro de 2005, com a possibilidade de a tarifa ser

reduzida para R\$ 2,0755, caso o Poder Concedente venha a desonerar a sociedade dos investimentos obrigatórios.

Após tratativas com o Poder Concedente, foi acordado o valor de tarifa de R\$ 2,10, de acordo com Resolução nº 957, de 14 de agosto de 2007, da SETRANS.

A deliberação AGETRANSF nº 144, de 23 de janeiro de 2008, em razão do reajuste ordinário para o período 2007-2008, estabeleceu o valor máximo de tarifa modal em R\$ 2,4721, com aplicação de R\$ 2,20, devendo o Estado promover a compensação financeira da diferença para a tarifa máxima aprovada.

Em requerimento protocolado em abril de 2008, foi procedida a análise do pleito da 2ª Revisão Ordinária Quinquenal de Tarifa, que, por meio da Deliberação AGETRANSF nº 183 de 09 de dezembro de 2008 reconheceu o desequilíbrio em favor da SuperVia de R\$ 604 milhões (data-base de dezembro de 2007), e fixou a tarifa padrão em R\$ 2,4738.

Em sede de revisão extraordinária, em 2002 e 2003, a tarifa foi revista por ocasião do desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão decorrente das perdas acumuladas com gratuidades concedidas por força da Lei 3.339/99, conforme deliberações AGETRANSF nº 225, de 05 de julho de 2002 e 283, de 01 de dezembro de 2002.

Destaca-se, ainda, que é permitido à SuperVia implantar tarifas de integração com outros modais de transporte, desde que aprovadas pela AGETRANSF e respeitada a soma dos valores máximos de cada um dos modais.

Na data deste Prospecto, as tarifas, incluindo as de integração, praticadas pela SuperVia são as seguintes:

Descrição	Tarifa Integral	Valor do Rateio			
		SuperVia	Metrô	Ônibus	Central
Trem SuperVia	2,45	2,45	-	-	-
Trem SuperVia - Somente Ramal Vila Inhomirim	2,00	2,00	-	-	-
Trem SuperVia + Ônibus Circular SuperVia	3,25	3,25	-	-	-
Trem SuperVia + Trem Central	2,45	1,78	-	-	0,67
Trem SuperVia + Metrô + Ônibus Circular Metrô	3,80	1,84	1,96	-	-
Trem SuperVia + Ônibus (Baixada Fluminense)	3,60	1,80	-	1,80	-
Trem SuperVia + Ônibus (outros)	3,25	1,625	-	1,625	-

Fonte: SuperVia

Ressarcimento de Gratuidades

Apenas as gratuidades legalmente amparadas na data da publicação do Edital e que diziam respeito aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos devem ser obrigatoriamente assumidas pela SuperVia, sendo que as demais gratuidades tais como estudantes de ensino básico da rede pública e doenças crônicas, devem ser ressarcidas pelo Poder Concedente. O valor total das gratuidades de responsabilidade do Estado representou nos anos de 2005, 2006, 2007 e 2008, uma média de 3,08%, 2,56%, 2,48% e 1,90%, respectivamente, sobre o total de passageiros transportados nos períodos indicados. A redução verificada decorre da adoção de medidas visando à redução de fraudes na utilização do referido benefício.

Atividades da SuperVia

A Cedente é sociedade criada para o fim especial de explorar os serviços de transporte ferroviário de passageiros sobre trilhos e as atividades correlatas definidas no Contrato de Concessão celebrado em 17 de setembro de 1998, cuja concessão foi determinada pelo Decreto nº 24.013, de 27 de janeiro de 1998, compreendendo as linhas, estações, construções e benfeitorias devidamente especificadas naquele instrumento, sendo objeto da Concessionária:

- exploração e manutenção dos serviços de transporte de passageiros sobre trilhos que se prolongam em 225 Km de linhas por 89 estações ferroviárias, sendo alcançados os 11 (onze) maiores municípios da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro;
- autorização para implementação de integrações com outros modais de transporte;
- exploração, através de empresa subsidiária, de serviços complementares ou serviços adicionais nas áreas integrantes da concessão, inclusive nos espaços aéreos das linhas, estações, construções e terrenos passados à posse da Concessionária;

Incluem-se ainda outros trechos decorrentes de expansões que venham a ser feitas no período da concessão, e que caracterizem o prolongamento dos atuais trechos em operação.

A Cedente poderá ainda participar, como sócia ou acionista de outras sociedades, desde que as atividades não afetem a prestação do serviço de transporte ferroviário.

Vantagens Comparativas e Estratégia de Crescimento

O sistema de transporte de trens urbanos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro operado e administrado pela SuperVia está presente em 11 municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro, atendendo os principais sub-centros urbanos de negócios da região, tais como o Centro da cidade em sua área ampliada com duas estações (Central e Praça da Bandeira), Méier, Madureira, Bangu, Campo Grande, Santa Cruz, Nilópolis, Nova Iguaçu, Queimados, Bonsucesso, Duque de Caxias, Belford Roxo. A população residente limdeira é estimada em aproximadamente 6 milhões de pessoas de acordo com o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

O sistema oferece cerca de 700 viagens de trens (partidas) nos dias úteis e transporta aproximadamente 10 milhões de passageiros pagantes por mês. O sistema caracteriza-se por atender a três segmentos de mercado distintos: longa distância, média distancia e curta distância. De acordo com dados da SuperVia, estes mercados obtiveram as seguintes taxas médias de crescimento entre 2005 e 2008: 6,9%, 12,8%, 9,9% respectivamente. Tem-se ainda que a estação Central do Brasil atende a todos os mercados com uma taxa média de crescimento de 17,2% durante o período

Baseado em dados de pesquisas de campo realizadas pela SuperVia e pesquisa anual de avaliação conduzida pela IDS Análise de Dados Ltda. em março de 2008, a Cedente considera os seguintes atributos suas vantagens comparativas:

- **Segurança Pessoal:** Por não operar em um sistema fechado e controlado, as vias do modal rodoviário estão mais expostas à situações de risco que podem comprometer a integridade física dos passageiros
- **Preço:** A SuperVia pratica tarifa de R\$ 2,45 (com ou sem ar refrigerado) ao longo de toda malha. Esse valor encontra-se abaixo da concorrência nos mercados de longa e média distâncias intermunicipais, conforme demonstrado abaixo:

Destino	Tarifa Praticada		
	Ônibus	Trem	Integrada
Coelho da Rocha	4,60	2,45	NA
Duque de Caxias	3,25	2,45	NA
Gramacho	4,50	2,45	NA
Nova Iguaçu	5,50	2,45	3,60
Nilópolis	5,00	2,45	3,60
Queimados	4,90	2,45	3,60
Saracuruna	4,50	2,45	NA
Eng Pedreira	5,50	2,45	NA
Belford Roxo	4,60	2,45	3,60
Campo Grande	2,20	2,45	3,25
Madureira	2,20	2,45	3,25

Fonte: SuperVia

No caso específico de trajetos dentro do Município do Rio de Janeiro, os preços de linhas de ônibus são R\$ 2,20 e R\$ 2,50 para ônibus sem e com ar-refrigerado, respectivamente.

- **Tempo de viagem:** Altamente variável de acordo com a origem e destino do deslocamento, contudo SuperVia acredita ser o modal mais eficiente especialmente para viagens médias e longas, de acordo com pesquisas com usuários e não usuários em sua área de cobertura, conforme demonstrado abaixo. A Cedente crê que esta vantagem será reforçada caso o crescimento da frota de veículos automotores se mantenha no ritmo atual, aumentando o trânsito rodoviário e o tempo de viagem dessa alternativa de transporte:

Tempo de Viagem (min.)*		
	SuperVia	Ônibus
Paracambi*	100	110
Japeri	79	105
Nova Iguaçu	51	90
Belford Roxo	53	90
Madureira	29	55
Santa Cruz	75	120
Campo Grande	68	95
Duque de Caxias	37	45
Saracuruna	59	45

* Paracambi - inclui 5 minutos de espera de transferência

**Tempo das viagens podem variar de acordo com o sentido. A tabela indica o menor tempo.

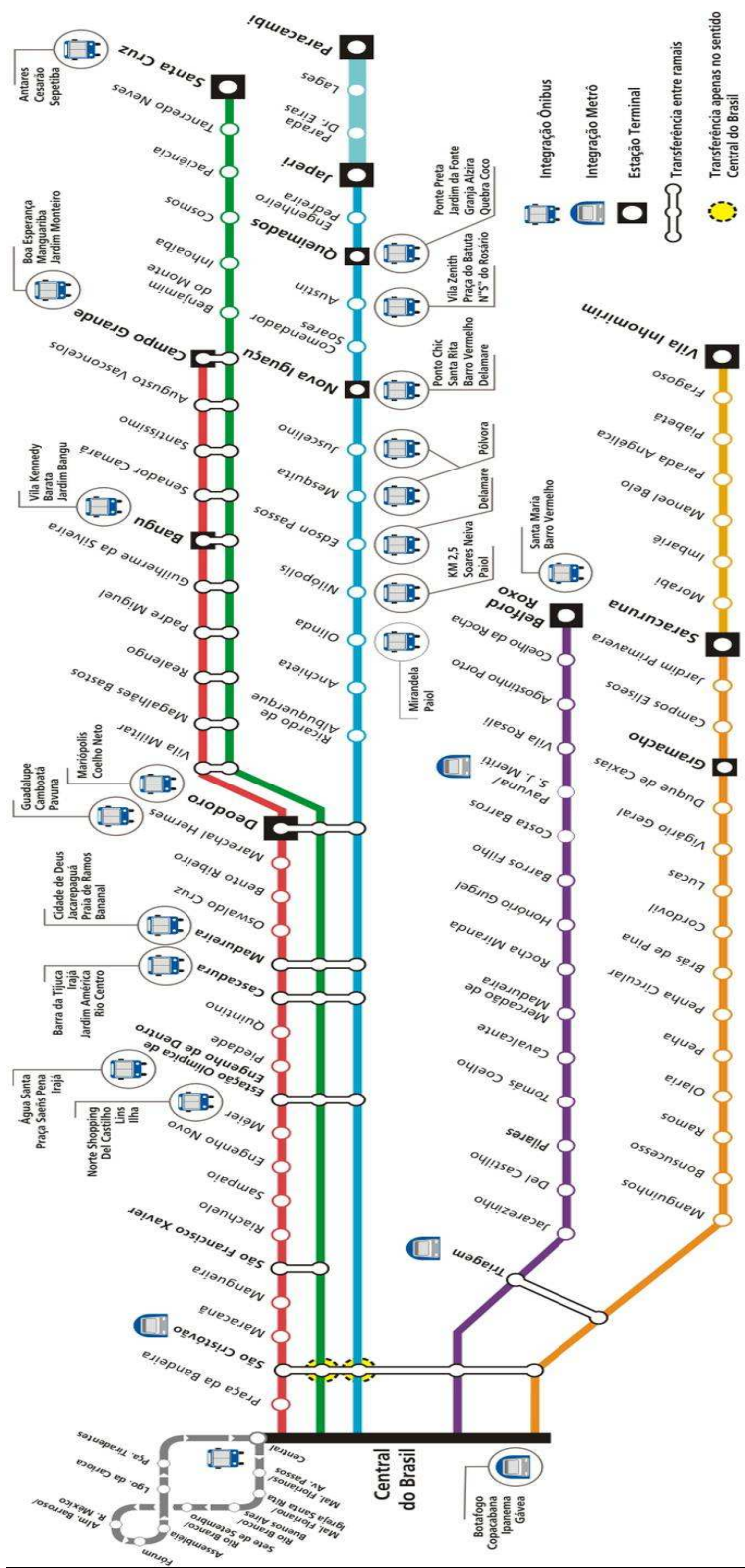
Fonte: SuperVia

- **Disponibilidade de Informações:** Graças aos painéis de informações visuais (incluindo telas de LCD na Central do Brasil e Deodoro) e circuitos internos de som nas estações, a SuperVia consegue melhor informar seus passageiros sobre mudanças de rota e horários de maneira eficiente quando comparado aos outros modais de transporte.

Para continuar a atrair passageiros que migraram para outros modais desde 1984, a Cedente pretende focar seus esforços nos mercados onde acredita possuir maior potencial de crescimento, aqueles de média e curta distância. Este último é o mais difícil a ser conquistado, pois a diferença entre os tempos de viagem entre a SuperVia e a concorrência é muitas vezes pequena. No caso específico de viagens curtas dentro do Município do Rio de Janeiro, há também forte concorrência nas tarifas, que podem variar entre R\$ 2,00 (vans) a R\$ 2,20 (ônibus sem ar refrigerado no Município do Rio de Janeiro), contra R\$ 2,45 da Cedente. Finalmente, por geralmente possuir melhor renda familiar e mais opções de transporte, o usuário de curta distância é o mais sensível a melhoras na qualidade dos serviços, incluindo diminuição do intervalo entre partidas, reforma de composições existentes e/ou aquisição de novos trens, oferta de ar refrigerado, além de melhores acessos às estações.

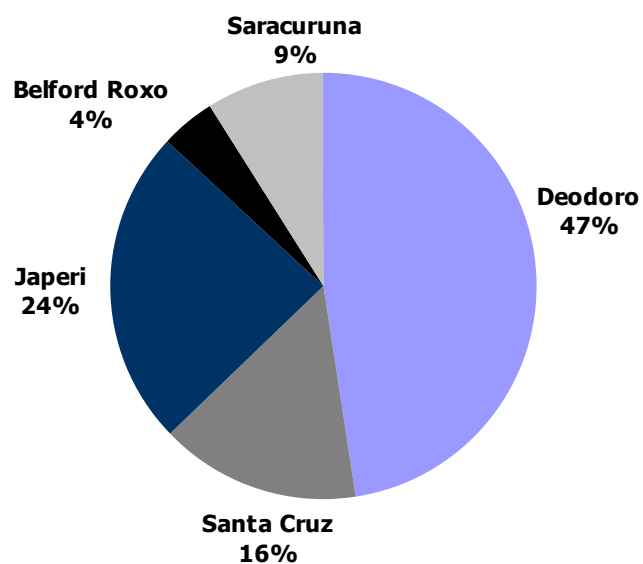
As recentes melhoras do serviço e conseqüente atração de usuários de curta e média distância podem ser comprovados pela melhora no perfil socio-econômico dos usuários da SuperVia entre 2006 e 2008, segundo pesquisa realizada pelo IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística. Durante este período, a fração de usuários com ensino superior e médio subiu de 59% para 64% e o número de usuários de classes sociais B e C evoluiu de 72% para 90%. Finalmente, a participação de usuários do sexo feminino, mais sensíveis a fatores ligados à segurança e ambientação, evolui de 46% para 49%.

Além de focar na melhora dos serviços ofertados, a SuperVia vem aumentando a abrangência de sua malha com a implantação de uma rede integrada de transportes com o Metrô e empresas de ônibus que operam linhas alimentadoras. Os passageiros integrados representam hoje 60 mil embarques por dia útil. No mapa mostrado a seguir tem-se a atual rede integrada da SuperVia.



Fonte: SuperVia

No gráfico abaixo, encontra-se a distribuição dos passageiros transportados pela SuperVia, por ramal, em 2008:



Fonte: SuperVia

Segue abaixo o número de passageiros transportados por estação, em 2005, 2006, 2007 e 2008:

[

Passageiros/Estação

ESTAÇÃO	2005	2006	2007	2008
C. do Brasil	18.695.753	21.376.271	25.049.512	28.089.701
P. da Bandeira	1.131.373	1.134.973	1.197.542	1.325.974
S. Cristóvão	4.317.703	4.421.656	4.604.689	4.785.476
Maracanã	417.527	423.762	523.698	492.558
Mangueira	1.221.012	1.208.968	1.254.620	1.215.612
S. Fco. Xavier	1.108.478	929.183	1.022.235	1.116.502
Riachuelo	855.772	955.517	1.032.952	1.064.004
Sampaio	376.592	416.835	445.919	446.308
Eng. Novo	876.097	945.869	1.012.185	1.092.453
Meier	2.342.280	2.444.159	2.793.918	2.975.872
Eng. De Dentro	2.119.529	2.380.310	2.682.446	2.763.429
Piedade	842.748	904.520	986.960	1.019.739
Quintino	587.904	595.901	634.904	679.870
Cascadura	1.983.158	2.253.458	2.374.204	2.738.432
Madureira	4.617.855	5.372.364	5.950.344	6.359.389
Osv. Cruz	711.599	739.534	815.587	883.405
B. Ribeiro	803.825	871.839	929.568	972.791
Mal. Hermes	1.021.782	1.116.528	1.233.928	1.353.206
Deodoro	949.035	1.070.368	1.279.311	1.394.225
Ramal Deodoro	44.980.022	49.562.015	55.824.522	60.768.946
V. Militar	147.812	159.833	190.997	157.502
M. Bastos	379.099	415.407	490.700	531.053
Realengo	763.672	922.132	1.156.095	1.282.730
P. Miguel	723.680	827.732	976.021	1.038.769
G. da Silveira	421.434	482.838	619.165	709.103
Bangu	1.713.794	1.866.658	2.368.288	2.647.706
Sen. Camará	840.438	827.391	925.768	1.005.382
Santíssimo	449.715	456.751	548.950	611.921
A. Vasconcelos	359.448	410.135	480.009	530.707
C. Grande	3.078.058	3.170.801	3.789.780	4.238.174
B. do Monte	386.618	383.716	387.134	405.390
Inhoaíba	841.503	878.705	900.185	965.179
Cosmos	736.111	733.260	806.482	888.755
Paciência	1.062.955	1.085.115	1.205.586	1.282.249
T. Neves	688.225	692.497	719.393	690.198
Sta. Cruz	2.348.987	2.501.643	2.775.481	2.929.341
Ramal Santa Cruz	14.941.549	15.814.614	18.340.034	19.914.159
Ric. Albuquerque	646.312	766.100	939.590	1.002.145
Anchieta	499.737	599.693	728.847	804.174
Olinda	581.123	650.398	769.902	829.717
Niópolis	2.018.021	2.226.763	2.557.293	2.714.225
E. Passos	1.198.082	1.361.434	1.503.453	1.562.621
Mesquita	1.058.893	1.165.737	1.323.311	1.429.287
Juscélino	587.423	613.779	697.043	775.912
N. Iguaçu	4.090.166	4.364.048	5.042.711	5.376.461
C. Soares	2.193.861	2.343.056	2.401.130	2.505.984
Austin	2.365.951	2.470.161	2.554.103	2.687.968
Queimados	4.000.133	4.216.747	4.389.425	4.657.548
E. Pedreira	3.120.211	3.344.974	3.570.603	3.704.286
Japeri	1.450.326	1.528.484	1.654.671	1.772.280
Lages	209.324	228.530	273.610	308.267
Paracambi	529.222	546.745	604.638	629.594
Ramal Japeri	24.548.785	26.426.649	29.010.330	30.760.469
Jacarezinho	285.942	299.925	297.912	344.680
Del Castilho	154.253	164.608	153.290	168.082
C. Vidal	127.545	129.211	131.167	163.563
T. Coelho	116.834	133.597	137.783	162.022
Cavalcante	106.706	106.808	113.388	139.053
M. de Madureira	371.547	416.133	506.369	646.936
R. Miranda	89.701	94.622	101.247	131.744
H. Gurgel	129.383	131.372	144.530	195.653
B. Filho	54.118	49.312	50.501	54.698
C. Barros	169.973	157.187	145.243	157.786
Pavuna	204.991	194.427	204.722	253.325
V. Rosali	110.958	111.556	108.027	126.152
Agost. Porto	231.361	219.528	239.543	283.641
C. da Rocha	422.775	445.647	511.909	607.214
B. Roxo	1.615.956	1.614.877	1.816.173	2.173.423
Ramal Belford Roxo	4.192.043	4.268.810	4.661.804	5.607.972
Triagem	646.626	704.282	703.191	760.914
Manguinhos	193.277	252.352	244.465	235.827
Bonsucesso	642.577	716.244	827.021	863.498
Ramos	281.833	298.506	332.552	358.797
Olaria	290.886	328.479	380.471	412.715
Penha	276.418	301.411	329.137	358.285
P. Circular	218.376	245.356	280.876	305.195
Brás de Pina	130.219	133.350	146.366	163.837
Cordovil	146.812	162.048	186.740	204.523
Lucas	193.317	200.730	236.581	232.983
V. Geral	122.465	131.733	135.956	131.455
D. de Caxias	1.556.687	1.578.124	1.803.640	1.792.385
Gramacho	2.276.083	2.407.010	2.791.343	2.802.100
C. Eliseos	278.025	289.451	334.120	329.149
J. Primavera	481.786	516.984	592.477	601.778
Saracuruna	1.286.814	1.428.732	1.629.685	1.670.036
V. Inhomirim	0	0	9.507	29.469
Ramal Saracuruna	9.022.201	9.694.792	10.964.128	11.252.946
Total Supervia	97.684.600	105.766.880	118.800.818	128.304.492

Fonte: SuperVia

Fatores de Sazonalidade

Embora a SuperVia tenha apresentado historicamente pouca variação a curto prazo na sua curva de passageiros, descrevemos abaixo os principais fatores de sazonalidade que afetam seu negócio. É importante ressaltar que os efeitos mencionados abaixo são todos incorporados com antecedência e alto nível de previsibilidade na curva de passageiros projetada pela Cedente, que é base para seu orçamento anual, e referência importante para sua gestão de caixa.

Sazonalidade Semanal

Uma pequena parcela de seus usuários, especialmente aqueles de longa e média distância, possuem residência fixa em municípios ou regiões distantes dos principais centros econômicos da região metropolitana do Rio de Janeiro, mas pernoitam no Município do Rio de Janeiro durante a semana para evitar longos deslocamentos todos os dias. Estes usuários costumam vir às regiões centrais na segunda-feira e retornar à periferia na sexta-feira ou sábado, gerando o principal fator de sazonalidade em uma semana típica. Por este motivo, a SuperVia tem observado que transporta um número maior de passageiros nestes dias, especialmente nas segundas, do que durante os outros dias da semana.

A ocorrência de feriado durante a semana constitui também um fator importante de sazonalidade, afetando o fluxo dos usuários acima mencionados, podendo estes postergar ou antecipar um deslocamento conforme o dia do feriado. Finalmente, feriados prolongados podem também transformar dias úteis em dias similares aos finais de semana para a SuperVia. Embora o dia da semana de tais datas varie de ano a ano, seus efeitos são projetados com meses de antecedência pela Cedente, raramente causando surpresa à sua administração.

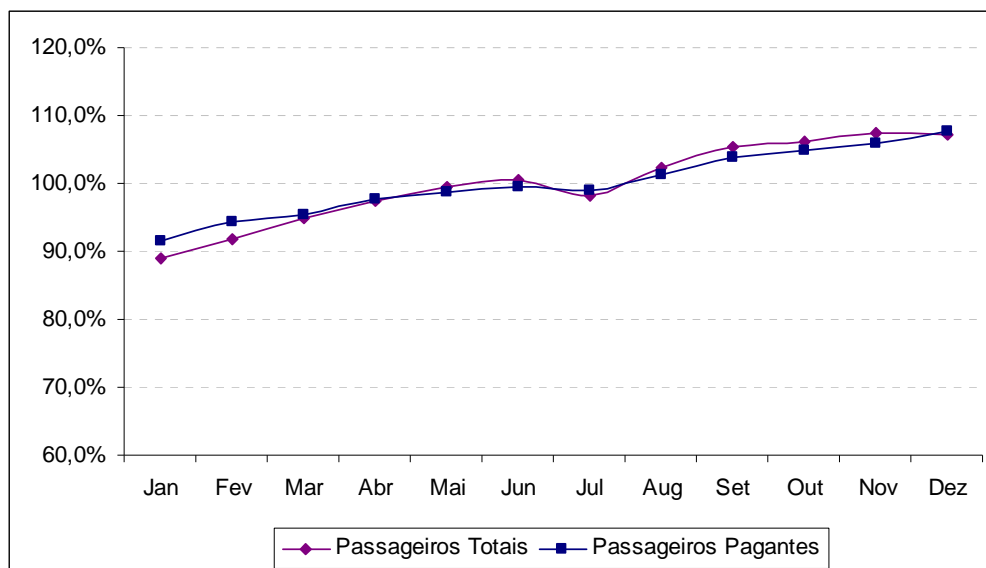
Sazonalidade Mensal

Análises internas da SuperVia identificam efeito muito pequeno de sazonalidade dentre as semanas do mês. O efeito mais relevante é o ligeiro aumento no número de passageiros transportados na semana do quinto dia útil do mês, período no qual um número importante de seus usuários recebe seus rendimentos, gerando mais negócios na região metropolitana do Rio de Janeiro, tendo como consequência o aumento da mobilidade urbana nesse período do mês.

Sazonalidade Anual

Os principais efeitos de sazonalidade tradicionalmente observados dentro de um ano pela SuperVia são os seguintes: (i) "Efeito Verão" - redução no número de passageiros nos meses de janeiro e fevereiro e parte de março devido às férias de parte de seus usuários, somada à queda na demanda por trens sem ar-refrigerado (neste período do ano a SuperVia faz ajustes em sua grade de horários, compatibilizando a oferta à demanda); (ii) "Efeito Férias Escolares" - redução principalmente do número de passageiros não-pagantes nos meses de janeiro, fevereiro e julho; (iii) "Efeito Final de Ano" - aumento da demanda por transporte público a partir de setembro graças às contratações sazonais do comércio e indústria em antecipação ao Natal e o pagamento do décimo - terceiro salário; (iv) "Efeito Dias Úteis" - na média anual gera-se um resultado maior em meses com 31 dias, comparado aos de 30 ou 28, contudo, durante um ano específico, o número de dias úteis em um mês pode variar de acordo com número de feriados e distribuição de fins de semana.

Distribuição Média Mensal de Passageiros por Dia Útil (1999-2008)
(Dia Útil Médio no Ano = 100%)



Fonte: SuperVia

Finalmente, a distribuição de passageiros indicada acima também é afetada pelo crescimento anual na curva de passageiros da SuperVia, observado até agora em dez de seus onze anos de operação, explicando em parte a maior importância dos últimos meses do ano comparados aos primeiros.

Investimentos da SuperVia

Desde o início da concessão a SuperVia já investiu cerca de R\$ 502 milhões na modernização de todo o sistema de transporte ferroviário urbano de passageiros, recuperando a infra-estrutura, a frota e, principalmente, adotando práticas de gestão com redução de custos, uma filosofia operacional voltada para o mercado, e investindo em seleção e formação de pessoal. Com relação à frota, até a data deste Prospecto, 130 trens foram modernizados.

Até dezembro de 2008, foram trocados, pela SuperVia 174 mil dormentes, 69 km de trilhos foram substituídos, e 60 km de via foram drenados, com o objetivo de extinguir os pontos de alagamento formados ao longo da via férrea em dias de chuva.

Desde a desestatização em 1998 e especialmente como resultado de um plano de reestruturação implementado desde 2005, a SuperVia obteve importantes melhorias em termos de (a) aumento de passageiros; (b) produtividade; (c) cultura corporativa focada no consumidor e direcionada a resultados. A seguir, apresentamos algumas de nossas conquistas mais importantes:

- Taxa de crescimento média anual composta de 11,5% no número de passageiros entre o início da concessão em 1998 e o final de 2008, média de passageiros por dia útil aumentou de 155 mil de janeiro a outubro de 1998 para 464 mil em 2008. Para fins de comparação, de 1984 até a assunção da concessão pela SuperVia, o número de passageiros transportados vinha caindo a uma taxa média de 12,0% ao ano;

- Aumento no número de composições disponíveis de 58 em outubro de 1998 para 157 em dezembro de 2008 (frota operacional), graças à recuperação de composições não-operacionais, melhoras nos processos de manutenção e a entrega de vinte novas composições de última geração da Coréia do Sul pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro com financiamento do Banco Mundial;
- Melhora na pontualidade dos trens de 27,5% em outubro de 1998 para 95,2% em dezembro de 2008, impactando positivamente o serviço oferecido aos usuários;
- Redução no número de falhas operacionais por ano de 11.722 em 2004 para 1.865 em 2008, e no aumento do MKBF (kilometragem média entre falhas) de 1.690 km em janeiro de 2004 para 18.030 km em dezembro de 2008;
- Diminuição no número de passageiros não-pagantes de 14,0% em 2004 para 6,7% em 2008;
- Implementação forte cultura orientada a resultados, com todos nossos funcionários sendo elegíveis ao nosso programa de participação nos resultados, e mais de trinta empregados com metas definidas individualmente, que são avaliadas três vezes ao ano e classificadas anualmente para efeitos de remuneração variável.

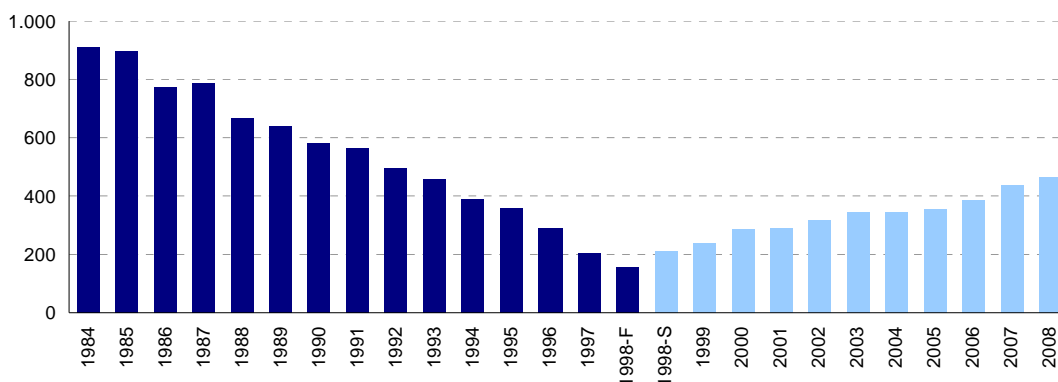
Segue abaixo cronologia dos principais eventos ocorridos desde o início da concessão:

Ano	Ações
1999	<ul style="list-style-type: none"> • Criação da central de atendimento ao cliente e do SuperVia Fone; • Modernização de 7 estações (Central do Brasil, Nova Iguaçu, Campo Grande, Santa Cruz, Queimados, Nilópolis e Bonsucesso).
2000	<ul style="list-style-type: none"> • Início da integração trem-metrô; • Criação da primeira turma de mulheres maquinistas; • Lançamento do Programa de Educação Ambiental, em parceria com a Associação Ambientalista Defensores da Terra; • Eletrificação do trecho Gramacho – Saracuruna; • Modernização de 24 estações (Praça da Bandeira, Maracanã, Marechal Hermes, Realengo, Edson Passos, Mesquita, Presidente Juscelino, Comendador Soares, Austin, Triagem, Mercado de Madureira, Pavuna, Rocha Miranda, Belford Roxo, Riachuelo, Sampaio, São Francisco Xavier, Inhoaíba, Cosmos, Paciência, Tancredo Neves, Ramos, Olaria e Penha).
2001	<ul style="list-style-type: none"> • Início da integração trem-ônibus na Zona Oeste; • Criação da linha Nova Iguaçu-Central; • Criação da linha Queimados-Engenho de Dentro; • Inauguração do programa "Por Dentro da SuperVia".
2002	<ul style="list-style-type: none"> • Primeiro trem com ar-refrigerado entra em operação; • Criação da linha Bangu-Central; • Revitalização do ramal Saracuruna no trecho de bitola métrica Vila Inhomirim; • Modernização do Centro de Controle Operacional – CCO; • Modernização de 4 estações (Del Castilho, Coelho da Rocha, Pílares e Bento Ribeiro).
2003	<ul style="list-style-type: none"> • SuperVia recebe o prêmio Revista Ferroviária, como melhor operadora de passageiros.
2004	<ul style="list-style-type: none"> • Frota totaliza 6 trens com ar-refrigerado em operação; • Modernização de 2 novas estações (Gramacho e Meier); • SuperVia recebe 3 prêmios (ANTP/ Colunistas/ Os Notáveis).
2005	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação da integração trem-ônibus; • Aumento do tamanho dos trens em circulação para o ramal de Japeri na Baixada Fluminense (9 carros); • Obras de melhorias para a recuperação de 27 estações da Baixada Fluminense; • Frota totaliza 11 trens com ar-refrigerado em operação; • SuperVia recebe 3 prêmios (Aberje/CIEE/Top of Mind Brazil).
2006	<ul style="list-style-type: none"> • Modernização das estações de São Francisco Xavier, Méier e Madureira, com escadas rolantes e melhor acessibilidade; • Implantação do vale transporte eletrônico em todas as estações; • Recebimento de 10 novos trens do Estado, de acordo com o PET; • SuperVia inicia a implantação de seu sistema integrado de gestão.
2007	<ul style="list-style-type: none"> • Recebimento de mais 10 trens novos com ar-refrigerado; • Início da integração trem-ônibus na Baixada Fluminense; • Início da implantação do sistema de bilhetagem utilizando cartão magnético próprio (cartão pré-pago).
2008	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação do conceito de cartão pré-pago de emissão própria.

	<ul style="list-style-type: none"> • Modernização do CCO (Centro de Controle de Operações – em andamento); • Implantação de rádio digital ⇒ novo sistema de telecomunicações entre composições, CCO e equipe de manutenção (em andamento); • Recebimento de 3 trens reformados, dos quais 2 com ar-condicionado.
--	---

A Cedente acredita que a população do Rio de Janeiro respondeu positivamente à melhoria da qualidade do transporte ferroviário e continuaria respondendo, aumentando sua participação no setor, à medida que recupera a malha e os vagões que recebeu da Flumitrens. Para tanto, a SuperVia pretende contratar empresa especializada para realizar a coordenação, gerenciamento e fiscalização das obras e serviços necessários a tal recuperação. As vantagens de custos do transporte ferroviário, especialmente para viagens intermunicipais, aliadas à regularidade e eficiência de seus serviços, poderão atrair um número cada vez maior dos aproximadamente 750 mil usuários que migraram para outros meios de transporte de 1984 até a data da concessão dos sistemas à SuperVia.

Média de Passageiros Transportados pelo sistema da SuperVia por Dia Útil



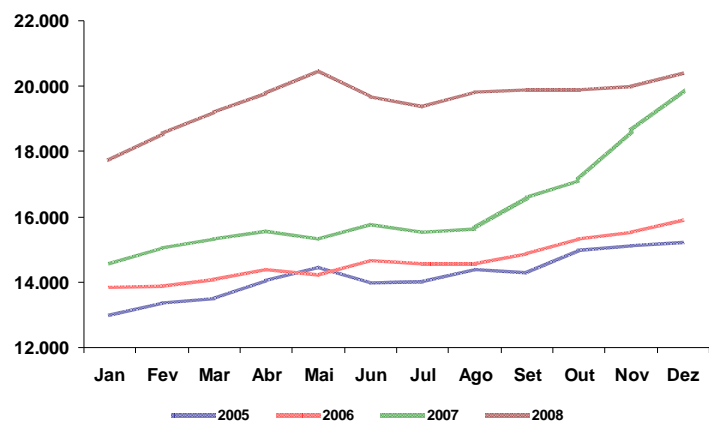
Onde:

1998 – F: significa a fração do ano calendário de 1998 sob operação da Flumitrens.

1998 – S: significa a fração do ano calendário de 1998 sob operação da SuperVia.

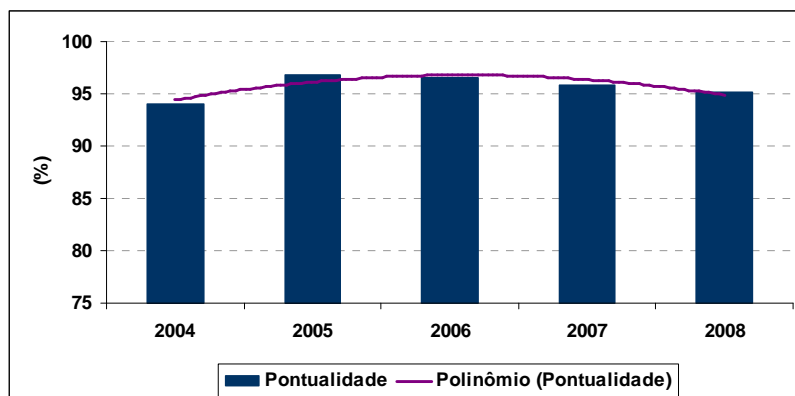
Fonte: SuperVia

Abaixo, segue gráfico sobre o crescimento do número de passageiros transportados por dia útil no Ramal Belford Roxo, cabendo destacar a elevação da taxa de crescimento dos passageiros a partir de agosto de 2007, ocasião em que foi inserida uma composição com ar condicionado no ramal:



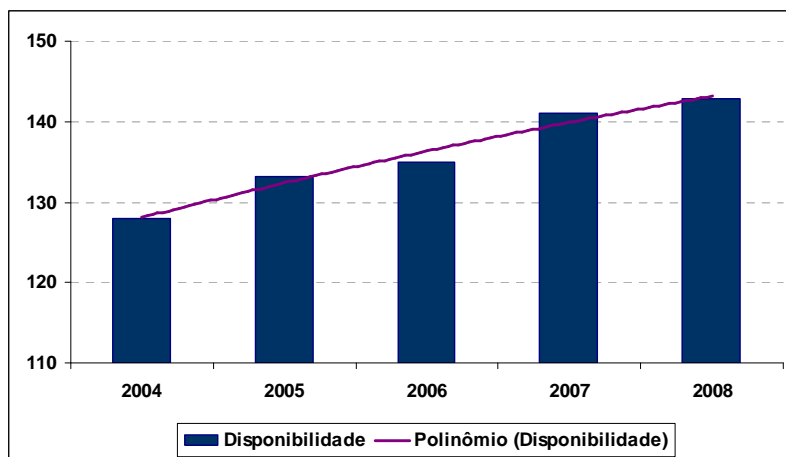
A SuperVia conta atualmente com altos índices de pontualidade, medida pela relação entre o número de viagens realizadas na hora e o número de viagens realizadas, e de regularidade, medida pela relação entre o número de viagens realizadas e o número de viagens programadas, que em 2008 alcançaram respectivamente os valores de 95,18% e 100,63%.

Pontualidade dos Trens (2004-2008)



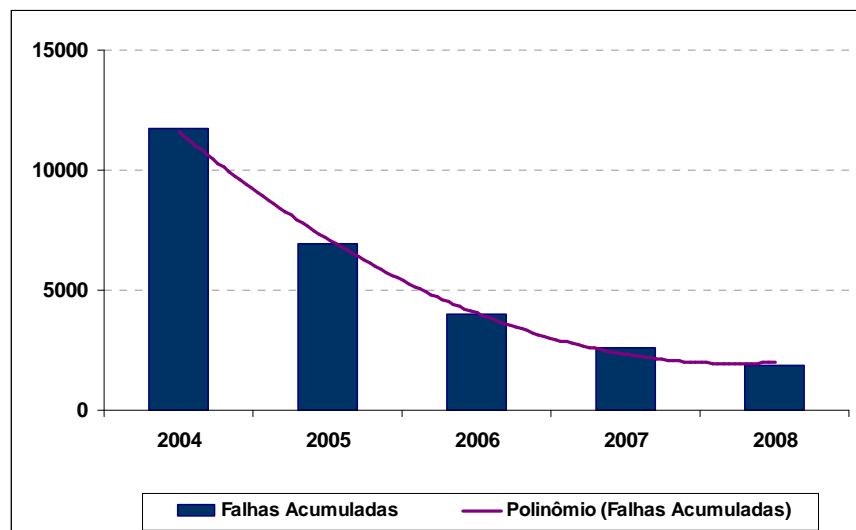
Fonte: SuperVia

Composições Disponíveis (2004-2008)



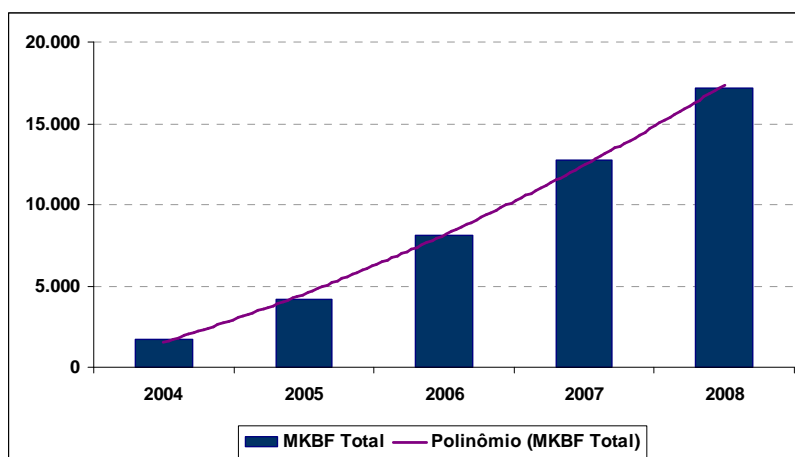
Fonte: SuperVia

Número de Falhas Acumuladas por Ano (2004-2008)



Fonte: SuperVia

MKBF (kilometragem média entre falhas) (2004-2008)



Fonte: SuperVia

Com relação às ocorrências na prestação de serviços, medida por qualquer não-conformidade que retira os equipamentos de operação, a SuperVia vem registrando melhoras, inclusive no seu tratamento. A implantação do sistema integrado de gestão e da gestão intensiva de falhas permitiu que as falhas fossem reduzidas significativamente, conforme gráfico acima.

Acidentes que acarretaram a interrupção do tráfego

No dia 10 de agosto de 2004, os trens do ramal Paracambi (circulando entre Japeri e Paracambi) não circularam das 9:18h às 18:13h, em função de um choque entre um trem que se aproximava da estação e outro que estava estacionado na linha B da Estação Japeri.

A estação Santa Cruz ficou interditada das 17:00h do dia 23 de julho de 2005 às 14:00h do dia 24 de julho de 2005 em função do descarrilamento de um trem.

O ramal Santa Cruz ficou parcialmente interrompido das 12:22h do dia 7 de junho de 2006 às 15:50h deste mesmo dia, em função do descarrilamento do trem de serviço (não realizando viagem remunerada). Enquanto as linhas 1 e 2 ficaram interrompidas, a circulação no Ramal Santa Cruz foi realizada entre as estações Santa Cruz e Campo Grande e entre Central do Brasil e Santíssimo.

O ramal Belford Roxo ficou parcialmente interditado entre as estações de Barros Filho e Honório Gurgel, das 10:00h do dia 24 de outubro de 2006 às 6:15h do dia 25 de outubro de 2006, em função do descarrilamento do trem cargueiro da MRS Logística S.A., que descarrilou na sua linha e invadiu as linhas da SuperVia.

O ramal Santa Cruz ficou parcialmente interditado das 20:10h do dia 16 de março de 2007 às 4:50h do dia 17 de março de 2007, em função do descarrilamento de um trem. Para suprir parcialmente o ramal, os trens circularam entre Vila Militar e Deodoro e entre Magalhães Bastos e Santa Cruz.

O ramal Santa Cruz ficou parcialmente interditado das 17:33h do dia 5 de junho de 2007 às 4:00h do dia 6 de junho de 2007, em função de problemas no pantógrafo de um trem, em local próximo à Estação Bangu sentido Central.

O ramal Japeri ficou parcialmente interditado entre as estações Comendador Soares e Japeri, das 16:10h do dia 30 de agosto às 12:10h do dia 31 de agosto de 2007, em função do choque entre dois trens. A circulação foi normal entre as estações Deodoro e Comendador Soares.

O acesso dos trens à estação terminal da Central do Brasil ficou paralisado no dia 25 de abril de 2008, entre 9:38h e 10:40h devido ao um descarrilamento de uma composição de serviço em manobra, que se chocou com outra composição que saía com destino a Japeri. Os trens circulavam livremente a partir da próxima estação (São Cristóvão).

Embora a SuperVia acredite que opere dentro de padrões internacionais de segurança, a SuperVia busca constantemente o aprimoramento de seus processos técnicos relacionados à segurança operacional. O sistema atual de sinalização da empresa, CTC (Controle de Tráfego Centralizado) já possui um complexo sistema de intertravamento lógico, cujo objetivo é evitar incidentes causados por falha humana. Com os recursos decorrentes da conclusão desta Oferta, a SuperVia planeja adquirir um sistema de sinalização do tipo ATC (Controle de Tráfego Automático), que visa reduzir o potencial de falhas humanas graças à supervisão e controle de condução dos maquinistas através de computadores de bordo, possibilitando a atuação do freio em casos emergenciais, sem que haja intervenção do maquinista.

Estrutura de Capital

Capital Social

Na data deste Prospecto, o capital social da SuperVia era de R\$ 243.495.334,97, dividido em 24.349.533.496 ações ordinárias.

De acordo com seu Estatuto Social, a SuperVia poderá aumentar seu capital social, respeitadas as disposições do Contrato de Concessão, até o limite de R\$ 400 milhões, divididos em 40 bilhões de ações ordinárias sem valor nominal, independentemente de reforma estatutária.

Composição acionária

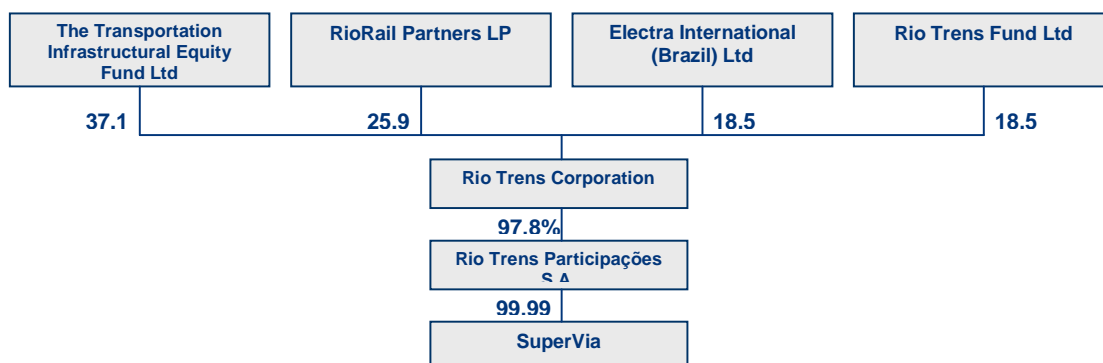
A tabela abaixo demonstra a composição acionária da SuperVia na data deste Prospecto:

Acionista	Nº de Ações	% do Capital
Rio Trens Participações S.A.	24.349.533.493	99,99
Conselheiros	3	0,01
Total	24.349.533.496	100

A Rio Trens Participações S.A. é 97,8% detida pela Rio Trens Corporation, sociedade constituída de acordo com as leis das Ilhas Cayman, com sede em Ansbacher House, 20 Genesis Close, George Town, Ilhas Cayman. Nenhuma pessoa física ou grupo econômico possui controle ou é beneficiário econômico de mais de 50%, direta ou indiretamente, da SuperVia.

A Rio Trens Corporation, por sua vez, é controlada por quatro fundos internacionais de investimentos: The Transportation Infrastructural Equity Fund,, Ltd., sediado nas Bahamas, com 37,1% de participação; RioRail Partners, LP, sediado nas Ilhas Cayman, com 25,9%; Electra International (Brazil) Ltd., sediada nas Ilhas Cayman, com 18,5%; e o Rio Trens Fund, Ltd., sediado nas Bahamas, com 18,5%. Nenhuma pessoa física ou grupo econômico possui controle ou é beneficiário econômico de mais de 50%, direta ou indiretamente, da SuperVia.

Segue abaixo organograma da estrutura societária da Cedente:



Objeto Social

A SuperVia foi constituída com o fim específico de prestar serviços de transporte ferroviário de passageiros e atividades correlatas, conforme definido no Edital e no Contrato de Concessão, inclusive as relativas à execução da recuperação de parte do material rodante do sistema da Central e a execução do programa de serviços e obras, conforme definido no Edital e no Contrato de Concessão.

A SuperVia poderá, ainda, participar de outras sociedades, desde que as respectivas atividades não afetem a prestação dos serviços objeto da concessão.

Nesse sentido, o Contrato de Concessão determina que a SuperVia pode, através de empresa subsidiária da qual seja controladora, explorar serviços complementares ou adicionais nas áreas integrantes da concessão, inclusive nos espaços aéreos das linhas, estações, construções e terrenos utilizados para obtenção das receitas, desde que isto não acarrete prejuízo à normal prestação de serviços objeto da concessão. Tais atividades, todavia, não podem ser exercidas pela SuperVia, mas sim por meio de subsidiárias constituídas para este fim.

No cumprimento de seus objetivos, a SuperVia deve atender precipuamente às diretrizes estabelecidas pelo Edital e Contrato de Concessão.

Administração

A SuperVia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria. De acordo com o Estatuto Social da Cedente, os membros do Conselho de Administração são eleitos em Assembléia Geral e os membros da Diretoria são eleitos pelo Conselho de Administração.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração da SuperVia é formado por, no mínimo, três e, no máximo, oito membros, sendo um deles seu Presidente e outro Vice Presidente - que substituirá o Presidente em seus impedimentos e ausências. Os Conselheiros da SuperVia são eleitos por um prazo de dois anos.

Os atuais membros efetivos do Conselho de Administração da SuperVia são:

Nome	Cargo	Data de eleição	Prazo do mandato
Edson Figueiredo Menezes	Presidente	29.04.2008	30.04.2010
Álvaro Luiz Álvares Otero	Vice-Presidente	29.04.2008	30.04.2010
Randolph Lewis Freiberg	Conselheiro	29.04.2008	30.04.2010

Abaixo, breve resumo da experiência profissional dos atuais Conselheiros da SuperVia:

Edson Figueiredo Menezes – Graduado em Economia pela Universidade Gama Filho em novembro de 1977, Pós-Graduado em Engenharia Econômica também pela Universidade Gama Filho em 1978. Iniciou suas atividades profissionais em 1977 como Analista de Investimento no Banco Brascan de Investimentos. De 1979 até 1981, foi Administrador de Renda Fixa da Refer – Rede Ferroviária de Seguridade Social. Entre os anos de 1981 até 1983, passou pela Pecus S.A. CVC, na função de Assistente de Mercado Aberto, e pela Triplik S.A. CVC, na função de Operador de Open. De 1983 até a presente data, ocupa o cargo de Diretor do Banco Prosper S.A. CVC, e de 1990 até a presente data, é Diretor Presidente do Banco Prosper S.A.;

Álvaro Luiz Álvares Otero - Graduado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em Administração de Empresas e em Economia pela Universidade Cândido Mendes, ocupou, de 1975 até 1981, o cargo de Gerente da Open S.A. Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários, e, de 1981 até 1983, da Graphus S.A. Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários. De 1983 até 1987, foi Diretor da Prosper S.A. Corretora de Valores e Câmbio, e, de 1987 até 2000, foi Sócio Gerente da PEBB DTVM Ltda. E, ainda, de 1988 até 2005, Sócio Diretor da PEBB CTVM Ltda. De 1990 a 2005, foi Sócio Diretor do Banco PEBB S.A., bem como é sócio, desde 2005 até a presente data, da Alto Capital Gestora de Recursos Ltda.;

Randolph Lewis Freiberg – Graduado pela Universidade da Carolina do Norte, e cursou MBA pela Tulane University, ambas nos Estados Unidos da América. Durante 10 anos, coordenou as operações do Bankers Trust Company no Brasil, incluindo a estruturação da Itaú Bankers Trust Investment Bank, uma *joint venture* envolvendo o Banco Itaú S.A. Além disso, foi durante 2 anos Diretor Executivo e co-presidente executivo da área de banco de investimento para o Mercosul do Salomon Smith Barney, em São Paulo, onde atuou nas áreas de fusões e aquisições, operações com ações e dívida internacional, e produtos de renda fixa locais. Atualmente, é Conselheiro de Administração da SuperVia, além de ocupar o cargo de Diretor Administrativo da Electra Capital Partners (Brazil) Ltd., uma gestora de *private equity* focados em investimentos no Brasil, desde abril de 2002.

As reuniões do Conselho de Administração são realizadas sempre que necessário, por convocação feita por qualquer dos seus membros.

Atribuições do Conselho de Administração

Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições fixadas pela Lei Societária, aprovar as seguintes matérias:

- (i) Qualquer negócio ou contrato com os acionistas ou sociedades a eles diretamente ou indiretamente ligadas, de valor superior ao equivalente, em Reais, a US\$ 1,0 milhão, por negócio ou conjunto de negócios, em cada exercício social;
- (ii) Alterações em contratos de concessão de que a SuperVia seja titular, como SuperVia;
- (iii) Planos de expansão e investimentos da SuperVia e suas controladas, bem como investimentos em outras companhias ou associações com terceiros, em valores que excedam o equivalente, em Reais, a US\$ 1,0 milhão, ou ainda a constituição de novas subsidiárias ou controladas da SuperVia;
- (iv) Apresentação de propostas em licitações para a outorga de novas concessões;
- (v) Deliberação prévia de quaisquer matérias que sejam submetidas à assembléia geral;
- (vi) Aquisição, investimento ou incorporação de qualquer negócio não relacionado com a área de transporte ferroviário, ou qualquer outra atividade não compreendida nesse tipo de concessão;
- (vii) Alienação, por qualquer forma, de quaisquer ativos da SuperVia que exceda o equivalente, em Reais, a US\$ 1,0 milhão, ou constituição de ônus ou gravames sobre os mesmos;
- (viii) Assunção de obrigações ou responsabilidades, ou a concessão de garantias, que excedam o equivalente, em Reais, a US\$ 1,0 milhão;

- (ix) Escolha de auditores independentes que não sejam uma das maiores cinco companhias internacionais de auditoria;
- (x) Planos anuais e plurianuais e de investimentos, bem como qualquer alteração substancial dos mesmos;
- (xi) Pagamento de dividendos intermediários;
- (xii) Amortização, resgate e aquisição de ações da SuperVia;
- (xiii) Alteração dos critérios de contabilidade adotados pela SuperVia e pelas suas controladas;
- (xiv) Deliberar sobre o voto a ser manifestado pelo representante da Cedente em Reuniões de Sócios ou Assembléias Gerais de sociedades controladas ou coligadas;
- (xv) Eleição dos Diretores, fixação de suas atribuições e de sua remuneração, observados quanto a esta os limites aprovados pela Assembléia Geral de Acionistas.

Diretoria

A Diretoria é o órgão competente para a prática de todos os atos necessários para assegurar o funcionamento regular da SuperVia. São atribuições da Diretoria, sem prejuízo de outras legalmente estabelecidas pela lei societária:

- (i) Executar os trabalhos que lhe forem determinados pelo Conselho de Administração;
- (ii) Elaborar, anualmente, o relatório da administração, o demonstrativo econômico-financeiro do exercício, bem como, sempre que solicitado pelo Conselho de Administração, balancetes;
- (iii) Preparar anteprojetos de planos de expansão e modernização da SuperVia;
- (iv) Submeter ao Conselho de Administração o orçamento geral e os orçamentos especiais da SuperVia, inclusive os reajustes conjunturais, no decurso dos exercícios anual e plurianual a que eles se refiram;
- (v) Aprovar, para referendo do Conselho de Administração, a nomeação de titulares para cargos da Administração Superior da SuperVia;
- (vi) Aprovar e modificar organogramas e regimentos internos.

De acordo com o Estatuto Social da SuperVia, a Diretoria é composta por, no mínimo, dois Diretores, sendo um Diretor-Presidente, e os demais Diretores sem designação especial, todos com mandato de dois anos. Atualmente, a Diretoria da SuperVia é formada por 03 (três) membros, eleitos pelas Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 29 de abril e 29 de junho de 2008, todos eleitos até 30 de abril de 2010:

Nome	Cargo	Data de eleição	Prazo do mandato
Amin Alves Murad	Diretor Presidente	29.04.2008	30.04.2010
João Gouveia Ferrão Neto	Diretor	29.04.2008	30.04.2010
Lucia Maria Guimarães Cavalcanti	Diretor	23.06.2008	30.04.2010

Abaixo, resumo da experiência profissional dos atuais Diretores da SuperVia:

Amim Alves Murad – Engenheiro Mecânico, com mais de 18 anos de experiência no comando de empresas industriais e de serviços no Brasil. Ingressou no Grupo BBM em 1986 através do Banco da Bahia, sendo mais tarde responsável por empresas industriais como a Engpack Embalagem S.A., na qualidade de Presidente, em 1990, da Pronor Petroquímica S.A. em 1992 e da Nitro carbono em 1994. Foi membro do Conselho de Administração da Latapack Ball S.A. e da Rio Polímeros S.A., dentro outras empresas do grupo até 1999. Foi Presidente do Grupo Lachmann de 2000 a 2004, e trabalhou em consultoria e gestão em diversas empresas de 2004 a 2006. É Diretor Presidente da SuperVia desde maio de 2006.

João Gouveia Ferrão Neto – Engenheiro Mecânico com mais de 22 anos de experiência no segmento ferroviário, atuando em posições técnicas e de comando nas principais empresas brasileiras do setor. Foi Superintendente Geral da FEPASA em 1996, Diretor de Operações da Ferronorte, Novoeste e Brasil Ferrovias até 2005, quando assumiu a Diretoria de Operações da SuperVia.

Lucia Maria Guimarães Cavalcanti – Administrador de Empresas e Bacharel em Direito, com título de MBA em Finanças e pós-graduada em Direito da Economia e da Empresa, com mais de 30 anos de experiência na área financeira. Atuou no Banco Montreal de Investimentos S.A. e no Banco ABN AMRO S.A., além de ter atuado em importantes empresas do ramo industrial e de serviços, como a Cia. Siderúrgica Nacional - CSN, Sepetiba Tecon S.A. e a Rio Polímeros S.A.

Contratos Relevantes

A SuperVia é parte em diversos contratos essenciais para a realização de suas atividades, cuja descrição segue abaixo.

Contrato de Transporte de Valores

O transporte dos valores arrecadados com a venda de Bilhetes nas diversas estações da SuperVia encontra-se regulado por meio do Contrato de Prestação de Serviços de Transporte de Valores, celebrado em 01 de março de 2002 entre a Protege e a SuperVia, com prazo de duração indeterminado. Vale ressaltar os seguintes aspectos acerca do referido contrato:

- Não obstante o contrato prever a responsabilidade da Protege com relação à segurança dos valores transportados, em caso de sinistro, 15% dos valores sinistrados (percentual equivalente à franquia do seguro contratado pela Protege) deverão ser arcados pela SuperVia;
- O seguro contratado pela Protege prevê o limite máximo de indenização de R\$ 200 milhões, além de diversos limites e sub-limites de responsabilidade específicos por evento, com valores a partir de R\$ 50.000,00. Tal seguro abrange todos os valores transportados pela Protege, e não especificamente os valores da SuperVia;
- Será aplicada a taxa diária de R\$ 0,00008 sobre os valores que pernitem no "caixa-forte" da Protege;

Contrato de Prestação de Serviços

A SuperVia celebrou com a Protege, em 01 de agosto de 2003, Contrato de Prestação de Serviços, vigente por prazo indeterminado. Por meio desse, funcionários da Protege são alocados nas dependências da SuperVia, com fim de operar a atividade de tesouraria da Estação D. Pedro II. A Protege, embora mantenha estrutura física de tesouraria apenas na Estação D. Pedro II (Central do Brasil), pratica as atividades de coleta de valores em todas as estações da SuperVia.

Relacionamento da Fetranspor com a SuperVia

O vale-transporte, instituído pela Lei Federal nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, e alterações posteriores, estabelece que todo empregador, pessoa física ou jurídica, fica obrigado a fornecê-lo aos seus empregados, em caráter de antecipação das despesas de deslocamento da residência ao trabalho e vice-versa.

Tal lei determina também que a empresa operadora do sistema de transporte público coletivo é obrigada a emitir e comercializar o vale-transporte, ao preço da tarifa vigente, colocando-o à disposição dos empregadores em geral e assumindo os custos dessa obrigação, sem repassá-los para a tarifa dos serviços.

Contudo, a lei supracitada foi regulamentada pelo Decreto Federal nº 95.247, de 17 de novembro de 1987, o qual previu a competência para o poder concedente com jurisdição sobre os serviços de transporte público coletivo urbano expedir normas complementares para a operacionalização do sistema de vale-transporte.

No Estado do Rio de Janeiro, considerando as peculiaridades do sistema de transporte de passageiros estadual e com vistas a permitir que o Poder Concedente tivesse efetivo controle sobre a emissão, comercialização, distribuição e utilização do vale-transporte, foi editada a Resolução nº 215, de 15 de outubro de 1987, da SETRANS, que credenciou a Fetranspor, com exclusividade, para o fim de

emitir, comercializar e distribuir os vales-transporte no Estado do Rio de Janeiro, em todos os modais de transporte coletivo de passageiros.

A Fetranspor, na qualidade de entidade sindical autônoma do setor, com administração e gestão próprias, apresentou, ao Poder Concedente, projeto de implantação do vale-transporte no Estado do Rio de Janeiro, o qual foi deferido nos termos do processo administrativo nº E-10/01897/87. Desde a edição da Resolução acima citada, passaram a ser utilizados em todo o Estado do Rio de Janeiro os vales-transporte emitidos pela Fetranspor.

Portanto, a SuperVia, após a celebração do Contrato de Concessão, também passou a admitir o vale-transporte como meio de pagamento para a prestação do Serviço aos usuários.

Todas as informações sobre pagamentos feitos com uso do vale-transporte são enviados para a área de processamento de dados da SuperVia. O recolhimento desses dados é feito diariamente por empresa especializada, através de técnicos, que saem da estação Central do Brasil em direção à Japeri (última estação SuperVia), parando em todas as 81 estações que operam com sistema de bilheterias (8 estações da SuperVia não operam bilheterias). Esse processo é feito manualmente com uso de um *pendrive*, mas a SuperVia está desenvolvendo uma solução técnica via sistema GPRS (*General Packet Radio Service*). Após o recolhimento das informações, a SuperVia envia um arquivo com os dados para a Fetranspor, que analisa e deposita o montante em conta bancária indicada pela SuperVia. Caso o arquivo seja encaminhado pela área de processamento de dados da SuperVia antes das 10:00 horas do dia para a Fetranspor, o prazo para depósito é o mesmo dia, e após às 10:00 horas, o prazo é o dia seguinte.

Desde o início da concessão, que se deu em 1º de novembro de 1998, portanto, há mais de 9 anos, até a data deste Prospecto, não ocorreram quaisquer falhas ou atrasos na geração de arquivos eletrônicos que quantifiquem a utilização do vale-transporte como meio de pagamento do Serviço, na prestação de informações relacionadas a essa utilização e, principalmente, no recebimento, pela SuperVia, dos valores que lhe são devidos pela Fetranspor, pela utilização do vale-transporte, como meio de pagamento do Serviço pelos usuários. Em 11 de julho de 2008, a SuperVia e a Fetranspor formalizaram essa relação através da celebração do Contrato Particular de Delegação.

O Contrato Particular de Delegação tem prazo de 12 meses renováveis automaticamente, por iguais e sucessivos períodos, e prevê que, em virtude da prestação de serviços realizada pela Fetranspor, incidirá, sobre o valor total dos vales-transporte a ser repassado à SuperVia, taxa de administração percentual contratualmente acertada entre as partes, a qual poderá ser renegociada semestralmente mediante mútuo acordo.

Em que pese não ter havido qualquer histórico de inadimplemento das respectivas obrigações no relacionamento entre SuperVia e Fetranspor, o Contrato Particular de Delegação prevê também que, na hipótese de ser verificada qualquer infração às disposições contidas no referido Contrato, o infrator estará sujeito ao pagamento de multa equivalente a 2% do total da última prestação de contas que tiver sido encaminhada pela SuperVia à Fetranspor. O Contrato Particular de Delegação também poderá ser denunciado por qualquer das partes mediante comunicação por escrito, com 90 dias de antecedência.

Contratos Financeiros

Na data deste Prospecto, a SuperVia possuía em cédulas de crédito bancário (CCBs), emitidas pelo Banco Standard, o valor principal de R\$ 40,0 milhões, dos quais já foram amortizados R\$ 1,0 milhão, conforme tabela abaixo:

CCB Nº.	Emissor	Beneficiário	Valor (R\$)	Taxa de juros	Data Emissão	Vencimento (*)	Garantias
------------	---------	--------------	-------------	------------------	-----------------	-------------------	-----------

				(a.m.)			
50325 6594-1	SuperVia	Banco Standard de Investimento S.A.	10.000.000,00	165% CDI	15-04-08	16-01-10	Cessão fiduciária de direitos creditórios
50325 6594-2	SuperVia	Banco Standard de Investimento S.A.	10.000.000,00	165% CDI	28.04.08	16-01-10	Cessão fiduciária de direitos creditórios
50325 6594-3	SuperVia	Banco Standard de Investimento S.A.	10.000.000,00	165% CDI	11.09.08	16-01-10	Cessão fiduciária de direitos creditórios
50325 6594-4	SuperVia	Banco Standard de Investimento S.A.	10.000.000,00	165% CDI	18.09.08	16-01-10	Cessão fiduciária de direitos creditórios

Cabe destacar que as garantias prestadas nas CCBs acima compreendem a cessão fiduciária de aproximadamente 80% (setenta por cento) dos direitos futuros que a SuperVia detém ou virá a deter em decorrência da exploração de serviços públicos de transporte ferroviário de passageiros do Estado do Rio de Janeiro, conforme Contrato de Concessão, representados (i) pelo produto decorrente das vendas de Bilhetes nas Estações Designadas; (ii) pelo crédito decorrente da utilização do meio eletrônico de pagamento utilizado pelo usuário do serviço para aquisição do Bilhete, conforme prestação de contas feita pela Fetranspor; e (iii) por outros créditos oriundos de novas modalidades de cobrança que venham a ser criadas e aceitas pela SuperVia para a prestação dos serviços.

Todas as CCBs trazem a previsão de vencimento antecipado nas hipóteses legais (arts. 1425 e 333 do Código Civil Brasileiro), bem como em outras hipóteses que possam representar agravação do risco assumido pelo banco.

Dívida com Banco Prosper S.A.

Em 31 de dezembro de 2008, a SuperVia mantinha com o Banco Prosper a utilização de Conta Garantida no valor de R\$ 3,3 milhões.

Fianças Bancárias

A SuperVia possui em vigor 04 (quatro) contratos de fiança relevantes celebrados com o Banco Prosper S.A. que totalizam R\$ 7,1 milhões. Esses contratos garantem, mediante cartas de fiança, o pagamento de dívidas da empresa com terceiros, a saber:

- (i) Dívida de R\$ 3,6 milhões com a Castorama do Brasil Participações Ltda.;
- (ii) Dívidas cíveis (processos de Sucessão Cível) de R\$ 2,5 milhões;
- (iii) Dívida de R\$ 1,0 milhão com Sérgio Bermudes Advogados;

Cabe destacar que as dívidas com Castorama e Sérgio Bermudes Advogados têm vencimento previsto para 08 de junho de 2009 e 09 de fevereiro de 2009, respectivamente.

Contrato de Novação de Dívida

Em 12 de abril de 2007, com o apoio e a participação do Estado, a SuperVia celebrou “Termo de Novação de Dívida e Outros Pactos” com a Light, por meio do qual a SuperVia confessa dívida no valor total líquido de R\$ 169.812.666,34, acumulada no período de novembro de 1998 a fevereiro de 2007, e se compromete ao respectivo pagamento, na forma a seguir.

O pagamento será feito, após 12 meses de carência, em 168 parcelas mensais e sucessivas com os seguintes valores: 24 parcelas de R\$ 500 mil, 24 parcelas de R\$ 700 mil, 24 parcelas de R\$ 900 mil, 94 parcelas R\$ 1.200 mil e a última parcela representará o saldo final, no valor atual de R\$ 5.413 mil. Tais parcelas são atualizadas monetariamente pela variação do IGPM.

Em caso de inadimplemento, a SuperVia deverá à Light a título de compensação, o valor correspondente a 23% do saldo devedor da dívida na data em que se verificar o inadimplemento.

Ademais, a cláusula 4ª do referido Termo de Novação faculta à SuperVia liquidar antecipadamente o débito parcelado, com desconto de 2,1% ao mês, desde que esteja em dia com todas as parcelas vencidas até a data do exercício desta faculdade, e em dia com as faturas emitidas pela Light.

O desconto dar-se-á da seguinte forma:

- (i) No dia 5 do 36º mês - pagamento antecipado das parcelas 145 a 168;
- (ii) No dia 5 do 60º mês - parcelas 121 a 144;
- (iii) No dia 5 do 84º mês - parcelas 73 a 120.

Seguros

A SuperVia, na qualidade concessionária de serviços públicos de transporte ferroviário de passageiros, enfrenta vários riscos inerentes a sua atividade e procura adotar medidas que visem a minimizá-los. Tais medidas incluem um rígido programa de manutenção preventivo e reativo na via permanente e material rodante, além do treinamento constante do pessoal operacional e de manutenção, com o objetivo de manter o sistema sempre operante, seguro e confiável. A Cedente também implementou medidas sócio-educativas para com seus passageiros, tais como painéis de fácil visualização e mensagens através de alto-falantes que destacam o risco em procedimentos inadequados praticados por estes nas plataformas, estações e trens (ex. abertura de portas) bem como um rígido programa de manutenção aplicado em todo o sistema da operação ferroviária (rede aérea, via permanente, trens e composições).

Conforme definido no Contrato de Concessão, cabe à Companhia manter em vigor as apólices de seguro necessárias, com o objetivo de garantir a efetiva cobertura dos riscos inerentes ao desenvolvimento das atividades abrangidas pela concessão, como danos materiais, responsabilidade civil, lucros cessantes, cobertura da execução das obras do Programa de Recuperação de Material Rodante e do Programa de Serviços e Obras e seguros obrigatórios contra acidentes de trabalho de seus próprios empregados ou de suas subcontratadas. A administração da Companhia entende que o montante segurado é suficiente para cobrir todos os riscos eventualmente existentes.

Seguro de Responsabilidade Civil Geral

A Cedente possui seguro de responsabilidade civil geral que acredita abranger os riscos usuais aplicáveis as suas atividades. Contratado com a SulAmerica Cia Nacional de Seguros, tal apólice se refere

às quantias pelas quais a Cedente pode ser responsabilizada civilmente pela reparação de danos corporais e/ou materiais, causados a terceiros, decorrentes da propriedade, manutenção e operação do seu negócio. O período de cobertura do seguro de responsabilidade civil geral é de 04 de fevereiro de 2008 a 04 de fevereiro de 2009.

A importância segurada terá o valor máximo de indenização de R\$ 10.000.000,00 por ocorrência e no agregado, em relação à responsabilidade civil de produtos e poluição, incluindo obras com fundações, empregador e riscos-contingentes com veículos terrestres motorizados, com sub-limite de R\$ 2.000.000,00 para danos morais.

Seguro de Riscos Nomeados e Operacionais

A Cedente possui seguro de riscos nomeados que acredita abranger os usuais riscos que podem impactar suas atividades. Sendo assim, possui seguro para os equipamentos operacionais, tais como material rodante, via permanente, equipamentos de informática, oficinas, almoxarifado e laboratórios, sistemas de telecomunicações e sinalização, Estações/CCO, máquinas e equipamentos de apoio operacional, obras de arte, rede aérea e subestações.

Contratado com a SulAmerica Cia Nacional de Seguros, a apólice prevê o limite máximo para a indenização de (i) R\$ 15.000.000,00 relativa aos danos materiais; e (ii) e R\$ 20.000.000,00 para perda de receita. O período de cobertura se estende até 04 de fevereiro de 2009. O prêmio total do seguro de riscos foi dividido em 4 parcelas iguais já vencidas e quitadas.

A Cedente possui também seguro para cobrir os riscos de incêndio, alagamento, inundação, danos elétricos, impacto de veículos, roubo, furto qualificado, vendaval e fumaça dos prédios, móveis, maquinismos, utensílios, mercadorias e matérias-primas, situados na Oficina de Deodoro, contratado com a SulAmerica Cia Nacional de Seguros, vigente até 04 de fevereiro de 2009.

Seguro de Riscos Diversos

A Cedente possui seguro para dezesseis de suas escadas rolantes nas Estações de São Francisco Xavier, do Méier e de Madureira. Contratado com a SulAmerica Cia Nacional de Seguros, a apólice prevê limite máximo de responsabilidade única no valor de R\$ 4.049.588,40, sendo o limite por escada de R\$ 674.931,41. O período de cobertura se estende até 04 de fevereiro de 2009.

Seguros de Automóveis

Alguns veículos da Cedente estão segurados pela Unibanco AIG S.A. com cobertura de roubo/furto, incêndio, colisão, acidente pessoal de passageiro e terceiros. O período de cobertura se estende até 01 de novembro de 2009 e o prêmio total do seguro de riscos foi dividido em 5 parcelas já vencidas e quitadas

Recursos Humanos

Funcionários

A tabela abaixo indica o número médio de empregados da SuperVia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 31 de dezembro de 2007 e 31 de dezembro de 2008:

	2006	2007	2008
--	------	------	------

*Política de Remuneração**Remuneração Variável*

A SuperVia tem um plano de participação nos resultados que abrange todos os funcionários ativos. No ano de 2008, a SuperVia, por ter suplantado as suas metas corporativas no ano anterior, pagou bônus no valor de R\$ 3,5 milhões referente às metas atingidas em 2007, dentro dos critérios do seu plano de participação nos resultados.

Com o objetivo de reduzir custos e motivar seus funcionários, a SuperVia tem ainda planos de incentivos setoriais visando melhorar desempenhos e resultados. São destaques os planos em vigor na área de tração (maquinistas), controladores de tráfego e bilheteiros, sendo estes premiados pelos resultados obtidos nas vendas.

- Programa de Incentivo às Vendas (PIV): Todas as estações da SuperVia são agrupadas em segmentos de mercado, cada segmento com sua meta de passageiros pagantes. A cada mês, o grupo que mais se destaca dentre de cada segmento recebe um prêmio em dinheiro, que é dividido entre o líder e bilheteiros vencedores. Esta premiação é também divulgada nas estações com banners e fotos para que os usuários possam tomar conhecimento, e nos corredores da sede da SuperVia, onde há uma galeria de campeões;
- Programa de Incentivo à Circulação (PIC): Visa aprimoramento constante da qualidade dos serviços prestados pelo Centro de Controle. Controladores são divididos em cinco equipes que competem entre si pelo menor número de falhas na circulação. Além de pontuação coletivas, há metas individuais de assiduidade, apresentação pessoal e inexistência de sanções. Vencedores do PIC recebem bonificação trimestral da SuperVia;
- Programa de Incentivo à Tração (PIT): Objetivo é a melhora constante dos serviços prestados por maquinistas, reduzindo acidentes de trabalho e incidentes na malha. Para ser elegível ao programa, maquinista precisa cumprir metas individuais de assiduidade, apresentação pessoal e inexistência de sanções e falhas. Vencedores do PIC recebem bonificação trimestral da Cedente.

A SuperVia implementou também a metodologia de "Orçamento Base Zero", que consiste em questionar, minuciosamente, a necessidade de cada despesa fixa. Todo ano, a Cedente redefine suas despesas baseando-se em análises da sua situação atual. As despesas são agrupadas em pacotes, de acordo com sua natureza contábil, incluindo os itens das despesas indiretas. Cada um desses pacotes tem um responsável, membro da alta gerência, que define as políticas e metas de controle de custos. A Cedente faz o acompanhamento com relatórios e reuniões regulares para analisar as despesas reais e tendências, de modo a aproveitar oportunidades de redução de custos, para compartilhar e difundir as melhores práticas entre seus funcionários. Cabe destacar que o EBITDA é utilizado como meta corporativa condicionante ao pagamento do Plano de Participação de Resultados aos funcionários da companhia, que também estão sujeitos ao atingimento de metas individuais.

Benefícios

A SuperVia oferece, ainda, aos seus funcionários os seguintes benefícios:

Benefícios	Operadoras / Fornecedores	Beneficiários (Nº)
------------	---------------------------	--------------------

Plano odontológico	Odontoprev	2.922
Plano de assistência médica	Amil	5.381
Seguro saúde - diretoria	AIG Unibanco Seguradora	07
	Allianz	04
	Dannemark	01
Check up - diretoria	Med Rio	03
Seguro de vida em grupo	Bradesco Seguros	todos
Seguro de acidentes pessoais	Bradesco Seguros	todos
Restaurante	Unidades CCO e Deodoro – Autogestão da SuperVia	180/dia
Cesta alimentação	Sodexho	Todos, com exceção dos que optem pelo restaurante
Vale transporte	Fetranspor	optantes
Serviço social	Autogestão da SuperVia	todos
Auxílio funeral	SuperVia (reembolso)	todos
Auxílio creche	Autogestão da SuperVia	todos
Auxílio excepcional	Autogestão da SuperVia	todos
Auxílio alimentação	Sodexho pass	todos
Auxílio refeição	Sodexho pass	todos
Avaliação psicológica	Mago Recursos Humanos	Tração / Circulação
Psicoterapia breve	Profissional contratado da SuperVia	Todos
Previdência privada	Bradesco - previdência privada	213

Saúde e Medicina do Trabalho

Zelando pela saúde e segurança de seus empregados, e em atendimento às Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho e Emprego, a SuperVia mantém os seguintes programas:

- (i) Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA, previsto na NR 09:
Vigente de 31 de maio de 2008 a 30 de maio de 2009, o atual programa visa garantir a preservação de boas condições do ambiente de trabalho, bem como a segurança e saúde dos trabalhadores no desempenho de suas atividades. Para tanto, o programa prevê a adoção de medidas para (i) a redução dos níveis de concentração ou intensidade dos agentes ambientais; (ii) o controle dos ambientes de trabalho com maior grau de risco; e (iii) informação aos trabalhadores acerca dos riscos aos quais estão expostos no desempenho de suas atividades.
- (ii) Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, previsto na NR 07:
Vigente de 31 de maio de 2008 a 30 de maio de 2009, o atual programa visa promover e preservar a saúde do conjunto de seus trabalhadores, através da execução do trabalho de forma saudável e segura. Para tanto, busca a prevenção, rastreamento, e diagnóstico precoce dos agravos à saúde dos empregados, inclusive através da observação dos riscos detectados pelo PPRA.

Relações com Sindicatos

Não é pacífico qual seja a entidade sindical que representa os empregados da SuperVia. Dois sindicatos (Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias da Zona da Central do Brasil e Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias do Rio de Janeiro) reivindicam a legitimidade para representar a categoria em que se incluem os empregados da SuperVia.

Esta questão motivou a ajuizamento, pelo Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias do Rio de Janeiro, de ação judicial comum visando assegurar a participação de tal entidade nas

negociações que envolvam os trabalhadores da SuperVia. Contudo, a questão de representatividade sindical não foi enfrentada, no mérito, pelo Tribunal Regional do Trabalho.

Em função desse contexto, a SuperVia, por cautela jurídica, negocia com ambas as entidades sindicais.

Contingências Judiciais

A Cedente é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes de suas atividades, envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais. A Cedente constitui provisões para contingências decorrentes de processos para os quais, de acordo com a avaliação de seus assessores jurídicos, responsáveis por tais demandas, a probabilidade de êxito seja remota.

O cálculo dos valores a serem provisionados é feito com base em informações dos assessores jurídicos da SuperVia, responsáveis pelos processos, e na análise das demandas judiciais pendentes.

Aspectos fiscais

A SuperVia possui parcelamentos de débitos fiscais perante a Procuradoria da Fazenda Nacional, a Secretaria da Receita Federal do Brasil e de contribuições previdenciárias, cujo valor total, em 31 de dezembro de 2008, era de, aproximadamente, R\$ 69,3 milhões, os quais se encontram regularmente incluídos no PAEX com os pagamentos rigorosamente em dia, distribuídos da seguinte maneira:

INSS	R\$ 47,0 milhões
PIS/COFINS	R\$ 21,4 milhões
SENAI/SESI	R\$ 0,9 milhão

Além disso, a SuperVia ajuizou duas ações ordinárias para o questionamento do ICMS incidente sobre a energia elétrica consumida, nas quais foram concedidas antecipações de tutela para suspender a exigibilidade do crédito tributário questionado.

Aspectos cíveis

Contudo, há, aproximadamente, 270 ações indenizatórias cuja responsabilidade, por força do Contrato de Concessão da SuperVia, deve ser suportada integralmente pela FLUMITRENS / Central, uma vez que se referem a fatos ocorridos antes do início da concessão, ou nos trechos da linha ferroviária estadual que não são objeto de exploração pela SuperVia. Assim, muito embora a SuperVia figure como ré destas ações, tais demandas foram classificadas como de possibilidade de êxito provável.

Por fim, os valores provisionados pela SuperVia em relação às contingências cíveis atingem o montante de aproximadamente R\$ 18 milhões em 31 de dezembro de 2008.

Das ações judiciais em que a SuperVia é ré, existem 4 ações com valor envolvido, individualmente, superior a R\$ 3,0 milhões, as quais, em conjunto, alcançam a cifra de, aproximadamente, R\$ 32,0 milhões:

	Processo nº	Valor estimado (R\$ em milhões)	Probabilidade de êxito
1	2002.001.100025-1	3,8	Possível
2	2001.001.093349-0	3,0	Possível
3	1996.522.004210-3	19,6	Possível
4	2002.001.138494-6	5,5	Possível

Como principais aspectos de cada uma dessas ações judiciais, cabe destacar:

1 - Processo nº 2002.001.100025-1: trata-se de ação ordinária, movida pela Central, visando à condenação da SuperVia ao pagamento de indenização por danos materiais e danos morais decorrentes da destruição de imóvel de propriedade da parte autora que, segundo a mesma, integraria um conjunto arquitetônico com diversos prédios tombados, bem como do extravio dos bens móveis que lá estavam localizados. Após a realização de prova pericial, os autos foram remetidos ao Ministério Público para parecer final. Em 29 de maio de 2008, foi apresentada petição da parte autora requerendo o sobrestamento do processo por 60 dias, para fins de celebração de acordo com a SuperVia. Feito sobrestado.

2 - Processo nº 2001.001.093349-0: trata-se de ação ordinária, movida pela Associação Geral de Auxílios Mútuos dos Ferroviários do Brasil, visando à cobrança de suposto crédito a que esta teria direito, oriundo da renda proveniente dos anúncios colocados nas estações, muros, redes, carros, mostradores, balcões e demais dependências compreendidas no Contrato de Concessão. Em 01 de novembro de 2002, foi proferida sentença que julgou improcedente o pedido autoral, a qual foi confirmada pelo acórdão publicado em 02 de fevereiro de 2005. Tal acórdão foi objeto de recurso especial e recurso extraordinário interpostos pelos autores, os quais restaram inadmitidos em 28 de outubro de 2005. A Associação interpôs então agravo de instrumento ao Superior Tribunal de Justiça, contra a decisão que inadmitiu o recurso especial, cujos autos encontram-se conclusos ao Ministro Fernando Gonçalves desde 29 de junho de 2007.

3 - Processo nº 1996.522.004210-3: trata-se de ação indenizatória, movida por Edil Wellington Macedo de Carvalho contra a FLUMITRENS, objetivando a reparação por danos morais e materiais sofridos pelo autor em decorrência de acidente ferroviário ocorrido em 20 de maio de 1996, que resultou na amputação de suas pernas. Após o trânsito em julgado da sentença que condenou a FLUMITRENS, a SuperVia foi incluída no pólo passivo por ser, supostamente, sucessora processual da empresa pública estadual no pólo passivo da demanda. Atualmente, o processo encontra-se em fase de execução de sentença, cuja indenização determinada alcança o montante estimado de R\$ 19.600.000,00. Para garantia da execução, foi determinada a penhora de 5% da renda bruta diária da SuperVia. No entanto, em 12 de maio de 2008, foi proferida decisão pela Terceira Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro suspendendo a penhora até o julgamento do recurso especial interposto pela SuperVia que questiona a sua inclusão no pólo passivo da demanda.

4 - Processo nº 2002.001.138494-6: trata-se de ação monitória, movida pela CEDAE (Companhia Estadual de Água e Esgotos) em razão do inadimplemento da SuperVia quanto às tarifas cobradas pelos serviços de saneamento básico prestados pela empresa estadual. Após a apresentação de embargos pela SuperVia, o processo aguarda o início da perícia de engenharia determinada pelo juízo. Em paralelo, está sendo negociado acordo extrajudicial entre as partes com objetivo de por fim ao referido processo. Em 29 de maio de 2008, foi apresentada petição conjunta pelas partes requerendo o sobrestamento do processo por 90 dias, para fins de celebração de acordo. Feito sobrestado.

Além disso, há 4 ações civis públicas cujo objeto pode ser relevante para o desempenho das atividades da SuperVia, quais sejam:

(i) Ação Civil Pública nº 2002.001.09422-0, movida pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, cuja pretensão é a de que ao preço mínimo da concessão seja acrescido o valor que entendem legítimo, posto considerarem que o preço do material de consumo da Flumitrens foi subavaliado. O processo, desde 2003, não apresenta qualquer fato novo. Probabilidade de êxito: possível.

(ii) Ação Civil Pública nº 1999.001.120384-6, movida pela AENFER - Associação de Engenheiros Ferroviários, visando suspender ou interromper qualquer ato que objetive a efetivação do leilão de concessão da exploração do transporte ferroviário de passageiros, sob o argumento de que o preço

mínimo fixado pelo Estado do Rio de Janeiro no edital de licitação estaria subavaliado. Valor da Causa: R\$ 1 mil. Possibilidade de êxito: possível.

(iii) Ação Civil Pública nº 2005.001.096781-1, movida pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, questionando o reajuste tarifário concedido pela AGETRANSP. Em 19 de maio de 2008, foi proferida sentença julgando improcedentes os pedidos formulados contra a SuperVia. No momento, aguarda-se o decurso do prazo para eventual apresentação de recurso por parte do Ministério Público. Possibilidade de êxito: possível.

(iv) Ação Civil Pública nº 2007.001.152052-0, movida pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro contra a SuperVia e a AGETRANSP, visando o cancelamento do reajuste tarifário concedido à SuperVia em 19 de dezembro de 2006. Valor da causa: R\$ 1,0 milhão. Probabilidade de êxito: provável.

Aspectos trabalhistas

Há em curso contra a SuperVia cerca de 519 processos trabalhistas, cujo valor total, em 31 de dezembro de 2008, era de, aproximadamente, R\$ 14,8 milhões. Adicionalmente, o sexto termo aditivo ao Contrato de Concessão, não obstante reiterar que não há qualquer sucessão, pela SuperVia, das obrigações cíveis, trabalhistas, comerciais, tributárias, previdenciárias, assumidas anteriormente à concessão, prevê a transferência, pela administração pública à SuperVia, do montante total de R\$ 63,5 milhões, consubstanciado em créditos e bens móveis e imóveis, para fim de compensação das obrigações originadas anteriormente à concessão. A SuperVia realiza a provisão de passivos trabalhistas apenas nos processos em que ela é indicada como reclamada e previstos como perda provável, o que hoje representa importe de R\$ 3,6 milhões.

Urge destacar que o Contrato de Concessão é claro em estabelecer que quaisquer passivos judiciais originados anteriormente ao início da concessão deverão ser arcados pelo Estado, dado que o provisionamento elaborado pela SuperVia para pagamento de tais débitos com recursos disponibilizados pelo Estado, com base na ordem de chegada dos mandados judiciais, prevê pagamentos até o ano de outorga.

Ainda, há determinados processos em que, mesmo não figurando no pólo passivo, a SuperVia, através de mandado de bloqueio de crédito em mãos de terceiros, é obrigada a repassar ao exequente o valor que deveria ser originalmente arcado pelo Estado, Flumitrens e/ou Central. Na data deste Prospecto, a listagem de pagamento programada para tais mandados de bloqueio está provisionada até o ano de 2014.

Propriedade Intelectual

Marcas

Atualmente existe perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI uma marca registrada e seis marcas em processo de registro em nome da SuperVia, quais sejam:

Nº INPI	Marca	Situação	Classe	Vigência
825317916	Geladão	Registro em 05/06/2007	NCL(8) 39 - Transporte; embalagem e armazenagem de produtos; organização de viagens.	05/06/2017

821342916		Pedido em 06/01/1999	38: 30 - Serviços de transporte de passageiros, viagem e turismo.	-----
821342924		Pedido em 06/01/1999	38: 30 - Serviços de transporte de passageiros, viagem e turismo.	-----
825315301		Pedido em 14/02/2003	NCL(8) 39 - Transporte; embalagem e armazenagem de produtos; organização de viagens.	-----
825315310	Metrovia	Pedido em 14/02/2003	NCL(8) 39 - Transporte; embalagem e armazenagem de produtos; organização de viagens.	-----
825349940	MetroSuperVia	Pedido em 11/03/2003	NCL(8) 39 - Transporte; embalagem e armazenagem de produtos; organização de viagens.	-----

Além disso, há em nome da SuperVia Comercial, sociedade controlada pela SuperVia, uma marca registrada e cinco marcas em processo de registro perante o INPI, quais sejam:

Nº INPI	Marca	Situação	Classe	Vigência
825182433	Shopping SuperVia	Pedido em 23/12/2003	NCL(8) 35 Propaganda; gestão de negócios; administração de negócios; funções de escritório.	-----
827358954	Rádio SuperVia	Pedido em 25/04/2005	NCL(8) 38 Telecomunicações.	-----
827681534		Pedido em 25/04/2005	NCL(8) 38 Telecomunicações	-----
825259746		Registro em 08/05/2007	NCL(8) 35 Propaganda; gestão de negócios; administração de negócios; funções de escritório.	08/05/2017

Finalmente, há uma marca em processo de registro em nome da Rio Trens:

Nº INPI	Marca	Situação	Classe	Vigência
821107011	SuperVia	Pedido deferido em 18/12/2007	38 : 20 - 30 - 40 Serviços de transporte de carga, armazenagem e embalagem de mercadorias em geral; Serviços de transporte de passageiros, viagem e turismo; e. Serviços auxiliares do transporte em geral e da armazenagem.	-----

Nomes de Domínio

Os seguintes nomes de domínio encontram-se registrados perante a FAPESP em nome da SuperVia:

1. www.riotrens.com.br
2. www.superviashopping.com.br
3. www.superviamarketing.com.br
4. www.superviacomercial.com.br
5. www.shoppingsupervia.com.br
6. www.shoppingestacaoleopoldina.com.br
7. www.shoppingleopoldina.com.br
8. www.superviamidia.com.br

Além disso, o nome de domínio www.supervia.com.br encontra-se registrado em nome da Rio Trens.

Softwares

A SuperVia não possui registro de Software.

Outros bens de Propriedade Intelectual

Não há outros bens de propriedade intelectual em nome da SuperVia, da SuperVia Comercial, ou da Rio Trens, tais como marcas no exterior; patentes, desenhos industriais ou direitos autorais. Não há, ainda, contratos relevantes executados por tais sociedades que envolvam direitos de propriedade intelectual.

Responsabilidade Social

A SuperVia acredita que o Governo do Estado do Rio de Janeiro e o BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, no âmbito do PET, incentivaram, através do direcionamento de seus investimentos, a maximização do uso do transporte ferroviário urbano devido aos benefícios sociais e ambientais deste modal quando comparado às suas alternativas. Segundo cálculos internos da SuperVia, um de seus trens (composto com quatro vagões) pode transportar até mil pessoas, o equivalente a treze ônibus, ou 84 vans, ou até mil automóveis (assumindo que cada automóvel seja usado para transportar uma só pessoa). Consequentemente, a ampliação do uso do transporte ferroviário reduziria não só o trânsito como também a poluição, melhorando a qualidade de vida dos habitantes da região metropolitana do Rio de Janeiro, além de reduzir os gastos do Poder Público com a manutenção de rodovias, possibilitando a liberação de recursos para outras áreas.

A SuperVia busca também estar inserida na sociedade de forma pró-ativa, não somente enquanto prestadora de serviços, mas também como protagonista de diversos programas sociais. Abaixo estão descritos os principais projetos sociais desenvolvidos pela SuperVia, dentre outros.

"Amamos nosso time e nosso trem"

A SuperVia realizou um trabalho de conscientização junto aos líderes das torcidas organizadas, tornando-os parceiros no combate ao vandalismo nos trens, em dias de jogos de futebol no Maracanã.

"Faça uma criança feliz"

Campanha anual de arrecadação de brinquedos novos, doados pelos funcionários da SuperVia na época do Natal e distribuídos em algumas comunidades carentes, situadas ao longo da malha ferroviária.

"Por dentro da SuperVia"

Iniciado em 2001, o programa "Por Dentro da SuperVia" já recebeu mais de 5 mil pessoas interessadas em conhecer o trem e as instalações da empresa. O programa consiste em uma palestra educacional e uma visita ao Centro de Controle Operacional.

"Educação Ambiental: Bairro Consciente é Bairro Limpo"

Inúmeros fóruns de debate, palestras com profissionais especializados e oficinas já foram promovidos, fornecendo a crianças e adultos os instrumentos e conhecimento necessário para usar o lixo coletado e reciclado como fonte de renda familiar. Mais de 50 comunidades já foram beneficiadas.

"Reciclagem na escola é legal"

Sensibilização dos alunos, professores e comunidades, para a redução do lixo, gerando emprego e renda com a comercialização dos produtos reciclados.

"Recuperação da estação do Jacarezinho"

Através de um trabalho de conscientização junto à comunidade do Jacarezinho, a SuperVia contribuiu para a transformação da antiga Estação Vieira Fazenda na Estação do Jacarezinho. Conforme reportagens veiculadas por jornais como "O Globo", "O Dia" e "Extra", a referida Estação, antigamente conhecida como "Plataforma do Inferno", atualmente possui baixos índices de criminalidade.

Regulamentação Governamental

As atividades de transporte ferroviário no Brasil estão sujeitas a uma grande variedade de normas e leis federais, estaduais e municipais, as quais estabelecem o grau de responsabilidade do operador com relação aos danos causados em decorrência da respectiva atividade.

Responsabilidade em relação aos passageiros transportados

Com relação às pessoas transportadas, o Decreto 2.681/12 estabelece que a responsabilidade da transportadora é baseada na culpa presumida, elidível apenas nos casos de (i) caso fortuito; (ii) força maior; ou (iii) culpa exclusiva da vítima. Assim, a SuperVia responde objetivamente, ou seja, independentemente de culpa, pelos danos causados às pessoas transportadas, exceto nos casos acima enumerados.

Com relação aos pertences e bagagens transportados pelos passageiros, o Decreto 2.681/12 estabelece que somente haverá responsabilidade da ferroviária se sua perda ou dano for proveniente de acidente.

Mais recentemente, por meio do Decreto 1.832/96, foi aprovado o Regulamento dos Transportes Ferroviários, que disciplinou as relações entre a administração pública e as administrações ferroviárias, o tráfego mútuo entre as mesmas, a relação com os usuários e a segurança na prestação dos serviços ferroviários.

O Decreto 1.832/96 estabelece que a administração ferroviária é responsável por todo o transporte e as operações acessórias a seu cargo e pela qualidade dos serviços prestados aos usuários, conforme disposto no Decreto 2.681/12, que regula a responsabilidade civil nas Estradas de Ferro, e neste Decreto mais recente, bem como pelos compromissos que assumir no tráfego mútuo, no multimodal e nos ajustes com os usuários. Entretanto, a responsabilidade da administração ferroviária é elidível diante de: (i) vício intrínseco ou causas inerentes à natureza do que foi confiado para transporte; (ii) morte ou lesão de animais, em consequência do risco natural do transporte dessa natureza; (iii) falta de acondicionamento ou vício não aparente, ou procedimento doloso no acondicionamento do produto; (iv) dano decorrente das operações de carga, descarga ou baldeação efetuadas sob a responsabilidade do expedidor, do destinatário ou de seus representantes; (v) carga que tenha sido acondicionada em container ou vagão lacrados e, após o transporte, o vagão ou container tenham chegado íntegros e com o lacre inviolado.

Responsabilidade em relação aos proprietários marginais

Também com relação aos proprietários marginais, a responsabilidade será sempre objetiva, ou seja, independe de culpa da SuperVia, salvo no caso de violação, por parte de tais proprietários, de qualquer disposição legal ou regulamentar relativa a edificações, plantações, escavações, depósito de materiais ou guarda de gado à beira das estradas de ferro.

Especificamente em relação às edificações, além das normas municipais que regem o uso e ocupação do solo, o proprietário confrontante com a linha férrea deve observar a obrigação de não edificação de uma faixa de 15 metros a cada lado, conforme determina a Lei Federal nº 6.766/79.

Responsabilidade em relação a terceiros

Em caso de danos causados a terceiros estranhos à prestação de serviços de transporte - exceto os proprietários marginais - o entendimento preponderante na jurisprudência é de que se trata de responsabilidade subjetiva, ou seja, depende de comprovação de culpa da SuperVia. No entanto, o artigo 927 do Código Civil, que determina que a responsabilidade daquele que exerce atividade de risco independe da apuração de culpa, vem gerando debates acerca do enquadramento da atividade ferroviária como geradora de riscos para os direitos de terceiros.

Especificamente em relação a atropelamentos em via férrea, vale ressaltar que o STJ entendeu pela responsabilidade civil da SuperVia do transporte ferroviário, por culpa concorrente, eis que incumbe à empresa que explora essa atividade cercar e fiscalizar devidamente a linha, de modo a impedir sua invasão por terceiros, notadamente em locais urbanos e populosos. Esse posicionamento não é recente, e se deve ao acolhimento da tese jurídica que reconhece a obrigação das empresas de trens urbanos pela conservação das cercas e muros erigidos ao longo da via férrea, mormente em área de grande circulação de pedestres.

Regulamentação Ambiental

As operações da SuperVia estão sujeitas a uma grande variedade de regulamentos, exigências de licenciamentos e controle ambiental federais, estaduais e locais.

A fiscalização ambiental é realizada por órgãos e agências governamentais, os quais podem impor sanções administrativas à SuperVia em caso de inobservância da legislação. As diversas espécies de sanção variam entre multas, apreensão de produtos e instrumentos, destruição ou inutilização de produtos, embargo ou suspensão das atividades, sanções restritivas de direitos, dentre outras.

Licenciamento Ambiental

Em que pese o fato de o sistema ferroviário de passageiros do Estado do Rio de Janeiro nunca ter sido objeto de licenciamento ambiental, nem, tampouco, de qualquer ação efetiva de adequação de qualquer de suas oficinas, depósitos e estações ao que dispõe a legislação ambiental, a SuperVia vem desenvolvendo inúmeras ações com vistas à equalização de suas pendências.

É importante enfatizar que a operação sem licença, ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes, configura infração administrativa, de acordo com o artigo 44 do Decreto Federal nº 3.179/99, que pode culminar na revogação das licenças existentes, assim como em outras sanções administrativas que podem conduzir a multas que variam de R\$ 500,00 a R\$ 10.000.000,00 e, suspensão das atividades, fechamento e suspensão das instalações, extinção da respectiva concessão pelo Poder Concedente, sem prejuízo da aplicação das sanções penais previstas na Lei Federal nº 9.605/98 e da obrigação de reparar os eventuais danos causados na esfera cível.

Responsabilidade Ambiental

A responsabilização ambiental pode ocorrer em três esferas independentes: civil, administrativa e penal. Portanto, o descumprimento pela SuperVia da legislação ambiental, ou de exigências impostas pelos órgãos e autoridades ambientais competentes,, pode acarretar a imposição de penalidades administrativas e criminais, independentemente da obrigação de reparar, compensar ou indenizar civilmente os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados.

Na esfera administrativa, a responsabilização ambiental pode acarretar (i) imposição de multas, que podem alcançar até R\$ 50 milhões, conforme a gravidade dos fatos, a capacidade econômica e os antecedentes do infrator, além de poder ser dobradas ou triplicadas, em caso de reincidência; (ii) suspensão ou interdição de atividades do respectivo empreendimento; e (iii) perda de benefícios e incentivos fiscais.

Abaixo encontram-se listados os principais procedimentos administrativos relacionados a infrações administrativas ambientais no âmbito estadual, em curso perante a FEEMA:

Processo	Órgão Fiscalizador	Data de Abertura	Observações
E-07/202440/2001	FEEMA	10/09/01	Auto de Constatação
E-07/202804/2001	FEEMA	08/10/01	Auto de Constatação
E-07/200782/2002	FEEMA	15/02/02	Auto de Constatação
E-07/200010/2004	FEEMA	05/01/04	Dano Ambiental Vazamento de óleo de transformador contaminado com ascarel (PCB) Origem: MPE/RJ IC MA 2045
E-07/200032/2006	FEEMA	06/01/06	Dano Ambiental Licenciamento ambiental à luz do TAC - Of. nº 704/04 e 258/05 Origem: MPE/RJ IC MA 1778
E-07/203328/2007	FEEMA	22/10/07	Dano Ambiental Capina química no leito da malha ferroviária Origem MPE/RJ MA 3799

E-07/200318/2008	FEEMA	12/02/08	Auto de Constatação
------------------	-------	----------	---------------------

A despeito de ser parte em determinados procedimentos administrativos, a SuperVia não figura no pólo passivo de nenhuma ação judicial relacionada à ocorrência de danos ambientais, seja de natureza civil ou criminal.

Inquéritos Cíveis e Termos de Ajustamento de Conduta (TACs)

Atualmente estão em curso perante o Ministério Público Estadual três inquéritos cíveis, relacionados à apuração de danos ambientais, envolvendo a SuperVia:

Inquérito Civil	Tramitação	Data de Instauração	Observações
IC MA 1778	MPE/RJ	Desconhecida	TAC celebrado em 11/01/08.
IC MA 2045	MPE/RJ	Desconhecida	Vazamento de óleo transformador contaminado com ascarel (PCB).
IC MA 3799	MPE/RJ	Desconhecida	Capina química no leito da malha ferroviária

Cumprе salientar, ainda, que foi celebrado em 11 de janeiro de 2008, no âmbito do IC MA 1778, Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre o Ministério Público do Rio de Janeiro e a SuperVia.

O referido TAC tem como objetivo promover as correções e adequações ambientais das atividades que compõem o complexo ferroviário de passageiros passado à posse e administração da SuperVia, por meio de obrigações a serem cumpridas por esta nos prazos determinados no cronograma, que vão até 2010.

A celebração do referido TAC pela SuperVia não a desobriga de obter as licenças ambientais necessárias para o exercício de suas atividades, nem a exime de eventual responsabilização, nas esferas civil, administrativa e penal, por danos causados ao meio ambiente.

De acordo com o cronograma de obrigações assumidas, o custo aproximado do investimento a ser realizado totaliza R\$ 2,6 milhões.

O descumprimento das obrigações previstas no TAC autorizará, independentemente de aviso judicial e extrajudicial, a execução específica das respectivas obrigações de fazer e não fazer. Além disso, sujeitará a SuperVia à multa diária de R\$ 2.000,00, atualizados pela variação da UFIR ou outro índice que o substitua, com termo inicial no dia imediatamente seguinte ao término do prazo, ou no dia de início do descumprimento quando a obrigação for de natureza permanente.

Foi celebrado também, em 22 de janeiro de 2001, Termo de Compromisso de Ajuste Ambiental entre a SEMADS (atual Secretaria de Estado do Ambiente – SEA), a FEEMA e a SuperVia. Vale ressaltar que, algumas das obrigações previstas em tal termo não foram cumpridas, o que foi inclusive mencionado no TAC celebrado com o Ministério Público Estadual.

IV. FATORES DE RISCO

Antes de decidir aplicar recursos no Fundo ou adquirir Quotas, os investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações disponíveis neste Prospecto e no Regulamento do Fundo, e avaliar os fatores de risco descritos nesta seção. Em decorrência dos riscos inerentes à própria natureza do Fundo, incluindo, entre outros, os fatores de risco descritos nesta seção, poderá ocorrer perda ou atraso, por tempo indeterminado, na restituição aos Quotistas do valor investido (resgate) ou eventual perda do valor de principal de suas aplicações.

A carteira do Fundo, e, por consequência, seu patrimônio, estão submetidos a diversos riscos, incluindo, mas não se limitando, aos analisados abaixo:

Riscos Associados ao Investimento no Fundo

Não existência de seguro da performance da Cedente. Nos termos do Contrato de Cessão, os Direitos Creditórios cedidos e entregues ao Fundo são Direitos Creditórios futuros, a serem originados pela Cedente na consecução de seu objeto social. Não há contratação de seguro, pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, pela Cedente, ou por suas respectivas Partes Relacionadas, que garanta a entrega de Direitos Creditórios, no caso de a Cedente interromper, por qualquer motivo, a prestação de serviço de transporte ferroviário aos usuários e, conseqüentemente, a geração de Direitos Creditórios. Desta forma, dado que o Fundo somente procederá à amortização ou ao resgate das Quotas na medida em que os Direitos Creditórios sejam entregues pela Cedente, uma eventual interrupção dos Serviços poderá comprometer ou pelo menos atrasar as amortizações e/ou o resgate das Quotas nas datas programadas. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante ou pela Cedente, ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Limitação de ativos do Fundo. O Fundo está sujeito a riscos de liquidez no tocante às amortizações e ao resgate de suas Quotas, haja vista os riscos inerentes à geração dos Direitos Creditórios e/ou às aplicações do Fundo em Ativos Financeiros. As únicas fontes de recursos do Fundo para efetuar o pagamento das amortizações e/ou resgate de suas Quotas são (i) a continuidade no pagamento dos Direitos Creditórios pelos usuários dos Serviços, pela continuidade na prestação dos Serviços pela Cedente; e (ii) a liquidação dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes. Nesse sentido, o Fundo pode não estar apto a efetuar pagamentos relativos às amortizações e ao resgate de suas Quotas nas datas programadas no caso de (i) falta de liquidez dos mercados nos quais os Ativos Financeiros integrantes da carteira sejam negociados, (ii) condições atípicas de mercado, e/ou (iii) as verbas recebidas pelo pagamento dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros, por qualquer razão, não serem depositadas na conta de depósito de titularidade do Fundo. Ainda nesse sentido, as aplicações do Fundo em Direitos Creditórios apresentam peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento brasileiros, já que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez para Direitos Creditórios. Caso o Fundo precise vender os Direitos Creditórios, ou caso o Quotista receba tais Direitos Creditórios como pagamento de resgate ou amortização de suas Quotas, (i) poderá não haver mercado comprador ou o preço de alienação de tais Direitos poderá resultar em perda para o Fundo ou, conforme o caso, (ii) o Quotista poderá enfrentar demora na cobrança dos valores devidos pelos respectivos devedores dos Direitos Creditórios. Nessas hipóteses, não há qualquer possibilidade de o Administrador ou o Custodiante determinar o intervalo de tempo necessário para a amortização ou o resgate integral das Quotas, conforme o caso, ou ainda qualquer garantia ou certeza de que será possível ao Fundo e aos Quotistas, conforme o caso, liquidar posições ou realizar os Direitos Creditórios, respectivamente, de sua carteira ou propriedade pelo preço e no momento desejados.

Risco de mercado e fatores macroeconômicos. Variáveis exógenas tais como a ocorrência,

no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas, poderão causar oscilações nos valores dos Ativos Financeiros que compõem a carteira do Fundo e resultar em alongamento do período de amortização e/ou resgate das Quotas, bem como na liquidação antecipada do Fundo, o que poderá ocasionar a perda, pelos respectivos Quotistas, do valor de principal de suas aplicações. Não será devida pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, pela Cedente, ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza, caso os Quotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante do risco aqui descrito.

Efeitos da política econômica do Governo Federal. O Fundo, seus ativos e a Cedente estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal. O Governo Federal intervém frequentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, conseqüentemente, também na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, alterações nas taxas de juros, entre outras. Tais medidas, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, podendo afetar adversamente o interesse de investidores na aquisição de Quotas e no volume ou na liquidação dos Direitos Creditórios.

Inexistência de rendimento predeterminado. O valor unitário das Quotas Seniores será calculado todo Dia Útil de acordo com os critérios definidos no Regulamento. Tal atualização tem como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Seniores na hipótese de amortização e/ou resgate de suas respectivas Quotas, e não representa nem deverá ser considerada, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do Administrador, do Custodiante, da Cedente, ou de quaisquer de suas Partes Relacionadas em assegurar tal remuneração aos referidos Quotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Seniores não farão jus, em qualquer circunstância, quando da amortização ou resgate de suas Quotas, a uma remuneração superior ao valor das mesmas na respectiva Data de Amortização ou Data de Resgate, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para esta classe de Quotas.

Risco de descontinuidade na prestação dos Serviços. A política de investimento do Fundo descrita no Regulamento estabelece que o Fundo deve destinar-se, primordialmente, à aplicação nos Direitos Creditórios. Nesse sentido, a continuidade do Fundo pode ser comprometida, independentemente de qualquer expectativa por parte dos Quotistas quanto ao tempo de duração de seus investimentos no Fundo, em função da continuidade das operações da Cedente e da sua capacidade em originar os Direitos Creditórios conforme os Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Regulamento

Risco de descontinuidade e possibilidade de resgate das Quotas. O Fundo poderá resgatar antecipadamente as Quotas nas hipóteses previstas no Regulamento (Eventos de Liquidação). Deste modo, os Quotistas poderão não receber a rentabilidade esperada e, ainda que consigam recuperar o capital investido no Fundo, terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada até então pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo o Administrador, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

Risco de liquidez do mercado secundário brasileiro de valores mobiliários. O mercado secundário existente no Brasil para negociação de valores mobiliários em geral, e de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios especificamente, apresenta atualmente baixa liquidez, e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação das Quotas que possibilite aos Quotistas sua alienação caso estes assim decidam. Dessa forma, os Quotistas podem ter dificuldade em

realizar a venda das Quotas no mercado secundário, sendo que o Fundo, o Administrador, o Cedente, o Custodiante e quaisquer de suas Partes Relacionadas, não estão obrigados a adquirir qualquer quantidade de Quotas dos Quotistas que manifestarem intenção de resgatar os valores por eles investidos no Fundo.

Descasamento de taxas que compõe o Parâmetro de Rentabilidade das Quotas Seniores e as taxas de juros dos Ativos Financeiros e taxas de reajuste da tarifa que compõem os Direitos Creditórios. O Fundo aplicará, observada a sua política de investimentos, suas disponibilidades financeiras em Direitos Creditórios e em Ativos Financeiros. Considerando-se que o valor das Quotas Seniores será atualizado pelo IPCA, nos termos do Parâmetro de Rentabilidade definido em procedimento de *Bookbuilding*, poderá ocorrer o descasamento entre as taxas (i) que reajustam as tarifas cobradas pela prestação dos Serviços que compõem os Direitos Creditórios, atualizados anualmente com base no IPCA, e que remuneram os Ativos Financeiros, e (ii) do Parâmetro de Rentabilidade das Quotas Seniores. Portanto, se o IPCA se elevar substancialmente, os recursos do Fundo poderão ser insuficientes para pagar parte ou mesmo a totalidade da rentabilidade das Quotas Seniores. O Administrador, o Custodiante, a Cedente, e suas respectivas Partes Relacionadas, não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos Quotistas, inclusive pela eventual perda do valor do principal de suas aplicações, em razão de tal descasamento.

Risco decorrente da precificação dos ativos. Os Ativos Financeiros serão avaliados de acordo com os critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como o de marcação a mercado (*mark-to-market*), poderão causar variações no valor dos Ativos Financeiros, resultando em redução do valor das Quotas.

Risco de restrições à negociação. Determinados ativos componentes da carteira do Fundo, inclusive títulos públicos, podem estar sujeitos a restrições de negociação por parte das bolsas de valores, de mercadorias e futuros ou de órgãos reguladores. Essas restrições podem ser relativas ao volume das operações, à participação no volume de negócios e às oscilações máximas de preços, entre outras. Em situações em que tais restrições estiverem sendo praticadas, as condições de movimentação dos ativos da carteira e precificação dos ativos poderá ser prejudicada.

Utilização de instrumentos de derivativos. A eventual contratação, pelo Fundo, de modalidades de operações de derivativos poderá ocorrer exclusivamente para proteção de posições detidas à vista pelo Fundo e poderá afetar negativamente a sua rentabilidade. O Administrador, o Custodiante, a Cedente, e suas respectivas Partes Relacionadas, não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos Quotistas em razão da utilização de instrumentos de derivativos.

Reserva de Amortização não constitui garantia de pagamento. Nos termos do Regulamento, o Administrador constituirá Reserva de Amortização, destinada ao pagamento das amortizações das Quotas Seniores. É possível que, não obstante a devida constituição da Reserva de Amortização, o Fundo não tenha, na data prevista, meios suficientes para pagamento da totalidade das amortizações programadas. Desse modo, a existência da Reserva de Amortização não constitui garantia de pagamento das amortizações programadas de Quotas Seniores.

Prazo para resgate das Quotas. Ressalvada a amortização de Quotas do Fundo, pelo fato de o Fundo ter sido constituído sob a forma de condomínio fechado, o resgate de suas Quotas somente poderá ocorrer após o término do Prazo de Duração do Fundo, ocasião em que todos os Quotistas deverão ter suas Quotas resgatadas, ou nas hipóteses de ocorrência de Eventos de Liquidação, conforme previsto no Regulamento. Tal característica do Fundo poderá limitar o interesse de outros investidores pelas Quotas do Fundo, reduzindo sua liquidez no mercado secundário. O Administrador, o Custodiante, a Cedente, e suas Partes Relacionadas, encontram-se impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou o resgate das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido pelo Fundo ou

qualquer pessoa, incluindo o Administrador e o Custodiante, todavia, qualquer indenização, multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Propriedade de Quotas e propriedade dos Direitos Creditórios. Apesar de o Fundo ter sua carteira constituída, preferencialmente, pelos Direitos Creditórios, a propriedade das Quotas não confere aos seus titulares propriedade direta sobre os Direitos Creditórios ou sobre fração ideal específica dos Direitos Creditórios. Os direitos dos Quotistas são exercidos sobre todos os ativos da carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Quotas possuídas.

Inexistência de garantia de eliminação de riscos. A realização de investimentos no Fundo sujeita o investidor aos riscos aos quais o Fundo e a sua carteira estão sujeitos, que poderão acarretar perdas do capital investido pelos Quotistas no Fundo. Embora o Administrador mantenha sistema de gerenciamento de riscos das aplicações do Fundo, não há qualquer garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Quotistas. O Fundo não conta com garantia do Administrador, de quaisquer terceiros, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC, para redução ou eliminação dos riscos aos quais está sujeito, e, conseqüentemente, os Quotistas. Em condições adversas de mercado, referido sistema de gerenciamento de riscos poderá ter sua eficiência reduzida.

Notificação dos usuários dos Serviços acerca da cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo. Em razão de considerações operacionais e comerciais, os usuários não serão notificados acerca da cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo no momento da respectiva cessão, conforme dispõe o artigo 290 do Código Civil. Dessa forma, caso o pagamento dos valores devidos pelos usuários à Cedente (credora original) e cedidos ao Fundo não sejam recebidos pelo Fundo (novo credor), o Fundo poderá reclamar tais valores somente da Cedente. Não existe garantia de que a Cedente conseguirá cumprir o previsto neste item, razão pela qual o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar seus créditos.

Inadimplência. A Cedente é responsável somente pela existência, liquidez, certeza, exigibilidade e boa formalização dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, não assumindo quaisquer responsabilidades pelo seu pagamento ou pela solvência dos devedores dos Direitos Creditórios nos termos do Regulamento. Dessa forma, na hipótese de inadimplência, total ou parcial, por parte de tais devedores, o Fundo, e conseqüentemente, seus Quotistas poderão incorrer em prejuízos. Com relação aos demais Ativos Financeiros em que o Fundo aplica recursos, o Fundo está sujeito à capacidade dos respectivos emissores de tais Ativos Financeiros em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal quando devidos. Alterações nas condições financeiras dos emissores desses Ativos Financeiros e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos nos preços e na liquidez de tais Ativos Financeiros.

Sistemática de coleta, conferência e arrecadação dos valores (numerário) correspondentes aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo. A sistemática de coleta e conferência dos valores correspondentes aos Direitos Creditórios (i) arrecadados nas Estações Designadas da Cedente; e (ii) depositados pela Fetranspor, funcionarão da seguinte forma: A Protege realizará visitas em todas as Estações Designadas da Cedente, obedecendo às programações pré-definidas, conforme o movimento diário de cada uma delas. Os malotes (identificados por Estação Designada) com os valores correspondentes aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo serão recolhidos diariamente ou conforme definido pela Cedente considerando-se os históricos das respectivas estações e entregues ao Agente Arrecadador. No dia seguinte, o Agente Arrecadador depositará os recursos na Conta Arrecadadora e emitirá, diariamente, o Relatório de Arrecadação ao Custodiante e à Cedente. Na mesma data, o Custodiante, após o recebimento do Relatório de Arrecadação, encaminhará, ao Agente Arrecadador e à Cedente, o Relatório de Transferência de Direitos Creditórios, no qual constarão informações sobre o montante a ser segregado do total e transferido para a Conta Arrecadadora do Fundo pelo Agente Arrecadador. Os valores correspondentes aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo decorrentes dos

pagamentos feitos através de Vales-Transporte serão sistematicamente enviados, após contagem e conferência pela Cedente e Fetranspor, para o HSBC, na qualidade de Agente Arrecadador, sendo que esses recursos deverão ser depositados em até um dia útil após o envio pela Cedente de arquivo contendo informações referentes aos Vales-Transporte à Fetranspor. Em decorrência das sistemáticas acima descritas, não há como se assegurar que (a) os procedimentos de contagem e conferência adotados resultarão na apuração exata dos valores correspondentes aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo; e (b) o HSBC depositará, na qualidade de mandatário e de Agente de Arrecadador, os respectivos valores na Conta Autorizada do Fundo, fatores que podem resultar em diminuição da arrecadação associada aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo e, portanto, afetar negativamente o Patrimônio Líquido do Fundo e seus Quotistas.

Liquidação da Cedente. Na hipótese liquidação da Cedente, poderá ocorrer a liquidação antecipada do Fundo, o que pode não atender aos interesses dos Quotistas e poderá afetar a geração de Direitos Creditórios, as amortizações programadas, bem como a rentabilidade do Fundo.

Concentração em modalidade de investimento e da geração dos recebíveis. O Fundo aplicará em Direitos Creditórios exclusivamente originados da prestação futura de serviços de transporte ferroviários pela Cedente. Nesse contexto, não será possível ampla diversificação dos investimentos realizados pelo Fundo, sendo estes concentrados em uma espécie primordial de investimento (Direitos Creditórios). Adicionalmente, a geração dos Direitos Creditórios também apresentam uma concentração significativa em algumas Estações Designadas, como por exemplo a Central do Brasil que responde por aproximadamente 20% da geração dos Direitos Creditórios. A concentração das aplicações em um ou em poucos tipos de investimento e da geração dos Direitos Creditórios eleva a possibilidade de que os Quotistas venham a sofrer perda patrimonial, haja vista que pode ocorrer uma perda de eficiência na diversificação do risco.

Intervenção ou liquidação do Agente Arrecadador. Na hipótese de intervenção extrajudicial no Agente Arrecadador, instituição depositária dos recursos decorrentes dos Direitos Creditórios, transportado pela Transportadora de Valores, o repasse dos recursos arrecadados provenientes dos Direitos Creditórios poderá ser interrompido, e permanecer inexigível enquanto perdurar a intervenção. Em caso de liquidação extrajudicial do Agente Arrecadador, há a possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados, e somente serem recuperados por meio de pedido de restituição, ou mesmo por via judicial. Em ambos os casos, o Contrato de Arrecadação poderá ser resiliado, situação em que deverá ser contratada outra instituição apta para a realização das funções do Agente Arrecadador, podendo ocasionar afetação na rentabilidade e no patrimônio do Fundo.

Intervenção ou liquidação do Custodiante. O Fundo terá conta corrente no Custodiante. Na hipótese de intervenção ou liquidação extrajudicial deste, há possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados e somente por via judicial serem recuperados para o Fundo, o que afetaria sua rentabilidade e poderia levá-lo a perder parte do seu patrimônio.

Alteração do Regulamento. O Regulamento pode ser alterado em consequência de normas legais ou regulamentares, por determinação da CVM ou por deliberação da Assembléia Geral. Tais alterações poderão afetar o modo de operação do Fundo e acarretar perdas patrimoniais ao Fundo.

Riscos Associados aos Direitos Creditórios

Não há concessão, por parte da Cedente, de qualquer garantia de existência dos Direitos Creditórios. Inexistência de coobrigação da Cedente. A cessão terá caráter aleatório, na forma do Código Civil Brasileiro (artigo 483), e terá por objeto direitos creditórios futuros. Não existe obrigação da Cedente de devolução do preço pago pelo Fundo ou de realização de qualquer pagamento futuro ao Fundo, em razão da simples redução do fluxo de arrecadação das Estações Designadas (a não ser que tal redução tenha sido causada por dolo ou culpa da Cedente, na forma do artigo 458 do Código Civil Brasileiro), nem qualquer outro tipo de coobrigação relacionada à liquidez ou à mera existência dos

Direitos Creditórios cedidos ao Fundo. A aferição de dolo ou culpa por parte da Cedente, no que se refere à redução do produto da arrecadação dos Direitos Creditórios ao Fundo, poderá depender de procedimento judicial, o que poderá demandar tempo considerável.

Riscos operacionais. Dada a complexidade operacional própria dos fundos de investimento em direitos creditórios, apesar do depósito pactuado no Contrato de Cessão entre os agentes envolvidos, não há garantia de que o Custodiante e o Administrador terão acesso irrestrito aos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios ou que as trocas de informações entre os respectivos sistemas eletrônicos se darão livres de erros. Caso qualquer desses riscos venha a se materializar, a cobrança ou realização dos Direitos Creditórios poderá ser afetada, prejudicando o desempenho do Fundo.

Transporte de valores de titularidade do Fundo. O transporte de valores correspondentes aos Direitos Creditórios é atualmente realizado pela Protege, através do "Contrato de Prestação de Serviços de Transporte de Valores" e respectivos aditamentos, que, prorrogado de forma automática, na falta de manifestação formal por qualquer das partes com 30 dias de antecedência de seu vencimento, tem validade anual. A Protege é a responsável direta e exclusiva pela execução dos serviços em plena conformidade com as especificações e normas técnicas pertinentes, sobretudo no que diz respeito às apólices de seguros. A Protege responde por todos os danos, perdas e prejuízos, decorrentes de roubo, furto, extravio, apropriação indébita ou estelionato que recaia sobre os valores sob a sua guarda, bem como também por perecimento ou inutilização parcial ou total dos malotes e respectivos conteúdos. O inadimplemento, rescisão ou término do referido contrato de prestação de serviços poderá gerar atrasos e impactos diversos na entrega dos valores de titularidade do Fundo.

Riscos relacionados aos seguros. A Cedente e o Fundo não contratam seguros para cobertura dos riscos inerentes ao transporte de valores. No entanto, a Protege, empresa responsável pelo transporte dos valores de titularidade do Fundo, possui seguro global de valores para empresas particulares que utilizam os seus serviços de vigilância e transporte de valores. A referida apólice não é específica para o transporte de valores da Cedente e do Fundo, tendo em vista que o seu limite máximo de indenização visa à cobertura global dos riscos decorrentes de todos os contratos firmados pela Protege com os seus clientes. Adicionalmente, a apólice de seguros, além de não ser específica para os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, não cobre extorsão indireta, extorsão mediante seqüestro, furto simples ou desaparecimento inexplicável, apropriação indébita praticada por terceiros que não sejam empregados da Protege; também não estão cobertos dano moral, tumulto, *lockout* (greve patronal), greves, infidelidade reincidente de empregados da Protege, além de roubos ou furtos de valores de titularidade do Fundo que não estiverem no poder da Protege, tais como os roubos e furtos ocorridos nos caixas das Estações Designadas. A Protege está ainda sujeita a perda dos direitos de indenização da apólice em caso de inobservância das condições a ela estabelecidas pela legislação aplicável e/ou daquelas contidas na apólice. Nessas hipóteses, caso ocorram perdas não indenizáveis pela citada apólice durante o Período de Arrecadação, poderá haver diminuição de arrecadação associada aos Direitos Creditórios.

Riscos de diminuição da demanda de passageiros. Não existe garantia de que a demanda de passageiros sofrerá ou não variações durante o Prazo de Duração do Fundo, seja por fatores internos, como o desempenho operacional da Cedente, ou externos, como por exemplo a insegurança em certas áreas lindeiras a zona de cobertura da SuperVia. Portanto, o Patrimônio Líquido do Fundo será afetado caso a demanda de passageiros diminua ou sofra oscilações ao longo do Prazo de Duração do Fundo por causar a diminuição na arrecadação dos Direitos Creditórios. Conseqüentemente, nenhuma garantia pode ser dada com relação a variações de demanda nos dias que representam o Período de Arrecadação. Reduções na demanda de passageiros no Período de Arrecadação podem afetar negativamente o Patrimônio Líquido do Fundo.

Reajuste tarifário. Conforme o Contrato de Concessão, a tarifa do serviço de transporte ferroviário está sujeita a limites máximos. As tarifas cobradas pela Cedente estão sujeitas a três tipos de ajustes tarifários: (i) o reajuste anual; (ii) a revisão ordinária (que ocorre a cada 5 anos); e (iii) a revisão

extraordinária. As tarifas da Cedente são reajustadas anualmente com o fim de compensar efeitos do IGP-M acumulado durante o período. Este reajuste está previsto no Contrato de Concessão e é sujeito somente à homologação do cálculo matemático da Cedente pelo Poder Concedente, representado pela AGETRANSP, no prazo de 30 (trinta) dias, e implementação do reajuste pela Cedente em caso de ausência de manifestação do regulador. Ademais, nos termos da Lei Federal 2.869/97, a AGETRANSP conduz uma revisão periódica a cada cinco anos para identificar variações nos custos e retorno econômico-financeiro da Cedente. De acordo com a mesma lei, a Cedente tem o direito de requerer uma revisão extraordinária das suas tarifas se fatos imprevisíveis vierem a alterar significativamente sua estrutura de custos. No entanto, a Cedente não pode garantir que a AGETRANSP irá estabelecer tarifas ou tomar decisões que lhe sejam favoráveis. Caso a AGETRANSP não aja tempestivamente, a situação financeira e o resultado operacional da Cedente poderão ser adversamente afetados. Tendo em vista que a Cedente não pode dar nenhuma garantia de que a demanda de passageiros ou de que seu o fluxo de caixa não sofrerão variações decorrentes de eventuais reajustes tarifários futuros, a geração dos Direitos Creditórios e o Patrimônio Líquido do Fundo poderão ser afetados em decorrência dos reajustes tarifários.

Impossibilidade de verificação do lastro dos Direitos Creditórios. Nos termos do parágrafo terceiro do artigo 38, da Instrução da CVM n.º 356, e do Artigo 12 do Regulamento, o Custodiante está dispensado da verificação do lastro dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, em face da expressiva quantidade e diversificação dos respectivos devedores, usuários do Serviço, e do reduzido valor médio e natureza de formação. Desta forma, exceto pelos relatórios que compõem os Documentos Comprobatórios, não haverá qualquer possibilidade de aferição do lastro dos Direitos Creditórios, bem como da formalização da exequibilidade dos Direitos Creditórios, que poderão conter irregularidades e/ou vícios questionáveis judicialmente, podendo obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios. Eventual questionamento judicial relativo aos Direitos Creditórios cujos documentos apresentem irregularidades e/ou vícios poderão acarretar prejuízos ao Fundo e, conseqüentemente, aos Quotistas.

Riscos Associados à Relação entre a Cedente e o Estado

A Cedente, na qualidade de concessionária de serviço público, está sujeita à regulação e à fiscalização do Estado do Rio de Janeiro, o qual pode impor sanções em caso de descumprimento do Contrato de Concessão ou Lei de Concessões, e, dependendo da gravidade do descumprimento, a caducidade da respectiva concessão. O Poder Concedente pode impor penalidades à Cedente caso esta deixe de cumprir com qualquer disposição da Lei de Concessões. A Cedente e o Administrador não podem garantir que a Cedente não será penalizada pelo Poder Concedente por descumprimento do Contrato de Concessão ou que a concessão de que a Cedente é titular não será extinta no futuro. A indenização a que a Cedente tem direito na ocorrência de eventual extinção da concessão pode não ser suficiente para recuperar o valor integral de certos ativos. Caso a concessão da Cedente seja rescindida em virtude de descumprimento de suas obrigações, o valor efetivo de compensação a ser pago pelo Poder Concedente poderá ser reduzido de maneira significativa por meio da imposição de multas ou outras penalidades. Por conseguinte, a imposição de multas ou penalidades à Cedente, ou a extinção da concessão, poderá afetar negativamente a originação e entrega dos Direitos Creditórios ao Fundo.

Riscos Associados à Cedente e ao Setor em que Atua

A Cedente pode ser incapaz de implementar com sucesso a sua estratégia de crescimento. A capacidade de crescimento da Cedente depende de diversos fatores, principalmente da capacidade de financiar investimentos, dado que o seu negócio é de capital intensivo e exige desembolsos substanciais para sustentar este crescimento (seja por meio de endividamento ou não). O não atingimento desse objetivo, seja originado por fatores de custo ou não, pode limitar a capacidade da Cedente em implementar com sucesso a sua estratégia de crescimento. É possível que, para a implementação de sua estratégia de crescimento, a Cedente precise financiar seus investimentos por

meio de endividamentos adicionais. No entanto, não é certo que a Cedente consiga aumentar o seu endividamento em níveis maiores que os atuais aproximados R\$ 29,3 milhões de endividamento total no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007 para custear seus investimentos de capital. Condições econômicas desfavoráveis no Brasil e no mercado internacional de crédito, tais como altas de taxas de juros em novos empréstimos, liquidez reduzida ou uma diminuição no interesse das instituições financeiras na concessão de empréstimo, podem vir a limitar o acesso da Cedente a novos créditos. Portanto, não é possível garantir que a Cedente será capaz de obter financiamento suficiente para custear seus investimentos de capital. Adicionalmente, não é possível garantir que na hipótese de a Cedente não alcançar o crescimento esperado, tal fato não terá impacto negativo na Cedente ou na capacidade da Cedente em gerar Direitos Creditórios.

No momento, a Cedente opera sem as licenças ambientais necessárias. Até a data deste Prospecto, ainda não foram obtidas todas as licenças e autorizações ambientais necessárias para a realização das atividades da Cedente. Para o cumprimento das leis ambientais, a Cedente incorre, e continuará a incorrer, em despesas que podem ser relevantes. No momento não é possível prever se quaisquer despesas futuras para o cumprimento de leis ambientais serão significativas. A não obtenção dessas licenças e autorizações pode ter um efeito adverso relevante sobre suas operações, podendo acarretar sanções de acordo com a legislação aplicável, incluindo a aplicação de multas e suspensão das operações que não tiverem licença ou autorização ambiental. Dentre as penalidades previstas pelas diversas normas ambientais para a operação sem licença, ou o não cumprimento da legislação ambiental, destacam-se: (i) advertências; (ii) multas; (iii) suspensão das operações; (iv) fechamento e suspensão das instalações; e (v) extinção da respectiva concessão pelo Poder Concedente. Para mais informações sobre as licenças ambientais, ver a seção "III. A Cedente – SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. - Regulamentação Ambiental".

As operações da Cedente estão expostas à possibilidade de perdas por catástrofes e responsabilização. O transporte ferroviário de passageiros apresenta inerentes riscos de catástrofes, falhas mecânicas, colisões e perdas de ativos. A interrupção da prestação de serviços da Cedente devido a fatores políticos, reivindicações trabalhistas, manifestações de grupos ou associações ambientalistas, greves, vandalismo ou violência urbana, problemas na rede elétrica, incêndios, bem como condições meteorológicas adversas e desastres naturais, tais como enchentes, podem resultar na perda de receitas, assunção de responsabilidade ou aumento de custos. Adicionalmente, as operações da Cedente podem ser afetadas periodicamente por deslizamentos de terra ou outros desastres naturais. A ocorrência de um desastre natural de grandes proporções ou qualquer desses eventos pode ter efeito adverso sobre os negócios da Cedente e na geração de Direitos Creditórios.

A Cedente é parte em diversos procedimentos relevantes na esfera judicial e administrativa, e poderá assumir contingências relevantes decorrentes de determinadas operações. A Cedente é parte em diversos procedimentos judiciais nas esferas cível, trabalhista e fiscal, bem como procedimentos administrativos. Os resultados das ações e processos administrativos ainda em curso poderão impactar os negócios e a condição financeira da Cedente. Adicionalmente, a Cedente poderá ter que vir a arcar com o pagamento decorrente de ações de responsabilidade da CENTRAL, em decorrência da sucessão da mesma na concessão, o que poderá afetar adversamente os seus resultados e condição financeira. O sexto termo aditivo ao Contrato de Concessão prevê a transferência, pela Administração Pública à Cedente, do montante total de aproximadamente R\$ 63,5 milhões, consubstanciado em créditos e bens móveis e imóveis, para fim de compensação das obrigações originadas anteriormente à concessão que sejam assumidas pela Cedente. Entretanto, não há como assegurar que tal montante será suficiente para garantir integralmente o passivo originado pelos processos movidos em face da CENTRAL, os quais podem recair sobre o patrimônio da Cedente, afetando de maneira adversa sua situação financeira e a geração dos Direitos Creditórios.

A extinção antecipada da concessão pelo Poder Concedente poderá impedir a realização integral do valor de determinados ativos e causar a perda de lucros cessantes sem uma indenização adequada. As concessões ferroviárias brasileiras estão sujeitas à extinção

antecipada em determinadas circunstâncias, incluindo a encampação pelo governo, determinada por lei, ou a caducidade, pelo descumprimento dos termos dos contratos administrativos correspondentes. Ocorrendo a extinção das concessões, os bens reversíveis, no caso da concessão outorgada à Cedente, serão revertidos ao respectivo Poder Concedente. Apesar de a Cedente ter o direito ao recebimento de indenização no valor dos ativos que não tenham sido completamente amortizados ou depreciados de acordo com os termos do Contrato de Concessão, em caso de extinção antecipada, não se pode assegurar que esse valor será suficiente para compensar o valor de tais ativos ou de lucros cessantes. Se o Poder Concedente extinguir a concessão em caso de inadimplemento, o valor pode ser reduzido a até zero pela imposição de multas ou outras penalidades. Adicionalmente, alguns credores da Cedente poderão ter prioridade no recebimento de tal indenização.

A escassez de energia elétrica ou o aumento de seus preços podem afetar negativamente nossas operações. A frota de trens da SuperVia consome grandes quantidades de energia de tração, insumo para qual não há substituto imediato em nossa operação. Racionamentos, tais como aqueles ocorridos no Brasil em 2001, podem afetar negativamente nossas operações e conseqüentemente, reduzir nossas margens operacionais.

v. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS DA CEDENTE

As tabelas a seguir apresentam informações financeiras selecionadas da SuperVia referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2006 e 2007.

As informações financeiras referentes ao exercício de 2007 da SuperVia foram auditadas pela Empresa de Auditoria, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais são baseadas na Lei Societária, e nas normas contábeis emitidas pelo IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

As informações financeiras referentes ao exercício de 2006 foram objeto de exame pela Empresa de Auditoria, conforme indicado no respectivo parecer anexo a este Prospecto.

As informações financeiras selecionadas para os exercícios sociais de 2006 e 2007 devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras da SuperVia, constantes na seção "VI. Demonstrações Financeiras" do presente Prospecto, as respectivas notas explicativas, pareceres e relatórios da Empresa de Auditoria.

Balanco Patrimonial e Demonstração de Resultado da Cedente:

Demonstração de Resultados e Índices Operacionais

A avaliação do resultado econômico e financeiro obtido pela Cedente desde 2005 demonstra a melhora nos seus índices operacionais.

A principal fonte de receita da Cedente decorre da venda de Bilhetes de passagens no modal ferroviário, representando mais de 90% de sua receita bruta durante o período compreendido abaixo.

Houve aumento nas receitas de bilheteria de 21,26% e 20,68% em 2006 e 2007, respectivamente, reflexo tanto do aumento no valor da tarifa líquida por pagante (de R\$ 1,65 em 2005 para R\$ 1.94 em 2007), como no número de passageiros pagantes, que cresceu 8,7%, 9,7% e 13,4% nos anos de 2005, 2006 e 2007, respectivamente.

O crescimento desta rubrica é também resultado do controle na porcentagem de gratuidades sobre passageiros transportados, que vem caindo ano a ano, de 9,2% em 2005 para 7,2% em 2007.

A Cedente aufera ainda outras receitas decorrentes de aluguéis de imóveis e espaços publicitários, direitos de passagem, além de recursos provenientes de convênios firmados com o Poder Concedente para ressarcimento das gratuidades e programas sociais direcionados aos passageiros da SuperVia. Esta rubrica acompanhou o crescimento da receita bruta durante o período abaixo, com exceção do ano de 2007, quando houve um menor repasse do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Como deduções da receita, a Cedente incorre nos tributos incidentes sobre as vendas de Bilhetes e outras receitas (ISS, PIS e COFINS), bem como comissões cobradas nas receitas acessórias e taxa de administração cobrada pela Fetranspor pela gestão dos Vales-Transporte. Estas deduções têm se mantido estáveis ao longo dos três últimos anos, a razão de 5% da receita bruta.

Os custos de serviços prestados compreendem todos aqueles incorridos e necessários à prestação de serviços, com destaque para a mão-de-obra operacional, acrescida dos respectivos encargos sociais e benefícios incidentes, custos de manutenção, conservação, segurança e energia

elétrica. O peso relativo destes itens vem caindo ano a ano, de 84% da receita bruta em 2005 para 68% em 2007, fruto de novas ferramentas de controle de custos, bem como do aumento da base de receita, o que permite uma diluição maior do alto nível de custos fixos na SuperVia.

As despesas administrativas não ligadas diretamente aos serviços prestados pela SuperVia também têm caído como resultado do aumento na base de receitas acompanhado a controle de custos, representando 16% da receita bruta em 2007 contra 26% em 2005. O ano de 2006 foi uma exceção devido, principalmente, aos custos incorridos no processo de reestruturação da Cedente.

Receitas não operacionais referem-se à reversão de provisões constituídas anteriormente, bem como venda de bens do ativo não considerados como atividade fim da Cedente. Estas últimas constituem parte pequena dos resultados da Companhia, não seguindo padrão definido ao longo do tempo.

Em 2007 a Cedente reconheceu lucro contábil pela primeira vez, resultado de um longo processo de redução de prejuízos desde que assumiu a concessão. Este lucro líquido foi resultado de um resultado de R\$ 3,9 milhões antes de impostos, somado ao efeito de R\$ 99,7 milhões advindo da ativação dos benefícios fiscais futuros.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA EXERCÍCIOS DE 2005, 2006 e 2007

(Em milhares de reais)

	2005	%	2006	%	2007	%
Receita Bruta	161.915	100%	197.187	100%	231.779	100%
Bilheteria	146.097	90%	177.156	90%	213.790	92%
Outras receitas	15.818	10%	20.031	10%	17.989	8%
DEDUÇÕES DE RECEITA	(8.527)	5%	(10.196)	5%	(12.178)	5%
Receita operacional líquida	153.388	95%	186.991	95%	219.601	95%
Custos dos serviços prestados	(136.496)	84%	(140.864)	71%	(157.262)	68%
LUCRO BRUTO	16.892	10%	46.127	23%	62.339	27%
DESPESAS OPERACIONAIS						
Gerais e administrativas	(42.483)	26%	(56.615)	29%	(36.737)	16%
Financeiras, líquidas	(12.889)	8%	1.937	1%	(20.051)	9%
Depreciação e amortização	(1.078)	1%	(1.093)	1%	(1.713)	1%
PREJUÍZO OPERACIONAL	(39.558)	24%	(9.644)	5%	3.838	2%
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS, LÍQUIDAS	309	0%	(1.079)	1%	79	0%
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMP. DE RENDA E C.SOCIAL	(39.249)	24%	(10.723)	5%	3.917	2%

Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	0%	0	0%	99.749	43%
LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(39.249)	24%	(10.723)	5%	103.666	45%
PREJUÍZO POR LOTE DE MIL AÇÕES (R\$)	(1,61)		(0,0004)		0,0043	

ÍNDICES OPERACIONAIS	2005	2006	2007
Passageiros Pagantes por ano (mm)	88,7	97,2	110,3
<i>variação</i>	<i>8,7%</i>	<i>9,7%</i>	<i>13,4%</i>
Gratuidades concedidas por ano (mm)	9,0	8,5	8,5
<i>% passageiros totais</i>	<i>9,2%</i>	<i>8,0%</i>	<i>7,2%</i>
Passageiros transportados (mm)	97,7	105,7	118,8
<i>variação</i>	<i>3,1%</i>	<i>8,2%</i>	<i>12,4%</i>
Receita Tarifária por Passageiro Transportados (R\$)	1,50	1,68	1,80
<i>variação</i>	<i>13,0%</i>	<i>12,1%</i>	<i>7,4%</i>
Receita Tarifária por Passageiro Pagante (R\$)	1,65	1,82	1,94
<i>variação</i>	<i>7,1%</i>	<i>10,6%</i>	<i>6,4%</i>
Receita Tarifária / Custo dos Serviços Prestados	107,0%	125,8%	135,9%

Balanço Patrimonial

O patrimônio líquido positivo de R\$ 9.435 mil no final de 2007, contra valores negativos em anos anteriores, demonstra uma melhora na estrutura de capital da Cedente. O fato de a Cedente não operar com recebíveis, pois recebe sua receita de bilheteria à vista, gera um capital circulante líquido negativo, mesmo com a maior parte de seu passivo classificado como de longo prazo. Segue abaixo descrição da evolução das principais rubricas do Balanço Patrimonial da SuperVia.

Disponível

O disponível compreende os fundos de troco e as disponibilidades de caixa em tesouraria e instituições financeiras. Embora haja redução destes valores em 2006 e 2007 comparado a 2005, a Cedente tradicionalmente operou com baixo nível de caixa. Pequenas alterações nestes valores refletem fatos pontuais e não mudança substancial na política de caixa ou investimentos da SuperVia.

Almoxarifado

Refere-se aos estoques disponíveis de peças de reposição de material rodante, rede aérea e via permanente, além de combustíveis e lubrificantes. O aumento de 37% entre os anos compreendidos reflete o aumento do número de passageiros transportados durante o período, bem como o incremento nos dispêndios em manutenção.

Adiantamento sobre Contrato de Concessão

Esta rubrica se refere ao adiantamento pago quando da aquisição dos direitos de concessão, que está sendo amortizado linearmente ao resultado, pelo prazo da concessão. Não apresenta oscilações relevantes nos exercícios abaixo, por se tratar de valores linearmente apropriados.

Contas a Receber

No circulante são valores a receber da Fetranspor pela venda de Bilhetes no Metrô Rio e Vales-Transporte, recuperação de sinistros de seguros e diversos itens a receber do Estado do Rio de Janeiro, principalmente gratuidades. Os patamares percentuais foram bastante parecidos em 2005 e 2006, caindo consideravelmente em 2007 (35%) por força de novas tecnologias implementadas nos processos de arrecadação que possibilitam geração de arquivos de cobrança mais ágeis junto à Fetranspor e a utilização de certos créditos de ICMS. No realizável a longo prazo, são contas a receber do Poder Concedente e Central referente ao 13º salário, férias, vale-transporte, vale-refeição e outros benefícios, proporcionais ao período da concessão dentro do ano de início da operação da Cedente.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Demonstra o reconhecimento contábil do possível benefício fiscal futuro das bases negativas de imposto de renda e contribuição social. Estes valores foram ativados pela alíquota vigente na legislação e com reais expectativas de realização com resultados futuros, e baseados em parecer da Empresa de Auditoria.

Tributos a Recuperar

São fundos retidos pelas fontes pagadoras de receitas da Cedente (instituições financeiras, agências de publicidade) que são passíveis de compensação com o imposto de renda devido pela Cedente ao término do exercício ou ao longo deste.

Outros Ativos Circulantes

Outros ativos circulantes referem-se, basicamente, a seguros pagos antecipadamente e amortizados ao longo de sua vigência. Não apresentaram oscilações percentuais materiais ao longo do período compreendido, mas, o aumento do valor absoluto em 2007, refere-se à revisão do mercado segurador para o risco ferroviário. Em 2005, contemplava também uma série de adiantamentos a funcionários, reclassificados a partir de 2006.

Depósitos Judiciais

Ocorrem em situações que, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, a Cedente questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Aumentou em 2007 em função do avanço dos processos para outras instâncias judiciais e dos esforços jurídicos envidados para defesa dos interesses da Cedente.

Imobilizado

O imobilizado da Cedente é composto por bens adquiridos ao longo da Concessão e necessários à prática das atividades operacionais e administrativas, bem como os gastos incorridos com a recuperação de trens e composições, líquido de depreciação acumulada. Embora apresente queda percentual em 2007 se comparado aos anos anteriores, como resultado do reconhecimento no ativo do imposto de renda e contribuição social diferidos, em números absolutos cresce em torno de 13% entre 2006 e 2007, graças ao aumento dos investimentos no sistema.

Diferido

Indica despesas amortizáveis com *softwares* e processos de informatização. O aumento verificado em 2007 está diretamente relacionado com a aquisição de novas tecnologias, como o novo sistema integrado de gestão empresarial (ERP), implantado pela SuperVia.

Outros Realizáveis

Refere-se a adiantamentos para aquisição de imobilizado, que será transferido para a Cedente após a quitação de saldos a pagar.

Fornecedores

Estão incluídos nesta rubrica obrigações de curto prazo com empresas de serviços públicos e renegociação de dívidas com fornecedores de bens e serviços da operação. A queda percentual verificada, e em números absolutos, é explicada principalmente pela reclassificação, após a renegociação, de contas a pagar para Light (vide "Parcelamento Light" abaixo).

Empréstimos e Financiamentos

Empréstimos e financiamentos são recursos tomados no mercado financeiro destinados a novos investimentos e recomposição do capital de giro. A queda percentual verificada (de 14% em 2006 para 8% em 2007) é resultado da amortização de dívida e estorno de juros por força de renegociações com credores.

Salários e Encargos Sociais

Refere-se à provisão de encargos sociais e benefícios da folha de pagamento da Cedente. A partir de 2007, há uma redução neste valor como resultado dos processos de reestruturação implementados na Cedente.

Impostos, taxas e Contribuições a Recolher

São principalmente obrigações tributárias parceladas pela Cedente em programa especial de parcelamentos de débitos tributários (PAEX). Estão compreendidos neste programa parcelamentos de INSS, PIS, COFINS e Senai. O acréscimo em valores absolutos se deve ao processo de consolidação da dívida para efeitos de enquadramento no PAEX.

Parcelamento Light

Refere ao Termo de Novação de Dívida firmado com a Light em 12 de abril de 2007 para pagamento da dívida acumulada no período de novembro de 1998 a fevereiro de 2007, em 168 parcelas mensais e sucessivas com os seguintes valores: 24 parcelas de R\$ 500 mil, 24 parcelas de R\$ 700 mil, 24 parcelas de R\$ 900 mil, 94 parcelas R\$ 1.200 mil e a parcela única final, no valor atual de R\$ 5.412.666,34. Em 31 de dezembro de 2007, as parcelas de longo prazo e curto prazo representadas por R\$ 176.169,00 e R\$ 4.796,00, respectivamente, estão classificadas como Parcelamento Light.

As parcelas mensais acima são atualizadas monetariamente pela variação do IGPM elaborado pela Fundação Getúlio Vargas. Em caso de inadimplemento, a SuperVia deverá à Light, a título de compensação, o valor correspondente a 23% do saldo devedor da dívida na data em que se verificar o inadimplemento.

A cláusula 4ª do referido Termo de Novação faculta à SuperVia liquidar antecipadamente o débito parcelado, com desconto de 2,1% ao mês, desde que esteja em dia com todas as parcelas vencidas até a data do exercício desta faculdade e em dia com as faturas emitidas pela Light. O desconto dar-se-á da seguinte forma:

No dia 5 do 36º mês	pagamento antecipado das parcelas 145 a 168
No dia 5 do 60º mês	parcelas 121 a 144
No dia 5 do 84º mês	parcelas 73 a 120

Dívidas com Empresas Ligadas

Refere-se a ativos imobilizados da empresa controladora Rio Trens Participações S.A. que foram incorporados pela Cedente, gerando este contas a pagar, quitados posteriormente.

Concessão de Serviços Públicos/Direitos de Concessão a Pagar

Valores provisionados linearmente ao longo do tempo, devidos por força do Contrato de Concessão. Não apresentam oscilações significativas no período demonstrado.

Outros Passivos Circulantes

Refere-se a Bilhetes recebidos em consignação nas operações de integração, bem como outros passivos liquidados com fornecedores por força de negociação.

Provisões para Contingências

Provisões para contingências são medidas de reconhecimento de riscos onde a Cedente, provisiona contingências cíveis e trabalhistas, até o montante apontado por seus consultores jurídicos como possibilidade de êxito: remota, uma vez que tais provisões são baseadas nas chances prováveis de perda para a Cedente, avaliadas caso a caso. Verifica-se um aumento em 2006 em relação ao ano anterior, mas mostra equilíbrio com relação a 2007.

Balancos Patrimoniais						
(Em milhares de reais)						
31 de dezembro de						
ATIVO	2005	%	2006	%	2007	%
CIRCULANTE						
Disponibilidades	3.638	2%	555	0%	1.170	0%
Contas a receber	37.736	16%	50.840	20%	28.149	8%
Estoques	3.715	2%	4.489	2%	6.161	2%
Despesa de concessão paga antecipadamente	251	0%	251	0%	251	0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	0%	-	0%	11.726	3%
Tributos a recuperar	191	0%	259	0%	338	0%
Outros ativos	3.168	1%	1.972	1%	2.840	1%
Total do circulante	48.699	21%	58.366	23%	50.635	14%
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO						
Despesa de concessão paga antecipadamente	4.218	2%	3.968	2%	3.717	1%
Contas a receber	4.356	2%	4.356	2%	4.356	1%
Depósitos judiciais	3.391	1%	4.651	2%	7.856	2%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	0%	-	0%	88.023	24%
Outros ativos		0%	74	0%	97	0%
Total do realizável a longo prazo	11.965	5%	13.049	5%	104.049	29%
PERMANENTE						
Investimento	1	0%	1	0%	1	0%
Imobilizado	176.007	74%	180.063	71%	205.023	57%
Intangível	-	0%	772	0%	701	0%
Total do permanente	176.008	74%	180.836	72%	205.725	57%
TOTAL DO ATIVO	236.672	100%	252.251	100%	360.409	100%

Balancos Patrimoniais						
(Em milhares de reais)						
31 de dezembro de						
CIRCULANTE						
Fornecedores	154.954	65%	202.219	80%	33.388	9%
Empréstimos e financiamentos	47.346	20%	36.448	14%	29.269	8%
Salários e encargos sociais	8.555	4%	13.210	5%	11.772	3%
Tributos a recolher	21.326	9%	19.712	8%	7.825	2%

Parcelamento Light	-	0%	-	0%	4.796	1%
Concessão a pagar	2.204	1%	2.273	1%	2.416	1%
Dívidas com empresas ligadas	252	0%	-	0%	-	0%
Outros passivos circulantes	2.755	1%	3.343	1%	1.088	0%
Total do circulante	237.392	100%	277.205	110%	90.554	25%
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO						
Fornecedores	23.578	10%	-	0%	-	0%
Parcelamento Light	-	0%	-	0%	176.169	49%
Tributos a recolher	43.007	18%	43.738	17%	58.920	16%
Provisão para contingências	10.186	4%	19.705	8%	19.455	5%
Concessão a pagar	6.017	3%	5.834	2%	5.876	2%
Total do exigível a longo prazo	82.788	35%	69.277	27%	260.420	72%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social	243.495	103%	243.495	97%	243.495	68%
Reserva de capital	11	0%	11	0%	11	0%
Prejuízos acumulados	(327.014)	-138%	(337.737)	-134%	(234.071)	-65%
Total do patrimônio líquido	(83.508)	-35%	(94.231)	-37%	9.435	3%
Recursos para futuro aumento de capital	-	0%	-	0%	0%	0%
TOTAL DO PASSIVO	236.672	100%	252.251	100%	360.409	100%

VI. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstrações Financeiras da Cedente para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006 e 2007, elaboradas em conformidade com a Lei nº 6.404/76.

SuperVia Concessionária de Transportes Ferroviários S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2007 e de 2006
e parecer dos auditores independentes**

Parecer dos auditores independentes

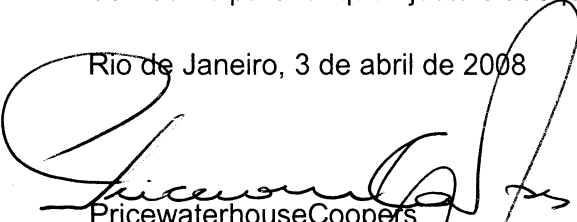
Aos Administradores e Acionistas
SuperVia Concessionária de
Transportes Ferroviários S.A.
Rio de Janeiro - RJ

- 1 Examinamos o balanço patrimonial da SuperVia Concessionária de Transportes Ferroviários S.A. em 31 de dezembro de 2007 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (passivo descoberto) e das origens e aplicações de recursos do exercício findo nessa data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.
- 2 Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nosso exame compreendeu entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
- 3 Somos de parecer que as referidas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SuperVia Concessionária de Transportes Ferroviários S.A. em 31 de dezembro de 2007 e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido (passivo descoberto) e as origens e aplicações de recursos do exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

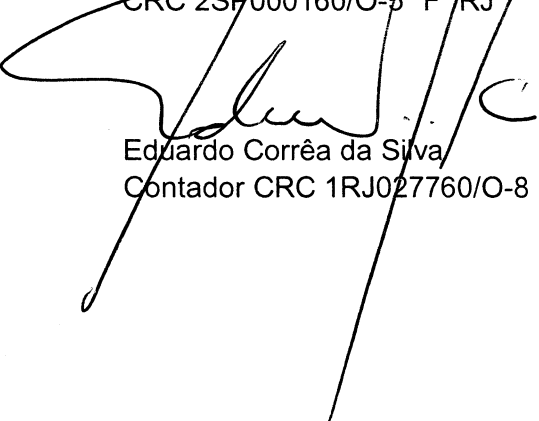
SuperVia Concessionária de
Transportes Ferroviários S.A.

- 4 O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2006, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram parecer sem ressalvas com data de 16 de abril de 2007, portanto antes da reelaboração das demonstrações financeiras mencionada na Nota 2. Em conexão com nosso exame, descrito no primeiro parágrafo, examinamos, também, o ajuste descrito na Nota 2, efetuado para corrigir as demonstrações financeiras de 2006. Somos de parecer que ajuste é adequado e foi corretamente efetuado.

Rio de Janeiro, 3 de abril de 2008



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ



Eduardo Corrêa da Silva
Contador CRC 1RJ027760/O-8

SuperVia Concessionária de Transportes Ferroviários S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	2007	2006	Passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	2007	2006
Circulante			Circulante		
Disponibilidades	1.170	555	Fornecedores (Nota 8)	33.388	202.219
Contas a receber (Nota 3)	28.149	50.840	Empréstimos e financiamentos (Nota 10)	29.269	36.448
Estoques	6.161	4.489	Salários e encargos sociais	11.772	13.210
Despesa de concessão paga antecipadamente (Nota 4)	251	251	Tributos a recolher (Nota 11)	7.825	19.712
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 5)	11.726		Parcelamento - Light (Nota 9)	4.796	
Tributos a recuperar	338	259	Concessão a pagar (Nota 4)	2.416	2.273
Outros ativos	2.840	1.972	Outros passivos	1.088	3.343
	50.635	58.366		90.554	277.205
Não circulante			Não circulante		
Realizável a longo prazo			Exigível a longo prazo	176.169	
Despesa de concessão paga antecipadamente (Nota 4)	3.717	3.968	Parcelamento - Light (Nota 9)	58.920	43.738
Contas a receber (Nota 3)	4.356	4.356	Tributos a recolher (Nota 11)	19.455	19.705
Depósitos judiciais (Nota 12)	7.856	4.651	Provisão para contingências (Nota 12)	5.876	5.834
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 5)	88.023		Concessão a pagar (Nota 4)		
Outros ativos	97	74		260.420	69.277
	104.049	13.049			
Permanente			Patrimônio líquido (passivo a descoberto)		
Investimento	1	1	Capital social	243.495	243.495
Imobilizado (Nota 6)	205.023	180.063	Reserva de capital	11	11
Intangível (Nota 7)	701	772	Prejuízos acumulados	(234.071)	(337.737)
	205.725	180.836		9.435	(94.231)
	360.409	252.251			
Total do ativo			Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		
				360.409	252.251

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SuperVia Concessionária de Transportes Ferroviários S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2007	2006
Receita bruta de serviços prestados		
Bilheteria	213.790	177.156
Outras receitas (Nota 14)	17.989	20.031
Deduções da receita, principalmente tributos	(12.178)	(10.196)
Receita líquida de serviços prestados	219.601	186.991
Custos dos serviços prestados	(157.262)	(140.864)
Lucro bruto	62.339	46.127
Receitas (despesas) operacionais		
Gerais e administrativas	(36.737)	(56.615)
Depreciação e amortização	(1.713)	(1.093)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	23.889	(11.581)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas (Nota 15)	(20.051)	1.937
Lucro (prejuízo) operacional	3.838	(9.644)
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	79	(1.079)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	3.917	(10.723)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 5)	99.749	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	103.666	(10.723)
Quantidade de ações no final do exercício (em milhares)	24.349.533	24.349.533
Lucro líquido (prejuízo) por lote de mil ações do capital social no fim do exercício (R\$)	0,0043	(0,0004)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SuperVia Concessionária de Transportes Ferroviários S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital social	Reserva de capital - incentivos fiscais	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2005	243.495	11	(327.014)	(83.508)
Ajustes relacionados a 2006 identificados em 2007 (Nota 2)			6.644	6.644
Prejuízo do exercício			(17.367)	(17.367)
Saldos em 31 de dezembro de 2006	243.495	11	(337.737)	(94.231)
Lucro líquido do exercício			103.666	103.666
Saldos em 31 de dezembro de 2007	<u>243.495</u>	<u>11</u>	<u>(234.071)</u>	<u>9.435</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SuperVia Concessionária de Transportes Ferroviários S.A.

Demonstrações das origens e aplicações de recursos Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Origens de recursos		
Das operações sociais		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício (2006 - ajustado)	103.666	(10.723)
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante:		
Provisão para contingências	(250)	9.519
Depreciação do imobilizado	15.558	15.277
	<u>118.974</u>	<u>14.073</u>
De terceiros		
Transferência do realizável a longo prazo para o circulante	251	251
Baixas do imobilizado		915
Parcelamento - Light	176.169	
Aumento do exigível a longo prazo	15.224	548
	<u>191.644</u>	<u>1.714</u>
Total das origens	<u>310.618</u>	<u>15.787</u>
Aplicações de recursos		
No realizável a longo prazo		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	88.023	
Aumento de outros realizáveis a longo prazo	3.228	1.334
No ativo permanente		
Adições imobilizado	40.447	21.021
Por renegociação de dívidas com fornecedores		23.578
	<u>131.698</u>	<u>45.933</u>
Total das aplicações	<u>131.698</u>	<u>45.933</u>
Aumento (redução) do capital circulante	<u>178.920</u>	<u>(30.146)</u>
Variações no capital circulante		
Ativo circulante		
No início do exercício	58.366	48.699
No fim do exercício	50.635	58.366
	<u>(7.731)</u>	<u>9.667</u>
Passivo circulante		
No início do exercício	277.205	237.392
No fim do exercício	90.554	277.205
	<u>(186.651)</u>	<u>39.813</u>
Aumento (redução) no capital circulante	<u>178.920</u>	<u>(30.146)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

SuperVia Concessionária de Transportes Ferroviários S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006
Em milhares de reais

1 Contexto operacional

A SuperVia Concessionária de Transportes Ferroviários S.A. é uma empresa nacional, constituída em 2 de setembro de 1998, detentora de direitos e obrigações decorrentes da concessão para a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros na região metropolitana do Rio de Janeiro e para execução dos investimentos contemplados no contrato de concessão e aditamentos posteriores, no que lhe foi outorgado, em caráter exclusivo, pelo prazo de 25 anos, renovável por igual período. As operações da Companhia foram iniciadas em 1º de novembro de 1998 e abrangem cinco grandes linhas ferroviárias metropolitanas e 220 quilômetros de vias permanentes.

O patrimônio oriundo da Flumitrens/Central - Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logísticas deverá ser mantido pela Companhia e revertido para a posse do Estado do Rio de Janeiro ao fim do contrato de concessão, observado o desgaste natural pelo seu uso. Os bens que compõem o patrimônio objeto da concessão não estão contabilizados com ativo da Companhia. O valor dos investimentos que a Companhia realizar no período de concessão serão registrados no ativo permanente e ressarcidos pelo Estado do Rio de Janeiro por seu valor líquido, se houver.

As atividades da Companhia, tanto em termos de qualidade do serviço como de fixação tarifária, estão sujeitas ao controle da Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado de Rio de Janeiro (AGETRANSP), com exceção das eventuais iniciativas comerciais que forem realizadas nos imóveis abrangidos pela concessão.

Com o objetivo de reverter o desempenho e resultado apurados até o exercício de 2006, a situação atual, a Administração da Companhia, em conjunto com seus acionistas, desenvolveu um plano estratégico, cujas principais metas são:

- Incremento na receita de bilheteria com a busca de um patamar de 448.985 passageiros/dia útil no exercício de 2008 (média de exercício de 2007 - 417.764 passageiros/dia útil - não auditados). Diversos aspectos estão sendo considerados, visando ao atendimento das expectativas dos diferentes públicos e das características específicas de cada estação ferroviária.
- Repactuação de contas a pagar em atraso com o principal fornecedor (Nota 9).

SuperVia Concessionária de Transportes Ferroviários S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 Em milhares de reais

- Reestruturação de empréstimo vencido obtido com instituição financeira (Nota 20.a).
- Ampla reestruturação administrativo-operacional visando à racionalização de custos e investimentos.

Em 2003, ao completar cinco anos de operação ferroviária, conforme previsto na Lei nº 2.869/97 e na Cláusula Sétima, §10, "b", do Contrato de Concessão, a Companhia deu início ao processo de Revisão Ordinária Quinquenal de Tarifa.

Para fornecer os dados econômicos e financeiros necessários para a elaboração de seu pedido, a Companhia contratou a Fundação Getúlio Vargas, que em seu relatório confirmou a existência de desequilíbrio econômico-financeiro, o qual deveria ser reparado nessa revisão quinquenal.

Como resultado da revisão quinquenal, a Deliberação AGETRANSP nº 89/2006 definiu R\$ 2,244 como valor máximo de tarifa modal, com referência a novembro de 2005, com a possibilidade de a tarifa ser reduzida para R\$ 2,0755, caso o poder concedente venha a desonerar a sociedade dos investimentos obrigatórios.

Após tratativas com o Poder Concedente, foi acordado o valor provisório de tarifa de R\$ 2,10, de acordo com Resolução nº 957, de 14 de agosto de 2007, da SETRANS - Secretaria de Transporte do Estado do Rio de Janeiro.

A deliberação AGETRANSP nº 144, de 23 de janeiro de 2008, em razão do reajuste ordinário para o período 2007-2008 mencionado na Nota 1, estabeleceu o valor máximo de tarifa modal em R\$ 2,4721, com aplicação provisória de R\$ 2,20.

Em requerimento de revisão feito à AGETRANSP, foi pedido que o valor de equilíbrio excedente à maior tarifa viável seja compensado pelo Estado do Rio de Janeiro, por meio do pagamento de parte dessa diferença e por outras formas de ressarcimentos.

SuperVia Concessionária de Transportes Ferroviários S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006

Em milhares de reais

A Administração da Companhia está confiante na consecução das metas estabelecidas descritas acima e no desfecho positivo do processo administrativo quanto ao pleito de revisão da tarifa de reequilíbrio, que propiciarão o equacionamento financeiro em bases sustentáveis e a conseqüente reversão de prejuízos recorrentes apurados até 2006.

Conforme definido no contrato de concessão assinado em 1998, cabe à Companhia a obrigação de executar o Programa de Recuperação de Material Rodante e o Programa de Serviços e Obras. Em 24 de setembro de 2004, foi assinado o aditamento nº V ao Contrato de Concessão, estabelecendo mudanças no cronograma de compromissos de investimentos.

A Companhia comprovou ao Estado do Rio de Janeiro que os investimentos relativos ao Programa de Recuperação de Material Rodante assumidos com o Governo do Estado do Rio de Janeiro foram realizados por meio de investimentos diferentes dos itens previstos no Contrato de Concessão e em seus aditamentos. Os investimentos (representados principalmente pela aquisição de ativos tangíveis e capitalização de mão-de-obra) registrados como imobilizado (Notas 6 e 7) totalizavam, em 31 de dezembro de 2007, R\$ 306.826 (R\$ 266.441 em 2006).

2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

As presentes demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2007 foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 27 de março de 2008.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2006 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos do exercício findo em 31 de dezembro de 2006 foram ajustadas em relação àquelas apresentadas anteriormente. Em 31 de dezembro de 2007, os referidos ajustes foram de R\$ 6.644, contabilizados diretamente em prejuízos acumulados, no patrimônio líquido, a título de ajustes de exercícios anteriores.

SuperVia Concessionária de Transportes Ferroviários S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 Em milhares de reais

Em atendimento a "NPC 12 - Práticas contábeis, mudanças nas estimativas contábeis e correção de erros" editada pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em 2007, a Companhia efetuou o ajuste anteriormente mencionado, rerepresentando as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2006 corrigidas para fins comparativos. Portanto, as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2006 foram ajustadas em relação às aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária em 30 de abril de 2007.

O ajuste foi produzido pelo saldo contábil a maior em relação à conta a pagar ao fornecedor CAF - Brasil Indústria e Comércio S.A. (Nota 8), na decisão proferida pela Câmara de Arbitragem Internacional (ICC) em 30 de março de 2006.

Em 16 de abril de 2007, outros auditores independentes emitiram parecer de auditoria sobre as demonstrações financeiras de 2006, sem menção deste assunto.

Em 31 de dezembro de 2006, os principais saldos contábeis podem ser assim demonstrados:

	31 de dezembro de 2006 (antes do ajuste)	Ajuste de exercícios anteriores	31 de dezembro de 2006 (ajustado)
Passivo circulante	283.849	(6.644)	277.205
Patrimônio líquido	(100.875)	6.644	(94.231)
Prejuízo do exercício	(17.367)	6.644	(10.723)

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis-econômicas do ativo imobilizado, às provisões necessárias para passivos contingentes, às determinações de provisões para imposto de renda e a outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

SuperVia Concessionária de Transportes Ferroviários S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006

Em milhares de reais

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas estão definidas a seguir:

(a) Disponibilidades

São avaliadas ao custo. Os saldos de contas garantidas foram tratados como empréstimos, no passivo circulante (Nota 10).

(b) Contas a receber

Apresentadas ao custo, referem-se aos valores a receber da Fetranspor - Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Rio de Janeiro por venda de bilhete no Metrô Rio e vales-transporte eletrônico e diversos itens a receber do Poder Concedente - Estado do Rio de Janeiro (Nota 3).

(c) Estoques

Compõem-se basicamente de peças de reposição de material rodante e via permanente, cuja realização é inferior ao exercício social da Companhia e que estão avaliados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor de mercado.

(d) Despesa de concessão paga antecipadamente

O adiantamento pago quando da aquisição dos direitos de concessão está sendo amortizado linearmente ao resultado, pelo prazo da concessão.

(e) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Calculados sobre os prejuízos fiscais para fins de imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas de impostos utilizadas para se determinar os tributos diferidos são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser usado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros e descontados a valor presente (Nota 5).

SuperVia Concessionária de Transportes Ferroviários S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006
Em milhares de reais

(f) Depósitos judiciais

Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Nessas situações, não havendo a possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Companhia, esses depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído (Nota 12).

(g) Imobilizado

Está registrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear. As taxas de depreciação utilizadas estão de acordo com a expectativa de vida útil-econômica dos bens ou o prazo restante para o término da concessão, dos dois o menor.

(h) Intangível

• Programas de computador (*softwares*)

Os gastos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

Os gastos com o aperfeiçoamento ou a expansão do desempenho dos *softwares* para além das especificações originais são acrescentados ao custo original do *software*. Os gastos com *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 7.

• Outros ativos intangíveis

Os custos com a aquisição de patentes, marcas comerciais e licenças são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo das vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 7. Os ativos intangíveis não são reavaliados.

SuperVia Concessionária de Transportes Ferroviários S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006
Em milhares de reais

(i) Passivos circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

(j) Receitas e despesas

São registradas de acordo com o regime de competência.

(k) Participação no resultado

A provisão para participação dos empregados no resultado é apresentada sob "Salários e encargos sociais", no passivo circulante e refletida sob "Despesas gerais e administrativas", no resultado, de acordo com plano formal de metas estabelecidos pela administração.

3 Contas a receber

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Circulante		
Gratuidade a receber (a)	18.751	18.751
Acordo Estado do Rio de Janeiro (b)		24.054
Contas a receber bilheteria (c)	4.665	5.611
Gratuidade - Decreto Estadual nº 36.993 (d)	1.032	245
Projeto Café da Manhã (e)	698	542
Outras contas a receber (f)	3003	1.637
	<u>28.149</u>	<u>50.840</u>
Não circulante		
Contas a receber do Estado do Rio de Janeiro/ Flumitrens (g)	<u>4.356</u>	<u>4.356</u>
	<u>32.505</u>	<u>55.196</u>

- (a) Gratuidades concedidas entre maio de 2002 e agosto de 2004, cujo reconhecimento é garantido pelo contrato de concessão. Em 4 de agosto de 2004, foi publicado acórdão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que declarou a inconstitucionalidade da Lei nº 3.339/99, que instituiu a gratuidade. O saldo de R\$ 18.751 está em aberto desde dezembro de 2002 e a administração conduz negociações com o Estado para recebê-lo em 2008.

SuperVia Concessionária de Transportes Ferroviários S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006

Em milhares de reais

- (b) Saldo recebido em 2007 em conexão com o acordo celebrado em 25 de junho de 2002 entre o Estado do Rio de Janeiro, a Light Serviços de Eletricidade S.A. e a SuperVia (Nota 9). Antes de utilizá-la em pagamento parcial ao fornecedor, esta parcela foi atualizada monetariamente em 2006 no total de R\$ 9.219, refletido em receita financeira, conforme Nota 15.
- (c) Valores correntes a receber de: (i) bilhetes adquiridos nas estações da SuperVia, pagos em espécie, cuja coleta e correspondente depósito na sua conta é responsabilidade do prestador de serviço de transportes de valores e (ii) vale-transporte eletrônico administrados pela Fetranspor.
- (d) Reembolso a receber do Poder Concedente de R\$ 1 (um real) por estudante pela gratuidade concedida.
- (e) Convênio firmado com o Governo do Estado do Rio de Janeiro para fornecer café da manhã nas estações ferroviárias.
- (f) Valores a receber decorrentes de direito de passagem pela malha ferroviária da SuperVia, aluguel de espaço publicitário e aluguel de imobiliário.
- (g) Saldo correspondente às despesas incorridas até a data de assunção das operações pela Companhia e reconhecidas no contrato de concessão e que deverão ser reembolsadas pelo Estado do Rio de Janeiro. Segundo o contrato de concessão, o Estado do Rio de Janeiro assegurou à Companhia o reembolso dos salários, encargos e benefícios de competência de períodos anteriores a novembro de 1998 referentes a ex-funcionários da Flumitrens/Central, bem como qualquer indenização destes que viesse a ser incorrida até 180 dias da data do mencionado contrato, além de 80% do custo dos seguros pagos durante os primeiros cinco anos da concessão para a cobertura de danos materiais, responsabilidade civil e lucros cessantes.

SuperVia Concessionária de Transportes Ferroviários S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006

Em milhares de reais

4 Despesa de concessão paga antecipadamente e concessão a pagar

	2007	2006
(a) Adiantamento por contrato de concessão	6.265	6.265
Amortizações	(2.297)	(2.046)
	<u>3.968</u>	<u>4.219</u>
Circulante	251	251
Não circulante	3.717	3.968

O montante desembolsado para obter a concessão do transporte ferroviário (R\$ 6.265) correspondente a 30% do preço da concessão está sendo apropriado ao resultado linearmente, com base no prazo de vigência do contrato de concessão.

A concessão dos serviços de transporte ferroviário de passageiros na região metropolitana do Rio de Janeiro foi estipulada pelo prazo de 25 anos, conforme contrato assinado em 17 de setembro de 1998, no montante de R\$ 28.000, dos quais R\$ 8.400 foram pagos à vista e registrados na rubrica "Despesa de concessão paga antecipadamente" no ativo circulante e no realizável a longo prazo.

Esse adiantamento de 30%, conforme permitido no Edital de Licitação, foi pago com Certificados de Privatização, comprados anteriormente com um deságio de R\$ 2.135, reduzindo o custo do adiantamento para R\$ 6.265.

- (b) O saldo restante de R\$ 19.600, após 60 meses de carência, está sendo pago em 240 parcelas mensais, corrigidas pela variação anual do IGP-M calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Foram pagas 50 parcelas e a última paga em dezembro de 2007 no valor de R\$ 201. A concessão a pagar é apropriada linear e mensalmente ao resultado com base no prazo da concessão. O saldo de R\$ 5.876, apresentado no exigível a longo prazo, foi formado pelas parcelas provisionadas durante o período de carência.

SuperVia Concessionária de Transportes Ferroviários S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006
Em milhares de reais

5 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia registrou parcialmente no exercício de 2007 seus créditos tributários diferidos decorrentes dos prejuízos para fins de imposto de renda e da base negativa da contribuição social, de acordo com o Pronunciamento específico do IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil sobre a contabilização do imposto de renda e da contribuição social.

(a) Composição dos tributos diferidos

	<u>2007</u>
Créditos de:	
Imposto de renda	73.344
Contribuição social	<u>26.405</u>
	99.749
Circulante	<u>11.726</u>
Realizável a longo prazo	<u><u>88.023</u></u>

(b) Período estimado de realização

Os valores dos ativos, líquidos dos passivos fiscais diferidos e descontados a valor presente, apresentam a seguinte expectativa de realização:

Exercício

2008	11.726
2009	23.537
2010	19.947
2011	21.628
2012	<u>22.911</u>
	<u><u>99.749</u></u>

SuperVia Concessionária de Transportes Ferroviários S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 Em milhares de reais

Além desses créditos tributários contabilizados, a Companhia possui créditos tributários fiscais no montante de R\$ 28.995 a compensar com lucros tributários futuros e não contabilizados por não ser possível afirmar que sua realização é, presentemente, considerada provável.

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido (prejuízo) da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

(c) Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social apresentado no resultado

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados na demonstração do resultado está apresentada a seguir:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>3.917</u>	<u>(10.723)</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	(1.332)	3.645
Créditos de despesas temporariamente indedutíveis em exercícios anteriores	3.080	4.953
Imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos acumulados, parcialmente contabilizados	98.001	
Crédito tributário não reconhecido		<u>(8.598)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>99.749</u>	<u></u>

SuperVia Concessionária de Transportes Ferroviários S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006

Em milhares de reais

Em reunião do Conselho de Administração da SuperVia, realizada em 26 de março de 2008, os conselheiros aprovaram a proposta da administração, relativa ao registro contábil de créditos fiscais.

A contabilização dos créditos tributário está alicerçada nos resultados produzidos no exercício de 2007 e nos estudos técnicos de viabilidade dos próximos cinco anos preparados pela administração, decorrentes do plano de ação mencionado na Nota 1.

6 Imobilizado

				2007	2006
	Taxa anual de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Veículos	20	558	(433)	125	100
Máquinas e equipamentos	10	2.628	(1.774)	854	950
Móveis e utensílios	10	2.923	(1.476)	1.447	1.528
Computadores e periféricos	20	2.567	(2.165)	402	227
Instalações	10	683	(466)	217	277
Ferramentas	20	118	(110)	8	12
Material rodante (a)	4	122.959	(35.640)	87.319	87.069
Instalações fixas (b)	20	108.219	(55.399)	52.820	44.109
Edificações	4	8.412	(2.227)	6.185	6.139
Imobilizado em andamento (c)		55.646		55.646	39.652
		<u>304.713</u>	<u>(99.690)</u>	<u>205.023</u>	<u>180.063</u>

- (a) Os gastos incorridos com a recuperação dos trens, com o objetivo de que estes estejam em condições adequadas de segurança e utilização para o transporte de passageiros, são capitalizados e registrados na rubrica "Material rodante".
- (b) "Instalações fixas" referem-se a gastos com recuperação da via aérea (rede elétrica) e da via permanente.
- (c) O imobilizado em andamento refere-se aos gastos relativos a projetos de reformas de estações, da via permanente e de recuperação de material rodante, previsto nos Programas de Serviços e Obras e de Recuperação de Material Rodante.

SuperVia Concessionária de Transportes Ferroviários S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006
Em milhares de reais

7 Intangível

			2007	2006
	Taxa anual de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Software	20	1.399	(1.155)	244
Marcas e patentes	4	714	(257)	457
		<u>2.113</u>	<u>(1.412)</u>	<u>701</u>
				<u>772</u>

8 Fornecedores

	2007	2006
Light Serviços de Eletricidade S.A. (a)	4.008	165.592
CAF Brasil Indústria e Comércio S.A. (b)	11.842	11.842
CEDAE - Cia. Estadual de Águas e Esgotos (c)	5.407	4.676
Alstom		2.338
Outros	12.131	17.771
	<u>33.388</u>	<u>202.219</u>

- (a) Em 2007, a Companhia renegociou sua dívida vencida, conforme a Nota 9.
- (b) Saldo correspondente ao montante cobrado pela prestadora de serviços de manutenção de material rodante, que foram objeto de processo de arbitragem internacional (Nota 2).
- (c) Saldo em atraso atualizado com multa de 2% ao mês. A Companhia pretende compensar o total devido com os ativos contingentes não registrados contabilmente (ação movida contra a CEDAE) referentes à utilização dos canais subterrâneos das estações ferroviárias. Os assessores legais entendem que as chances de êxito nessa causa ativa são possíveis.

SuperVia Concessionária de Transportes Ferroviários S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006

Em milhares de reais

9 Parcelamento - Light

Em 12 de abril de 2007, com o apoio e a participação do Governo do Estado do Rio de Janeiro, a SuperVia celebrou Termo de Novação de Dívida com a Light Serviços de Eletricidade S.A. para pagamento da dívida acumulada no período de novembro de 1998 a fevereiro de 2007, em 168 parcelas mensais e sucessivas com os seguintes valores: 24 parcelas de R\$ 500, 24 parcelas de R\$ 700, 24 parcelas de R\$ 900, 94 parcelas R\$ 1.200 e a última parcela representará o saldo final, no valor atual de R\$ 5.413.

Em 31 de dezembro de 2007 as parcelas de longo prazo e curto prazo representadas por R\$ 176.169 e R\$ 4.796, respectivamente, estão classificadas como Parcelamento-Light.

As parcelas mensais acima são atualizadas monetariamente pela variação do IGPM- FGV - Índice Geral de Preço de Mercado elaborado pela Fundação Getúlio Vargas.

Em caso de inadimplemento, a SuperVia deverá à Light, a título de compensação, o valor correspondente a 23% do saldo devedor da dívida na data em que se verificar o inadimplemento.

A cláusula 4ª do referido Termo de Novação faculta à Supervia liquidar antecipadamente o débito parcelado, com desconto de 2,1% a.m., desde que esteja em dia com todas as parcelas vencidas até a data do exercício desta faculdade e em dia com as faturas emitidas pela Light. O desconto dar-se-á da seguinte forma:

- No dia 5 do 36º mês - pagamento antecipado das parcelas 145 a 168.
- No dia 5 do 60º mês - parcelas 121 a 144.
- No dia 5 do 84º mês - parcelas 73 a 120.

10 Empréstimos e financiamentos

	Encargos	2007	2006
União de Bancos Brasileiros S.A - Unibanco	CDI + 4% a.a.	26.043	26.043
Banco Prosper S.A. (conta garantida/CCB)	CDI + 0,5% a.m.	3.226	8.727
Banco Sofisa	CDI + 0,7% a.m.		1.678
		<u>29.269</u>	<u>36.448</u>

SuperVia Concessionária de Transportes Ferroviários S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006

Em milhares de reais

A Companhia estava em renegociação da dívida vencida com o Unibanco, a fim de rever o prazo e a taxa de encargos financeiros. Como garantia desse financiamento, foi oferecida a penhora das receitas obtidas pela Companhia na exploração do sistema ferroviário, decorrentes da venda de passagens, para pagamento de todas as obrigações pecuniárias assumidas no referido contrato (vide Nota 20(a) sobre o desfecho da renegociação em janeiro de 2008).

11 Tributos a recolher

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Programa PAES		
INSS	40.157	38.113
PIS e Cofins	<u>21.112</u>	<u>20.652</u>
	<u>61.269</u>	<u>58.765</u>
Parcelamento convencional		
Senai	<u>571</u>	
Impostos correntes não parcelados		
INSS	222	1.242
Sesi e Senai	1.209	992
Cofins	636	545
PIS	138	116
Outros	<u>2.700</u>	<u>1.790</u>
	<u>4.905</u>	<u>4.685</u>
	<u>66.745</u>	<u>63.450</u>
Total do passivo circulante	7.825	19.712
Total do exigível a longo prazo	58.920	43.738

- (a) O PAES é um regime especial criado pela Lei nº 10.684/2003, de regularização dos débitos fiscais referentes a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal (SRF) e pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Em 31 de julho de 2003, a Companhia formalizou a opção ao PAES, com o objetivo de regularizar os débitos relativos ao PIS, à Cofins e ao INSS em atraso.

SuperVia Concessionária de Transportes Ferroviários S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006

Em milhares de reais

Posteriormente, foi instituída a Lei 11.371/2006, que criou uma nova modalidade de parcelamento de débitos fiscais denominada Parcelamento Excepcional - PAEX. Em agosto de 2006, a Companhia formalizou pedido de inclusão de seus débitos fiscais consolidados no PAEX, o qual foi deferido em dezembro de 2007.

O montante da dívida, em 31 de dezembro de 2007, consolidado pela SRF e pelo INSS, está demonstrado a seguir:

	Principal	Multa e juros	Total (*)
INSS PAEX 130	21.891	11.927	33.819
INSS PAEX 120	2.282	1.859	4.141
PIS	1.514	1.493	3.007
COFINS	6.347	13.006	19.353
Total	32.034	28.285	60.319
Amortização até 31 de dezembro de 2007			(1.886)
Atualização com base na TJLP até 31 de dezembro de 2007			2.836
			<u>61.269</u>

A Companhia vem recolhendo pontualmente as parcelas, condição requerida pela Lei nº 11.371/2006, em 120 prestações para os impostos e contribuições da SRF e 180 prestações para as contribuições ao INSS.

- (b) A Companhia, assistida por seus assessores legais, obteve liminares autorizando-a a efetuar parcelamentos convencionais dos débitos com o SENAI (de março de 2001 a março de 2006).

SuperVia Concessionária de Transportes Ferroviários S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006
Em milhares de reais

12 Provisão para contingências

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos.

- (a) Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	<u>Depósitos judiciais</u>		<u>Provisões para contingências</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Contingências trabalhistas e previdenciárias	2.214	1.199	1.500	6.014
Reclamações cíveis	5.642	3.452	12.538	8.274
	<u>7.856</u>	<u>4.651</u>	<u>14.038</u>	<u>14.288</u>

A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, avalia que os encaminhamentos e providências legais cabíveis já tomados em cada processo são suficientes e não existe necessidade de provisões adicionais às registradas em 31 de dezembro de 2007.

- (b) A movimentação da provisão no exercício de 2007 está demonstrada a seguir:

	<u>Contingências trabalhistas</u>	<u>Contingências cíveis</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2006	6.014	8.274	14.288
Adições		4.264	4.264
Baixas	(4.514)		(4.514)
Saldo em 31 de dezembro de 2007	<u>1.500</u>	<u>12.538</u>	<u>14.038</u>

Com base no histórico de desfechos em seus processos cíveis e em taxa média de êxito calculada em conjunto com seus assessores jurídicos externos, a Administração entende que a provisão contabilizada representa a melhor estimativa/expectativa de perda em 31 de dezembro de 2007.

SuperVia Concessionária de Transportes Ferroviários S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006
Em milhares de reais

(c) A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

- Contingências trabalhistas e previdenciárias - consistem, principalmente, em reclamações de ex-empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago em demissões.
- Ações cíveis - consiste, principalmente, em reclamações de natureza cível e ações de responsabilidade civil incidentes sobre a operação.

(d) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço.

A Companhia tem ações de naturezas cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos.

13 Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 o capital social da Companhia é representado por 24.349.533.496 em ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, das quais 99,99% pertencem a Rio Trens Participações S.A.

14 Outras receitas

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Receita Extraordinária Estado do RJ - Gratuidade (a)	2.949	7.529
Aluguel de espaços publicitários e comerciais	14.422	12.502
Direito de passagem MRS e FCA (b)	<u>618</u>	<u></u>
	<u>17.989</u>	<u>20.031</u>

- (a) Total de receita registrada de gratuidade concedida a estudantes e deficientes, cujo reconhecimento é garantido pelo contrato de concessão. A administração conduz negociações com o Estado para recebe-lo em 2008 (Nota 3(a))
- (b) Receita decorrente da cessão do direito de passagem a composições da MRS Logística e Ferrovia Centro Atlântica pela malha ferroviária da SuperVia.

SuperVia Concessionária de Transportes Ferroviários S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006
Em milhares de reais

15 Receitas (despesas) financeiras, líquidas

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Atualização monetária (Nota 3(b))		9.219
Juros e multas	(17.069)	(4.607)
Variação monetária passiva	(1.699)	(1.317)
Outros	<u>(1.283)</u>	<u>(1.358)</u>
	<u>(20.051)</u>	<u>1.937</u>

16 Transações com partes relacionadas

	<u>Rio Trens Participações S.A.</u>		<u>SuperVia Comercial S.A.</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Outros ativos circulantes			72	40
Dívidas com empresas ligadas	<u>226</u>	<u>252</u>		
	<u>226</u>	<u>252</u>	<u>72</u>	<u>40</u>

Vide Nota 20(a) sobre eventos subseqüentes.

17 Instrumentos financeiros

(a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

SuperVia Concessionária de Transportes Ferroviários S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006
Em milhares de reais

(b) Caixa e bancos, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

(c) Investimento

Consiste em investimento em controlada de capital fechado, registrado pelo custo, no qual a Companhia tem interesse estratégico. Considerações de valor de mercado das ações possuídas não são aplicáveis.

(d) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos têm suas taxas atreladas à variação do CDI e, os valores contábeis aproximam-se do valor de mercado.

(e) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia não mantém contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esse risco.

18 Seguros

Conforme definido no contrato de concessão, cabe à Companhia manter em vigor as apólices de seguro necessárias, com o objetivo de garantir a efetiva cobertura dos riscos inerentes ao desenvolvimento das atividades abrangidas pela concessão, referentes a danos materiais, responsabilidade civil, lucros cessantes, cobertura da execução das obras do Programa de Recuperação de Material Rodante e do Programa de Serviços e Obras e seguros obrigatórios contra acidentes de trabalho de seus próprios empregados ou de suas subcontratadas.

A Administração da Companhia entende que o montante segurado é suficiente para cobrir todos os riscos eventualmente existentes.

SuperVia Concessionária de Transportes Ferroviários S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006

Em milhares de reais

Em 31 de dezembro de 2007, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros.

Ramos	Importâncias seguradas
Incêndio de bens do imobilizado	9.955
Responsabilidade civil/risco operação	840.695
Responsabilidade civil/diret./acionistas	US\$ 15.000
16 escadas rolantes	4.049
Veículos (roubo, furto, colisão)	100% tabela Fipe
Veículos-responsabilidade civil (danos materiais)	100
Veículos-responsabilidade civil (danos corporais)	200

19 Outras informações

(a) Contas a receber com o Estado do Rio de Janeiro - diferença de tarifa

Em 2005 foi aprovada a Lei Estadual nº 4.510, que estabeleceu reembolso dos acessos gratuitos concedidos pela Companhia, limitado ao montante de R\$ 1 por passageiro (um real). A Companhia pleiteou ao órgão regulador, AGETRANSP, o ressarcimento no montante integral, que em 31 de dezembro de 2007, monta R\$ 7.657, não contabilizados. Tal pleito está amparado nas cláusulas 5 (remuneração e serviço) e 6 (tarifas) do contrato de concessão.

(b) Acidente em Austin

No acidente ocorrido em agosto de 2007, no bairro de Austim, a Companhia incorreu em gastos de R\$ 4.792. A Companhia foi reembolsada em cerca de R\$ 3.000 pela seguradora e pleiteia reembolso adicional de R\$ 1.100, não contabilizado.

SuperVia Concessionária de Transportes Ferroviários S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006

Em milhares de reais

20 Eventos subsequentes

- (a) Em 10 de janeiro de 2008, a Companhia, amparada por parecer de seus assessores legais, na situação de devedora original de R\$ 26.043 ao Banco Unibanco S.A., e objetivando o saneamento de sua situação financeira e patrimonial, negociou acordo com o credor, anuindo e autorizando-o a securitizar este crédito, operação esta que, por meio de uma cadeia de cessões de crédito, tem como cessionário final a sociedade controladora Rio Trens Participações S.A., que liquidou a dívida com o Banco Unibanco S.A.

A Rio Trens Participações S.A. fica com um crédito com a controlada no mesmo montante da dívida desta com o Unibanco no valor de R\$ 8.660, crédito este a ser pago pela controlada sob a forma de dividendos provisionados à controladora, conforme deliberação na reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de março de 2008.

- (b) Objetivando atender as exigências de investimento previstos no Contrato de Concessão, a Companhia engajou-se em 2008 em processo de captação de recursos na modalidade FIDC-NP (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Não Performados). Trata-se de uma modalidade de captação utilizando como garantia o fluxo financeiro da receita futura proveniente da operação de transporte de passageiros. O objetivo desta alavancagem de recursos é a modernização do seu parque operacional (estações, bilheterias, oficinas), bem como a renovação e modernização da malha ferroviária e do material rodante, tal como substituição dos carros, investimentos em conforto para os passageiros (ar condicionado, escadas rolantes) conforme previsto no Contrato de Concessão. A Companhia vem se submetendo a uma "Due-Dilligence" legal pelo escritório Barbosa, Mussnich e Aragão Advogados e tem como principais parceiros no processo financeiro o Banco Standard S.A. (coordenador do FIDIC-NP), o HSBC Banco (custodiante) e a Oliveira Trust DTVM (gestor do Fundo). O programa consiste em captação de recursos da ordem de R\$ 150.000, num prazo de até sete anos e a expectativa, conforme cronograma atualizado, é que os recursos estejam disponíveis para os investimentos a partir de maio 2008.
- (c) Alteração da Lei das Sociedades por ações para 2008

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638/07, que altera a Lei das Sociedades por Ações, quanto a determinadas práticas contábeis, escrituração e elaboração das demonstrações financeiras, a partir do exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2008.

SuperVia Concessionária de Transportes Ferroviários S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006

Em milhares de reais

Considerando a extensão e complexidade das alterações promovidas pela referida Lei, a administração está avaliando seus reflexos na Companhia, ao tempo em que acompanha as discussões e debates no mercado, em especial nos órgãos e associações da classe contábil e junto aos reguladores, que possivelmente se manifestarão sobre aspectos para aplicação da Lei.

Neste momento, até que haja um maior esclarecimento sobre a Lei, especialmente sobre a sua aplicação prática, incluindo a sua regulação, a administração entende que não é possível avaliar a quantificar com razoável segurança os eventuais efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia.

* * *

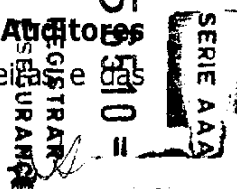
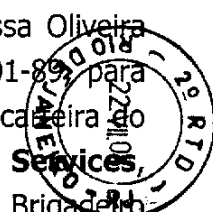
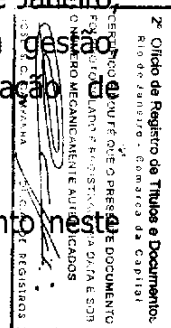
ANEXO I - INSTRUMENTO DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - SUPERVIA**



Pelo presente instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma do seu estatuto social, por seus representantes legais infra assinados ("Administrador"), resolve:

1. Constituir, nos termos da Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada ("Instrução CVM 356/01"), expedida pela CVM, um fundo de investimento em direitos creditórios, sob a forma de condomínio fechado, com a denominação de **"FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - SUPERVIA"** ("Fundo");
2. Designar como diretor responsável, nos termos da regulamentação pertinente, o Sr. Mauro Sergio de Oliveira, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade regº n.º 6.722-9 expedida pelo CRE/RJ - 1ª região em 25/05/93, inscrito no CPF sob o n.º 197.460.087-49, domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, diretor da Administradora, para responder civil e criminalmente pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a esse relativa;
3. Assumir as funções de administração do Fundo, na forma do Regulamento neste ato aprovado;
4. Contratar: (i) o **HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo**, instituição financeira com sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Travessa Oliveira Bello, nº 34 - 4º andar, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 01.701.201/0001-89, para prestação dos serviços de custódia, controle dos ativos integrantes da carteira do Fundo e demais serviços correlatos; (ii) a **Standard & Poor's Rating Services**, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 18º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 02.295.585/0001-40, agência classificadora de risco, para prestar os serviços de classificação de risco das Quotas Seniores do Fundo; e (iii) a **PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes**, responsável pela revisão das demonstrações financeiras e



contas do Fundo e pela análise de sua situação e da atuação do Administrador; e

5. Submeter à CVM esta deliberação de constituição do Fundo e os demais documentos exigidos pela regulamentação para registro do Fundo e da distribuição pública de suas Quotas.

Esta deliberação e o Regulamento do Fundo com seus anexos deverão ser registrados em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Sendo assim, assina o presente instrumento na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 22 de julho de 2008



**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E
VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

HELEN DE OLIVEIRA THOMAS
PROCURADORA

Testemunhas:

1. Paula Perazzi Hewine

Nome: **Paula Perazzi A. Ferreira**

RG: **RG: 11812920-4 IFP/RJ**

CPF:

CPF: 095.449.027-40

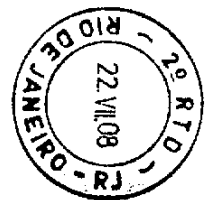
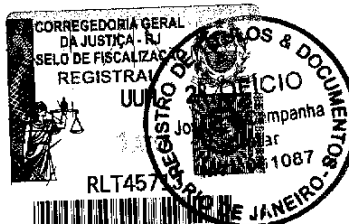
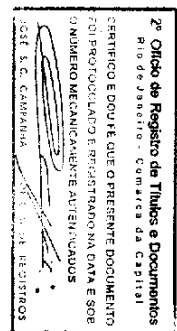
2. Maria Eunice Motta M. de F. Mello

Nome: **MARIA EUNICE MOTTA M. DE F. MELLO**

RG: **CPF: 088.887.377-82**

CPF:

IFP: 12.857.135-3



REGISTRAR
E SEGURANÇA

85 6510 =

SERIE A A A

ANEXO II – REGULAMENTO

REGULAMENTO CONSOLIDADO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - SUPERVIA

ÍNDICE

GLOSSÁRIO	4
CAPÍTULO UM – DO FUNDO	15
CAPÍTULO DOIS – DO PRAZO DE DURAÇÃO DO FUNDO	15
CAPÍTULO TRÊS – DO ADMINISTRADOR E GESTOR	16
CAPÍTULO QUATRO – DAS RESPONSABILIDADES DO ADMINISTRADOR	18
CAPÍTULO CINCO – DA CUSTÓDIA, CONTROLADORIA DOS ATIVOS DO FUNDO E DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO FUNDO	24
CAPÍTULO SEIS – DO OBJETIVO DO FUNDO E DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, DE COMPOSIÇÃO E DE DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA	25
CAPÍTULO SETE – DOS FATORES DE RISCO	28
CAPÍTULO OITO – DOS DIREITOS CREDITÓRIOS E CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE	41
CAPÍTULO NOVE – DOS PROCEDIMENTOS DE ARRECADAÇÃO E ENTREGA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS AO FUNDO	42
CAPÍTULO DEZ – DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO E ENCARGOS DO FUNDO	44
CAPÍTULO ONZE – DAS QUOTAS E DA AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS	46
CAPÍTULO DOZE – DA EMISSÃO, INTEGRALIZAÇÃO, DO VALOR DAS QUOTAS E DA RESERVA DE AMORTIZAÇÃO E RESERVA DE DESPESAS	49
CAPÍTULO TREZE – DO PAGAMENTO DOS VALORES DEVIDOS PELO FUNDO AOS QUOTISTAS	55
CAPÍTULO QUATORZE – DO REGISTRO DA DISTRIBUIÇÃO E NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS	56

CAPÍTULO QUINZE – DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO	57
CAPÍTULO DEZESSEIS – DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO E DOS EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO.....	57
CAPÍTULO DEZESSETE – DA ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS.....	63
CAPÍTULO DEZOITO – DOS PROCEDIMENTOS E DOS CUSTOS REFERENTES À COBRANÇA DOS ATIVOS FINANCEIROS DO FUNDO	64
CAPÍTULO DEZENOVE – DA ASSEMBLÉIA GERAL.....	65
CAPÍTULO VINTE – DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	68
CAPÍTULO VINTE E UM – DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	69
CAPÍTULO VINTE E DOIS – DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS	69
CAPÍTULO VINTE E TRÊS – DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	70
CAPÍTULO VINTE E QUATRO – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	71
ANEXO I – MODELO DE TERMO DE ADESÃO AO REGULAMENTO E CIÊNCIA DE RISCO	72
ANEXO II – MODELO DE SUPLEMENTO	89
ANEXO III – ESTAÇÕES DESIGNADAS.....	92

GLOSSÁRIO

Administrador – é a Oliveira Trust DTVM S.A.

Agência de Classificação de Risco – é a Standard & Poor's Rating Services, agência classificadora de risco com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 18º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.295.585/0001-40, ou sua sucessora, desde que essa seja agência de classificação de risco de atuação internacional.

Agente Arrecadador – é o HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo, na qualidade de agente arrecadador da totalidade da arrecadação dos Direitos Creditórios, inclusive dos Diretos Creditórios cedidos ao Fundo, nos termos do respectivo Contrato de Arrecadação.

Artigos – são os artigos dos Capítulos.

Assembléia Geral – é a assembléia geral de Quotistas, ordinária ou extraordinária, realizada nos termos do Capítulo Dezenove.

Ativos Financeiros – são os bens, ativos, direitos e investimentos financeiros, distintos dos Direitos Creditórios, que compõe o Patrimônio Líquido.

Bacen – é o Banco Central do Brasil.

Benchmark – é o parâmetro de rentabilidade para cada série de Quotas Seniores a ser perseguido pelo Fundo, correspondente à variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (o "IPCA"), apurado mensalmente, desde a Data de Emissão, acrescido de uma taxa de juros anual a ser apurada em procedimento de *bookbuilding* conduzido perante os Investidores Qualificados, processo este que consiste na verificação da demanda pelas Quotas e por diferentes níveis de cupom pré-fixado de juros além da variação do IPCA. Dessa forma, o *Benchmark* corresponderá ao IPCA acrescido de uma sobretaxa apurada em procedimento de *bookbuilding*.

Bilhetes – é o documento que representa o direito de acesso ao Serviço pelos usuários, vendido nas bilheterias das Estações Designadas e demais pontos de venda.

BOVESPA – é a BM&F BOVESPA S.A. Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros.

BOVESPAFIX – é o sistema eletrônico de negociação de títulos de renda fixa privada administrado pela BOVESPA.

Capítulos – são os capítulos do presente Regulamento.

CBLC – é a Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia.

Cedente – é a SUPERVIA - Concessionária de Transporte Ferroviário S.A., sociedade por ações com sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua da América, nº 210, (parte), Santo Cristo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.735.385/0001-60, ou sua sucessora, a qualquer título.

Central - é a Companhia Estadual de Transporte e Logística – Central, sucessora da Companhia Fluminense de Trens Urbanos – FLUMITRENS.

Cessão Incondicionada - tem o significado que lhe é atribuído no item 1.1.1 da Cláusula Primeira do Contrato de Cessão.

Cessão sob Condição Suspensiva - tem o significado que lhe é atribuído no item 1.1.1 da Cláusula Primeira do Contrato de Cessão.

CETIP – é a CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

CNPJ/MF – é o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.

COFINS – é a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social.

Condição Suspensiva – tem o significado que lhe é atribuído no item 8.2.1. da Cláusula Oitava do Contrato de Cessão.

Conta Autorizada da Cedente – é a conta corrente a ser informada pela Cedente ao Custodiante para recebimento dos valores transferidos pelo Agente Arrecadador, relativos ao saldo da Conta Arrecadadora não transferido para a Conta Autorizada do Fundo, conforme definida no item 3.5 da Cláusula Terceira do Contrato de Cessão.

Conta Autorizada do Fundo – é a conta corrente mantida pelo Fundo no Custodiante para recebimento dos valores que lhe são devidos, transferidos pelo Agente Arrecadador, conforme definida no item 3.4.2 da Cláusula Terceira do Contrato de Cessão.

Conta Arrecadadora – é a conta de arrecadação dos Direitos Creditórios mantida pela Cedente no Agente Arrecadador, conforme definida no item 3.3 da Cláusula Terceira do Contrato de Cessão.

Contrato de Arrecadação – é o contrato de prestação de serviços de arrecadação dos Direitos Creditórios, firmado pela Cedente e pelo Fundo com o HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo, conforme definido no item 1.1 da Cláusula Primeira do Contrato de Cessão.

Contrato de Cessão – é o “Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios Futuros e Outras Avenças”, celebrado entre a Cedente e o Fundo, com a interveniência do Agente Arrecadador e Custodiante.

Contrato de Concessão - é o “Contrato de Concessão para a Exploração de Serviços Públicos de Transporte Ferroviário de Passageiros”, celebrado entre o Estado do Rio de Janeiro, a Riotrens Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. (antiga denominação social da Supervia), a Companhia Fluminense de Trens Urbanos – FLUMITRENS e a Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos – ASEP-RJ, tendo como interveniente anuente a Bolsa 2000 S.A. (atual Rio Trens Participações S.A.), e posteriores aditamentos, em 17 de setembro de 1998.

Contrato de Custódia – Contrato de Prestação dos Serviços de Controladoria, Custódia Qualificada, Escrituração de Quotas e Liquidação Financeira do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - SuperVia, celebrado entre o Fundo e o Custodiante, com a interveniência da Cedente.

Contrato de Distribuição – é o “Contrato de Coordenação, Garantia Firme de Subscrição e Colocação de Quotas Seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Supervia”, celebrado entre o Administrador, a Cedente, e os Coordenadores.

Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas – é o “Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Supervia”, celebrado entre o Fundo e a Cedente.

Contrato de Transporte de Valores – é o “Contrato de Prestação de Serviços de Transporte de Valores”, celebrado entre a Supervia e a Protege S/A – Proteção e Transporte de Valores, em 1º de março de 2002, e posteriores aditamentos.

Contrato Particular de Delegação - é o Contrato Particular de Delegação, firmado entre a Cedente e a Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro em 11 de julho de 2008.

Coordenador Líder – é o Banco Standard de Investimentos S.A.

Coordenadores – é o Banco Prosper S.A. em conjunto com Coordenador Líder.

Crítérios de Elegibilidade – são os critérios que devem ser atendidos pelos Direitos Creditórios para integrarem a carteira do Fundo, conforme definidos no Artigo 26 deste Regulamento.

CSLL – é a Contribuição sobre o Lucro Líquido.

CVM – é a Comissão de Valores Mobiliários.

Custodiante – é o HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo, instituição financeira com sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Presidente Pádua Fleury, nº 680 – Bloco 01 – Ala 02, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 01.701.201/0001-89, responsável pela prestação dos serviços de custódia, controle dos ativos integrantes da carteira do Fundo e demais serviços correlatos, de que trata o artigo 38 da Instrução CVM 356.

Datas de Amortização – são as datas que vierem a ser indicadas no Suplemento das respectivas séries de Quotas Seniores, nas quais ocorrerá a amortização parcial das Quotas Seniores específicas.

Data de Cálculo do Índice de Cobertura - é a data do cálculo do Índice de Cobertura, que será no primeiro Dia Útil do Período de Capitalização subsequente a cada Período de Capitalização verificado.

Data de Emissão – é a data em que os recursos decorrentes da integralização de cada série de Quotas Seniores, conforme disposta no Suplemento da respectiva série, ou das Quotas Subordinadas, conforme o caso, sejam colocados pelos Investidores Qualificados e/ou pela Cedente, conforme o caso, à disposição do Administrador do Fundo, nos termos do Artigo 38, e que deverá ser, necessariamente, um Dia Útil.

Data de Resgate – é a data em que se dará o resgate integral de cada série de Quotas Seniores, que deverá coincidir com a última Data de Amortização das respectivas séries de Quotas Seniores, conforme disposta nos Suplementos.

Data de Verificação - tem o significado que lhe é atribuído no parágrafo segundo do Artigo 44 deste Regulamento.

Dia Útil – tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 77 deste Regulamento.

Direitos Creditórios – são os direitos de crédito livres e desembaraçados de quaisquer ônus, encargos ou gravames que a Cedente detém e/ou virá a deter, oriundos da prestação futura de serviços de transporte ferroviário de pessoas, nos termos dos artigos 730 e 731 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (“Código Civil Brasileiro”), e do Contrato de Concessão, representados: (i) pelas vendas futuras da totalidade dos Bilhetes nas Estações Designadas durante o Período de Arrecadação; (ii) pelo crédito devido contra a Fetranspor, decorrente da utilização de Vales-Transporte, nos termos do Contrato Particular de Delegação celebrado com a Fetranspor; e (iii) por outros créditos oriundos de modalidades de cobrança existentes, ou que venham a ser criadas e aceitas pela Cedente, para a prestação do Serviço, a partir da Data de Emissão das Quotas Seniores, e que sejam utilizados pelos usuários da Cedente, vendidos nas Estações Designadas, ou de outra forma relacionadas às Estações Designadas, durante o Período de Arrecadação, juntamente com todos os direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados e assegurados ao titular de tais direitos, e quaisquer indenizações devidas, direta ou indiretamente, decorrentes de apólices de seguro contratados pela Cedente ou por quaisquer de seus prestadores de serviços no âmbito da arrecadação dos Direitos Creditórios, incluindo, sem limitação, as indenizações provenientes do serviço de transporte de valores e afins, bem como todos e quaisquer encargos, multas compensatórias e/ou indenizatórias devidas à Cedente no âmbito da prestação desse serviço público de transporte ferroviário de pessoas, nos termos do Contrato de Cessão, inclusive reajustes monetários/tarifários, bem como todos os direitos, ações e garantias assegurados à Cedente por força dos Direitos Creditórios cedidos.

Diretor Designado – é o diretor estatutário do Administrador designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente, pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a esse relativas.

Disponibilidades – são os recursos que o Fundo mantém em moeda corrente nacional ou investidos na forma do Artigo 14 deste Regulamento.

Documentos Comprobatórios – os Bilhetes emitidos e devidamente formalizados pelos relatórios gerados (i) pelas Estações Designadas (Recibo de Arrecadação por Turno - RAT e Recibo de Envelope Depositado - RED), incluindo todo e qualquer posto de arrecadação existente e/ou que venha a existir dentro do espaço geográfico compreendido em um raio de 3 (três) quilômetros traçado a partir dessas estações; (ii) pela empresa responsável pelo transporte de valores das Estações Designadas até o Agente Arrecadador (Guia de Transporte de Valores), nos termos do Contrato de Transporte de Valores; e (iii) pela Fetranspor; representativos dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo (e respectivos arquivos eletrônicos que lhes dão origem, se for o caso), cujos modelos se encontram no Anexo II ao Contrato de Cessão.

Empresa de Auditoria – é a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, ou sua sucessora no exercício de suas funções, responsável pela revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e pela análise de sua situação e da atuação do Administrador.

Encargos do Fundo – são os encargos estabelecidos no Artigo 31 deste Regulamento.

Eventos de Avaliação – são os eventos definidos no Artigo 53 deste Regulamento.

Eventos de Liquidação – são os eventos definidos no Artigo 54 deste Regulamento.

Eventos de Responsabilidade da Cedente – conforme definido no item 1.2.2 do Contrato de Cessão, serão sempre relacionados (i) à redução da capacidade da Cedente, seja por dolo ou culpa, de manter a sua estrutura atual de originação dos Direitos Creditórios através da prestação dos serviços de transporte ferroviário de pessoas e/ou (ii) à ausência de legalidade, legitimidade e veracidade dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo.

Estações Designadas - São as estações listadas no Anexo III a este Regulamento, incluindo todo e qualquer posto de arrecadação existente e/ou que venha a existir dentro do espaço geográfico compreendido em um raio de 3 (três) quilômetros traçado a partir de quaisquer das estações listadas no Anexo III a este Regulamento, que vendam ou venham a vender Bilhetes de transporte.

Fator Spread - é o cupom pré-fixado de juros ao ano, base de 252 dias úteis, sobre o IPCA aplicável à cada série de Quotas Seniores que será determinado e apurado em procedimento de *bookbuilding* e indicado no Suplemento das respectivas séries de Quotas Seniores.

Fetranspor – é a Federação das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro, entidade responsável pela comercialização de Vales-Transporte.

Fundo – tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 1 deste Regulamento.

FGC – Fundo Garantidor de Créditos, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, cujo objetivo é prestar garantia de crédito contra as instituições associadas, quais sejam, todas as instituições financeiras e associações de poupança e empréstimo, nas hipóteses de liquidação, intervenção extrajudicial ou falência; reconhecimento pelo Bacen do estado de insolvência da instituição em tela ou, ainda, em determinadas situações expressamente autorizadas pelo Bacen.

Governo Federal – é o governo federal da República Federativa do Brasil.

Guia de Transporte de Valores – é o relatório gerado pela empresa responsável pelo transporte de valores tendo em vista os valores transportados das Estações Designadas até o Agente Arrecadador.

IGP-M – é o Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

Índice de Cobertura – é o índice calculado pelo Administrador, obtido em cada Data de Cálculo do Índice de Cobertura pela divisão (A) do montante de Direitos Creditórios arrecadados e centralizados na Conta Arrecadadora, durante cada Período de Capitalização, pela (B) quantidade correspondente a Quantidade Mínima Mensal do respectivo Período de Capitalização, observado o disposto no item 2.4 da Cláusula Segunda do Contrato de Cessão, que não poderá ser, durante o Período de Duração, inferior a 1,50 (um inteiro e cinquenta centésimos).

Instituições Autorizadas – são as instituições financeiras, ou suas respectivas Partes Relacionadas, com classificação de risco baixa, atribuída pela Agência de Classificação de Risco ou equivalente, emitida por agência de classificação de risco de atuação internacional que eventualmente venha a substituir a Agência de Classificação de Risco.

Instrução CVM 356 – é a Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pelas Instruções CVM nº 393, de 22 de julho de 2003, nº 435, de 5 de julho de 2006, nº 442, de 8 de dezembro de 2006, nº 446, de 19 de dezembro de 2006, e nº 458, de 16 de agosto de 2007, que regulamenta a constituição e o funcionamento dos fundos de investimento em direitos creditórios e os fundos de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios.

Instrução CVM 400 – é a Instrução CVM nº. 400, de 29 de dezembro de 2006, alterada pela Instrução CVM nº. 442, de 8 de dezembro de 2006, que dispõe sobre as ofertas públicas de valores mobiliários nos mercados primário ou secundário.

Instrução CVM 409 – é a Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada pelas Instruções CVM nº 411, de 26 de novembro de 2004, nº 413, de 30 de dezembro de 2004, nº 450, de 30 de março de 2007, nº 456, de 22 de junho de 2007, e nº 465, de 20 de fevereiro de 2008, que dispõe sobre a constituição, a administração, o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimento.

Intermediário – é a corretora de títulos e valores mobiliários contratada como representante pelo Investidor Qualificado.

Investidores Qualificados – são aqueles definidos como tal no Artigo 109 da Instrução CVM 409, e os fundos de investimento, nos termos da referida Instrução, que sejam habilitados a adquirir quotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento.

IPCA – é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo calculado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IRRF - é o imposto de renda de retido na fonte.

ISS – é o imposto sobre serviços.

Parâmetro de Rentabilidade – tem o significado que lhe é atribuído no Parágrafo Primeiro do Artigo 13 deste Regulamento.

Partes Relacionadas – são (i) as pessoas físicas e jurídicas controladoras de determinada pessoa; (ii) as sociedades direta ou indiretamente controladas por tal pessoa; (iii) as sociedades coligadas com tal pessoa; e/ou (iv) as sociedades sob controle comum com tal pessoa.

Patrimônio Líquido – é o patrimônio líquido do Fundo, apurado na forma do Capítulo 21 deste Regulamento.

Período de Arrecadação - é o período compreendido entre o primeiro e o último Período de Capitalização, inclusive, que representará o prazo total de capitalização do Fundo.

Período de Capitalização - são os períodos mensais que se iniciam no primeiro Dia Útil subsequente ao dia 5 de cada mês, inclusive, a partir do mês em que ocorrer a primeira Data de Emissão, até a Data de Resgate.

Período Regular de Constituição e Pagamento de Direitos Creditórios - são os períodos, compreendidos em cada Período de Capitalização, correspondentes aos últimos 10 (dez) Dias Úteis, inclusive, anteriores à data de pagamento de amortização e/ou resgate das respectivas séries de Quotas Seniores.

PIS – é a contribuição social do Programa de Integração Social.

Plano Contábil – é o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), criado pela Circular nº. 1.273 do Banco Central do Brasil, de 29 de dezembro de 1987, ou qualquer outro plano contábil aplicável aos fundos de investimento em direitos creditórios que venha a substituí-lo nos termos da legislação aplicável.

Prazo de Duração – tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 4º deste Regulamento.

Preço de Aquisição – é o preço de aquisição dos Direitos Creditórios pelo Fundo, indicado no item 1.5. da Cláusula Primeira do Contrato de Cessão.

Prospecto – é o prospecto do Fundo e suas respectivas atualizações, elaborado em conformidade com as disposições das Instruções CVM 356, conforme alterada, e 400, conforme alterada.

Protege - é a Protege S.A. Proteção e Transporte de Valores, entidade que faz o transporte de valores arrecadados nas Estações Designadas ao Agente Arrecadador.

Quantidade Mínima Mensal – é a quantidade mínima mensal de Direitos Creditórios objeto da Cessão Incondicionada, calculada pelo Administrador e informada ao Custodiante, nos termos do Contrato de Cessão e Contrato de Arrecadação, de acordo com a fórmula indicada no item 2.1 da Cláusula Segunda do Contrato de Cessão que deve transitar pela Conta Arrecadadora durante o Prazo de Duração.

Quantidade de Direitos Creditórios Ajustada - é a quantidade de Direitos Creditórios objeto da Cessão sob Condição Suspensiva, que corresponde ao valor total das Quotas Seniores em circulação, acrescido dos Encargos do Fundo e demais custos e encargos decorrentes da liquidação do Fundo, conforme definida no item 2.2 da Cláusula Segunda do Contrato de Cessão.

Quotas – são as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas.

Quotas Seniores – são as quotas de classe sênior, que não se subordinam às demais para efeito de amortização e resgate, emitidas pelo Fundo em uma ou mais séries, observado o disposto neste Regulamento.

Quotas Subordinadas – são as quotas de classe subordinada, emitidas pelo Fundo em uma única série, observado o disposto neste Regulamento.

Quotistas – são os titulares das Quotas.

Quotistas Seniores– são os titulares das Quotas Seniores.

Quotistas Subordinados– são os titulares das Quotas Subordinadas.

RAT - é o Recibo de Arrecadação por Turno – RAT, formulário elaborado por funcionário da Cedente em cada estação contemplando informações de controle operacional.

RED - é o Recibo de Envelope Depositado - RED, formulário elaborado por funcionário da Cedente em cada estação contemplando informações de controle financeiro.

Regulamento – é o presente regulamento consolidado do Fundo, registrado em Ofício de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Relatório de Arrecadação – é o arquivo informativo do montante total recebido diariamente na Conta Arrecadadora (i) das Estações Designadas e (ii) do crédito decorrente da utilização de Vales-Transporte, encaminhado pelo Agente Arrecadador ao Custodiante e à Cedente nos termos do item 3.4. da Cláusula Terceira do Contrato de Cessão.

Relatório de Emissão de Bilhetes e de Constituição dos Direitos Creditórios – é o documento gerado pelas bilheterias com base nas informações do RAT e do RED e pela Fetranspor referente à arrecadação (i) das Estações Designadas, e (ii) do crédito decorrente da utilização de Vales-Transporte, encaminhado pela Cedente ao Custodiante nos termos do Contrato de Cessão.

Relatório de Transferência de Direitos Creditórios - é o relatório de transferência de Direitos Creditórios encaminhado pelo Custodiante à Cedente e ao Agente Arrecadador, nos termos do Contrato de Cessão.

Reserva de Amortização - é a reserva constituída pelo Administrador nos termos do Artigo 44 deste Regulamento para a amortização das Quotas Seniores.

Reserva de Despesas – tem o significado atribuído no Artigo 45 do presente Regulamento.

SELIC – é o Sistema Especial de Liquidação e de Custódia.

Serviço – tem o significado que lhe atribuído no item (ii) dos considerandos do Contrato de Cessão.

SFF – Sistema de Fundos Fechado, administrado pela CETIP.

SOMAFIX – sistema eletrônico de negociação e registro de operações de balcão organizado de títulos de renda fixa privada, administrado pela BOVESPA.

Suplemento – são as informações relativas às séries de Quotas Seniores dispostas na forma do modelo de Suplemento constante do Anexo II a este Regulamento.

Taxa de Administração – é a taxa devida pelo Fundo ao Administrador em decorrência dos serviços de administração e gestão do Fundo, calculada e paga na forma do Artigo 30 deste Regulamento, a qual não inclui a Taxa de Custódia.

Taxa de Custódia – é a taxa devida pelo Fundo ao Custodiante pelos serviços de escrituração das Quotas, controladoria, liquidação financeira, e custódia dos ativos do Fundo.

Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco – é o documento preparado sob a forma do Anexo I ao Regulamento.

Vales-Transporte – Meio eletrônico de pagamento utilizado pelo usuário do Serviço da Cedente para aquisição do Bilhete em todas as estações da Cedente.

Valor de Amortização Mensal - é a amortização parcial de cada série de Quotas Seniores promovida pelo Fundo nas respectivas Datas de Amortização, calculada na forma do Capítulo Doze deste Regulamento, e previstas no Suplemento das respectivas séries de Quotas Seniores.

Valor Unitário de Emissão – é o valor unitário de cada Quota Sênior ou Quota Subordinada, na Data de Emissão de cada série de Quotas Seniores ou na Data de Emissão das Quotas Subordinadas, conforme o caso, na forma dos Artigos 34, (b) e 35, (c), respectivamente, deste Regulamento.

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - SUPERVIA

REGULAMENTO

CAPÍTULO UM – DO FUNDO

Artigo 1. O **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - SUPERVIA** (o “Fundo”) é regido pelo presente Regulamento, pela Instrução CVM 356 e demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

Parágrafo Primeiro. Para os fins deste Regulamento e seus Anexos, os termos e expressões iniciados em maiúsculas, neles não definidos, terão o significado que lhes é atribuído no Glossário deste Regulamento, aplicáveis tanto às formas no singular quanto no plural.

Parágrafo Segundo. Serão levados a registro em Ofício de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, (i) o Regulamento e o Suplemento, no prazo de até 5 (cinco) dias contado de sua celebração, e (ii) as eventuais alterações ao Regulamento, no prazo de até 10 (dez) dias contado de sua aprovação pela Assembléia Geral.

Artigo 2. O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, ou seja, as Quotas somente serão resgatadas ao término do Prazo de Duração, ou em virtude de sua liquidação antecipada.

Parágrafo Único. É admitida, ainda, a amortização de Quotas Seniores, nos termos deste Regulamento ou por decisão da Assembléia Geral.

Artigo 3. Podem participar do Fundo, na qualidade de Quotistas, Investidores Qualificados, exclusivamente.

CAPÍTULO DOIS – DO PRAZO DE DURAÇÃO DO FUNDO

Artigo 4. O prazo de duração do Fundo inicia-se na primeira Data de Emissão de Quotas Seniores e encerrar-se-á no prazo de 7 (sete) anos, ou na Data de Resgate, o que ocorrer por último, ressalvadas as hipóteses de ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação do Fundo, conforme definidos no Artigo 54 deste Regulamento, situação em que o prazo de duração do Fundo se estenderá até a amortização integral das Quotas e o cumprimento integral das obrigações do Fundo, observados os limites previstos no

presente Regulamento (o “Prazo de Duração”). O Prazo de Duração poderá ser estendido por deliberação da Assembléia Geral, observado o disposto nos Parágrafos Primeiro e Segundo deste Artigo, abaixo.

Parágrafo Primeiro. O Prazo de Duração poderá ser prorrogado por deliberação dos Quotistas reunidos em Assembléia Geral.

Parágrafo Segundo. Na hipótese de o Prazo de Duração encerrar-se em dia não útil, a liquidação do Fundo será efetuada no primeiro Dia Útil subsequente.

Parágrafo Terceiro. O término do Prazo de Duração não afetará o cumprimento das obrigações do Fundo que tenham se tornado exigíveis até o último dia daquele, inclusive.

Parágrafo Quarto. Para fins do disposto na Lei n.º 11.033, de 21 de dezembro de 2004 e da Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal n.º 487, de 30 de dezembro de 2004, o Administrador envidará os melhores esforços para orientar a política de investimento, composição e diversificação da carteira do Fundo, descrita no Capítulo 6, abaixo, de forma a caracterizar o investimento das Quotas do Fundo como de longo prazo. No entanto, tal fato não deverá ser considerado, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa, obrigação ou garantia do Administrador aos Quotistas.

CAPÍTULO TRÊS – DO ADMINISTRADOR E GESTOR

Artigo 5. O Fundo é administrado e gerido pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 36.113.876/0001-91, devidamente autorizada pela CVM a administrar carteira de valores mobiliários.

Parágrafo Primeiro. O Administrador deverá administrar o Fundo cumprindo suas obrigações com a diligência e correção que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância (i) da lei, das normas regulamentares, em especial as da CVM, do presente Regulamento e das deliberações da Assembléia Geral; (ii) na aquisição dos Direitos Creditórios, do disposto no Contrato de Cessão; e (iii) dos deveres de diligência, lealdade, informação aos Quotistas e salvaguarda da integridade dos direitos destes.

Parágrafo Segundo. O Administrador, observadas as limitações deste Regulamento e da regulamentação aplicável, tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos Creditórios e aos

Ativos Financeiros, inclusive o de comparecer e votar, em nome do Fundo, em assembleias gerais ou especiais de interesse desse.

Parágrafo Terceiro. Observados os termos e as condições estabelecidos neste Regulamento, no Contrato de Cessão e no Contrato de Custódia, e observada a regulamentação aplicável, o Administrador ou prestadores de serviços por este contratados nos termos deste Regulamento, independentemente de qualquer procedimento adicional, pode:

- a) iniciar quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários à cobrança dos ativos integrantes da carteira do Fundo, ou à execução de quaisquer garantias eventualmente prestadas, inclusive por meio de medidas acautelatórias e de preservação de direitos, observado o disposto neste Regulamento;
- b) celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de alienação ou transferência, no todo ou em parte, relacionado (i) aos Direitos Creditórios; ou (ii) aos Ativos Financeiros, sempre de forma a preservar os direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas;
- c) constituir procuradores, inclusive para fins de proceder à cobrança amigável ou judicial dos ativos integrantes da carteira do Fundo, sendo que todas as procurações outorgadas pelo Administrador, em nome do Fundo, não poderão ter prazo de validade superior a 12 (doze) meses contado da data de sua outorga, exceção feita às procurações com poderes de representação em juízo, que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado, mas com finalidade específica; e
- d) contratar, às suas expensas, serviços de gestão da carteira do Fundo com suas Partes Relacionadas.

Artigo 6. O Administrador poderá, mediante carta com aviso de recebimento endereçada aos Quotistas, renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral, a ser realizada em até 60 dias contados da referida publicação de renúncia, para decidir sobre a indicação do seu substituto ou liquidação do Fundo, nos termos da legislação aplicável.

Parágrafo Primeiro. Decorrido o prazo estabelecido no *caput* deste Artigo sem que os Quotistas, reunidos em Assembleia Geral, tenham deliberado a indicação do substituto do Administrador ou sem que tenha sido instalada a referida Assembleia Geral, o Administrador iniciará os procedimentos para a liquidação antecipada do Fundo, nos termos deste Regulamento e comunicará tal fato à CVM.

Parágrafo Segundo. Nas hipóteses de substituição do Administrador e/ou de liquidação antecipada do Fundo aplicam-se, no que couberem, as normas em vigor que dispõem sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade do próprio Administrador.

Parágrafo Terceiro. Na hipótese prevista no *caput* deste Artigo, o Administrador permanecerá no exercício de suas funções pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados da data de realização da Assembléia Geral, ou por prazo inferior, conforme determinado pelos Quotistas na respectiva Assembléia Geral, o qual poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, para que a instituição substituta escolhida pelos referidos Quotistas assuma efetivamente todos os deveres e obrigações do Administrador de acordo com os termos e as condições deste Regulamento.

Parágrafo Quarto. Caso a nova instituição administradora não dê início às atividades de administração do Fundo dentro do prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias corridos contados da data de realização da Assembléia Geral referida no *caput* deste Artigo, o Administrador procederá à liquidação antecipada do Fundo até o 10º (décimo) dia contado do término do prazo em que a nova instituição administradora deveria ter iniciado suas atividades relativas ao Fundo, observados os procedimentos previstos no Capítulo Dezesesseis.

Artigo 7. O Administrador deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, colocar à disposição da instituição que vier a substituí-lo, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contado da data da deliberação da sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo e sua administração que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pelo Administrador ou por qualquer terceiro envolvido diretamente com a administração do Fundo, independentemente do meio em que as mesmas estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações do Administrador, nos termos deste Regulamento e do Contrato de Custódia.

Parágrafo Único. O Custodiante deverá diligenciar para que todas as informações e documentos que estejam sob sua responsabilidade sejam entregues ao Administrador, de forma que este possa atender ao prazo estabelecido no *caput* deste Artigo.

CAPÍTULO QUATRO – DAS RESPONSABILIDADES DO ADMINISTRADOR

Artigo 8. São, dentre outras previstas neste Regulamento e na legislação aplicável, obrigações do Administrador:

- a) manter atualizados e em perfeita ordem pelo prazo legal:
 - (i) a documentação relativa às operações do Fundo;
 - (ii) o registro dos Quotistas;
 - (iii) o livro de atas de Assembléias Gerais;
 - (iv) o livro de presença de Quotistas;
 - (v) os demonstrativos trimestrais do Fundo;
 - (vi) os registros contábeis do Fundo;
 - (vii) o prospecto de que trata o artigo 23 da Instrução CVM 356; e
 - (viii) os relatórios da Empresa de Auditoria e da Agência de Classificação de Risco;
- b) receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo, diretamente ou por meio do Custodiante ou do Agente Arrecadador, observado o disposto nos Contrato de Custódia e no Contrato de Arrecadação;
- c) entregar aos Quotistas, gratuitamente, exemplar deste Regulamento e disponibilizar o Prospecto e os relatórios preparados pela Empresa de Auditoria e pela Agência de Classificação de Risco, bem como cientificá-los (i) do nome do periódico utilizado para divulgação de informações; e (ii) da Taxa de Administração cobrada;
- d) divulgar, no prazo de 15 (quinze) dias contados do encerramento de cada trimestre civil, no periódico no qual o Fundo publica suas informações, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que distribuam Quotas, o valor do Patrimônio Líquido, o valor das Quotas, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem e a atualização da classificação de risco das Quotas Seniores pela Agência de Classificação de Risco;
- e) colocar à disposição dos Quotistas em sua sede e agências, e nas instituições que distribuam Quotas, as demonstrações financeiras do Fundo, observado o disposto no Artigo 67 abaixo;
- f) custear as despesas de propaganda do Fundo;
- g) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras do Fundo previstas na regulamentação em vigor, manter,

separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre o Administrador e o Fundo;

- h) providenciar, às expensas do Fundo, trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco das Quotas Seniores pela Agência de Classificação de Risco;
- i) assegurar que o Diretor Designado, responsável pela gestão, supervisão, acompanhamento e prestação de informações do Fundo, elabore os demonstrativos trimestrais do Fundo, evidencie que as operações realizadas pelo Fundo estão em consonância com sua política de investimento, de composição e de diversificação da carteira prevista neste Regulamento e com a regulamentação vigente e que as negociações foram realizadas em condições correntes de mercado;
- k) proceder à contratação dos serviços do Custodiante, do Agente Arrecadador, da Agência de Classificação de Risco e da Empresa de Auditoria, e à celebração do Contrato de Cessão, do Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas, do Contrato de Arrecadação e do Contrato de Distribuição;
- l) executar, diretamente ou por meio da contratação de terceiros, serviços que incluam, dentre outras obrigações, (i) a escrituração das Quotas, incluindo a abertura e manutenção das respectivas contas de depósito em nome dos Quotistas; (ii) a manutenção de registros analíticos completos de todas as movimentações de titularidade ocorridas nas contas de depósito abertas em nome dos Quotistas; (iii) o fornecimento aos Quotistas, anualmente, de documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Quotas de sua propriedade e respectivo valor;
- m) fazer, diretamente ou por meio da contratação de terceiros, a guarda física ou escritural dos seguintes documentos, durante o prazo mínimo exigido pela legislação fiscal, os quais lhe serão encaminhados pelo Custodiante após realizada a auditoria anual:
 - (i) extratos da Conta Autorizada do Fundo;
 - (ii) relatórios preparados pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos definidos neste Regulamento e/ou no Contrato de Custódia;

- (iii) documentos comprobatórios referentes aos Ativos Financeiros e aos Direitos Creditórios;
 - (iv) todos os recibos comprobatórios do pagamento de qualquer Encargo do Fundo;
e
 - (v) informações preparadas pelo Agente Arrecadador nos termos do Contrato de Arrecadação.
- n) informar à Agência de Classificação de Risco, no Dia Útil imediatamente subsequente ao conhecimento:
 - (i) a substituição do Administrador, do Custodiante ou da Empresa de Auditoria;
 - (ii) a ocorrência de qualquer Evento de Avaliação e/ou Evento de Liquidação; e
 - (iii) a celebração de alteração ao Regulamento, e aditamentos ao Contrato de Cessão, ao Contrato de Custódia, ao Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas e ao Contrato de Arrecadação;
- o) disponibilizar, mediante solicitação, as demonstrações financeiras trimestrais do Fundo à Agência de Classificação de Risco;
- p) providenciar o registro do presente Regulamento e de suas eventuais alterações, nos termos do Parágrafo Segundo do Artigo 1, acima;
- q) elaborar e enviar informativo quinzenal à Cedente e à Agência de Classificação de Risco, indicando a evolução dos Índices de Cobertura;
- r) comunicar imediatamente os Quotistas, na forma prevista por este Regulamento, sobre eventual rebaixamento da classificação de risco das Quotas Seniores, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados de sua ciência de tal fato;
- s) enviar informe à CVM, mensalmente, através do sistema de envio de documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento de cada mês do calendário civil, com base no último dia útil daquele mês, as seguintes informações relativas ao Fundo, conforme previsto no artigo 45 da Instrução CVM 356:
 - (i) saldo das aplicações;

- (ii) valor do Patrimônio Líquido;
 - (iii) rentabilidade apurada no período;
 - (iv) valor das Quotas e quantidades em circulação, de acordo com sua classe;
 - (v) comportamento da carteira de Direitos Creditórios, abrangendo, inclusive, dados e comentários sobre o desempenho esperado e o realizado;
 - (vi) posições mantidas em mercados de derivativos;
 - (vii) número de quotistas; e
- t) no caso de intervenção ou liquidação extrajudicial do Custodiante ou qualquer outra instituição financeira onde estejam depositados Ativos Financeiros ou Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, requerer o imediato redirecionamento do fluxo de recursos provenientes de tais Direitos Creditórios ou Ativos Financeiros para outra conta de depósitos de titularidade do Fundo.
- u) calcular a Quantidade Mínima Mensal e informar ao Custodiante nos termos do Contrato de Arrecadação.

Artigo 9. É vedado ao Administrador, em nome próprio:

- a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se, sob qualquer outra forma, nas operações realizadas pelo Fundo;
- b) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações realizadas pelo Fundo; e
- c) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Quotas.

Parágrafo Único. As vedações de que tratam as alíneas (a) a (c) do *caput* deste Artigo abrangem as Partes Relacionadas do Administrador, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas. Excetuam-se do ora disposto os títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do Bacen e os créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, além dos títulos públicos estaduais integrantes das carteiras do Fundo.

Artigo 10. É vedado ao Administrador, em nome do Fundo:

- a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se de qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos, única e exclusivamente na modalidade de garantia;
- b) realizar operações e negociar com ativos financeiros em desacordo com a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira prevista neste Regulamento;
- c) aplicar recursos direta ou indiretamente no exterior;
- d) adquirir Quotas do Fundo;
- e) pagar ou ressarcir-se, com recursos do Fundo, de multas ou penalidades que lhe forem impostas em razão do descumprimento de normas previstas na legislação aplicável e neste Regulamento;
- f) vender Quotas do Fundo à prestação;
- g) prometer rendimentos predeterminados aos Quotistas;
- h) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- i) obter ou conceder empréstimos, financiamentos ou adiantamentos de recursos a qualquer pessoa e assumir responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos;
- j) locar, emprestar, empenhar ou caucionar, a qualquer título, os Direitos Creditórios e Ativos Financeiros, no todo ou em parte, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos;
- k) criar qualquer ônus ou gravame, seja de que tipo ou natureza for, sobre os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros; e
- l) emitir qualquer classe ou série de Quotas em desacordo com este Regulamento.

Parágrafo Único. Salvo se expressamente autorizado por este Regulamento ou pelos titulares das Quotas Seniores reunidos em Assembléia Geral, é vedado ao Administrador, em nome do Fundo:

- a) celebrar quaisquer outros contratos ou compromissos que gerem ou possam gerar obrigações e deveres para o Fundo, incluindo a contratação de quaisquer prestadores de serviços, observado o aqui disposto;
- b) distratar, rescindir ou aditar o Contrato de Custódia, o Contrato de Cessão, o Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas e o Contrato de Arrecadação, ressalvadas as alterações decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a determinações das autoridades competentes e de normas legais ou regulamentares, incluindo correções e ajustes de caráter não material, e das hipóteses estabelecidas neste Regulamento e naqueles instrumentos;
e
- c) proceder à abertura de contas-correntes bancárias ou de custódia, além daquelas previstas neste Regulamento, no Contrato de Cessão e no Contrato de Custódia, e à movimentação destas contas de forma diversa ou para fins outros que não os especificamente previstos neste Regulamento, no Contrato de Cessão e no Contrato de Custódia.

Artigo 11. O Diretor Designado deverá, nos termos da legislação aplicável, elaborar demonstrativo trimestral do Fundo, a ser enviado à CVM e mantido à disposição dos Quotistas, bem como submetê-lo à auditoria independente anual, que evidencie (i) que as operações realizadas pelo Fundo estão em consonância com sua política de investimento, de composição e de diversificação da carteira prevista neste Regulamento e com a regulamentação vigente; e (ii) que as negociações foram realizadas em condições correntes de mercado.

CAPÍTULO CINCO – DA CUSTÓDIA, CONTROLADORIA DOS ATIVOS DO FUNDO E DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO FUNDO

Artigo 12. O Administrador contratou o Custodiante para a prestação dos serviços de custódia qualificada, liquidação financeira, escrituração de Quotas e controladoria dos ativos integrantes da carteira do Fundo, abrangidos os serviços dos quais trata o artigo 38 da Instrução CVM 356, observado o disposto nos Parágrafos abaixo e as demais disposições deste Regulamento.

Parágrafo Primeiro. O Fundo e a Cedente contrataram, às expensas da Cedente o Agente Arrecadador para a prestação dos serviços de arrecadação e centralização da totalidade dos recursos da arrecadação dos Direitos Creditórios, inclusive dos Direitos Creditórios Cedidos ao Fundo, por meio do Contrato de Arrecadação, o qual o Agente Arrecadador deverá (i) receber os recursos decorrentes dos Direitos Creditórios coletados pela Protege e creditados pela Fetranpor; e (ii) creditar para a Conta Autorizada do Fundo os valores suficientes para atendimento da Quantidade Mínima Mensal e da Quantidade de Direitos Creditórios Ajustada, se for o caso, observadas as disposições do Contrato de Cessão.

Parágrafo Segundo. Enquanto não ocorrer um dos Eventos de Avaliação ou um dos Eventos de Liquidação, que caracterize o advento da Condição Suspensiva, o montante dos Direitos Creditórios correspondente ao saldo da Conta Arrecadadora não transferidos à conta do Fundo objeto da Cessão sob Condição Suspensiva será transferido pelo Agente Arrecadador, observados os valores suficientes para atendimento da Quantidade Mínima Mensal e da Quantidade de Direitos Creditórios Ajustada, para a Conta Autorizada da Cedente.

Parágrafo Terceiro. A Cedente obrigou-se, nos termos do Contrato de Cessão, em caráter irrevogável e irretratável, a manter os Documentos Comprobatórios sob a sua guarda e custódia, na qualidade de fiel depositária, responsabilizando-se por sua guarda em nome do Fundo, pelo prazo exigível pela legislação fiscal contado da data de emissão dos relatórios de numerários, obrigando-se, ainda, a entregar tais Documentos Comprobatórios ao Custodiante, ou a quem este indicar no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, da data de solicitação nesse sentido, sob pena de incorrer em multa diária de R\$ 1.000,00 (hum mil reais).

Parágrafo Quarto. Tendo em vista a significativa quantidade dos Direitos Creditórios, a expressiva diversificação dos respectivos devedores, usuários do Serviço, e o reduzido valor médio dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, o Custodiante está dispensado, nos termos do artigo 38, parágrafo 3º, da Instrução da CVM nº. 356, da verificação do lastro dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, ou seja, dos documentos que formalizam a origem e a exequibilidade dos Direitos Creditórios.

CAPÍTULO SEIS – DO OBJETIVO DO FUNDO E DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, DE COMPOSIÇÃO E DE DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA

Artigo 13. O objetivo do Fundo é proporcionar a seus Quotistas, observada a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira definida neste Capítulo, a valorização de suas Quotas por meio da aquisição pelo Fundo (i) dos Direitos Creditórios

oriundos da prestação de serviço público pela Cedente no segmento de transporte ferroviário de pessoas, nos termos do Contrato de Concessão, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra a Cedente ou coobrigação desta, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados assegurados aos titulares de tais Direitos Creditórios, e quaisquer indenizações devidas, direta ou indiretamente, decorrentes de apólices de seguro contratados pela Cedente ou por quaisquer de seus prestadores de serviços no âmbito da arrecadação dos Direitos Creditórios, incluindo, sem limitação, as indenizações provenientes do serviço de Transporte de Valores e afins, bem como todos e quaisquer encargos, multas compensatórias e/ou indenizatórias devidas à Cedente no âmbito da prestação do Serviço, nos termos do Contrato de Cessão, inclusive reajustes monetários/tarifários, bem como todos os direitos, ações e garantias assegurados à Cedente por força dos Direitos Creditórios cedidos; e/ou (ii) de Ativos Financeiros.

Parágrafo Primeiro. O Fundo buscará atingir para suas Quotas Seniores parâmetro de rentabilidade correspondente à 100% (cem por cento) da variação do IPCA, acrescida de cupom pré-fixado de juros ao ano, base de 252 dias úteis (o “Parâmetro de Rentabilidade”), conforme apurado em procedimento de *bookbuilding* conduzido perante os Investidores Qualificados, processo este que consiste na verificação da demanda pelas Quotas em diferentes níveis e de cupom pré-fixado de juros. O cupom pré-fixado de juros efetivamente apurado no referido procedimento de *bookbuilding* constará do Suplemento das respectivas séries de Quotas Seniores, elaborado conforme o modelo de Suplemento constante do Anexo II a este Regulamento.

Parágrafo Segundo. O Parâmetro de Rentabilidade das Quotas Seniores não representa nem deverá ser considerado, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa, obrigação, garantia ou sugestão de rentabilidade do Administrador aos Quotistas Seniores.

Parágrafo Terceiro. Não há parâmetro de rentabilidade pré-determinado para as Quotas Subordinadas.

Artigo 14. O Fundo deverá alocar, em até 90 (noventa) dias da primeira Data de Emissão de Quotas Seniores, no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios. O Fundo poderá, conforme o caso, manter a totalidade do saldo remanescente de seu Patrimônio Líquido não investido em Direitos Creditórios (as “Disponibilidades”), em moeda corrente nacional, ou aplicá-lo, exclusivamente, respeitado o limite disposto no parágrafo quarto deste Artigo, em: (i) títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen; (ii) fundos de investimento classificados como referenciados ou de renda fixa de perfil conservador, com liquidez

diária, que tenham seu patrimônio representado por títulos emitidos pelo Tesouro Nacional ou pelo Bacen; ou (iii) operações compromissadas com lastro nos títulos mencionados no item (i) acima e cuja contraparte seja uma Instituição Autorizada.

Parágrafo Primeiro. Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao Patrimônio Líquido.

Parágrafo Segundo. Caso as aplicações referidas no *caput* deste artigo, por qualquer razão, estejam indisponíveis, o Fundo poderá realizar aplicações em fundos de investimento que tenham seu patrimônio representado por títulos ou ativos classificados como de baixo risco de crédito pela Fitch Ratings, Moody's América Latina Ltda. ou Standard & Poor's Rating Services e que sejam administrados por qualquer das Instituições Autorizadas.

Parágrafo Terceiro. As aplicações realizadas no Fundo de acordo com este Capítulo estão sujeitas a perdas patrimoniais e não contam com a garantia da Cedente, do Administrador, do Custodiante, de suas respectivas Partes Relacionadas, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

Parágrafo Quarto. Observadas as demais disposições previstas na Instrução CVM 356, o limite de concentração para os investimentos nos Ativos Financeiros indicados nos itens (ii) e (iii) do *caput* deste Artigo será de, no máximo, 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido por instituição ou entidade.

Parágrafo Quinto. Embora a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira do Fundo seja direcionada exclusivamente para, além do investimento em Direitos Creditórios, os Ativos Financeiros indicados no *caput* deste Artigo, eventuais oscilações nos valores dos Direitos Creditórios e/ou Ativos Financeiros que compõem a carteira do Fundo podem resultar em perda patrimonial. No entanto, não será devida aos Quotistas qualquer multa ou penalidade pelo Administrador, pelo Custodiante, pela Cedente e quaisquer de suas Partes Relacionadas.

Artigo 15. O Fundo não poderá realizar:

- a) aquisição de ativos ou aplicação de recursos em modalidades de investimento de renda variável ou atrelados à variação cambial;
- b) aquisição de cotas do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS);

- c) operações compromissadas e operações em mercados de derivativos, administrados por bolsas de mercadorias e de futuros, na modalidade com garantia, salvo se com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas e com o único e exclusivo propósito de mitigar, total ou parcialmente, os riscos de descasamento entre a taxa de atualização das Quotas e a taxa de atualização dos ativos do Fundo. Para efeito de cálculo de Patrimônio Líquido, devem ser considerados os dispêndios efetivamente incorridos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações.
- d) operações financeiras, incluindo a compra e venda de qualquer ativo financeiro em que (i) o Administrador; (ii) o Custodiante; (iii) a Cedente; ou (iv) qualquer de suas Partes Relacionadas, salvo no caso das Instituições Autorizadas, que figure, direta ou indiretamente, como contraparte; e
- e) operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo.

Artigo 16. O Administrador e o Custodiante, assim como suas respectivas Partes Relacionadas, não respondem pela solvência, correta constituição, liquidez e certeza dos Direitos Creditórios e demais Ativos Financeiros.

Artigo 17. O procedimento de arrecadação dos Direitos Creditórios ocorrerá conforme descrito no Capítulo Nove deste Regulamento.

Artigo 18. Os Ativos Financeiros devem ser registrados, custodiados e/ou mantidos em conta de depósito aberta diretamente em nome do Fundo, em contas específicas mantidas no SELIC, no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desse serviço pelo Bacen ou pela CVM, excetuando-se as aplicações do Fundo em quotas de fundos de investimento e em quotas de fundos de aplicação em quotas de fundos de investimento.

Artigo 19. Os percentuais e limites referidos neste Capítulo serão cumpridos diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior.

CAPÍTULO SETE – DOS FATORES DE RISCO

Artigo 20. Os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros, por sua própria natureza, estão sujeitos a flutuações de mercado e/ou a riscos de crédito das respectivas

contrapartes que poderão gerar perdas ao Fundo e aos Quotistas, hipóteses em que a Cedente, o Administrador, o Custodiante, ou qualquer de suas Partes Relacionadas não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos, (i) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo; (ii) pela inexistência de mercado secundário para os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros; ou (iii) por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando da amortização ou resgate de suas Quotas, nos termos deste Regulamento.

Artigo 21. Quanto aos riscos associados ao investimento no Fundo, destacam-se:

Não existência de seguro da performance da Cedente. Nos termos do Contrato de Cessão, os Direitos Creditórios cedidos e entregues ao Fundo são Direitos Creditórios futuros, a serem originados pela Cedente na consecução de seu objeto social. Não há contratação de seguro, pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, pela Cedente, ou por suas respectivas Partes Relacionadas, que garanta a entrega de Direitos Creditórios, no caso de a Cedente interromper, por qualquer motivo, a prestação de serviço de transporte ferroviário aos usuários e, conseqüentemente, a geração de Direitos Creditórios. Desta forma, dado que o Fundo somente procederá à amortização ou ao resgate das Quotas na medida em que os Direitos Creditórios sejam entregues pela Cedente, uma eventual interrupção dos Serviços poderá comprometer ou pelo menos atrasar as amortizações e/ou o resgate das Quotas nas datas programadas. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante ou pela Cedente, ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Limitação de ativos do Fundo. O Fundo está sujeito a riscos de liquidez no tocante às amortizações e ao resgate de suas Quotas, haja vista os riscos inerentes à geração dos Direitos Creditórios e/ou às aplicações do Fundo em Ativos Financeiros. As únicas fontes de recursos do Fundo para efetuar o pagamento das amortizações e/ou resgate de suas Quotas são (i) a continuidade no pagamento dos Direitos Creditórios pelos usuários dos Serviços, pela continuidade na prestação dos Serviços pela Cedente; e (ii) a liquidação dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes. Nesse sentido, o Fundo pode não estar apto a efetuar pagamentos relativos às amortizações e ao resgate de suas Quotas nas datas programadas no caso de (i) falta de liquidez dos mercados nos quais os Ativos Financeiros integrantes da carteira sejam negociados, (ii) condições atípicas de mercado, e/ou (iii) as verbas recebidas pelo pagamento dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros, por qualquer razão, não serem depositadas na conta de depósito de titularidade do Fundo. Ainda nesse sentido, as aplicações do Fundo em Direitos Creditórios apresentam peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento brasileiros, já que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez

para Direitos Creditórios. Caso o Fundo precise vender os Direitos Creditórios, ou caso o Quotista receba tais Direitos Creditórios como pagamento de resgate ou amortização de suas Quotas, (i) poderá não haver mercado comprador ou o preço de alienação de tais Direitos poderá resultar em perda para o Fundo ou, conforme o caso, (ii) o Quotista poderá enfrentar demora na cobrança dos valores devidos pelos respectivos devedores dos Direitos Creditórios. Nessas hipóteses, não há qualquer possibilidade de o Administrador ou o Custodiante determinar o intervalo de tempo necessário para a amortização ou o resgate integral das Quotas, conforme o caso, ou ainda qualquer garantia ou certeza de que será possível ao Fundo e aos Quotistas, conforme o caso, liquidar posições ou realizar os Direitos Creditórios, respectivamente, de sua carteira ou propriedade pelo preço e no momento desejados.

Risco de mercado e fatores macroeconômicos. Variáveis exógenas tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas, poderão causar oscilações nos valores dos Ativos Financeiros que compõem a carteira do Fundo e resultar em alongamento do período de amortização e/ou resgate das Quotas, bem como na liquidação antecipada do Fundo, o que poderá ocasionar a perda, pelos respectivos Quotistas, do valor de principal de suas aplicações. Não será devida pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, pela Cedente, ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza, caso os Quotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante do risco aqui descrito.

Efeitos da política econômica do Governo Federal. O Fundo, seus ativos e a Cedente estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal. O Governo Federal intervém frequentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, conseqüentemente, também na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, alterações nas taxas de juros, entre outras. Tais medidas, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, podendo afetar adversamente o interesse de investidores na aquisição de Quotas e no volume ou na liquidação dos Direitos Creditórios.

Inexistência de rendimento predeterminado. O valor unitário das Quotas Seniores será calculado todo Dia Útil de acordo com os critérios definidos neste Regulamento. Tal

atualização tem como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Seniores na hipótese de amortização e/ou resgate de suas respectivas Quotas, e não representa nem deverá ser considerada, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do Administrador, do Custodiante, da Cedente, ou de quaisquer de suas Partes Relacionadas em assegurar tal remuneração aos referidos Quotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Seniores não farão jus, em qualquer circunstância, quando da amortização ou resgate de suas Quotas, a uma remuneração superior ao valor das mesmas na respectiva Data de Amortização ou Data de Resgate, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para esta classe de Quotas.

Risco de descontinuidade na prestação dos Serviços. A política de investimento do Fundo descrita neste Regulamento estabelece que o Fundo deve destinar-se, primordialmente, à aplicação nos Direitos Creditórios. Nesse sentido, a continuidade do Fundo pode ser comprometida, independentemente de qualquer expectativa por parte dos Quotistas quanto ao tempo de duração de seus investimentos no Fundo, em função da continuidade das operações da Cedente e da sua capacidade em originar os Direitos Creditórios conforme os Critérios de Elegibilidade estabelecidos neste Regulamento.

Risco de descontinuidade e possibilidade de resgate das Quotas. O Fundo poderá resgatar antecipadamente as Quotas nas hipóteses previstas neste Regulamento (Eventos de Liquidação). Deste modo, os Quotistas poderão não receber a rentabilidade esperada e, ainda que consigam recuperar o capital investido no Fundo, terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada até então pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo o Administrador, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

Risco de liquidez do mercado secundário brasileiro de valores mobiliários. O mercado secundário existente no Brasil para negociação de valores mobiliários em geral, e de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios especificamente, apresenta atualmente baixa liquidez, e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação das Quotas que possibilite aos Quotistas sua alienação caso estes assim decidam. Dessa forma, os Quotistas podem ter dificuldade em realizar a venda das Quotas no mercado secundário, sendo que o Fundo, o Administrador, o Cedente, o Custodiante e quaisquer de suas Partes Relacionadas, não estão obrigados a adquirir qualquer quantidade de Quotas dos Quotistas que manifestarem intenção de resgatar os valores por eles investidos no Fundo.

Descasamento de taxas que compõe o Parâmetro de Rentabilidade das Quotas

Seniores e as taxas de juros dos Ativos Financeiros e taxas de reajuste da tarifa que compõem os Direitos Creditórios. O Fundo aplicará, observada a sua política de investimentos, suas disponibilidades financeiras em Direitos Creditórios e em Ativos Financeiros. Considerando-se que o valor das Quotas Seniores será atualizado pelo IPCA, nos termos do Parâmetro de Rentabilidade definido em procedimento de *bookbuilding*, poderá ocorrer o descasamento entre as taxas (i) que reajustam as tarifas cobradas pela prestação dos Serviços que compõem os Direitos Creditórios, atualizados anualmente com base no IPCA, e que remuneram os Ativos Financeiros, e (ii) do Parâmetro de Rentabilidade das Quotas Seniores. Portanto, se o IPCA se elevar substancialmente, os recursos do Fundo poderão ser insuficientes para pagar parte ou mesmo a totalidade da rentabilidade das Quotas Seniores. O Administrador, o Custodiante, a Cedente, e suas respectivas Partes Relacionadas, não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos Quotistas, inclusive pela eventual perda do valor do principal de suas aplicações, em razão de tal descasamento.

Risco decorrente da precificação dos ativos. Os Ativos Financeiros serão avaliados de acordo com os critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como o de marcação a mercado (*mark-to-market*), poderão causar variações no valor dos Ativos Financeiros, resultando em redução do valor das Quotas.

Risco de restrições à negociação. Determinados ativos componentes da carteira do Fundo, inclusive títulos públicos, podem estar sujeitos a restrições de negociação por parte das bolsas de valores, de mercadorias e futuros ou de órgãos reguladores. Essas restrições podem ser relativas ao volume das operações, à participação no volume de negócios e às oscilações máximas de preços, entre outras. Em situações em que tais restrições estiverem sendo praticadas, as condições de movimentação dos ativos da carteira e precificação dos ativos poderá ser prejudicada.

Utilização de instrumentos de derivativos. A eventual contratação, pelo Fundo, de modalidades de operações de derivativos poderá ocorrer exclusivamente para proteção de posições detidas à vista pelo Fundo e poderá afetar negativamente a sua rentabilidade. O Administrador, o Custodiante, a Cedente, e suas respectivas Partes Relacionadas, não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos Quotistas em razão da utilização de instrumentos de derivativos.

Reserva de Amortização não constitui garantia de pagamento. Nos termos deste Regulamento, o Administrador constituirá Reserva de Amortização, destinada ao pagamento das amortizações das Quotas Seniores. É possível que, não obstante a devida

constituição da Reserva de Amortização, o Fundo não tenha, na data prevista, meios suficientes para pagamento da totalidade das amortizações programadas. Desse modo, a existência da Reserva de Amortização não constitui garantia de pagamento das amortizações programadas de Quotas Seniores.

Prazo para resgate das Quotas. Ressalvada a amortização de Quotas do Fundo, pelo fato de o Fundo ter sido constituído sob a forma de condomínio fechado, o resgate de suas Quotas somente poderá ocorrer após o término do Prazo de Duração do Fundo, ocasião em que todos os Quotistas deverão ter suas Quotas resgatadas, ou nas hipóteses de ocorrência de Eventos de Liquidação, conforme previsto neste Regulamento. Tal característica do Fundo poderá limitar o interesse de outros investidores pelas Quotas do Fundo, reduzindo sua liquidez no mercado secundário. O Administrador, o Custodiante, a Cedente, e suas Partes Relacionadas, encontram-se impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou o resgate das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo o Administrador e o Custodiante, todavia, qualquer indenização, multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Propriedade de Quotas e propriedade dos Direitos Creditórios. Apesar de o Fundo ter sua carteira constituída, preferencialmente, pelos Direitos Creditórios, a propriedade das Quotas não confere aos seus titulares propriedade direta sobre os Direitos Creditórios ou sobre fração ideal específica dos Direitos Creditórios. Os direitos dos Quotistas são exercidos sobre todos os ativos da carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Quotas possuídas.

Inexistência de garantia de eliminação de riscos. A realização de investimentos no Fundo sujeita o investidor aos riscos aos quais o Fundo e a sua carteira estão sujeitos, que poderão acarretar perdas do capital investido pelos Quotistas no Fundo. Embora o Administrador mantenha sistema de gerenciamento de riscos das aplicações do Fundo, não há qualquer garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Quotistas. O Fundo não conta com garantia do Administrador, de quaisquer terceiros, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC, para redução ou eliminação dos riscos aos quais está sujeito, e, conseqüentemente, os Quotistas. Em condições adversas de mercado, referido sistema de gerenciamento de riscos poderá ter sua eficiência reduzida.

Notificação dos usuários dos Serviços acerca da cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo. Em razão de considerações operacionais e comerciais, os usuários não serão notificados acerca da cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo no momento da respectiva cessão, conforme dispõe o artigo 290 do Código Civil. Dessa forma, caso o pagamento dos valores devidos pelos usuários à Cedente (credora original) e cedidos ao Fundo não sejam recebidos pelo Fundo (novo credor), o Fundo poderá reclamar tais valores somente da

Cedente. Não existe garantia de que a Cedente conseguirá cumprir o previsto neste item, razão pela qual o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar seus créditos.

Inadimplência. A Cedente é responsável somente pela existência, liquidez, certeza, exigibilidade e boa formalização dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, não assumindo quaisquer responsabilidades pelo seu pagamento ou pela solvência dos devedores dos Direitos Creditórios nos termos deste Regulamento. Dessa forma, na hipótese de inadimplência, total ou parcial, por parte de tais devedores, o Fundo, e conseqüentemente, seus Quotistas poderão incorrer em prejuízos. Com relação aos demais Ativos Financeiros em que o Fundo aplica recursos, o Fundo está sujeito à capacidade dos respectivos emissores de tais Ativos Financeiros em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal quando devidos. Alterações nas condições financeiras dos emissores desses Ativos Financeiros e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos nos preços e na liquidez de tais Ativos Financeiros.

Sistemática de coleta, conferência e arrecadação dos valores (numerário) correspondentes aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo. A sistemática de coleta e conferência dos valores correspondentes aos Direitos Creditórios (i) arrecadados nas Estações Designadas da Cedente; e (ii) depositados pela Fetranspor, funcionarão da seguinte forma: A Protege realizará visitas em todas as Estações Designadas da Cedente, obedecendo às programações pré-definidas, conforme o movimento diário de cada uma delas. Os malotes (identificados por Estação Designada) com os valores correspondentes aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo serão recolhidos diariamente ou conforme definido pela Cedente considerando-se os históricos das respectivas estações e entregues ao Agente Arrecadador. No dia seguinte, o Agente Arrecadador depositará os recursos na Conta Arrecadadora e emitirá, diariamente, o Relatório de Arrecadação ao Custodiante e à Cedente. Na mesma data, o Custodiante, após o recebimento do Relatório de Arrecadação, encaminhará, ao Agente Arrecadador e à Cedente, o Relatório de Transferência de Direitos Creditórios, no qual constarão informações sobre o montante a ser segregado do total e transferido para a Conta Arrecadadora do Fundo pelo Agente Arrecadador. Os valores correspondentes aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo decorrentes dos pagamentos feitos através de Vales-Transporte serão sistematicamente enviados, após contagem e conferência pela Cedente e Fetranspor, para o HSBC, na qualidade de Agente Arrecadador, sendo que esses recursos deverão ser depositados em até um dia útil após o envio pela Cedente de arquivo contendo informações referentes aos Vales-Transporte à Fetranspor. Em decorrência das sistemáticas acima descritas, não há como se assegurar que (a) os procedimentos de contagem e conferência adotados

resultarão na apuração exata dos valores correspondentes aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo; e (b) o HSBC depositará, na qualidade de mandatário e de Agente de Arrecadador, os respectivos valores na Conta Autorizada do Fundo, fatores que podem resultar em diminuição da arrecadação associada aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo e, portanto, afetar negativamente o Patrimônio Líquido do Fundo e seus Quotistas.

Liquidação da Cedente. Na hipótese liquidação da Cedente, poderá ocorrer a liquidação antecipada do Fundo, o que pode não atender aos interesses dos Quotistas e poderá afetar a geração de Direitos Creditórios, as amortizações programadas, bem como a rentabilidade do Fundo.

Concentração em modalidade de investimento e da geração dos recebíveis. O Fundo aplicará em Direitos Creditórios exclusivamente originados da prestação futura de serviços de transporte ferroviários pela Cedente. Nesse contexto, não será possível ampla diversificação dos investimentos realizados pelo Fundo, sendo estes concentrados em uma espécie primordial de investimento (Direitos Creditórios). Adicionalmente, a geração dos Direitos Creditórios também apresentam uma concentração significativa em algumas Estações Designadas, como por exemplo a Central do Brasil que responde por aproximadamente 20% da geração dos Direitos Creditórios. A concentração das aplicações em um ou em poucos tipos de investimento e da geração dos Direitos Creditórios eleva a possibilidade de que os Quotistas venham a sofrer perda patrimonial, haja vista que pode ocorrer uma perda de eficiência na diversificação do risco.

Intervenção ou liquidação do Agente Arrecadador. Na hipótese de intervenção extrajudicial no Agente Arrecadador, instituição depositária dos recursos decorrentes dos Direitos Creditórios, transportado pela Transportadora de Valores, o repasse dos recursos arrecadados provenientes dos Direitos Creditórios poderá ser interrompido, e permanecer inexigível enquanto perdurar a intervenção. Em caso de liquidação extrajudicial do Agente Arrecadador, há a possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados, e somente serem recuperados por meio de pedido de restituição, ou mesmo por via judicial. Em ambos os casos, o Contrato de Arrecadação poderá ser resilido, situação em que deverá ser contratada outra instituição apta para a realização das funções do Agente Arrecadador, podendo ocasionar afetação na rentabilidade e no patrimônio do Fundo.

Intervenção ou liquidação do Custodiante. O Fundo terá conta corrente no Custodiante. Na hipótese de intervenção ou liquidação extrajudicial deste, há possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados e somente por via judicial serem recuperados para o Fundo, o que afetaria sua rentabilidade e poderia levá-lo a perder parte do seu patrimônio.

Alteração do Regulamento. O presente Regulamento pode ser alterado em

consequência de normas legais ou regulamentares, por determinação da CVM ou por deliberação da Assembléia Geral. Tais alterações poderão afetar o modo de operação do Fundo e acarretar perdas patrimoniais ao Fundo.

Artigo 22. Quanto aos riscos associados aos Direitos Creditórios destacam-se:

Não há concessão, por parte da Cedente, de qualquer garantia de existência dos Direitos Creditórios. Inexistência de coobrigação da Cedente. A cessão terá caráter aleatório, na forma do Código Civil Brasileiro (artigo 483), e terá por objeto direitos creditórios futuros. Não existe obrigação da Cedente de devolução do preço pago pelo Fundo ou de realização de qualquer pagamento futuro ao Fundo, em razão da simples redução do fluxo de arrecadação das Estações Designadas (a não ser que tal redução tenha sido causada por dolo ou culpa da Cedente, na forma do artigo 458 do Código Civil Brasileiro), nem qualquer outro tipo de coobrigação relacionada à liquidez ou à mera existência dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo. A aferição de dolo ou culpa por parte da Cedente, no que se refere à redução do produto da arrecadação dos Direitos Creditórios ao Fundo, poderá depender de procedimento judicial, o que poderá demandar tempo considerável.

Riscos operacionais. Dada a complexidade operacional própria dos fundos de investimento em direitos creditórios, apesar do depósito pactuado no Contrato de Cessão entre os agentes envolvidos, não há garantia de que o Custodiante e o Administrador terão acesso irrestrito aos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios ou que as trocas de informações entre os respectivos sistemas eletrônicos se darão livres de erros. Caso qualquer desses riscos venha a se materializar, a cobrança ou realização dos Direitos Creditórios poderá ser afetada, prejudicando o desempenho do Fundo.

Transporte de valores de titularidade do Fundo. O transporte de valores correspondentes aos Direitos Creditórios é atualmente realizado pela Protege, através do "Contrato de Prestação de Serviços de Transporte de Valores" e respectivos aditamentos, que, prorrogado de forma automática, na falta de manifestação formal por qualquer das partes com 30 dias de antecedência de seu vencimento, tem validade anual. A Protege é a responsável direta e exclusiva pela execução dos serviços em plena conformidade com as especificações e normas técnicas pertinentes, sobretudo no que diz respeito às apólices de seguros. A Protege responde por todos os danos, perdas e prejuízos, decorrentes de roubo, furto, extravio, apropriação indébita ou estelionato que recaia sobre os valores sob a sua guarda, bem como também por perecimento ou inutilização parcial ou total dos malotes e respectivos conteúdos. O inadimplemento, rescisão ou término do referido contrato de prestação de serviços poderá gerar atrasos e impactos diversos na entrega

dos valores de titularidade do Fundo.

Riscos relacionados aos seguros. A Cedente e o Fundo não contratam seguros para cobertura dos riscos inerentes ao transporte de valores. No entanto, a Protege, empresa responsável pelo transporte dos valores de titularidade do Fundo, possui seguro global de valores para empresas particulares que utilizam os seus serviços de vigilância e transporte de valores. A referida apólice não é específica para o transporte de valores da Cedente e do Fundo, tendo em vista que o seu limite máximo de indenização visa à cobertura global dos riscos decorrentes de todos os contratos firmados pela Protege com os seus clientes. Adicionalmente, a apólice de seguros, além de não ser específica para os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, não cobre extorsão indireta, extorsão mediante seqüestro, furto simples ou desaparecimento inexplicável, apropriação indébita praticada por terceiros que não sejam empregados da Protege, também não estão cobertos roubos ou furtos de valores de titularidade do Fundo que não estiverem no poder da Protege, tais como os roubos e furtos ocorridos nos caixas das Estações Designadas. A Protege está ainda sujeita a perda dos direitos de indenização da apólice em caso de inobservância das condições a ela estabelecidas pela legislação aplicável e/ou daquelas contidas na apólice. Nessas hipóteses, caso ocorram perdas não indenizáveis pela citada apólice durante o Período de Arrecadação, poderá haver diminuição de arrecadação associada aos Direitos Creditórios.

Riscos de diminuição da demanda de passageiros. Não existe garantia de que a demanda de passageiros sofrerá ou não variações durante o Prazo de Duração do Fundo, seja por fatores internos, como o desempenho operacional da Cedente, ou externos, como por exemplo a insegurança em certas áreas lindeiras a zona de cobertura da Cedente. Portanto, o Patrimônio Líquido do Fundo será afetado caso a demanda de passageiros diminua ou sofra oscilações ao longo do Prazo de Duração do Fundo por causar a diminuição na arrecadação dos Direitos Creditórios. Conseqüentemente, nenhuma garantia pode ser dada com relação a variações de demanda nos dias que representam o Período de Arrecadação. Reduções na demanda de passageiros no Período de Arrecadação podem afetar negativamente o Patrimônio Líquido do Fundo.

Reajuste tarifário. Conforme o Contrato de Concessão, a tarifa do serviço de transporte ferroviário está sujeita a limites máximos. As tarifas cobradas pela Cedente estão sujeitas a três tipos de ajustes tarifários: (i) o reajuste anual; (ii) a revisão ordinária (que ocorre a cada 5 anos); e (iii) a revisão extraordinária. As tarifas da SuperVia são reajustadas anualmente com o fim de compensar efeitos do IGP-M acumulado durante o período. Este reajuste está previsto no Contrato de Concessão e é sujeito somente à homologação do cálculo matemático da Cedente pelo Poder Concedente, representado pela AGETRANSP,

no prazo de 30 dias, e implementação do reajuste pela Cedente em caso de ausência de manifestação do regulador. Ademais, nos termos da Lei Federal 2.869/97, a AGETRANSP conduz uma revisão periódica a cada cinco anos para identificar variações nos custos e retorno econômico-financeiro da Cedente. De acordo com a mesma lei, a Cedente tem ainda o direito de requerer uma revisão extraordinária das suas tarifas se fatos imprevisíveis vierem a alterar significativamente sua estrutura de custos. No entanto, a Cedente não pode garantir que a AGETRANSP irá estabelecer tarifas ou tomar decisões que lhe sejam favoráveis. Caso a AGETRANSP não aja tempestivamente, a situação financeira e o resultado operacional da Cedente poderão ser adversamente afetados. Tendo em vista que a Cedente não pode dar nenhuma garantia de que a demanda de passageiros ou de que seu o fluxo de caixa não sofrerão variações decorrentes de eventuais reajustes tarifários futuros, a geração dos Diretos Creditórios e o Patrimônio Líquido do Fundo poderão ser afetados em decorrência dos reajustes tarifários.

Impossibilidade de verificação do lastro dos Direitos Creditórios. Nos termos do parágrafo terceiro do artigo 38, da Instrução da CVM n.º 356, e do Artigo 12 do presente Regulamento, o Custodiante está dispensado da verificação do lastro dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, em face da expressiva quantidade e diversificação dos respectivos devedores, usuários do Serviço, e do reduzido valor médio e natureza de formação. Desta forma, exceto pelos relatórios que compõem os Documentos Comprobatórios, não haverá qualquer possibilidade de aferição do lastro dos Direitos Creditórios, bem como da formalização da exequibilidade dos Direitos Creditórios, que poderão conter irregularidades e/ou vícios questionáveis judicialmente, podendo obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios. Eventual questionamento judicial relativo aos Direitos Creditórios cujos documentos apresentem irregularidades e/ou vícios poderão acarretar prejuízos ao Fundo e, conseqüentemente, aos Quotistas.

Artigo 23. Quanto aos riscos associados à relação entre a Cedente e o Estado que podem afetar a originação e a entrega dos Direitos Creditórios ao Fundo, destacam-se:

A Cedente, na qualidade de concessionária de serviço público, está sujeita à regulação e à fiscalização do Estado do Rio de Janeiro, o qual pode impor sanções em caso de descumprimento do Contrato de Concessão ou Lei de Concessões, e, dependendo da gravidade do descumprimento, a caducidade da respectiva concessão. O Poder Concedente pode impor penalidades à Cedente caso esta deixe de cumprir com qualquer disposição da Lei de Concessões. A Cedente e o Administrador não podem garantir que a Cedente não será penalizada pelo Poder Concedente por descumprimento do Contrato de Concessão ou que a concessão de que a Cedente é titular não será extinta no futuro. A indenização a que a Cedente tem direito na

ocorrência de eventual extinção da concessão pode não ser suficiente para recuperar o valor integral de certos ativos. Caso a concessão da Cedente seja rescindida em virtude de descumprimento de suas obrigações, o valor efetivo de compensação a ser pago pelo Poder Concedente poderá ser reduzido de maneira significativa por meio da imposição de multas ou outras penalidades. Por conseguinte, a imposição de multas ou penalidades à Cedente, ou a extinção da concessão, poderá afetar negativamente a originação e entrega dos Direitos Creditórios ao Fundo.

Artigo 24. Quanto aos riscos associados à Cedente e ao setor em que atua, que podem afetar a originação e a entrega dos Direitos Creditórios ao Fundo, destacam-se:

A Cedente pode ser incapaz de implementar com sucesso a sua estratégia de crescimento. A capacidade de crescimento da Cedente depende de diversos fatores, principalmente da capacidade de financiar investimentos, dado que o seu negócio é de capital intensivo e exige desembolsos substanciais para sustentar este crescimento (seja por meio de endividamento ou não). O não atendimento desse objetivo, seja originado por fatores de custo ou não, pode limitar a capacidade da Cedente em implementar com sucesso a sua estratégia de crescimento. É possível que, para a implementação de sua estratégia de crescimento, a Cedente precise financiar seus investimentos por meio de endividamentos adicionais. No entanto, não é certo que a Cedente consiga aumentar o seu endividamento em níveis maiores que os atuais aproximados R\$ 29,3 milhões de endividamento total no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007 para custear seus investimentos de capital. Condições econômicas desfavoráveis no Brasil e no mercado internacional de crédito, tais como altas de taxas de juros em novos empréstimos, liquidez reduzida ou uma diminuição no interesse das instituições financeiras na concessão de empréstimo, podem vir a limitar o acesso da Cedente a novos créditos. Portanto, não é possível garantir que a Cedente será capaz de obter financiamento suficiente para custear seus investimentos de capital. Adicionalmente, não é possível garantir que na hipótese de a Cedente não alcançar o crescimento esperado, tal fato não terá impacto negativo na Cedente ou na capacidade da Cedente em gerar Direitos Creditórios.

No momento, a Cedente opera sem as licenças ambientais necessárias. Até a data do Prospecto, ainda não foram obtidas todas as licenças e autorizações ambientais necessárias para a realização das atividades da Cedente. Para o cumprimento das leis ambientais, a Cedente incorre, e continuará a incorrer, em despesas que podem ser relevantes. No momento não é possível prever se quaisquer despesas futuras para o cumprimento de leis ambientais serão significativas. A não obtenção dessas licenças e autorizações pode ter um efeito adverso relevante sobre suas operações, podendo acarretar sanções de acordo com a legislação aplicável, incluindo a aplicação de multas e

suspensão das operações que não tiverem licença ou autorização ambiental. Dentre as penalidades previstas pelas diversas normas ambientais para a operação sem licença, ou o não cumprimento da legislação ambiental, destacam-se: (i) advertências; (ii) multas; (iii) suspensão das operações; (iv) fechamento e suspensão das instalações; e (v) extinção da respectiva concessão pelo Poder Concedente.

As operações da Cedente estão expostas à possibilidade de perdas por catástrofes e responsabilização. O transporte ferroviário de passageiros apresenta inerentes riscos de catástrofes, falhas mecânicas, colisões e perdas de ativos. A interrupção da prestação de serviços da Cedente devido à fatores políticos, reivindicações trabalhistas, manifestações de grupos ou associações ambientalistas, greves, vandalismo ou violência urbana, problemas na rede elétrica, incêndios, bem como condições meteorológicas adversas e desastres naturais, tais como enchentes, podem resultar na perda de receitas, assunção de responsabilidade ou aumento de custos. Adicionalmente, as operações da Cedente podem ser afetadas periodicamente por deslizamentos de terra ou outros desastres naturais. A ocorrência de um desastre natural de grandes proporções ou qualquer desses eventos pode ter efeito adverso sobre os negócios da Cedente e na geração de Direitos Creditórios.

A Cedente é parte em diversos procedimentos relevantes na esfera judicial e administrativa, e poderá assumir contingências relevantes decorrentes de determinadas operações. A Cedente é parte em diversos procedimentos judiciais nas esferas cível, trabalhista e fiscal, bem como procedimentos administrativos. Os resultados das ações e processos administrativos ainda em curso poderão impactar os negócios e a condição financeira da Cedente. Adicionalmente, a Cedente poderá ter que vir a arcar com o pagamento decorrente de ações de responsabilidade da CENTRAL, em decorrência da sucessão da mesma na concessão, o que poderá afetar adversamente os seus resultados e condição financeira. O sexto termo aditivo ao Contrato de Concessão prevê a transferência, pela Administração Pública à Cedente, do montante total de aproximadamente R\$ 63,5 milhões, consubstanciado em créditos e bens móveis e imóveis, para fim de compensação das obrigações originadas anteriormente à concessão que sejam assumidas pela Cedente. Entretanto, não há como assegurar que tal montante será suficiente para garantir integralmente o passivo originado pelos processos movidos em face da CENTRAL, os quais podem recair sobre o patrimônio da Cedente, afetando de maneira adversa sua situação financeira e a geração dos Direitos Creditórios.

A extinção antecipada da concessão pelo Poder Concedente poderá impedir a realização integral do valor de determinados ativos e causar a perda de lucros cessantes sem uma indenização adequada. As concessões ferroviárias brasileiras

estão sujeitas à extinção antecipada em determinadas circunstâncias, incluindo a encampação pelo governo, determinada por lei, ou a caducidade, pelo descumprimento dos termos dos contratos administrativos correspondentes. Ocorrendo a extinção das concessões, os bens reversíveis, no caso da concessão outorgada à Cedente, serão revertidos ao respectivo Poder Concedente. Apesar de a Cedente ter o direito ao recebimento de indenização no valor dos ativos que não tenham sido completamente amortizados ou depreciados de acordo com os termos do Contrato de Concessão, em caso de extinção antecipada, não se pode assegurar que esse valor será suficiente para compensar o valor de tais ativos ou de lucros cessantes. Se o Poder Concedente extinguir a concessão em caso de inadimplemento, o valor pode ser reduzido a até zero pela imposição de multas ou outras penalidades. Adicionalmente, alguns credores da Cedente poderão ter prioridade no recebimento de tal indenização.

A escassez de energia elétrica ou o aumento de seus preços podem afetar negativamente nossas operações. A frota de trens da Cedente consome grandes quantidades de energia de tração, insumo para qual não há substituto imediato em nossa operação. Racionamentos, tais como aqueles ocorridos no Brasil em 2001, podem afetar negativamente nossas operações e conseqüentemente, reduzir nossas margens operacionais.

CAPÍTULO OITO – DOS DIREITOS CREDITÓRIOS E CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Artigo 25. Os Direitos Creditórios compreendem os direitos creditórios livres e desembaraçados de quaisquer ônus, encargos ou gravames que a Cedente detém ou virá a deter, decorrentes da prestação futura de serviços de transporte ferroviário de pessoas, na forma dos artigos 730 e 731 do Código Civil Brasileiro e do Contrato de Concessão, representados: (i) pelas vendas futuras da totalidade dos Bilhetes nas Estações Designadas durante o Período de Arrecadação; (ii) pelo crédito devido contra a Fetranspor, decorrente da utilização de Vales-Transporte, nos termos do Contrato Particular de Delegação celebrado com a Fetranspor; e (iii) por outros créditos oriundos de modalidades de cobrança existentes, ou que venham a ser criadas e aceitas pela Cedente, para a prestação do Serviço, a partir da Data de Emissão das Quotas Seniores, e que sejam utilizados pelos usuários da Cedente, vendidos nas Estações Designadas, ou de outra forma relacionadas às Estações Designadas, durante o Período de Arrecadação, juntamente com todos os direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados e assegurados ao titular de tais direitos, e quaisquer indenizações devidas, direta ou indiretamente, decorrentes de apólices de seguro contratados pela Cedente ou por quaisquer de seus prestadores de serviços no âmbito da arrecadação dos Direitos Creditórios, incluindo, sem limitação, as indenizações

provenientes do serviço de Transporte de Valores e afins, bem como todos e quaisquer encargos, multas compensatórias e/ou indenizatórias devidas à Cedente no âmbito da prestação desse serviço público de transporte ferroviário de pessoas, inclusive reajustes monetários e tarifários, bem como todos os direitos, ações e garantias asseguradas à Cedente por força dos Direitos de Creditórios cedidos, nos termos do Contrato de Cessão.

Artigo 26. São considerados elegíveis os direitos creditórios representados pelos fluxos de arrecadação decorrentes (i) das vendas futuras da totalidade dos Bilhetes nas Estações Designadas; (ii) do crédito devido contra a Fetranspor, decorrente da utilização de Vales-Transporte; e (iii) de outros créditos oriundos de modalidades de cobrança existentes, ou que venham a ser criadas e aceitas pela Cedente para a prestação do Serviço, a partir da Data de Emissão das Quotas Seniores, e que sejam utilizados pelos usuários do Serviço da Cedente, vendidos nas Estações Designadas, que sejam arrecadados via sistema de arrecadação bancária (sem prejuízo de outra forma de arrecadação que vier a ser estabelecida pela regulamentação aplicável) e centralizados na Conta Arrecadadora, no Agente Arrecadador, em cada Período de Capitalização, nos termos do Relatório de Transferência de Direitos Creditórios (os “Critérios de Elegibilidade”).

Parágrafo Primeiro. Durante o Prazo de Duração, o Fundo não efetuará a aquisição de outros direitos de crédito que não os Direitos Creditórios descritos no Artigo 25 acima, que, para os fins deste Regulamento, são considerados em conformidade com os Critérios de Elegibilidade.

Parágrafo Segundo. Os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo são quitados à vista, no momento da aquisição pelos usuários dos Bilhetes, em moeda corrente nacional e/ou pelo crédito decorrente da utilização de Vales-Transporte, não havendo dessa forma a hipótese de inadimplemento de tais Direitos Creditórios pelos usuários. Assim, não há a necessidade de adoção pelo Fundo ou pela Cedente de qualquer política alternativa de cobrança com relação aos Direitos Creditórios.

Parágrafo Terceiro. A Cedente não adota e nem adotará qualquer política de concessão de crédito aos usuários dos Serviços.

CAPÍTULO NOVE – DOS PROCEDIMENTOS DE ARRECAÇÃO E ENTREGA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS AO FUNDO

Artigo 27. Os Direitos Creditórios serão arrecadados de acordo com o Contrato de Arrecadação, nos termos dos quais a Cedente e o Fundo contrataram o Agente Arrecadador para a prestação dos serviços de arrecadação e repasse ao Fundo dos

Direitos Creditórios. O Agente Arrecadador deverá (i) receber os recursos financeiros advindos dos Direitos Creditórios (a) transportados e depositados pela Protege, decorrente da respectiva arrecadação nas Estações Designadas, e (b) depositados pela Fetranspor, decorrentes do crédito oriundo da utilização de Vales-Transporte; e (ii) transferir para a Conta Autorizada do Fundo os valores informados pelo Custodiante, que sejam suficientes para atendimento da Quantidade Mínima Mensal e da Quantidade de Direitos Creditórios Ajustada, se for o caso, observadas as disposições do Contrato de Cessão.

Parágrafo Único. Observadas as disposições do Contrato de Cessão, a Quantidade Mínima Mensal de Direitos Creditórios objeto da Cessão Incondicionada será segregada do montante total da arrecadação (i) das vendas futuras de Bilhetes nas Estações Designadas durante o Período de Arrecadação, (ii) do crédito devido contra a Fetranspor, oriundo da utilização de Vales-Transporte, nos termos do Contrato Particular de Delegação celebrado com a Fetranspor e (iii) de outros créditos oriundos de modalidades de cobrança existentes, ou que venham a ser criadas e aceitas pela Cedente, para a prestação do Serviço, a partir da primeira Data de Emissão de Quotas Seniores, e que sejam utilizados pelos usuários da Cedente, vendidos das Estações Designadas, ou de outra forma relacionadas às Estações Designadas, durante o Período de Arrecadação.

Artigo 28. A partir do Dia Útil imediatamente posterior ao início do recebimento dos Direitos Creditórios na Conta Arrecadadora, o Agente Arrecadador enviará ao Custodiante e à Cedente, diariamente o Relatório de Arrecadação. O Custodiante verificará o Relatório de Arrecadação para assegurar que os Direitos Creditórios sejam suficientes para atender a Quantidade Mínima Mensal ou, conforme o caso, a Quantidade de Direitos Creditórios Ajustada, observada ordem em contrário dada pelo Administrador.

Parágrafo Primeiro. No mesmo dia estabelecido no *caput* deste Artigo, o Custodiante deverá encaminhar ao Agente Arrecadador e à Cedente o Relatório de Transferência de Direitos Creditórios. No Dia Útil imediatamente posterior ao do recebimento do Relatório de Transferência de Direitos Creditórios pelo Agente Arrecadador, este transferirá os recursos de titularidade do Fundo, conforme indicados pelo Custodiante, em fundos imediatamente disponíveis, da Conta Arrecadadora para a Conta Autorizada do Fundo, sendo cada data de transferência em cada dia, uma "Data de Transferência".

Parágrafo Segundo. Sujeito ao não advento de uma Condição Suspensiva, o Agente Arrecadador deverá transferir a totalidade dos recursos da arrecadação dos Direitos Creditórios, arrecadados e centralizados na Conta Arrecadadora, durante cada Período Regular de Constituição e Pagamento de Direitos Creditórios, para a Conta Autorizada do Fundo, conforme instrução recebida do Custodiante, até o limite do valor estimado da Quantidade Mínima Mensal em cada Período de Capitalização, observado os termos da

Cessão Incondicionada, de forma a garantir a liquidação diária dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, na medida em que estes são constituídos, observados, diariamente, os Relatórios de Transferência de Direitos Creditórios.

Artigo 29. Na ocorrência de um dos Eventos de Liquidação ou na ocorrência de um dos Eventos de Avaliação considerado, por deliberação da Assembléia Geral, como um Evento de Liquidação, o Agente Arrecadador, mediante ordem por escrito do Administrador, por intermédio do Custodiante, não deverá mais observar o Período Regular de Constituição e Pagamento de Direitos Creditórios, devendo transferir a totalidade dos recursos da arrecadação dos Direitos Creditórios, arrecadados e centralizados na Conta Arrecadadora para a Conta Autorizada do Fundo, até o limite do valor estimado da Quantidade de Direitos Creditórios Ajustada, observado os termos da Cessão sob Condição Suspensiva, de forma que o produto total dos Direitos Creditórios arrecadados na Conta Arrecadadora seja transferido diretamente para a Conta Autorizada do Fundo, até que se atinja a Quantidade de Direitos Creditórios Ajustada. Este procedimento perdurará até que o Agente Arrecadador receba contra-ordem do Administrador, com novas instruções para a transferência dos recursos recebidos na Conta Arrecadadora, observado o disposto no Contrato de Arrecadação.

CAPÍTULO DEZ – DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO E ENCARGOS DO FUNDO

Artigo 30. O Administrador cobrará Taxa de Administração anual correspondente ao valor equivalente ao percentual de 0,10% (dez centésimos por cento) ao ano, incidente sobre o Patrimônio Líquido, limitado a R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), acrescido do valor equivalente ao percentual de 0,05% (cinco centésimos por cento) sobre o valor do Patrimônio Líquido que ultrapassar o limite dos R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais). A Taxa de Administração será calculada e provisionada todo Dia Útil, e o seu pagamento ocorrerá mensalmente à razão de 1/12 (um doze avos), sendo que a primeira parcela será paga pelo Fundo ao Administrador no primeiro Dia Útil do mês seguinte ao que ocorrer a primeira Data de Emissão e as demais no primeiro Dia Útil dos meses subseqüentes.

Parágrafo Primeiro. A Taxa de Administração prevista no *caput* terá o valor mínimo mensal igual a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), sendo que a partir do 6º (sexto) ano, inclusive, caso aplicável, o referido valor mínimo mensal passará a R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Parágrafo Segundo. Os valores previstos no *caput* serão atualizados anualmente com base na variação acumulada do IGP-M, sendo que a primeira atualização deverá ocorrer 1 (um) ano após a primeira Data de Emissão.

Parágrafo Terceiro. A Taxa de Administração prevista no *caput* será acrescida dos seguintes tributos: ISS, PIS, COFINS, CSLL e IRRF, nas alíquotas vigentes nas respectivas datas de pagamento.

Artigo 31. Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração e da Taxa de Custódia, as seguintes despesas (os “Encargos do Fundo”):

- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- c) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicação aos Quotistas;
- d) honorários e despesas devidos à Empresa de Auditoria;
- e) emolumentos e comissões pagos sobre as operações do Fundo, os quais deverão sempre observar condições e parâmetros de mercado;
- f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral;
- h) taxas de custódia de ativos do fundo;
- i) contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação;
- j) custos relativos à abertura e manutenção de contas em sistemas de liquidação e custódia autorizados pelo Bacen;
- k) despesas com os serviços prestados pela Agência de Classificação de Risco;
- l) despesas com a atualização do Prospecto e do presente Regulamento; e

- m) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos condôminos, na forma do inciso I do artigo 31 da Instrução CVM 356.

Parágrafo Primeiro. Quaisquer despesas não previstas no *caput* deste Artigo como Encargos do Fundo correrão por conta do Administrador, observado o disposto no Parágrafo Segundo abaixo.

Parágrafo Segundo. As comissões devidas às instituições integrantes do sistema de distribuição de títulos e valores mobiliários e os custos e despesas relacionados exclusivamente com a distribuição pública de Quotas Seniores do Fundo serão arcados pela Cedente, nos termos do Contrato de Distribuição. A Taxa de Administração e os Encargos do Fundo serão deduzidos do Patrimônio Líquido.

Artigo 32. Os valores correspondentes aos Encargos do Fundo devidos após a Data de Resgate das Quotas Seniores serão transferidos ao Administrador quando da liquidação do Fundo, cabendo a este a responsabilidade pelo seu pagamento nas datas devidas.

Artigo 33. O Administrador poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços por este contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração fixada no Artigo 30 acima.

CAPÍTULO ONZE – DAS QUOTAS E DA AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS

Artigo 34. O Fundo poderá emitir uma ou mais séries de Quotas Seniores, observado que:

- a) a emissão de nova série é condicionada (i) à colocação total da série anterior ou ao cancelamento do saldo não colocado; e (ii) à obtenção do respectivo registro de oferta pública junto à CVM;
- b) os prazos de cada série deverão ser de, no mínimo, 12 (doze) meses, respeitado o Prazo de Duração;
- c) o valor da totalidade das Quotas Seniores em circulação não poderá, em qualquer hipótese, ser superior a R\$[●] ([●]milhões de reais); e
- d) observado o disposto neste Artigo, exceto no que se refere ao Parâmetro de Rentabilidade e às Datas de Amortização, as séries conferirão aos respectivos

Quotistas os mesmos direitos, privilégios e vantagens, sendo expressamente vedada a emissão de série que confira aos seus titulares direitos, privilégios e vantagens distintos.

Parágrafo Primeiro. Cada emissão de nova série de Quotas Seniores pelo Fundo deverá ser, necessariamente, precedida pelo preenchimento do Suplemento da respectiva nova série, na forma do modelo de Suplemento constante do Anexo II a este Regulamento, o qual deverá conter as seguintes informações relativas à série: montante da série, quantidade de Quotas Seniores, Valor Unitário de Emissão, Data de Emissão, Datas de Amortização, Data de Resgate e Parâmetro de Rentabilidade.

Parágrafo Segundo. A determinação do Parâmetro de Rentabilidade de cada nova série de Quotas Seniores, conforme definido no respectivo Suplemento, poderá ser apurada por instituição financeira integrante do sistema de distribuição de títulos e valores mobiliários, de acordo com o procedimento estabelecido no Contrato de Distribuição, ou em qualquer outro instrumento semelhante celebrado entre o Fundo e instituição(ões) financeira(s) integrante(s) do sistema de distribuição de títulos e valores mobiliários.

Parágrafo Terceiro. Observado o disposto no *caput* acima, o Fundo emitirá Quotas Seniores, mediante preenchimento do modelo de Suplemento, na forma do Anexo II a este Regulamento, com as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

- a) prioridade de amortização e/ou resgate em relação às Quotas Subordinadas, observado o disposto neste Regulamento;
- b) Valor Unitário de Emissão de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);
- c) seu valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 41 deste Regulamento;
- d) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que a cada Quota Sênior corresponderá 1 (um) voto; e
- e) valor de investimento inicial de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

Parágrafo Quarto. As Quotas Seniores da primeira série serão amortizadas em 72 (setenta e duas) parcelas mensais, nas Datas de Amortização, sempre que o Patrimônio Líquido assim o permitir, observado que a primeira parcela de amortização das Quotas Seniores deverá ser paga somente a partir do 13º mês, inclusive, contado da Data de

Emissão das Quotas Seniores, e ressalvado o caso de ocorrência de um dos Eventos de Liquidação ou de Eventos de Avaliação que sejam considerados, por Assembléia Geral, como um Evento de Liquidação. A 72ª (septuagésima segunda) Data de Amortização será a Data de Resgate da primeira série, conforme previsto no respectivo Suplemento.

Parágrafo Quinto. O montante de cada emissão de Quotas Seniores, o número de Quotas a serem emitidas e as Datas de Amortização e Data de Resgate serão estabelecidos no Suplemento de cada série de Quotas Seniores do Fundo. Os valores de amortização e resgate das Quotas serão pagos aos Quotistas nos prazos e conforme os procedimentos previstos no Capítulo Treze deste Regulamento.

Parágrafo Sexto. Nos termos do Capítulo Dezoito deste Regulamento, os Quotistas poderão ser solicitados a contribuir com recursos para o Fundo por meio da integralização de nova série de Quotas Seniores específica, respeitados os termos do *caput* acima, na proporção de sua participação no valor total das Quotas em circulação, para assegurar a defesa de seus direitos, interesses e prerrogativas.

Parágrafo Sétimo. Para fins do disposto no artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM 356, não haverá relação mínima a ser observada entre o Patrimônio Líquido e o valor das Quotas Seniores, não havendo, portanto, qualquer procedimento específico para observância pelo Fundo dessa relação.

Parágrafo Oitavo. O valor total das Quotas Seniores é equivalente ao somatório do valor das Quotas Seniores de cada série.

Parágrafo Nono. Fica autorizado o cancelamento do saldo não colocado das Quotas Seniores emitidas pelo Fundo.

Artigo 35. O Fundo emitirá na Data de Emissão, até [●] ([●]) Quotas Subordinadas, com as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

- a) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores, admitindo-se o resgate mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios; não haverá amortização de Quotas Subordinadas;
- b) somente poderão ser subscritas, integralizadas ou adquiridas pela Cedente e não serão transferíveis, ou de qualquer outra forma negociadas, observados os termos e condições do Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas e deste Regulamento;

- c) Valor Unitário de Emissão de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
- d) valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 43 deste Regulamento; e
- e) observado o disposto no Capítulo Dezenove abaixo, direito de voto restrito nas Assembléias Gerais.

Artigo 36. Ressalvado o disposto na alínea (b) do Artigo 35, acima, e exclusivamente nas hipóteses permitidas no Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas, as Quotas são transferíveis e terão a forma escritural, permanecendo em contas de depósito em nome de seus titulares.

Artigo 37. As Quotas poderão ser objeto de resgate antecipado na hipótese de ocorrência de um Evento de Liquidação, nos termos do Artigo 54 deste Regulamento e observado o disposto na alínea (a) do Artigo 35, acima.

CAPÍTULO DOZE – DA EMISSÃO, INTEGRALIZAÇÃO, DO VALOR DAS QUOTAS E DA RESERVA DE AMORTIZAÇÃO E RESERVA DE DESPESAS

Artigo 38. As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas serão emitidas pelos respectivos Valores Unitários de Emissão na forma dos Artigos 34, (b) e 35, (c), respectivamente, na data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados e/ou pela Cedente, conforme o caso, à disposição do Administrador do Fundo (valor da Quota de D + 0), por meio de Transferência Eletrônica Disponível – TED ou via Sistema de Transferência de Recursos – STR, pela CETIP, para a Conta Autorizada do Fundo indicada pelo Administrador, servindo o comprovante de depósito como recibo de quitação. Para fins de apuração do valor das Quotas, nas Datas de Amortização, integralização ou resgate, será considerado o valor de abertura da respectiva data.

Artigo 39. A condição de Quotista caracteriza-se pela abertura, pelo Administrador, de conta de depósito em nome do respectivo Quotista. Os Investidores Qualificados poderão efetuar aplicações de recursos no Fundo diretamente com o Administrador, observado o disposto no Artigo 38 deste Regulamento e as normas e regulamentos aplicáveis.

Parágrafo Primeiro. Quando da emissão das Quotas no mercado primário, cada Quotista deverá assinar o Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco, indicar um representante responsável, informar seu respectivo endereço de correio eletrônico para o recebimento das comunicações que lhe sejam enviadas pelo Administrador ou pelo

Custodiante nos termos deste Regulamento e, ainda, declarar sua condição de Investidor Qualificado.

Parágrafo Segundo. O extrato da conta de depósito emitido pelo Administrador será o documento hábil para comprovar (i) a obrigação do Administrador, perante o Quotista, de cumprir as prescrições constantes deste Regulamento e das demais normas aplicáveis ao Fundo; e (ii) a propriedade do número de Quotas pertencentes a cada Quotista.

Artigo 40. Não serão cobradas taxas de performance, ingresso ou de saída pelo Administrador.

Artigo 41. A partir da Data de Emissão de cada série de Quotas Seniores, seu respectivo Valor Unitário de Emissão será calculado todo Dia Útil (a “Data de Cálculo”), para efeito de determinação de seu respectivo valor de integralização, amortização ou resgate, para cada série, da seguinte forma:

a) ao Valor Unitário das Quotas Seniores do Dia Útil imediatamente anterior à Data de Cálculo, será acrescido o valor equivalente ao respectivo Parâmetro de Rentabilidade, conforme o resultado da seguinte fórmula, observando-se o quanto disposto na alínea (b) abaixo;

$$VUQS = \frac{[(VEQS - VAE) + Srend_{n-1}] \times (FatorIPCA \times FatorS)}{NQS}$$

onde:

VUQS	Valor Unitário das Quotas Seniores.
SRend_{n-1}	Saldo do <i>Benchmark</i>, eventualmente ainda não pago pelo Fundo, apurado nas respectivas datas de pagamento das Quotas Seniores.
FatorIPCA A	<p>Fator do IPCA calculado com 15 (quinze) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte expressão:</p> $\prod_{k=1}^k \left(\frac{IPCA_k}{IPCA_{k-1}} \right)^{\frac{dup_k}{dut_k}}$ <p>onde:</p> <p>k = número de meses contados a partir do mês calendário referente a data de início do Período de Capitalização, exclusive, até a respectiva Data de Amortização, inclusive. Considera-se Período de Capitalização o intervalo de tempo medido em dias úteis, compreendido entre o 1º Dia Útil imediatamente subsequente a uma Data de Amortização (inclusive) e a Data de Amortização imediatamente subsequente (inclusive). Para o primeiro Período de Capitalização considerar-se-á como data de início o Dia Útil subsequente à Data de Emissão de Quotas.</p> <p>IPCA_k = Valor do Número Índice do IPCA referente ao mês imediatamente anterior ao mês calendário "k".</p> <p>IPCA_{k-1} = Valor do Número Índice do IPCA referente ao mês imediatamente anterior ao mês do respectivo IPCA_k.</p> <p>dup_k = número de Dias Úteis decorridos entre cada Período de Capitalização; e</p> <p>dut_k = número de Dias Úteis decorridos contidos no mês calendário "k", sendo "dut_k" um número inteiro.</p>

FatorS	<p>Fator de <i>Spread</i> calculado com 15 (quinze) casas decimais, com arredondamento, observado o disposto na seguinte expressão:</p> $\left(\frac{Spread}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}}$ <p><i>Spread</i> = conforme definido no Suplemento das Quotas Seniores, expresso na forma percentual ao ano.</p> <p>DP = número de Dias Úteis decorridos entre cada Período de Capitalização.</p>
NQS	Número de Quotas Seniores em Circulação em cada Data de Cálculo.
VEQS	Valor de Emissão das Quotas Seniores.
VAE	Montante de Quotas Seniores previamente amortizadas em cada Data de Cálculo.

b) o valor da amortização ou resgate por Quota Sênior, quando a respectiva Data de Amortização coincidir com a Data de Cálculo, observado que este será o menor dos seguintes resultados: (i) o Patrimônio Líquido dividido pelo número de Quotas Seniores em circulação, ou (ii) o resultado da seguinte fórmula:

$$\mathbf{VAM = VEQS \times PA}$$

onde:

VAM	Valor da Amortização Mensal das Quotas Seniores referente a cada Quota na Data de Amortização "k".
VEQS	Valor de Emissão das Quotas Seniores.
PA	Percentual de amortização do valor nominal de cada Quota, que será calculado com 15 (quinze) casas decimais de acordo com a seguinte expressão:

$$(100/72 \times 0.01)$$

Parágrafo Primeiro. Na hipótese de extinção ou impossibilidade legal de utilização do IPCA para definição do valor das Quotas Seniores, ou de ausência de apuração ou divulgação do IPCA por prazo superior a 10 (dez) dias úteis consecutivos, ou a 15 (quinze) dias úteis alternados durante o período de 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anterior à última data em que se verificar a ocorrência de qualquer desses eventos, será utilizada a taxa que vier a substituir o IPCA. No caso de extinção ou impossibilidade legal de utilização do IPCA ou de sua substituta, o Administrador deverá convocar imediatamente uma Assembléia Geral para que seja deliberado pelos titulares das Quotas Seniores o novo parâmetro a ser utilizado para a definição do valor das Quotas Seniores. Até a data de deliberação do novo parâmetro será utilizada, para cálculo do valor das Quotas Seniores, a última taxa utilizada pelo Administrador, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares de Quotas Seniores, quando da divulgação posterior da taxa aplicável.

Parágrafo Segundo. Caso não haja acordo sobre a proposta dos titulares que representem 75% (setenta e cinco por cento) mais uma das Quotas Seniores em circulação, o Administrador procederá ao resgate antecipado da totalidade das Quotas Seniores em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data da realização da respectiva Assembléia Geral, utilizando-se a última taxa conhecida.

Parágrafo Terceiro. Os critérios de determinação do valor das Quotas Seniores, definidos no *caput* deste Artigo, têm como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Seniores na hipótese de amortização e/ou resgate de suas Quotas, e não representam nem deverão ser considerados, em hipótese alguma, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, da Cedente, do Administrador ou do Custodiante e de suas respectivas Partes Relacionadas em assegurar remuneração aos referidos Quotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Seniores não farão jus, em hipótese alguma, quando da amortização ou resgate de suas Quotas, a uma remuneração superior ao valor das mesmas na respectiva Data de Amortização ou Data de Resgate, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para esta classe de Quotas.

Parágrafo Quarto. Caso os recursos existentes no Fundo, a título de Reserva de Amortização, conforme o disposto no Artigo 44 abaixo, não sejam suficientes para realizar o pagamento da amortização das Quotas Seniores no Dia Útil imediatamente anterior ao pagamento em questão, serão utilizados os recursos provenientes da subscrição das novas Quotas Subordinadas observado o disposto no Artigo 42 abaixo.

Artigo 42. O Administrador poderá, durante o Prazo de Duração, deliberar pela emissão de novas Quotas Subordinadas a serem subscritas e integralizadas pela Cedente, sem

necessidade de autorização prévia da Assembléia Geral, exclusivamente nas hipóteses de impossibilidade de recomposição (i) da Reserva de Amortização, conforme disposto no Parágrafo Terceiro do Artigo 44 abaixo, e (ii) da Reserva de Despesa, conforme Parágrafo Terceiro do Artigo 45 abaixo.

Artigo 43. A partir da Data de Emissão de Quotas Subordinadas, seu Valor Unitário de Emissão será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização ou resgate, sendo que este será equivalente ao valor do Patrimônio Líquido, deduzido do valor das Quotas Seniores em circulação, e deduzido das eventuais provisões de custos, dividido pelo número de Quotas Subordinadas em circulação na respectiva Data de Cálculo.

Artigo 44. O Administrador deverá constituir reserva monetária (a “Reserva de Amortização”) com as disponibilidades diárias havidas com o recebimento (i) do valor das Disponibilidades, a partir da dedução do Preço de Aquisição pago pelo Fundo à Cedente; e/ou (ii) do valor de integralização das novas Quotas Subordinadas, conforme Artigo 42 acima, em montante equivalente à projeção dos próximos 3 (três) meses de Valor de Amortização Mensal da totalidade das Quotas Seniores em circulação, líquido de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos e/ou despesas de qualquer natureza. A Reserva de Amortização será constituída pelo Administrador na primeira Data de Emissão de Quotas Seniores, a partir da dedução do Preço de Aquisição pago pelo Fundo à Cedente, sendo proporcionalmente ajustada, na hipótese de emissão de novas séries de Quotas Seniores, observado o disposto no Artigo 42 acima, devendo o Administrador, para tal propósito, manter a Reserva de Amortização em conformidade com a disposição do Artigo 14 deste Regulamento, observado o Parágrafo Terceiro abaixo.

Parágrafo Primeiro. A Reserva de Amortização, uma vez constituída, deverá ser mantida pelo Administrador até o pagamento integral das parcelas de amortização e/ou resgate das Quotas Seniores.

Parágrafo Segundo. Caso a Reserva de Amortização, por qualquer razão, não seja plenamente atingida nos termos do *caput*, tal fato configurará um Evento de Avaliação. A partir da primeira Data de Emissão de Quotas Seniores, 5 (cinco) Dias Úteis antes de cada Data de Amortização ou 7 (sete) Dias Úteis antes da Data de Resgate, conforme o caso, (a “Data de Verificação”), o Custodiante, por ordem e conta do Fundo, verificará se o saldo da Reserva de Amortização atende ao disposto no *caput*.

Parágrafo Terceiro. Caso a Reserva de Amortização, ou parte dela, seja, por qualquer razão, utilizada pelo Administrador do Fundo, o Administrador deverá, em até 5 (cinco) Dias Úteis, determinar arrecadação suplementar, nos termos do 2.1.2. da Cláusula

Segunda do Contrato de Cessão e observado o disposto no Artigo 42 deste Regulamento, de forma que a Reserva de Amortização seja sempre mantida até o pagamento integral da totalidade das parcelas de amortização das Quotas Seniores.

Artigo 45. Adicionalmente à Reserva de Amortização, o Administrador deverá constituir reserva para o pagamento dos encargos e despesas do Fundo. Para tanto, o Administrador deverá, na primeira Data de Emissão de Quotas Seniores, deduzir do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios pago pelo Fundo à Cedente, além da Reserva de Amortização, o montante total estipulado, nesta data, de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), a título de reserva para o pagamento dos encargos e despesas relativos ao Fundo (a “Reserva de Despesas”), líquido de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos e/ou despesas de qualquer natureza, bem como deduzir do valor de integralização das novas Quotas Subordinadas, conforme Artigo 42 acima, se for o caso. A Reserva de Despesas deverá ser, no mínimo, equivalente à projeção dos próximos 3 (três) meses de despesas do Fundo, contados a partir da primeira Data de Amortização das Quotas Seniores. O Administrador deverá, para tal propósito, manter a Reserva de Despesas em (a) depósitos bancários à vista; e/ou (b) aplicações de liquidez imediata, observada as restrições da política de investimento do Fundo.

Parágrafo Primeiro. A Reserva de Despesas, uma vez constituída nos termos do *caput*, deverá ser mantida pelo Administrador até o pagamento integral de todos os encargos e despesas do Fundo, conforme previstos neste Regulamento.

Parágrafo Segundo. Caso a Reserva de Despesas, por qualquer razão, não atinja o valor previsto para a referida reserva, nos termos do *caput* acima, tal fato configurará um Evento de Avaliação. A partir da primeira Data de Emissão de Quotas Seniores, nas Datas de Verificação, o Custodiante, por ordem e conta do Fundo, verificará se o saldo da Reserva de Despesa atende ao disposto no *caput*.

Parágrafo Terceiro. Caso a Reserva de Despesas, ou parte dela, seja, por qualquer razão, utilizada pelo Administrador do Fundo, o Administrador deverá, em até 5 (cinco) Dias Úteis, determinar arrecadação suplementar, nos termos do item 2.1.2. da Cláusula Segunda do Contrato de Cessão e observado o disposto no Artigo 42 deste Regulamento, de forma que a Reserva de Despesas seja sempre mantida até o pagamento integral da totalidade dos encargos e despesas do Fundo.

CAPÍTULO TREZE – DO PAGAMENTO DOS VALORES DEVIDOS PELO FUNDO AOS QUOTISTAS

Artigo 46. Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Capítulo Dezessete, o Administrador deverá transferir as Disponibilidades depositadas na Conta Autorizada do Fundo aos titulares das Quotas, na conta corrente por estes indicadas no Boletim de Subscrição, em cada Data de Amortização ou na Data de Resgate, conforme o caso.

Parágrafo Primeiro. O Administrador efetuará o pagamento das amortizações ou resgates de Quotas por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo Bacen.

Parágrafo Segundo. Os recursos depositados na Conta Autorizada do Fundo deverão ser transferidos aos titulares das Quotas, quando de sua amortização ou resgate, de acordo com os registros de titularidade mantidos pelo Administrador no Dia Útil anterior às respectivas Datas de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso.

Parágrafo Terceiro. Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional ou, na hipótese prevista no Artigo 56 deste Regulamento, mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios, observados os termos do Contrato de Cessão.

CAPÍTULO QUATORZE – DO REGISTRO DA DISTRIBUIÇÃO E NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS

Artigo 47. As Quotas Seniores serão registradas para distribuição, no mercado primário, no MDC – Módulo de Distribuição de Cotas de Fundo da CETIP, a qual efetuará a liquidação da distribuição e a custódia eletrônica das Quotas.

Artigo 48. As Quotas Seniores serão registradas para negociação, no mercado secundário, (i) no SFF da CETIP, a qual efetuará a liquidação da negociação e a custódia eletrônica das Quotas Seniores, e (ii) no BOVESPAFIX e SOMAFIX, observada a responsabilidade dos Intermediários de assegurarem que somente Investidores Qualificados adquiram Quotas Seniores do Fundo. Os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos e quaisquer custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas.

Parágrafo Único. Na hipótese de negociação de Quotas Seniores em entidade integrante do mercado secundário, a transferência de titularidade para a conta de depósito do novo Quotista observará os procedimentos estabelecidos pela respectiva entidade de mercado de balcão organizado em que as Quotas estejam admitidas à negociação, observando-se que o Intermediário deverá verificar a condição de Investidor Qualificado do novo Quotista.

CAPÍTULO QUINZE – DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

Artigo 49. Observadas as disposições legais aplicáveis, os Direitos Creditórios devem ser registrados, na Data de Emissão, pelo valor efetivamente pago pelo Fundo.

Artigo 50. Os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo serão registrados pelo seu respectivo Preço de Aquisição, atualizados diariamente pelo valor equivalente ao Parâmetro de Rentabilidade, respeitadas as proporções das respectivas séries, acrescidos dos Encargos do Fundo debitados no Dia Útil anterior e deduzidos dos valores efetivamente recebidos pelo Fundo a título de pagamento dos Direitos Creditórios.

Artigo 51. Os Ativos Financeiros deverão ser registrados e ter os seus valores ajustados a valor de mercado (*marked-to-market*), observadas as regras e os procedimentos definidos pelo Administrador e aceitos pelo Bacen e pela CVM, aplicáveis aos fundos de investimento.

Parágrafo Único. Os ajustes dos valores dos Ativos Financeiros, decorrentes da aplicação dos critérios estabelecidos neste Regulamento, serão registrados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no Plano Contábil.

Artigo 52. As perdas e provisões com Ativos Financeiros serão reconhecidas no resultado do período, observadas as regras e os procedimentos definidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, editado pelo Banco Central do Brasil (“COSIF”). O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas e provisões passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão destas desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada aos seus respectivos valores, acrescidos dos rendimentos auferidos.

CAPÍTULO DEZESSEIS – DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO E DOS EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO

Artigo 53. São considerados eventos de avaliação do Fundo (os “Eventos de Avaliação”), qualquer das seguintes ocorrências:

- a) descumprimento, pela Cedente, de qualquer das obrigações de fazer e/ou não fazer decorrentes do Contrato de Cessão, que não seja um Evento de Liquidação e que, a critério do Administrador, possa comprometer a capacidade do Fundo de cumprir com

seus compromissos perante os Quotistas, desde que a Cedente tenha sido notificada pelo Administrador para regularizar tal descumprimento e não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;

- b) inobservância, pelo Administrador, de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento, que não seja um Evento de Liquidação, verificada pelo Custodiante, desde que, se notificado por este para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- c) inobservância, pelo Custodiante, de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento e no Contrato de Custódia, que não seja um Evento de Liquidação, desde que, notificado pelo Administrador para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contado do prazo do recebimento da referida notificação;
- d) modificações estatutárias que alterem o objeto social preponderante da Cedente e/ou alterações na forma de operação da Cedente que, conseqüentemente, afetem em qualquer caso a prestação, pela Cedente, dos serviços de transporte ferroviário de pessoas;
- e) perda da atual situação de controle acionário, direto ou indireto, da Cedente que afete negativamente a Classificação de Risco das Quotas do Fundo para uma nota inferior a brAA- dada pela Agência Classificadora de Risco, ou equivalente, emitida por agência de classificação de risco de atuação internacional que eventualmente venha a substituir a Agência de Classificação de Risco;
- f) vencimento antecipado e/ou inadimplemento de quaisquer operações de natureza financeira em que a Cedente seja mutuária ou garantidora, desde que não sanados no prazo de 10 (dez) Dias Úteis, cujo valor presente das obrigações de pagamento seja superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), que será atualizado, na menor periodicidade admitida em lei, a partir da data de assinatura do Contrato de Cessão, pela variação acumulada do IGP-M (ou, na sua falta, por outro índice que vier a substituí-lo), para os fins desta alínea, são consideradas operações de natureza financeira, (i) quaisquer operações de empréstimo em moeda; (ii) financiamentos a projetos de investimento, ainda que não reconhecidos em seus balanços (*off-balance*); (iii) repasses de empréstimos em moeda nacional ou estrangeira, registrados ou não no Bacen; (iv) operações de abertura de crédito em conta-corrente; (v) adiantamento a depositantes, na forma definida nas normas do Bacen; (vi) operações de arrendamento mercantil; (vii) emissão pública ou privada de debêntures ou de quaisquer outros títulos ou valores mobiliários, no Brasil ou no exterior; (viii) concessão de garantias, pessoais ou reais, em operações de qualquer natureza, em especial as de

natureza financeira; (ix) operações de adiantamento de receitas futuras, realizadas por meio de permuta, cessão, transferência parcial, venda à vista com compromisso de recompra em prazo determinado, venda a termo, emissão de opções de qualquer natureza ou desconto de títulos; (x) desconto bancário, com ou sem cláusula de corresponsabilidade; e (xi) qualquer outra espécie de negócio jurídico cujo efeito financeiro seja captação de recursos financeiros e/ou a antecipação de receitas decorrentes da consecução do objeto social da Cedente;

- g) caso a classificação de risco das Quotas do Fundo seja rebaixada pela Agência de Classificação de Risco para uma nota inferior a brAA-, ou equivalente, emitida por agência de classificação de risco de atuação internacional que eventualmente venha a substituir a Agência de Classificação de Risco;
- h) caso o Índice de Cobertura, seja por 2 (dois) meses consecutivos ou 3 (três) meses alternados em um período de 12 (doze) meses, inferior a 2 (duas) vezes a Quantidade Mínima Mensal do respectivo Período de Capitalização;
- i) caso o volume de Direitos Creditórios que transitar pela Conta Arrecadadora, em cada Período Regular de Constituição e Pagamento de Direitos Creditórios, seja por 2 (dois) meses consecutivos ou 3 (três) meses alternados em um período de 12 (doze) meses, inferior a Quantidade Mínima Mensal do respectivo Período de Capitalização;
- j) decretação de intervenção na concessão de titularidade da Cedente que represente impacto de mais de 20% (vinte por cento) da receita operacional líquida da Cedente, verificado pelo Administrador, a cada 3 (três) meses, com base nas informações trimestrais da Cedente do mesmo período do exercício anterior;
- k) criação de novos impostos, taxas, contribuições, elevação das alíquotas dos já existentes ou modificação da base de cálculo de impostos, taxas e contribuições, presentes ou futuros, que afetem negativamente o equilíbrio econômico-financeiro do Fundo e/ou onerem excessivamente a consecução do seu objetivo;
- l) paralisação da prestação de serviços de transporte pela Cedente, por um período superior a 5 (cinco) dias calendário, durante o Período de Arrecadação, por qualquer fato ou circunstância que esteja sob o controle da Cedente (entende-se que greve, legal ou ilegal, não será considerada fato ou circunstância sob controle da Cedente), e que resulte em um comprometimento, por dois Períodos de Capitalização consecutivos, maior que 20% (vinte por cento) da arrecadação diária de qualquer das Estações Designadas, que individualmente representem 20% (vinte por cento) ou mais do volume total de Direitos Creditórios cedidos ao Fundo;

- m) rescisão ou resilição do Contrato de Arrecadação, pela Cedente ou pelo Agente Arrecadador, sem a prévia anuência do Fundo ou nos termos neles previamente dispostos, desde que não haja substituto no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da rescisão ou resilição do Contrato de Arrecadação;
- n) rescisão ou resilição do Contrato de Transporte de Valores, pela Cedente ou pela Protege, desde que não haja substituto no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da rescisão ou resilição do Contrato de Transporte de Valores;
- o) existência de evidências suficientes de que a Cedente tenha comprometido parte ou toda a arrecadação das Estações Designadas, durante o Período de Arrecadação, por cessão ou garantia em operação de qualquer natureza;
- p) alteração do presente Regulamento por força de determinação ou de normas editadas pela CVM que afete ou possa afetar prejudicialmente o desempenho do Fundo;
- q) caso a Reserva de Amortização e/ou a Reserva de Despesas não forem atingidas, quando da sua verificação pelo Administrador;
- r) existência de evidências suficientes de que a Cedente tenha emitido ou, por comprovada negligência, tenha permitido a terceiros emitir bilhetes sem lastro e/ou em duplicidade;
- s) alteração no mecanismo de arrecadação de tarifas cobradas pela Cedente que comprovadamente comprometa a arrecadação dos Direitos Creditórios; e
- t) no caso de ocorrência de um dos Eventos de Responsabilidade do Cedente, nos termos do item 1.2.2. da Cláusula Primeira do Contrato de Cessão.

Parágrafo Primeiro. Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação, o Administrador: (a) determinará ao Custodiante que seja suspensa imediatamente o pagamento de amortizações de Quotas Seniores ainda em aberto; (b) independentemente de qualquer procedimento adicional, convocará imediatamente Assembleia Geral, a qual decidirá, de acordo com o quorum de deliberação de que trata o Capítulo Dezenove, se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como um Evento de Liquidação; e (c) determinará ao Agente Arrecadador que retenha 100% (cem por cento) dos Direitos Creditórios nas hipóteses estabelecidas nas alíneas (a), (d), (e), (f), (j), (n), (q), (r), (s), (t) do *caput*, de forma que seja transferida ao Fundo a Quantidade de Direitos Creditórios Ajustada, observado o Contrato de Arrecadação.

Parágrafo Segundo. Caso a Assembléia Geral decida que o Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação, deverão ser iniciados os procedimentos estabelecidos nos Parágrafos do Artigo 54 abaixo, independentemente da realização de uma nova Assembléia Geral. Caso contrário, o Administrador deverá adotar as medidas tomadas pelos Quotistas na referida Assembléia Geral para manutenção das atividades regulares do Fundo e eventual cura do Evento de Avaliação.

Artigo 54. São considerados eventos de liquidação do Fundo, para efeitos do artigo 24 da Instrução CVM 356 (os "Eventos de Liquidação"), quaisquer das seguintes ocorrências:

- a) ocorrência de qualquer das hipóteses de término da concessão previstas em lei;
- b) decretação de falência da Cedente, requerimento de autofalência ou protocolização de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial pela Cedente nos termos da legislação aplicável à Cedente, ou declaração judicial da dissolução e/ou liquidação da Cedente;
- c) revogação, pela Cedente, dos mandatos outorgados ao Custodiante e/ou ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão;
- d) alteração no mecanismo de arrecadação dos Direitos Creditórios nas Estações Designadas e dos Vales-Transporte negociados pela Cedente que comprovadamente comprometa 30% (trinta por cento) da arrecadação do produto dos Direitos Creditórios;
- e) caso ocorra a rescisão do Contrato de Cessão;
- f) caso os Quotistas reunidos em Assembléia Geral, conforme previsto nos Parágrafos Primeiro e Segundo do Artigo 53 acima, deliberem que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação;
- g) caso quaisquer dos titulares das Quotas não disponibilizem ao Fundo os recursos aprovados em Assembléia Geral para a adoção dos procedimentos referidos no Capítulo Dezoito, na forma ali estabelecida;
- h) caso os titulares das Quotas Subordinadas não aprovem o novo parâmetro de remuneração das Quotas Seniores conforme o disposto no Parágrafo Primeiro do Artigo 41 deste Regulamento;
- i) na hipótese de o Índice de Cobertura ser inferior a 1,50 (um vírgula cinquenta); e
- n) caso não ocorra a substituição do Administrador dentro do prazo assinalado nos termos do Parágrafo Quarto do Artigo 6º deste Regulamento.

Parágrafo Primeiro. Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, o Administrador deverá (i) determinar ao Agente Arrecadador que retenha 100% (cem por cento) dos Direitos Creditórios; (ii) notificar os Quotistas; e (iii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo definidos nos Parágrafos seguintes deste Artigo.

Parágrafo Segundo. Na ocorrência da hipótese prevista no Parágrafo Primeiro deste Artigo, o Administrador deverá convocar imediatamente uma Assembléia Geral, a fim de que os titulares das Quotas deliberem sobre os procedimentos que serão adotados para preservar seus direitos, interesses e prerrogativas, assegurando-se, no caso de decisão pela interrupção dos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo, o resgate das Quotas Seniores detidas pelos Quotistas Seniores dissidentes pelo seu respectivo valor, calculado de acordo com o Artigo 41 deste Regulamento, e a conseqüente saída destes do investimento.

Parágrafo Terceiro. Observada a deliberação dos Quotistas na Assembléia Geral referida no Parágrafo Segundo deste Artigo, na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, o Fundo resgatará todas as Quotas compulsoriamente, ao mesmo tempo, em igualdade de condições, observados os direitos e prerrogativas de cada classe e série de Quotas, e considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas em circulação, observado o disposto no Parágrafo Quarto abaixo.

Parágrafo Quarto. Caso, na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, os Direitos Creditórios arrecadados pelo Agente Arrecadador não sejam suficientes para atingir a Quantidade de Direitos Creditórios Ajustada, o Administrador deverá proceder ao descrito no Artigo 29 deste Regulamento.

Artigo 55. As verbas pagas aos titulares das Quotas, a título de resgate antecipado de suas Quotas, deverão ser inicialmente imputadas, sem solução de continuidade, no pagamento dos rendimentos auferidos pelas mesmas e, posteriormente, no pagamento integral de seu valor nominal, sendo que os procedimentos descritos no Artigo 29 deste Regulamento somente poderão ser interrompidos após o resgate integral das Quotas.

Artigo 56. Caso, 90 (noventa) dias após a data da realização da Assembléia Geral a que se refere o Parágrafo Segundo do Artigo 54 deste Regulamento, o Fundo não disponha de recursos para o resgate integral das Quotas, e desde que mediante aviso prévio aos Quotistas até 60 (sessenta) dias depois da data da realização da Assembléia Geral acima referida, o Administrador poderá realizar o resgate do saldo das Quotas mediante dação em pagamento dos Ativos Financeiros e/ou Direitos Creditórios integrantes da carteira do

Fundo, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra o Fundo ou coobrigação deste, sempre considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas em circulação.

Parágrafo Primeiro. Para fins do disposto no *caput* deste Artigo, os Ativos Financeiros e/ou Direitos Creditórios dados em pagamento aos titulares das Quotas constituirão um condomínio, cujas frações ideais de cada titular de Quotas Seniores serão calculadas de acordo com a proporção de Quotas Seniores detida por cada titular sobre o valor total das Quotas Seniores em circulação. O Administrador deverá notificar os titulares das Quotas Seniores (i) para que os Quotistas elejam um administrador para o referido condomínio, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil; e (ii) para informar a proporção de que cada titular de Quotas faz jus.

Parágrafo Segundo. Caso os titulares das Quotas não procedam à eleição do administrador do condomínio, fica desde já estabelecido que essa função será atribuída ao titular de Quotas Seniores que detenha, isoladamente ou em conjunto com suas Partes Relacionadas, a maioria das Quotas em circulação.

CAPÍTULO DEZESSETE – DA ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Artigo 57. Diariamente, a partir da primeira Data de Emissão de Quotas Seniores e até a liquidação do Fundo, o Administrador obriga-se a utilizar as Disponibilidades para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- a) pagamento dos Encargos do Fundo;
- b) formação de Reserva de Amortização;
- c) formação de Reserva de Despesas, equivalentes à projeção dos próximos 3 (três) meses de Encargos do Fundo, contados a partir da primeira Data de Emissão das Quotas Seniores, a serem incorridos nos meses calendário imediatamente subsequentes àqueles em que for efetuado o respectivo provisionamento;
- d) pagamentos dos valores referentes à amortização e resgate das Quotas Seniores;
- e) formação de reserva para pagamento das despesas relacionadas à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades; e
- f) pagamento do resgate das Quotas Subordinadas.

Parágrafo Único. Caso o Fundo venha a ser liquidado antecipadamente, o Administrador utilizará as Disponibilidades para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência das alíneas do *caput*: (a), (d), (e), (f) e (g).

CAPÍTULO DEZOITO – DOS PROCEDIMENTOS E DOS CUSTOS REFERENTES À COBRANÇA DOS ATIVOS FINANCEIROS DO FUNDO

Artigo 58. Todos os custos e despesas incorridos pelo Fundo para salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos Ativos Financeiros e/ou Direitos Creditórios serão de inteira responsabilidade do Fundo ou dos Quotistas, observado o disposto no Artigo 59, abaixo, não estando o Administrador ou o Custodiante, de qualquer forma, obrigado pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança dos seus ativos. O Administrador não é responsável por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos aqui referidos que o Fundo venha a iniciar em face de terceiros, os quais deverão ser custeados pelo próprio Fundo ou diretamente pelos Quotistas.

Artigo 59. As despesas relacionadas com as medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda dos direitos e prerrogativas do Fundo e/ou a cobrança judicial ou extrajudicial dos Ativos Financeiros e/ou Direitos Creditórios serão suportadas diretamente pelo Fundo até o limite do Patrimônio Líquido. A parcela que exceder ao Patrimônio Líquido deverá ser previamente aprovada pelos titulares das Quotas Seniores em Assembléia Geral convocada especialmente para este fim e, se for o caso, será por eles aportada diretamente ao Fundo por meio da subscrição e integralização de nova série de Quotas Seniores, respeitados os termos do Artigo 34 deste Regulamento, considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas Seniores em circulação, na data da respectiva aprovação, observado que os Quotistas Seniores dissidentes terão direito de recesso. Os recursos aportados ao Fundo pelos titulares das Quotas Seniores serão reembolsados por meio do resgate ou amortização das respectivas séries de Quotas Seniores, de acordo com os procedimentos previstos neste Regulamento.

Parágrafo Primeiro. Fica, desde já, estabelecido que, observada a manutenção do regular funcionamento do Fundo, nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pelo Fundo, após esgotado o Patrimônio Líquido, antes (i) do recebimento integral do adiantamento a que se refere o *caput* deste Artigo; e (ii) da assunção, pelos Quotistas, do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de eventual verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser condenado. O Administrador não será

responsável por qualquer dano ou prejuízo sofrido pelo Fundo e/ou por qualquer dos Quotistas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento), pelo Fundo, de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas, inclusive caso os Quotistas não aportem os recursos suficientes para tanto na forma deste Capítulo.

Parágrafo Segundo. As despesas a que se refere o *caput* deste Artigo são aquelas mencionadas na alínea (f) do Artigo 31 acima.

Parágrafo Terceiro. Todos os valores aportados pelos Quotistas ao Fundo nos termos do *caput* deste Artigo deverão ser feitos em moeda corrente nacional, líquidos de quaisquer taxas, impostos, contribuições e/ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais valores, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou contribuições (inclusive sobre movimentações financeiras) incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte e de forma que o Fundo receba as referidas verbas pelos seus valores integrais e originais, acrescidos dos valores necessários para que o Fundo possa honrar integralmente suas obrigações nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação.

CAPÍTULO DEZENOVE – DA ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 60. Sem prejuízo das demais competências previstas neste Regulamento, à Assembleia Geral compete privativamente, observados os respectivos quoruns de deliberação definidos neste Regulamento:

- a) tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pelo Administrador;
- b) alterar o Regulamento;
- c) deliberar sobre a substituição do Administrador, do Custodiante e do Agente Arrecadador;
- d) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração cobrada pelo Administrador, inclusive na hipótese de restabelecimento da que tenha sido objeto de redução;

- e) deliberar sobre a transformação, incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo ou prorrogação do Prazo de Duração;
- f) deliberar sobre (i) a determinação sobre a nova taxa de atualização das Quotas Seniores, (ii) a conversão de um Evento de Avaliação em um Evento de Liquidação, (iii) necessidade de aporte de recursos ao Fundo, na forma do Capítulo Dezoito, e (iv) a interrupção dos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo.

Parágrafo Único. O Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembléia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a determinações das autoridades competentes e de normas legais ou regulamentares, incluindo correções e ajustes de caráter não material nas definições e nos parâmetros utilizados no cálculo dos índices estabelecidos neste Regulamento, devendo tal alteração ser providenciada, impreterivelmente, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contado da divulgação do fato aos Quotistas.

Artigo 61. A convocação da Assembléia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, quando em primeira convocação, e com 5 (cinco) dias de antecedência, quando em segunda convocação, e far-se-á por meio de aviso publicado no periódico mencionado no Artigo 70, abaixo, do qual constará o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembléia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia, sempre acompanhada das informações e dos elementos adicionais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembléia Geral.

Parágrafo Primeiro. Para efeito do disposto no *caput*, admite-se que a segunda convocação da Assembléia Geral seja providenciada juntamente com o anúncio da primeira convocação.

Parágrafo Segundo. A Assembléia Geral poderá ser convocada por iniciativa própria do Administrador ou por solicitação de Quotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação.

Parágrafo Terceiro. A Assembléia Geral se instalará em primeira convocação, com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Quotas Seniores em circulação, e, em segunda convocação, com qualquer número. Independentemente das formalidades previstas na lei e neste Regulamento, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

Parágrafo Quarto. A presidência da Assembléia Geral caberá ao Administrador.

Parágrafo Quinto. Sem prejuízo do disposto no Parágrafo Sexto deste Artigo, o Administrador e/ou os Quotistas que detenham, no mínimo, 15% (quinze por cento) das Quotas Seniores em circulação poderão convocar representantes da Empresa de Auditoria ou quaisquer terceiros, para participar das Assembléias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

Parágrafo Sexto. Independentemente de quem tenha convocado, o representante do Administrador deverá comparecer a todas as Assembléias Gerais e prestar aos Quotistas as informações que lhe forem solicitadas.

Parágrafo Sétimo. Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral de Quotistas será realizada na sede do Administrador. Quando a Assembléia Geral de Quotistas não for realizada na sede do Administrador, as comunicações enviadas aos Quotistas devem indicar, com clareza, o local da reunião, que em nenhuma hipótese pode realizar-se fora do município da sede do Administrador.

Artigo 62. A cada Quota corresponde 1 (um) voto, sendo admitida a representação do Quotista Sênior por mandatário legalmente constituído há menos de 1 (um) ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede do Administrador no prazo de até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembléia Geral.

Artigo 63. Ressalvado o disposto no Parágrafo Primeiro deste Artigo, toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Quotistas deverá ser aprovada pelos votos favoráveis dos titulares da maioria das Quotas Seniores em circulação.

Parágrafo Primeiro. Independentemente do disposto no *caput* deste Artigo, as seguintes deliberações das Assembléias Gerais dependerão dos votos favoráveis de Quotistas que representem:

- a) 90% (noventa por cento) das Quotas Seniores em circulação, para alteração dos Capítulos Dois, Seis, Oito, Onze, Doze e Dezesseis deste Regulamento, desta alínea (a) e da alínea (b) abaixo;
- b) 75% (setenta e cinco por cento) das Quotas Seniores em circulação para:
 - (i) a aprovação de alteração dos quoruns de instalação ou deliberação estabelecidos neste Regulamento, ressalvado o disposto na alínea (a) acima;
 - (ii) deliberação a que se refere o Parágrafo Segundo do Artigo 53 acima;

- (iii) alterações dos Capítulos Quinze e Dezessete; e
- (iv) aprovação da substituição do Custodiante.

Parágrafo Segundo. Para efeito da constituição de quaisquer dos quoruns de deliberação da Assembléia Geral, serão excluídas as Quotas Seniores de titularidade da Cedente e de suas Partes Relacionadas.

Parágrafo Terceiro. Caso o Patrimônio Líquido não apresente liquidez suficiente para honrar o resgate antecipado das Quotas Seniores dos Quotistas dissidentes das deliberações previstas no Parágrafo Segundo do Artigo 54, deverão ser definidos na respectiva Assembléia Geral, pelos titulares da maioria das Quotas Seniores presentes, os procedimentos necessários para o resgate parcelado das Quotas Seniores, o qual não poderá ultrapassar 6 (seis) meses da data da publicação da ata da referida Assembléia Geral.

Parágrafo Quarto. Os referidos titulares de Quotas Seniores dissidentes terão prioridade no recebimento dos valores correspondentes ao resgate antecipado de suas Quotas Seniores, sendo que os demais Quotistas somente terão suas Quotas amortizadas ou resgatadas após a conclusão do referido resgate antecipado e se o Patrimônio Líquido assim permitir.

Artigo 64. As deliberações tomadas pelos Quotistas Seniores, observados os quoruns estabelecidos neste Regulamento, serão existentes, válidas e eficazes perante o Fundo e obrigarão a todos os Quotistas, independentemente de terem comparecido à Assembléia Geral ou do voto proferido.

Artigo 65. Os Quotistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia a fim de deliberar sobre matéria de seu interesse.

CAPÍTULO VINTE – DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Artigo 66. O Fundo terá escrituração contábil própria. As demonstrações financeiras do Fundo estarão sujeitas às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicação previstas no Plano Contábil e na legislação aplicável.

Artigo 67. As demonstrações financeiras do Fundo serão auditadas anualmente pela Empresa de Auditoria. Observadas as disposições legais aplicáveis, deverão necessariamente constar de cada relatório de auditoria os seguintes itens:

- a) opinião se as demonstrações financeiras examinadas refletem adequadamente a posição financeira do Fundo, de acordo com as regras do Plano Contábil;
- b) demonstrações financeiras do Fundo, contendo o balanço analítico e a evolução de seu Patrimônio Líquido, elaborados de acordo com a legislação em vigor; e
- c) notas explicativas e outras informações julgadas pela Empresa de Auditoria como indispensáveis para a interpretação das demonstrações financeiras.

Parágrafo Único. A Empresa de Auditoria deverá examinar, quando da realização da auditoria anual, os demonstrativos preparados pelo Diretor Designado nos termos do Artigo 11.

Artigo 68. O exercício social do Fundo terá a duração de 1 (um) ano, encerrando-se em 31 de dezembro.

CAPÍTULO VINTE E UM – DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Artigo 69. O Patrimônio Líquido corresponderá ao somatório dos valores investidos em Direitos Creditórios e das Disponibilidades do Fundo, menos as exigibilidades referentes aos Encargos do Fundo e as provisões referidas nos Artigos 30 e 52.

Parágrafo Único. Todos os recursos que o Fundo vier a receber, a qualquer tempo, da Cedente e/ou de qualquer terceiro a título, entre outros, de multas, indenizações ou verbas compensatórias serão incorporados ao Patrimônio Líquido.

CAPÍTULO VINTE E DOIS – DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS

Artigo 70. Qualquer ato ou fato relevante que possa, direta ou indiretamente, influir nas decisões do Quotista quanto a sua permanência no Fundo, deverá ser ampla e imediatamente divulgado por meio de anúncio publicado, em forma de aviso, no jornal Monitor Mercantil, publicado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, ou, na sua impossibilidade, mediante aviso prévio aos Quotistas, em veículo de circulação e alcance equivalente.

Parágrafo Primeiro. As publicações referidas no *caput* deste Artigo deverão ser mantidas à disposição dos Quotistas na sede e agências do Administrador e das instituições que distribuírem Quotas.

Parágrafo Segundo. Qualquer mudança no periódico referido no *caput* deste Artigo, deverá ser aprovada pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral, observado o respectivo quorum.

Artigo 71. No prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, deverão ser colocados à disposição dos Quotistas, na sede e agências do Administrador, informações sobre:

- a) o número e valor das Quotas de titularidade de cada Quotista;
- b) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês a que se referir; e
- c) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios e Ativos Financeiros do Fundo.

Artigo 72. Todo o material de divulgação do Fundo deverá apresentar a nota conferida pela Agência de Classificação de Risco, suas respectivas atualizações, e a indicação de como os Quotistas podem obter maiores informações sobre a avaliação efetuada.

Artigo 73. O Administrador deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição dos Quotistas que as solicitarem, observados os seguintes prazos máximos:

- a) de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- b) de 60 (sessenta) dias após o encerramento do exercício social a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

Artigo 74. As informações prestadas ou qualquer material de divulgação do Fundo não podem estar em desacordo com este Regulamento e com o Prospecto protocolado na CVM.

CAPÍTULO VINTE E TRÊS – DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Artigo 75. A Agência de Classificação de Risco será responsável pela elaboração e atribuição de classificação de risco às Quotas Seniores. O respectivo relatório de classificação de risco deverá ser atualizado, no mínimo, trimestralmente, e ficar à disposição dos Quotistas na sede e agências do Administrador.

Parágrafo Único. Qualquer alteração da classificação de risco das Quotas Seniores constitui fato relevante para fins de comunicação aos Quotistas.

CAPÍTULO VINTE E QUATRO – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 76. Todas as disposições contidas neste Regulamento que se caracterizem como obrigação de fazer ou não fazer a ser cumprida pelo Fundo, deverão ser consideradas, salvo referência expressa em contrário, como de responsabilidade exclusiva do Administrador.

Artigo 77. Para efeitos do disposto neste Regulamento, entende-se por “Dia Útil” segunda a sexta-feira, exceto feriados de âmbito nacional.

Artigo 78. Fica eleito o foro da Seção Judiciária da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Regulamento, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Rio de Janeiro, [•] de fevereiro de 2009

OLIVEIRA TRUST DTVM S.A.

Administrador

"Este Anexo é parte integrante e inseparável do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - SUPERVIA. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento."

ANEXO I – MODELO DE TERMO DE ADESÃO AO REGULAMENTO E CIÊNCIA DE RISCO

MODELO DE TERMO DE ADESÃO AO REGULAMENTO E CIÊNCIA DE RISCO

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - SUPERVIA

1 - Nome do Quotista			2 - CNPJ/CPF
3 - Banco	4 - Agência N°	5 - Conta/Dac N°	6 - Data
7 - E-mail		8 - Valor	

9 - O objetivo do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Supervia, designado doravante Fundo, é proporcionar a seus Quotistas, observada a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira definida no seu Regulamento, designado Regulamento, a valorização de suas Quotas por meio da aquisição pelo Fundo (i) dos Direitos Creditórios oriundos da prestação de serviço público pela Cedente no segmento de transportes ferroviários de pessoas, nos termos do Contrato de Concessão, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra a Cedente ou coobrigação desta, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados assegurados aos titulares de tais Direitos Creditórios, e quaisquer indenizações devidas, direta ou indiretamente, decorrentes de apólices de seguro contratados pela Cedente ou por quaisquer de seus prestadores de serviços no âmbito da arrecadação dos Direitos Creditórios, incluindo, sem limitação, as indenizações provenientes do serviço de Transporte de Valores e afins, bem como todos e quaisquer encargos, multas compensatórias e/ou indenizatórias devidas à Cedente no âmbito da prestação do Serviço, nos termos do Contrato de Cessão, inclusive reajustes monetários/tarifários, bem como todos os direitos, ações e garantias assegurados à Cedente por força dos Direitos Creditórios cedidos; e/ou (ii) de Ativos Financeiros.

10 - O objetivo do Fundo, bem como os parâmetros de rentabilidade, procedimentos de constituição de reserva de pagamento de amortizações e resgates e quaisquer outras disposições estabelecidas no Regulamento não constituem, sob qualquer hipótese, garantia ou promessa de rentabilidade por parte do Administrador, consistindo apenas um objetivo a ser perseguido pelo Administrador.

11 - Os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros, por sua própria natureza, estão sujeitos a flutuações de mercado e/ou a riscos de crédito das respectivas contrapartes que poderão gerar perdas ao Fundo e aos Quotistas, hipóteses em que a Cedente, o Administrador, o Custodiante, ou qualquer de suas Partes Relacionadas não poderão ser

responsabilizados, entre outros eventos, (i) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo; (ii) pela inexistência de mercado secundário para os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros; ou (iii) por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando da amortização ou resgate de suas Quotas, nos termos do Regulamento.

12 - Os principais riscos associados ao investimento neste Fundo, dentre outros, são:

Não existência de seguro da performance da Cedente. Nos termos do Contrato de Cessão, os Direitos Creditórios cedidos e entregues ao Fundo são Direitos Creditórios futuros, a serem originados pela Cedente na consecução de seu objeto social. Não há contratação de seguro, pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, pela Cedente, ou por suas respectivas Partes Relacionadas, que garanta a entrega de Direitos Creditórios, no caso de a Cedente interromper, por qualquer motivo, a prestação de serviço de transporte ferroviário aos usuários e, conseqüentemente, a geração de Direitos Creditórios. Desta forma, dado que o Fundo somente procederá à amortização ou ao resgate das Quotas na medida em que os Direitos Creditórios sejam entregues pela Cedente, uma eventual interrupção dos Serviços poderá comprometer ou pelo menos atrasar as amortizações e/ou o resgate das Quotas nas datas programadas. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante ou pela Cedente, ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Limitação de ativos do Fundo. O Fundo está sujeito a riscos de liquidez no tocante às amortizações e ao resgate de suas Quotas, haja vista os riscos inerentes à geração dos Direitos Creditórios e/ou às aplicações do Fundo em Ativos Financeiros. As únicas fontes de recursos do Fundo para efetuar o pagamento das amortizações e/ou resgate de suas Quotas são (i) a continuidade no pagamento dos Direitos Creditórios pelos usuários dos Serviços, pela continuidade na prestação dos Serviços pela Cedente; e (ii) a liquidação dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes. Nesse sentido, o Fundo pode não estar apto a efetuar pagamentos relativos às amortizações e ao resgate de suas Quotas nas datas programadas no caso de (i) falta de liquidez dos mercados nos quais os Ativos Financeiros integrantes da carteira sejam negociados, (ii) condições atípicas de mercado, e/ou (iii) as verbas recebidas pelo pagamento dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros, por qualquer razão, não serem depositadas na conta de depósito de titularidade do Fundo. Ainda nesse sentido, as aplicações do Fundo em Direitos Creditórios apresentam peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento brasileiros, já que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez para Direitos Creditórios. Caso o Fundo precise vender os Direitos Creditórios, ou caso o

Quotista receba tais Direitos Creditórios como pagamento de resgate ou amortização de suas Quotas, (i) poderá não haver mercado comprador ou o preço de alienação de tais Direitos poderá resultar em perda para o Fundo ou, conforme o caso, (ii) o Quotista poderá enfrentar demora na cobrança dos valores devidos pelos respectivos devedores dos Direitos Creditórios. Nessas hipóteses, não há qualquer possibilidade de o Administrador ou o Custodiante determinar o intervalo de tempo necessário para a amortização ou o resgate integral das Quotas, conforme o caso, ou ainda qualquer garantia ou certeza de que será possível ao Fundo e aos Quotistas, conforme o caso, liquidar posições ou realizar os Direitos Creditórios, respectivamente, de sua carteira ou propriedade pelo preço e no momento desejados.

Risco de mercado e fatores macroeconômicos. Variáveis exógenas tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas, poderão causar oscilações nos valores dos Ativos Financeiros que compõem a carteira do Fundo e resultar em alongamento do período de amortização e/ou resgate das Quotas, bem como na liquidação antecipada do Fundo, o que poderá ocasionar a perda, pelos respectivos Quotistas, do valor de principal de suas aplicações. Não será devida pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, pela Cedente, ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza, caso os Quotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante do risco aqui descrito.

Efeitos da política econômica do Governo Federal. O Fundo, seus ativos e a Cedente estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal. O Governo Federal intervém frequentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, conseqüentemente, também na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, alterações nas taxas de juros, entre outras. Tais medidas, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, podendo afetar adversamente o interesse de investidores na aquisição de Quotas e no volume ou na liquidação dos Direitos Creditórios.

Inexistência de rendimento predeterminado. O valor unitário das Quotas Seniores será calculado todo Dia Útil de acordo com os critérios definidos no Regulamento. Tal

atualização tem como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Seniores na hipótese de amortização e/ou resgate de suas respectivas Quotas, e não representa nem deverá ser considerada, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do Administrador, do Custodiante, da Cedente, ou de quaisquer de suas Partes Relacionadas em assegurar tal remuneração aos referidos Quotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Seniores não farão jus, em qualquer circunstância, quando da amortização ou resgate de suas Quotas, a uma remuneração superior ao valor das mesmas na respectiva Data de Amortização ou Data de Resgate, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para esta classe de Quotas.

Risco de descontinuidade na prestação dos Serviços. A política de investimento do Fundo descrita no Regulamento estabelece que o Fundo deve destinar-se, primordialmente, à aplicação nos Direitos Creditórios. Nesse sentido, a continuidade do Fundo pode ser comprometida, independentemente de qualquer expectativa por parte dos Quotistas quanto ao tempo de duração de seus investimentos no Fundo, em função da continuidade das operações da Cedente e da sua capacidade em originar os Direitos Creditórios conforme os Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Regulamento.

Risco de descontinuidade e possibilidade de resgate das Quotas. O Fundo poderá resgatar antecipadamente as Quotas nas hipóteses previstas no Regulamento (Eventos de Liquidação). Deste modo, os Quotistas poderão não receber a rentabilidade esperada e, ainda que consigam recuperar o capital investido no Fundo, terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada até então pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo o Administrador, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

Risco de liquidez do mercado secundário brasileiro de valores mobiliários. O mercado secundário existente no Brasil para negociação de valores mobiliários em geral, e de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios especificamente, apresenta atualmente baixa liquidez, e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação das Quotas que possibilite aos Quotistas sua alienação caso estes assim decidam. Dessa forma, os Quotistas podem ter dificuldade em realizar a venda das Quotas no mercado secundário, sendo que o Fundo, o Administrador, o Cedente, o Custodiante e quaisquer de suas Partes Relacionadas, não estão obrigados a adquirir qualquer quantidade de Quotas dos Quotistas que manifestarem intenção de resgatar os valores por eles investidos no Fundo.

Descasamento de taxas que compõe o Parâmetro de Rentabilidade das Quotas Seniores e as taxas de juros dos Ativos Financeiros e taxas de reajuste da tarifa que compõem os Direitos Creditórios. O Fundo aplicará, observada a sua política de investimentos, suas disponibilidades financeiras em Direitos Creditórios e em Ativos Financeiros. Considerando-se que o valor das Quotas Seniores será atualizado pelo IPCA, nos termos do Parâmetro de Rentabilidade definido em procedimento de *bookbuilding*, poderá ocorrer o descasamento entre as taxas (i) que reajustam as tarifas cobradas pela prestação dos Serviços que compõem os Direitos Creditórios, atualizados anualmente com base no IPCA, e que remuneram os Ativos Financeiros, e (ii) do Parâmetro de Rentabilidade das Quotas Seniores. Portanto, se o IPCA se elevar substancialmente, os recursos do Fundo poderão ser insuficientes para pagar parte ou mesmo a totalidade da rentabilidade das Quotas Seniores. O Administrador, o Custodiante, a Cedente, e suas respectivas Partes Relacionadas, não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos Quotistas, inclusive pela eventual perda do valor do principal de suas aplicações, em razão de tal descasamento.

Risco decorrente da precificação dos ativos. Os Ativos Financeiros serão avaliados de acordo com os critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como o de marcação a mercado (*mark-to-market*), poderão causar variações no valor dos Ativos Financeiros, resultando em redução do valor das Quotas.

Risco de restrições à negociação. Determinados ativos componentes da carteira do Fundo, inclusive títulos públicos, podem estar sujeitos a restrições de negociação por parte das bolsas de valores, de mercadorias e futuros ou de órgãos reguladores. Essas restrições podem ser relativas ao volume das operações, à participação no volume de negócios e às oscilações máximas de preços, entre outras. Em situações em que tais restrições estiverem sendo praticadas, as condições de movimentação dos ativos da carteira e precificação dos ativos poderá ser prejudicada.

Utilização de instrumentos de derivativos. A eventual contratação, pelo Fundo, de modalidades de operações de derivativos poderá ocorrer exclusivamente para proteção de posições detidas à vista pelo Fundo e poderá afetar negativamente a sua rentabilidade. O Administrador, o Custodiante, a Cedente, e suas respectivas Partes Relacionadas, não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos Quotistas em razão da utilização de instrumentos de derivativos.

Reserva de Amortização não constitui garantia de pagamento. Nos termos do

Regulamento, o Administrador constituirá Reserva de Amortização, destinada ao pagamento das amortizações das Quotas Seniores. É possível que, não obstante a devida constituição da Reserva de Amortização, o Fundo não tenha, na data prevista, meios suficientes para pagamento da totalidade das amortizações programadas. Desse modo, a existência da Reserva de Amortização não constitui garantia de pagamento das amortizações programadas de Quotas Seniores.

Prazo para resgate das Quotas. Ressalvada a amortização de Quotas do Fundo, pelo fato de o Fundo ter sido constituído sob a forma de condomínio fechado, o resgate de suas Quotas somente poderá ocorrer após o término do Prazo de Duração do Fundo, ocasião em que todos os Quotistas deverão ter suas Quotas resgatadas, ou nas hipóteses de ocorrência de Eventos de Liquidação, conforme previsto no Regulamento. Tal característica do Fundo poderá limitar o interesse de outros investidores pelas Quotas do Fundo, reduzindo sua liquidez no mercado secundário. O Administrador, o Custodiante, a Cedente, e suas Partes Relacionadas, encontram-se impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou o resgate das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo o Administrador e o Custodiante, todavia, qualquer indenização, multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Propriedade de Quotas e propriedade dos Direitos Creditórios. Apesar de o Fundo ter sua carteira constituída, preferencialmente, pelos Direitos Creditórios, a propriedade das Quotas não confere aos seus titulares propriedade direta sobre os Direitos Creditórios ou sobre fração ideal específica dos Direitos Creditórios. Os direitos dos Quotistas são exercidos sobre todos os ativos da carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Quotas possuídas.

Inexistência de garantia de eliminação de riscos. A realização de investimentos no Fundo sujeita o investidor aos riscos aos quais o Fundo e a sua carteira estão sujeitos, que poderão acarretar perdas do capital investido pelos Quotistas no Fundo. Embora o Administrador mantenha sistema de gerenciamento de riscos das aplicações do Fundo, não há qualquer garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Quotistas. O Fundo não conta com garantia do Administrador, de quaisquer terceiros, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC, para redução ou eliminação dos riscos aos quais está sujeito, e, conseqüentemente, os Quotistas. Em condições adversas de mercado, referido sistema de gerenciamento de riscos poderá ter sua eficiência reduzida.

Notificação dos usuários dos Serviços acerca da cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo. Em razão de considerações operacionais e comerciais, os usuários não serão notificados acerca da cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo no momento da respectiva

cessão, conforme dispõe o artigo 290 do Código Civil. Dessa forma, caso o pagamento dos valores devidos pelos usuários à Cedente (credora original) e cedidos ao Fundo não sejam recebidos pelo Fundo (novo credor), o Fundo poderá reclamar tais valores somente da Cedente. Não existe garantia de que a Cedente conseguirá cumprir o previsto neste item, razão pela qual o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar seus créditos.

Inadimplência. A Cedente é responsável somente pela existência, liquidez, certeza, exigibilidade e boa formalização dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, não assumindo quaisquer responsabilidades pelo seu pagamento ou pela solvência dos devedores dos Direitos Creditórios nos termos do Regulamento. Dessa forma, na hipótese de inadimplência, total ou parcial, por parte de tais devedores, o Fundo, e conseqüentemente, seus Quotistas poderão incorrer em prejuízos. Com relação aos demais Ativos Financeiros em que o Fundo aplica recursos, o Fundo está sujeito à capacidade dos respectivos emissores de tais Ativos Financeiros em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal quando devidos. Alterações nas condições financeiras dos emissores desses Ativos Financeiros e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos nos preços e na liquidez de tais Ativos Financeiros.

Sistemática de coleta, conferência e arrecadação dos valores (numerário) correspondentes aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo. A sistemática de coleta e conferência dos valores correspondentes aos Direitos Creditórios (i) arrecadados nas Estações Designadas da Cedente; e (ii) depositados pela Fetranspor, funcionarão da seguinte forma: A Protege realizará visitas em todas as Estações Designadas da Cedente, obedecendo às programações pré-definidas, conforme o movimento diário de cada uma delas. Os malotes (identificados por Estação Designada) com os valores correspondentes aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo serão recolhidos diariamente ou conforme definido pela Cedente considerando-se os históricos das respectivas estações e entregues ao Agente Arrecadador. No dia seguinte, o Agente Arrecadador depositará os recursos na Conta Arrecadadora e emitirá, diariamente, o Relatório de Arrecadação ao Custodiante e à Cedente. Na mesma data, o Custodiante, após o recebimento do Relatório de Arrecadação, encaminhará, ao Agente Arrecadador e à Cedente, o Relatório de Transferência de Direitos Creditórios, no qual constarão informações sobre o montante a ser segregado do total e transferido para a Conta Arrecadadora do Fundo pelo Agente Arrecadador. Os valores correspondentes aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo decorrentes dos pagamentos feitos através de Vales-Transporte serão sistematicamente enviados, após contagem e conferência pela Cedente e Fetranspor, para o HSBC, na

qualidade de Agente Arrecadador, sendo que esses recursos deverão ser depositados em até um dia útil após o envio pela Cedente de arquivo contendo informações referentes aos Vales-Transporte à Fetranspor. Em decorrência das sistemáticas acima descritas, não há como se assegurar que (a) os procedimentos de contagem e conferência adotados resultarão na apuração exata dos valores correspondentes aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo; e (b) o HSBC depositará, na qualidade de mandatário e de Agente de Arrecadador, os respectivos valores na Conta Autorizada do Fundo, fatores que podem resultar em diminuição da arrecadação associada aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo e, portanto, afetar negativamente o Patrimônio Líquido do Fundo e seus Quotistas.

Liquidação da Cedente. Na hipótese liquidação da Cedente, poderá ocorrer a liquidação antecipada do Fundo, o que pode não atender aos interesses dos Quotistas e poderá afetar a geração de Direitos Creditórios, as amortizações programadas, bem como a rentabilidade do Fundo.

Concentração em modalidade de investimento e da geração dos recebíveis. O Fundo aplicará em Direitos Creditórios exclusivamente originados da prestação futura de serviços de transporte ferroviários pela Cedente. Nesse contexto, não será possível ampla diversificação dos investimentos realizados pelo Fundo, sendo estes concentrados em uma espécie primordial de investimento (Direitos Creditórios). Adicionalmente, a geração dos Direitos Creditórios também apresentam uma concentração significativa em algumas Estações Designadas, como por exemplo a Central do Brasil que responde por aproximadamente 20% da geração dos Direitos Creditórios. A concentração das aplicações em um ou em poucos tipos de investimento e da geração dos Direitos Creditórios eleva a possibilidade de que os Quotistas venham a sofrer perda patrimonial, haja vista que pode ocorrer uma perda de eficiência na diversificação do risco.

Intervenção ou liquidação do Agente Arrecadador. Na hipótese de intervenção extrajudicial no Agente Arrecadador, instituição depositária dos recursos decorrentes dos Direitos Creditórios, transportado pela Transportadora de Valores, o repasse dos recursos arrecadados provenientes dos Direitos Creditórios poderá ser interrompido, e permanecer inexigível enquanto perdurar a intervenção. Em caso de liquidação extrajudicial do Agente Arrecadador, há a possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados, e somente serem recuperados por meio de pedido de restituição, ou mesmo por via judicial. Em ambos os casos, o Contrato de Arrecadação poderá ser resilido, situação em que deverá ser contratada outra instituição apta para a realização das funções do Agente Arrecadador, podendo ocasionar afetação na rentabilidade e no patrimônio do Fundo.

Intervenção ou liquidação do Custodiante. O Fundo terá conta corrente no Custodiante. Na hipótese de intervenção ou liquidação extrajudicial deste, há

possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados e somente por via judicial serem recuperados para o Fundo, o que afetaria sua rentabilidade e poderia levá-lo a perder parte do seu patrimônio.

Alteração do Regulamento. O Regulamento pode ser alterado em consequência de normas legais ou regulamentares, por determinação da CVM ou por deliberação da Assembléia Geral. Tais alterações poderão afetar o modo de operação do Fundo e acarretar perdas patrimoniais ao Fundo.

13 - Os principais riscos associados aos Direitos Creditórios, dentre outros, são:

Não há concessão, por parte da Cedente, de qualquer garantia de existência dos Direitos Creditórios. Inexistência de coobrigação da Cedente. A cessão terá caráter aleatório, na forma do Código Civil Brasileiro (artigo 483), e terá por objeto direitos creditórios futuros. Não existe obrigação da Cedente de devolução do preço pago pelo Fundo ou de realização de qualquer pagamento futuro ao Fundo, em razão da simples redução do fluxo de arrecadação das Estações Designadas (a não ser que tal redução tenha sido causada por dolo ou culpa da Cedente, na forma do artigo 458 do Código Civil Brasileiro), nem qualquer outro tipo de coobrigação relacionada à liquidez ou à mera existência dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo. A aferição de dolo ou culpa por parte da Cedente, no que se refere à redução do produto da arrecadação dos Direitos Creditórios ao Fundo, poderá depender de procedimento judicial, o que poderá demandar tempo considerável.

Riscos operacionais. Dada a complexidade operacional própria dos fundos de investimento em direitos creditórios, apesar do depósito pactuado no Contrato de Cessão entre os agentes envolvidos, não há garantia de que o Custodiante e o Administrador terão acesso irrestrito aos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios ou que as trocas de informações entre os respectivos sistemas eletrônicos se darão livres de erros. Caso qualquer desses riscos venha a se materializar, a cobrança ou realização dos Direitos Creditórios poderá ser afetada, prejudicando o desempenho do Fundo.

Transporte de valores de titularidade do Fundo. O transporte de valores correspondentes aos Direitos Creditórios é atualmente realizado pela Protege, através do "Contrato de Prestação de Serviços de Transporte de Valores" e respectivos aditamentos, que, prorrogado de forma automática, na falta de manifestação formal por qualquer das partes com 30 dias de antecedência de seu vencimento, tem validade anual. A Protege é a responsável direta e exclusiva pela execução dos serviços em plena conformidade com as especificações e normas técnicas pertinentes, sobretudo no que diz respeito às apólices de

seguros. A Protege responde por todos os danos, perdas e prejuízos, decorrentes de roubo, furto, extravio, apropriação indébita ou estelionato que recaia sobre os valores sob a sua guarda, bem como também por perecimento ou inutilização parcial ou total dos malotes e respectivos conteúdos. O inadimplemento, rescisão ou término do referido contrato de prestação de serviços poderá gerar atrasos e impactos diversos na entrega dos valores de titularidade do Fundo.

Riscos relacionados aos seguros. A Cedente e o Fundo não contratam seguros para cobertura dos riscos inerentes ao transporte de valores. No entanto, a Protege, empresa responsável pelo transporte dos valores de titularidade do Fundo, possui seguro global de valores para empresas particulares que utilizam os seus serviços de vigilância e transporte de valores. A referida apólice não é específica para o transporte de valores da Cedente e do Fundo, tendo em vista que o seu limite máximo de indenização visa à cobertura global dos riscos decorrentes de todos os contratos firmados pela Protege com os seus clientes. Adicionalmente, a apólice de seguros, além de não ser específica para os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, não cobre extorsão indireta, extorsão mediante seqüestro, furto simples ou desaparecimento inexplicável, apropriação indébita praticada por terceiros que não sejam empregados da Protege, também não estão cobertos roubos ou furtos de valores de titularidade do Fundo que não estiverem no poder da Protege, tais como os roubos e furtos ocorridos nos caixas das Estações Designadas. A Protege está ainda sujeita a perda dos direitos de indenização da apólice em caso de inobservância das condições a ela estabelecidas pela legislação aplicável e/ou daquelas contidas na apólice. Nessas hipóteses, caso ocorram perdas não indenizáveis pela citada apólice durante o Período de Arrecadação, poderá haver diminuição de arrecadação associada aos Direitos Creditórios.

Riscos de diminuição da demanda de passageiros. Não existe garantia de que a demanda de passageiros sofrerá ou não variações durante o Prazo de Duração do Fundo, seja por fatores internos, como o desempenho operacional da Cedente, ou externos, como por exemplo a insegurança em certas áreas lindeiras a zona de cobertura da Cedente. Portanto, o Patrimônio Líquido do Fundo será afetado caso a demanda de passageiros diminua ou sofra oscilações ao longo do Prazo de Duração do Fundo por causar a diminuição na arrecadação dos Direitos Creditórios. Conseqüentemente, nenhuma garantia pode ser dada com relação a variações de demanda nos dias que representam o Período de Arrecadação. Reduções na demanda de passageiros no Período de Arrecadação podem afetar negativamente o Patrimônio Líquido do Fundo.

Reajuste tarifário. Conforme o Contrato de Concessão, a tarifa do serviço de transporte

ferroviário está sujeita a limites máximos. As tarifas cobradas pela Cedente estão sujeitas a três tipos de ajustes tarifários: (i) o reajuste anual; (ii) a revisão ordinária (que ocorre a cada 5 anos); e (iii) a revisão extraordinária. As tarifas da SuperVia são reajustadas anualmente com o fim de compensar efeitos do IGP-M acumulado durante o período. Este reajuste está previsto no Contrato de Concessão e é sujeito somente à homologação do cálculo matemático da Cedente pelo Poder Concedente, representado pela AGETRANSP, no prazo de 30 dias, e implementação do reajuste pela Cedente em caso de ausência de manifestação do regulador. Ademais, nos termos da Lei Federal 2.869/97, a AGETRANSP conduz uma revisão periódica a cada cinco anos para identificar variações nos custos e retorno econômico-financeiro da Cedente. De acordo com a mesma lei, a Cedente tem ainda o direito de requerer uma revisão extraordinária das suas tarifas se fatos imprevisíveis vierem a alterar significativamente sua estrutura de custos. No entanto a Cedente não pode garantir que a AGETRANSP irá estabelecer tarifas ou tomar decisões que lhe sejam favoráveis. Caso a AGETRANSP não aja tempestivamente, a situação financeira e o resultado operacional da Cedente poderão ser adversamente afetados. Tendo em vista que a Cedente não pode dar nenhuma garantia de que a demanda de passageiros ou de que seu o fluxo de caixa não sofrerão variações decorrentes de eventuais reajustes tarifários futuros, a geração dos Direitos Creditórios e o Patrimônio Líquido do Fundo poderão ser afetados em decorrência dos reajustes tarifários.

Impossibilidade de verificação do lastro dos Direitos Creditórios. Nos termos do parágrafo terceiro do artigo 38, da Instrução da CVM n.º 356, e do Artigo 12 do Regulamento, o Custodiante está dispensado da verificação do lastro dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, em face da expressiva quantidade e diversificação dos respectivos devedores, usuários do Serviço, e do reduzido valor médio e natureza de formação. Desta forma, exceto pelos relatórios que compõem os Documentos Comprobatórios, não haverá qualquer possibilidade de aferição do lastro dos Direitos Creditórios, bem como da formalização da exequibilidade dos Direitos Creditórios, que poderão conter irregularidades e/ou vícios questionáveis judicialmente, podendo obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios. Eventual questionamento judicial relativo aos Direitos Creditórios cujos documentos apresentem irregularidades e/ou vícios poderão acarretar prejuízos ao Fundo e, conseqüentemente, aos Quotistas.

14 - Os principais riscos associados à relação entre a Cedente e o Estado que podem afetar a originação e a entrega dos Direitos Creditórios ao Fundo, dentre outros, são:

A Cedente, na qualidade de concessionária de serviço público, está sujeita à

regulação e à fiscalização do Estado do Rio de Janeiro, o qual pode impor sanções em caso de descumprimento do Contrato de Concessão ou Lei de Concessões, e, dependendo da gravidade do descumprimento, a caducidade da respectiva concessão. O Poder Concedente pode impor penalidades à Cedente caso esta deixe de cumprir com qualquer disposição da Lei de Concessões. A Cedente e o Administrador não podem garantir que a Cedente não será penalizada pelo Poder Concedente por descumprimento do Contrato de Concessão ou que a concessão de que a Cedente é titular não será extinta no futuro. A indenização a que a Cedente tem direito na ocorrência de eventual extinção da concessão pode não ser suficiente para recuperar o valor integral de certos ativos. Caso a concessão da Cedente seja rescindida em virtude de descumprimento de suas obrigações, o valor efetivo de compensação a ser pago pelo Poder Concedente poderá ser reduzido de maneira significativa por meio da imposição de multas ou outras penalidades. Por conseguinte, a imposição de multas ou penalidades à Cedente, ou a extinção da concessão, poderá afetar negativamente a originação e entrega dos Direitos Creditórios ao Fundo.

15 - Os principais riscos associados ao setor em que a Cedente atua, que podem afetar a originação e a entrega dos Direitos Creditórios ao Fundo, dentre outros, são:

A Cedente pode ser incapaz de implementar com sucesso a sua estratégia de crescimento. A capacidade de crescimento da Cedente depende de diversos fatores, principalmente da capacidade de financiar investimentos, dado que o seu negócio é de capital intensivo e exige desembolsos substanciais para sustentar este crescimento (seja por meio de endividamento ou não). O não atingimento desse objetivo, seja originado por fatores de custo ou não, pode limitar a capacidade da Cedente em implementar com sucesso a sua estratégia de crescimento. É possível que, para a implementação de sua estratégia de crescimento, a Cedente precise financiar seus investimentos por meio de endividamentos adicionais. No entanto, não é certo que a Cedente consiga aumentar o seu endividamento em níveis maiores que os atuais aproximados R\$ 29,3 milhões de endividamento total no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007 para custear seus investimentos de capital. Condições econômicas desfavoráveis no Brasil e no mercado internacional de crédito, tais como altas de taxas de juros em novos empréstimos, liquidez reduzida ou uma diminuição no interesse das instituições financeiras na concessão de empréstimo, podem vir a limitar o acesso da Cedente a novos créditos. Portanto, não é possível garantir que a Cedente será capaz de obter financiamento suficiente para custear seus investimentos de capital. Adicionalmente, não é possível garantir que na hipótese de a Cedente não alcançar o crescimento esperado, tal fato não terá impacto negativo na Cedente ou na capacidade da Cedente em gerar Direitos Creditórios.

No momento, a Cedente opera sem as licenças ambientais necessárias. Até a data do Prospecto, ainda não foram obtidas todas as licenças e autorizações ambientais necessárias para a realização das atividades da Cedente. Para o cumprimento das leis ambientais, a Cedente incorre, e continuará a incorrer, em despesas que podem ser relevantes. No momento não é possível prever se quaisquer despesas futuras para o cumprimento de leis ambientais serão significativas. A não obtenção dessas licenças e autorizações pode ter um efeito adverso relevante sobre suas operações, podendo acarretar sanções de acordo com a legislação aplicável, incluindo a aplicação de multas e suspensão das operações que não tiverem licença ou autorização ambiental. Dentre as penalidades previstas pelas diversas normas ambientais para a operação sem licença, ou o não cumprimento da legislação ambiental, destacam-se: (i) advertências; (ii) multas; (iii) suspensão das operações; (iv) fechamento e suspensão das instalações; e (v) extinção da respectiva concessão pelo Poder Concedente.

As operações da Cedente estão expostas à possibilidade de perdas por catástrofes e responsabilização. O transporte ferroviário de passageiros apresenta inerentes riscos de catástrofes, falhas mecânicas, colisões e perdas de ativos. A interrupção da prestação de serviços da Cedente devido à fatores políticos, reivindicações trabalhistas, manifestações de grupos ou associações ambientalistas, greves, vandalismo ou violência urbana, problemas na rede elétrica, incêndios, bem como condições meteorológicas adversas e desastres naturais, tais como enchentes, podem resultar na perda de receitas, assunção de responsabilidade ou aumento de custos. Adicionalmente, as operações da Cedente podem ser afetadas periodicamente por deslizamentos de terra ou outros desastres naturais. A ocorrência de um desastre natural de grandes proporções ou qualquer desses eventos pode ter efeito adverso sobre os negócios da Cedente e na geração de Direitos Creditórios.

A Cedente é parte em diversos procedimentos relevantes na esfera judicial e administrativa, e poderá assumir contingências relevantes decorrentes de determinadas operações. A Cedente é parte em diversos procedimentos judiciais nas esferas cível, trabalhista e fiscal, bem como procedimentos administrativos. Os resultados das ações e processos administrativos ainda em curso poderão impactar os negócios e a condição financeira da Cedente. Adicionalmente, a Cedente poderá ter que vir a arcar com o pagamento decorrente de ações de responsabilidade da CENTRAL, em decorrência da sucessão da mesma na concessão, o que poderá afetar adversamente os seus resultados e condição financeira. O sexto termo aditivo ao Contrato de Concessão prevê a transferência, pela Administração Pública à Cedente, do montante total de aproximadamente R\$ 63,5 milhões, consubstanciado em créditos e bens móveis e imóveis,

para fim de compensação das obrigações originadas anteriormente à concessão que sejam assumidas pela Cedente. Entretanto, não há como assegurar que tal montante será suficiente para garantir integralmente o passivo originado pelos processos movidos em face da CENTRAL, os quais podem recair sobre o patrimônio da Cedente, afetando de maneira adversa sua situação financeira e a geração dos Direitos Creditórios.

A extinção antecipada da concessão pelo Poder Concedente poderá impedir a realização integral do valor de determinados ativos e causar a perda de lucros cessantes sem uma indenização adequada. As concessões ferroviárias brasileiras estão sujeitas à extinção antecipada em determinadas circunstâncias, incluindo a encampação pelo governo, determinada por lei, ou a caducidade, pelo descumprimento dos termos dos contratos administrativos correspondentes. Ocorrendo a extinção das concessões, os bens reversíveis, no caso da concessão outorgada à Cedente, serão revertidos ao respectivo Poder Concedente. Apesar de a Cedente ter o direito ao recebimento de indenização no valor dos ativos que não tenham sido completamente amortizados ou depreciados de acordo com os termos do Contrato de Concessão, em caso de extinção antecipada, não se pode assegurar que esse valor será suficiente para compensar o valor de tais ativos ou de lucros cessantes. Se o Poder Concedente extinguir a concessão em caso de inadimplemento, o valor pode ser reduzido a até zero pela imposição de multas ou outras penalidades. Adicionalmente, alguns credores da Cedente poderão ter prioridade no recebimento de tal indenização.

A escassez de energia elétrica ou o aumento de seus preços podem afetar negativamente nossas operações. A frota de trens da Cedente consome grandes quantidades de energia de tração, insumo para qual não há substituto imediato em nossa operação. Racionamentos, tais como aqueles ocorridos no Brasil em 2001, podem afetar negativamente nossas operações e conseqüentemente, reduzir nossas margens operacionais.

16 - Para fins do disposto na Lei n.º 11.033, de 21 de dezembro de 2004 e da Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal n.º 487, de 30 de dezembro de 2004, o Administrador envidará os melhores esforços para orientar a política de investimento, composição e diversificação da carteira do Fundo, descrita no Capítulo Seis do Regulamento, de forma a caracterizar o investimento das Quotas do Fundo como de longo prazo. Apesar disso, não obstante a diligência do Administrador em colocar em prática a política de investimento do Fundo descrita em seu Regulamento, o Administrador não se responsabilizará por eventuais perdas que o Fundo venha a apresentar em decorrência de sua política de investimento, em razão dos riscos inerentes à natureza do Fundo, inclusive aqueles descritos, de forma não taxativa, neste instrumento. O Quotista, portanto, se

expõe ao risco de perda do capital investido, existindo ainda a possibilidade de realização de aportes adicionais de recursos. As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do Administrador ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

17 - O Administrador cobrará Taxa de Administração correspondente ao valor equivalente ao percentual de 0,10% (dez centésimos por cento) ao ano, incidente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, limitado a R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), acrescido do valor equivalente ao percentual de 0,05% (cinco centésimos por cento) sobre o valor do Patrimônio Líquido que ultrapassar o limite dos R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais). A Taxa de Administração será calculada e provisionada todo Dia Útil, e o seu pagamento ocorrerá mensalmente à razão de 1/12 (um doze avos), sendo que a primeira parcela será paga pelo Fundo ao Administrador no último Dia Útil do mês em que ocorrer a primeira Data de Emissão e as demais no último Dia Útil dos meses subsequentes.

18 - O periódico utilizado para divulgação das informações do Fundo é o jornal Monitor Mercantil, publicado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

19 - Todos os termos e expressões, em sua forma singular ou plural, utilizados no presente Termo de Ciência de Risco e Adesão ao Regulamento e nele não definidos têm o mesmo significado que lhes é atribuído no Glossário do Regulamento.

20 - DECLARO(AMOS) TER RECEBIDO, LIDO E ENTENDIDO O REGULAMENTO CONSOLIDADO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – SUPERVIA, DATADO DE [•] DE [•] DE 2009, BEM COMO DO PROSPECTO, CONCORDANDO INTEGRALMENTE COM TODOS OS SEUS TERMOS E CONDIÇÕES, DECLARANDO, AINDA, TER(MOS) TOMADO CIÊNCIA DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO E DOS RISCOS DELA DECORRENTES, DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS E DE TODOS OS DEMAIS TERMOS E CONDIÇÕES RELATIVOS AO FUNDO. DECLARO(AMOS) TER ADERIDO AO INTEIRO TEOR DO REGULAMENTO E DO PROSPECTO, SOBRE OS QUAIS NÃO TENHO(MOS) QUALQUER DÚVIDA.

21 - As Quotas do Fundo apenas poderão ser subscritas, integralizadas ou adquiridas por Investidores Qualificados, nos termos das normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

22 – Para fins do disposto no item 21 acima, bem como do Parágrafo Primeiro do Artigo 39 do Regulamento, declaro(amos), ser Investidor(es) Qualificado(s).

"Este Anexo é parte integrante e inseparável do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - SUPERVIA. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento."

23 - Por fim, informamos que comunicações a [mim/nós] enviadas pelo Administrador deverão ser encaminhadas para o e-mail informado no item 7 acima.

[Local e data]

Assinatura do Quotista(s)

Visto e carimbo do gerente

Funcional nº.:

"Este Anexo é parte integrante e inseparável do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - SUPERVIA. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento."

ANEXO II – MODELO DE SUPLEMENTO

MODELO DE SUPLEMENTO

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - SUPERVIA

CNPJ/MF n.º [●]

A [●] série de Quotas Seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Supervia ("Fundo"), emitidas nos termos do Regulamento do Fundo, registrado em [●], no [●] Ofício de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado Rio de Janeiro sob n.º[●], posteriormente aditado e consolidado ("Regulamento"), terá as seguintes características:

- a) Montante mínimo e máximo da série: R\$ [●] ([●] de reais);
- b) Valor Unitário de Emissão: R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
- c) Aplicação Inicial: R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).
- d) Quantidade mínima e máxima de Quotas Seniores:[●];
- e) Data de Emissão:[●];
- f) Data de Resgate:[●];
- g) Parâmetro de Rentabilidade final das Quotas Seniores: Fator *Spread* de [●]%;
- h) Tabela de amortização periódica das Quotas Seniores:

Data de Amortização	Percentual do Valor Unitário de Emissão a ser amortizado
[●]	[●]
[●]	[●]

"Este Anexo é parte integrante e inseparável do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - SUPERVIA. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento."

Os termos utilizados neste Suplemento e que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no Regulamento.

Rio de Janeiro, [●] de [●] de [●]

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - SUPERVIA
Representado por: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Administrador

"Este Anexo é parte integrante e inseparável do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - SUPERVIA. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento."

ANEXO III – ESTAÇÕES DESIGNADAS

"Este Anexo é parte integrante e inseparável do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - SUPERVIA. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento."

Estações Designadas				
Linha 1 - Deodoro	Linha 2 - Santa Cruz	Linha 3 - Japeri	Linha 4 - Belford Roxo	Linha 5 - Saracuruna
Central do Brasil São Cristovão	Realengo Bangu Campo Grande	Ricardo de Albuquerque Nilópolis	Belford Roxo	Duque de Caxias Gramacho
Meier Engenho de Dentro Cascadura Madureira	Santa Cruz	Edson Passos Nova Iguaçu Comendador Soares Austin Queimados Engenheiro Pedreira Japeri		Saracuruna

"Este Anexo é parte integrante e inseparável do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - SUPERVIA. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento."

ANEXO IV - SUPLEMENTO DA OFERTA

PRIMEIRA SÉRIE DE QUOTAS SENIORES

SUPLEMENTO

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - SUPERVIA

CNPJ/MF n.º 10.201.682/0001-54

A primeira série de Quotas Seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Supervia ("Fundo"), emitidas nos termos do Regulamento do Fundo, registrado em 22 de julho de 2008, no 2º Ofício de registro de Títulos e Documentos da Capital do Estado do Rio de Janeiro sob n.º 856510 e posteriormente aditado e consolidado sob os n.ºs 857112 e 859564 ("Regulamento"), terá as seguintes características:

- i) Montante mínimo e máximo da série: R\$ [●] ([●] milhões de reais) e R\$ [●] ([●] milhões de reais);
- j) Valor Unitário de Emissão: R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
- k) Aplicação Inicial: R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).
- l) Quantidade mínima e máxima de Quotas Seniores: [●] e [●];
- m) Data de Emissão:[●]*;
- n) Data de Resgate:[●]*;
- o) Parâmetro de Rentabilidade final das Quotas Seniores: Fator *Spread* de [A SER DEFINIDA EM BOOKBUILDING]%;
- p) Tabela de amortização periódica das Quotas Seniores:

Data de Amortização	Percentual do Valor Unitário de Emissão a ser amortizado
---------------------	--

"Este Anexo é parte integrante e inseparável do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - SUPERVIA. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento."

[●]	[●]
[●]	[●]

Os termos utilizados neste Suplemento e que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no Regulamento.

Rio de Janeiro, [●] de [●] de 2009

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - SUPERVIA
Representado por: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Administrador

ANEXO III – MINUTA DO SUPLEMENTO DAS QUOTAS SENIORES

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - SUPERVIA

CNPJ/MF n.º 10.201.682/0001-54

A [•] série de Quotas Seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – SuperVia (“Fundo”), emitida nos termos do Regulamento do Fundo, registrado em 22 de julho de 2008, no 2º Ofício de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado Rio de Janeiro sob n.º 856510, posteriormente aditado e consolidado (“Regulamento”), terá as seguintes características:

- a) Montante mínimo e máximo da série: R\$ [•] ([•] de reais);
- b) Valor Unitário de Emissão: R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
- c) Aplicação Inicial: R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).
- d) Quantidade mínima e máxima de Quotas Seniores:[•];
- e) Data de Emissão:[•];
- f) Data de Resgate:[•];
- g) Parâmetro de Rentabilidade final das Quotas Seniores: [•]
- h) Tabela de amortização periódica das Quotas Seniores:

Data de Amortização	Percentual do Valor Unitário de Emissão a ser amortizado
[•]	[•]
[•]	[•]

Os termos utilizados neste Suplemento e que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no Regulamento.

Rio de Janeiro, [●] de [●] de 2009

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - SUPERVIA
Representado Por: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Administrador

ANEXO IV – SÚMULA DA AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Data de Publicação: 8 de setembro de 2008

Relatório de Rating Preliminar

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Supervia

Analistas: Jean-Pierre Cote Gil, São Paulo, 55 (11) 3039-9743, jp_gil@standardandpoors.com; Leandro de Albuquerque, São Paulo, 55 (11) 3039-9729, leandro_albuquerque@standardandpoors.com; Gabriel Wieder, Nova York, 1 (212) 438-3080, gabriel_wieder@standardandpoors.com

Este relatório preliminar baseia-se em informações obtidas até 8 de setembro de 2008 e não constitui uma recomendação de compra, manutenção ou venda de títulos. O rating atribuído é preliminar, uma vez que a documentação final, com seus respectivos suplementos, ainda não está disponível. A atribuição de um rating final está condicionada ao recebimento da documentação apropriada pela Standard & Poor's, inclusive o Anúncio de Encerramento da Distribuição. A Standard & Poor's espera receber um parecer legal confirmando que a cessão dos direitos creditórios constituirá uma cessão perfeita e acabada, entre outros aspectos legais pertinentes. Quaisquer informações subseqüentes poderão resultar na atribuição de um rating diferente do preliminar.

Rating Preliminar em 8 de Setembro de 2008

Instrumento	Rating Preliminar*	Montante Preliminar (em R\$)	Vencimento Final Legal**
Cotas Seniores	brAAf	150 milhões	Outubro de 2015
Cotas Subordinadas	Não classificadas	11 milhões	Outubro de 2015

* O rating atribuído é preliminar e está sujeito a mudanças a qualquer momento.

** Como o veículo é um fundo, não há promessa de resgate de cotas no período de tempo especificado.

Perfil

Emissor (Fundo): Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Supervia (FIDC Supervia)

Data prevista para o fechamento: Outubro de 2008

Ativos subjacentes: Direitos creditórios representados pelas vendas futuras da totalidade dos bilhetes nas Estações Designadas, pelo crédito detido contra a Federação das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro (Fetranspor) decorrente da utilização futura de vales-transporte, e por outros créditos oriundos de modalidades de cobrança existentes, ou que venham a ser criadas em relação ao serviço público de transporte ferroviário de pessoas na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (RMERJ).

Cedente dos direitos creditórios: Supervia - Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. (Supervia)

Administradora: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A (Oliveira Trust).

Custodiante e Agente Arrecadador: HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo (HSBC; Rating na Escala Global: BBB-/Estável/A-3)

Coordenador Líder da Oferta: Banco Standard de Investimentos S.A. (Standard Bank)

Comercialização e Distribuição de Vales-Transporte no Estado do Rio de Janeiro: Federação das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro

Fundamentos

A Standard & Poor's atribuiu o rating preliminar 'brAAf', em sua Escala Nacional Brasil, às cotas seniores a serem emitidas pelo Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Supervia (FIDC Supervia). Os ativos subjacentes do Fundo são direitos creditórios cedidos pela SUPERVIA - Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. (Supervia), oriundos da prestação futura de serviços de transporte ferroviário de pessoas no Estado do Rio de Janeiro.

O rating preliminar atribuído às cotas seniores FIDC Supervia expressa a qualidade geral de crédito do Fundo, com base no histórico de inadimplência e de transição de ratings da Standard & Poor's. O rating preliminar 'brAAf' atribuído às cotas seniores do Fundo indica que a estrutura, os mecanismos de reforço de qualidade de crédito, bem como a qualidade dos ativos que servem de lastro a essas cotas fornecem proteção MUITO FORTE contra perdas advindas de inadimplência, baseado em diferentes cenários de estresse. Os mecanismos de reforço de qualidade de crédito presentes na estrutura incluem a proteção de crédito proporcionada pela sobrecolateralização de fluxos (índice de cobertura para o serviço da dívida estimado em 4,9x em média durante a vida da operação) e a subordinação de cotas (para formação das Reservas de Amortização e de Despesas do Fundo). As cotas subordinadas serão subscritas e integralizadas pela Supervia, e não serão classificadas pela Standard & Poor's.

O FIDC Supervia será um condomínio fechado, com prazo de duração de sete anos. O Fundo emitirá uma ou mais séries de cotas seniores. O Administrador do Fundo permitirá a aquisição de direitos creditórios com base em critérios de elegibilidade, conforme definido no regulamento do Fundo. O rendimento-alvo e o valor de face das cotas seniores serão pagos com o fluxo de caixa gerado pelos direitos creditórios, e por outros investimentos permitidos. As cotas subordinadas do Fundo somente poderão ser amortizadas ou resgatadas após a amortização total das cotas seniores.

Um FIDC é uma entidade protegida contra a falência do emissor, possuindo características exclusivas às operações estruturadas e aos fundos de investimento. Como ativos subjacentes do fundo, os administradores de FIDC devem incorporar direitos creditórios combinados – que, no mínimo, devem corresponder a 50% dos ativos totais do fundo –, bem como podem incorporar títulos de dívida.

A Supervia é uma empresa privada que detém a concessão do sistema de transporte de trens urbanos na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (RMERJ). O contrato de concessão foi assinado em 1998, e é válido por 25 anos. A Supervia é responsável pela exploração e manutenção dos serviços de transporte de passageiros sobre trilhos em uma malha de 225 quilômetros de extensão, com 89 estações que servem os 11 maiores municípios da RMERJ. A empresa transporta atualmente cerca de 500 mil passageiros por dia.

O Contrato de Cessão entre o Fundo e a cedente estabelece que o Fundo se beneficiará, até o limite das obrigações assumidas pelo Fundo, do fluxo de vendas de passagens em 23 estações designadas, que representaram cerca de 48% das vendas de bilhetes da Supervia em 2007, em conjunto com o fluxo financeiro oriundo da venda de vales-transporte, que representa aproximadamente outros 33% das vendas de passagens da Supervia (totalizando cerca de 81% das receitas de passagens da Supervia).

A Standard & Poor's considera que o Poder Concedente, nas hipóteses de término antecipado do contrato de concessão com a Supervia (cedente), provavelmente deverá transferir as obrigações especificadas no Contrato de Cessão e aquisição de direitos creditórios futuros para qualquer

concessionária futura que assuma as operações hoje conduzidas pela cedente sob o regime da lei de concessões (inclusive na hipótese de o Poder Concedente assumir a responsabilidade direta pela prestação dos referidos serviços).

Nossa opinião é amparada pela estrutura de cessão dos direitos creditórios e pelo entendimento de que esta cessão é negócio jurídico perfeito e acabado (*true sale*); pelo fato de que os recursos obtidos por meio dessa cessão deverão ser utilizados em benefício da concessão, sem comprometer a prestação dos serviços; pelo fato de que a cessão representa uma antecipação de receita por serviço a ser prestado no futuro; e pelo fato de que a cessão de direitos creditórios teve anuência prévia concedida pelo Poder Concedente, por meio da Secretaria de Estado de Transportes (SETRANS). É importante ressaltar que não há norma legal expressa sobre a transferência dessas obrigações. Assim, a Standard & Poor's considera que a transação não depende da análise de performance da Supervia, como normalmente acontece em transações similares de fluxo futuro, mas da força do fluxo de caixa, do risco de performance do sistema de transporte de passageiros (atualmente operado pela Supervia), e da garantia legal de continuidade da prestação dos serviços de transporte público.

Pelo fato de a cedente operar sob regime de concessão de serviço público de transporte de passageiros, serviço este de titularidade do Governo do Estado do Rio de Janeiro, na hipótese de término antecipado ou extinção da concessão (inclusive por razão de insolvência da cedente), observados os procedimentos definidos na legislação específica, o Poder Concedente, ou uma nova concessionária, assumiria a prestação do serviço público ora prestado pela cedente, garantindo a continuidade da prestação dos serviços de transporte público de trens urbanos.

Comparados aos títulos de renda fixa, os fundos de investimento não prometem pagamentos específicos de juros ou de principal aos investidores (cotistas do FIDC). Portanto, cada cotista espera receber apenas um retorno previsto sobre o investimento. Apesar desse fato, a Standard & Poor's considerou várias premissas de estresse ao testar o fluxo de caixa dos ativos subjacentes do Fundo. As cotas seniores do Fundo buscarão um retorno alvo (*benchmark*) equivalente à variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado mensalmente, desde a data de emissão, acrescido de uma taxa de juros anual a ser definida em procedimento de *bookbuilding* (estimada inicialmente em 9,7% ao ano). O principal investido nas cotas seniores do Fundo será amortizado em 72 parcelas mensais, após um período inicial de carência de 12 meses. As cotas seniores emitidas pelo FIDC Supervia poderão ser vendidas para investidores qualificados.

O rating de qualidade de crédito atribuído a um fundo avalia o nível de proteção contra perdas decorrentes de inadimplência dos títulos em sua carteira. Os ratings de qualidade de crédito, que variam de 'brAAAf' (nível mais elevado de proteção) a 'brCCCf' (nível mais baixo de proteção), baseiam-se na análise de fatores como a qualidade geral de crédito da carteira; os riscos relacionados às taxas de juros, à qualidade de crédito, à liquidez e à concentração; bem como ao risco cambial apresentado pelo Fundo.

A Escala Nacional Brasil da Standard & Poor's é aplicada a emissores, seguradoras, contrapartes, intermediários e investidores que operam nos mercados financeiros brasileiros. Seus ratings de crédito e de emissão podem ser atribuídos a um emissor ou a um instrumento de crédito específico, respectivamente. Os ratings de crédito da Escala Nacional Brasil utilizam os símbolos globais de rating da Standard & Poor's que, no entanto, são precedidos pelo prefixo 'br', indicando 'Brasil'. A Escala Nacional Brasil da Standard & Poor's apresenta uma estrutura exclusiva, desenvolvida para atender as necessidades dos mercados financeiros brasileiros e, portanto, não pode ser diretamente comparada com a escala global da Standard & Poor's ou com qualquer outra de suas escalas nacionais ou àquelas de suas coligadas. Além disso, a Standard & Poor's atribui ratings de qualidade de crédito e de volatilidade a fundos de renda fixa e a outros tipos de carteiras de ativos de renda fixa.

Os serviços analíticos prestados pela Standard & Poor's Ratings Services são o resultado de atividades separadas, desenvolvidas de forma a preservar a independência e a objetividade das opiniões de rating. Os ratings representam uma opinião e não são declarações de fatos ou recomendações para comprar, vender ou manter qualquer título ou valor mobiliário. A Standard &

Poor's estabeleceu políticas e procedimentos para manter a confidencialidade de informações não públicas recebidas durante o processo de atribuição de rating. Os ratings da Standard & Poor's baseiam-se em informações recebidas dos emissores ou obtidas de outras fontes de informações confiáveis. A Standard & Poor's não realiza processos de *due diligence* nem de auditoria e pode, eventualmente, utilizar informações financeiras não auditadas.

Principais Pontos Fortes, Fragilidades e Fatores Atenuantes

Pontos Fortes

- A estrutura adequada de fluxo de caixa e um forte nível de sobrecolateralização calculado como a razão entre fluxos futuros estimados e as amortizações das cotas seniores do Fundo. De acordo com a análise da Standard & Poor's, a média esperada dessa razão durante a vida do Fundo é de 4,9x em um cenário conservador.
- A legislação brasileira que rege as concessões possui disposições adequadas para resguardar legalmente os usuários do sistema de transporte de passageiros sobre trilhos na RMERJ nos casos de término antecipado da concessão. Neste cenário, a Standard & Poor's acredita que as leis brasileiras garantiriam a continuidade da prestação deste serviço público, ora prestado pela Supervia, por meio de outra concessionária ou mesmo pela prestação direta do serviço pelo Poder Concedente;
- A opinião da Standard & Poor's de que a cessão dos direitos creditórios subjacentes, entendida com um negócio jurídico perfeito e acabado; bem como outras obrigações especificadas na documentação da transação deverão ser válidas não somente para a cedente, mas também para qualquer concessionária futura que assuma as operações administradas pela cedente sob o regime da lei de concessões (inclusive na hipótese de o Poder Concedente assumir a responsabilidade direta pela prestação dos referidos serviços);
- A constituição e manutenção de reservas para amortização de cotas e pagamento de despesas do Fundo, em montante equivalente à projeção destes gastos para os próximos três meses;
- Outros pontos fortes da estrutura, como a existência de uma Conta Arrecadadora segregada e administrada pelo Custodiante, e a possibilidade de o Custodiante determinar ao Agente Arrecadador a retenção de 100% dos fluxos provenientes dos direitos creditórios em determinados eventos de avaliação e liquidação estabelecidos no regulamento do Fundo;
- A capacidade do Administrador, do Custodiante e do Agente Arrecadador como provedores desses serviços para o Fundo;
- A estrutura legal da transação, que possui dispositivos adequados para resguardar os direitos dos cotistas.

Fragilidades

- Potencial redução dos fluxos cedidos. Uma eventual redução no volume de passageiros transportados reduziria o fluxo disponível para a amortização das cotas do Fundo. Tal cenário poderia advir de uma crise econômica severa, da má gestão do sistema, ou de mudanças no perfil dos usuários, entre outros;
- O descasamento entre os reajustes das tarifas e o parâmetro de rentabilidade do Fundo. Enquanto as cotas do Fundo serão atualizadas mensalmente pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), os reajustes tarifários só ocorrem anualmente, com base no IGP-M. No entanto, a Supervia pode decidir não repassar todo o reajuste permitido pela fórmula prevista no contrato de concessão, por exemplo, por questões sociais e de mercado, ampliando o efeito do descasamento de taxas;
- Risco de distração de receita. Os valores pagos pela aquisição de vales-transporte e os valores recebidos pela Supervia nas estações designadas não serão diretamente recebidos pelo Agente Arrecadador. No caso dos vales-transporte, a arrecadação é centralizada na Federação das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro

(Fetranspor), conforme Resolução da SETRANS. No caso das vendas nas estações designadas, os valores são recebidos inicialmente nas bilheterias de cada estação.

Fatores Atenuantes

- A Standard & Poor's submeteu o fluxo de caixa estimado da transação a vários cenários de estresse de receitas. Considerando o fluxo estimado de receitas futuras cedido ao Fundo, a estrutura de capital da transação (inclusive as reservas existentes), e assumindo uma demanda estática, as cotas seniores do Fundo poderiam ser amortizadas conforme o cronograma proposto ainda que houvesse uma redução dos fluxos cedidos próxima a 77% durante toda a vida da operação;
- O fluxo de caixa estimado da transação também foi submetido a vários cenários de estresse do IPCA, com impacto no serviço da dívida, porém sem o benefício correspondente no reajuste das tarifas (tarifas congeladas). A estrutura se mostrou muito forte em todos os cenários testados;
- O Fundo estabeleceu mecanismos estruturais para garantir a transferência dos fluxos cedidos num curto intervalo de tempo. No caso das vendas de bilhetes nas estações designadas, uma empresa independente (Protege) será responsável pelo transporte diário dos valores arrecadados das estações designadas ao Agente Arrecadador. No dia seguinte ao do recolhimento, a Protege informará e transferirá ao Agente Arrecadador a respeito dos valores arrecadados. O Agente Arrecadador terá, então, até um dia útil para fazer a transferência dos valores necessários ao Fundo. No caso dos direitos creditórios decorrentes da venda de vales-transporte, os fluxos serão enviados pela Fetranspor ao Agente Arrecadador em até um dia útil após o envio pela cedente de arquivo contendo informações referentes aos vales-transporte utilizados em todo o sistema. Não há histórico de atrasos no envio do crédito devido pela Fetranspor à Supervia, proveniente da utilização de vales-transporte. Qualquer interferência neste fluxo resultará em um evento de liquidação antecipada do Fundo.

Metodologia de Análise

A análise da operação foi realizada de acordo com os seguintes passos:

- Revisão das práticas de arrecadação da Supervia, e mecanismos de transferência dos valores devidos ao Fundo;
- Revisão de aspectos operacionais e financeiros da administração do sistema de transporte público sobre trilhos da RMERJ;
- Revisão da estrutura da operação e dos documentos que governam o Fundo ou que afetam a operação (entre eles o regulamento, o Contrato de Cessão dos direitos creditórios futuros, o contrato de concessão entre a Supervia e o Poder Concedente, e a carta enviada pelo Poder Concedente à Supervia a respeito da anuência à cessão de direitos creditórios proposta);
- Revisão estatística das informações sobre fluxo de passageiros transportados pelo sistema nos últimos 24 anos, com foco no período em que a operação passou a ser administrada em regime de concessão (a partir de 1998);
- Definição de premissas de estresse e cenários para a análise de fluxo de caixa da operação;
- Revisão de aspectos legais que afetam a transação, bem como a cessão dos direitos creditórios.

Descrição do FIDC Supervia

Características Gerais

O FIDC Supervia será um condomínio fechado com prazo final de sete anos, que emitirá uma única série de cotas seniores, também com o mesmo prazo. O Fundo adquirirá os fluxos cedidos pela Supervia, conforme o Contrato de Cessão, que serão devidamente identificados e aprovados pelo Custodiante do Fundo.

O Fundo emitirá cotas em reais que receberão o suporte de: (a) direitos creditórios oriundos da prestação de serviços de transporte de passageiros sobre trilhos na RMERJ, e/ou; (b) outros instrumentos de renda fixa e caixa. O rendimento e o valor de face das cotas serão pagos pelo fluxo de caixa proveniente dos ativos subjacentes.

As cotas seniores serão amortizadas em 72 prestações mensais, após um período de carência inicial de 12 meses para amortização de principal. As cotas subordinadas somente serão resgatadas após a amortização da totalidade das cotas seniores.

Mecanismo de Pagamento das Cotas

O Fundo emitirá cotas seniores e subordinadas, denominadas em reais. Essas cotas terão o direito de receber os rendimentos decorrentes do pagamento dos direitos creditórios e outros investimentos financeiros autorizados integrantes da carteira do Fundo, de acordo com a ordem de alocação de recursos estabelecida. O cedente deterá as cotas subordinadas, que não são classificadas pela Standard & Poor's.

Componente do Rendimento

Diferente do que ocorre com instrumentos de dívida, um fundo não promete a seus investidores (cotistas) o pagamento de principal ou de juros em qualquer data específica. Assim, cada cotista espera somente receber uma remuneração alvo, que é apenas um objetivo e não uma promessa. As cotas seniores do Fundo buscarão um retorno alvo (*benchmark*) equivalente à variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado mensalmente, desde a data de emissão, acrescido de uma taxa de juros anual a ser definida em procedimento de *bookbuilding* (estimada inicialmente em 9,7% ao ano). As cotas subordinadas não terão uma remuneração alvo específica.

Componente do Valor de Face

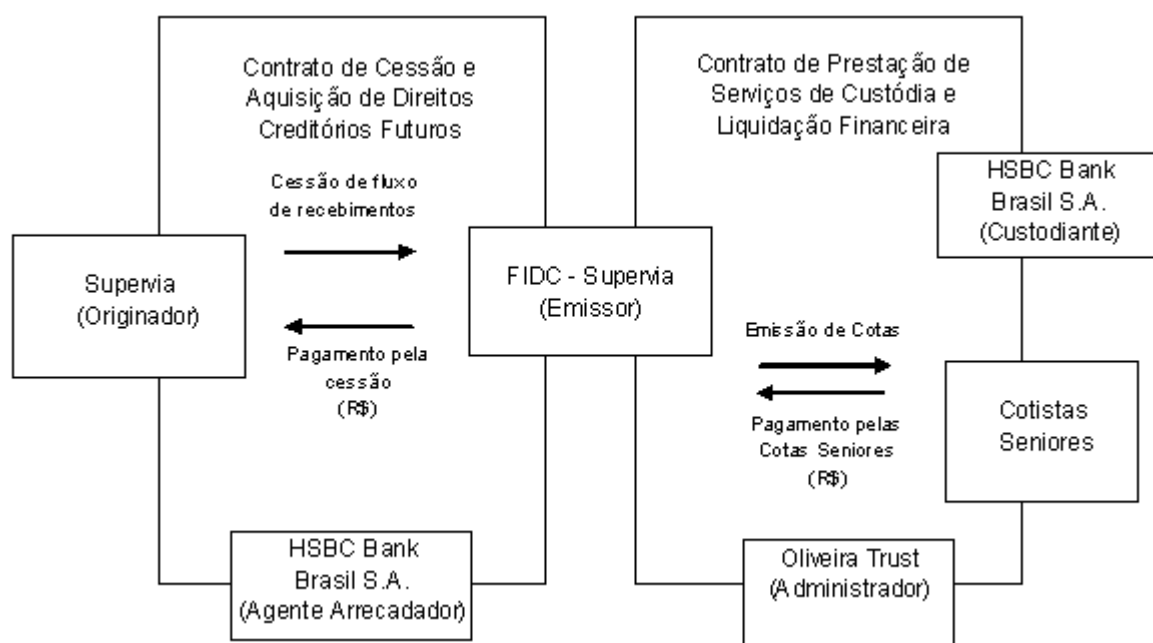
As cotas seniores do Fundo serão amortizadas em até sete anos contados a partir da data de emissão. A amortização será feita em 72 parcelas mensais consecutivas a partir do 13º mês do início do Fundo, nas datas de amortização definidas no regulamento do Fundo. Caso ocorra um dos eventos de liquidação, determinados no regulamento do Fundo, todo o fluxo cedido será utilizado para amortização antecipada das cotas seniores, conforme a ordem de alocação de recursos definida na documentação da transação.

Fluxo de Recursos

- O FIDC Supervia capta recursos com os cotistas para a aquisição dos direitos creditórios elegíveis em contrapartida da emissão de cotas seniores e subordinadas do Fundo;
- A Supervia presta o serviço público de transporte ferroviário de pessoas;
- O Fundo adquire direitos creditórios da cedente, decorrentes da prestação do serviço de transporte, representados (i) pelas vendas futuras da totalidade dos bilhetes nas Estações Designadas; (ii) pelo crédito decorrente da utilização de vales-transporte contra a Fetranspor, descontado do valor da taxa de administração cobrada pela Fetranspor (2,5% do valor faturado); e (iii) por outros créditos oriundos de novas modalidades de cobrança que venham a ser criadas e aceitas pela cedente.
- A cessão dos direitos creditórios para o Fundo é realizada da seguinte forma:
 - A parcela dos direitos creditórios equivalente à Quantidade Mínima Mensal (QMM; montante equivalente a todas as obrigações do Fundo, incluindo despesas, amortização de juros e principal, e formação de reservas) é cedida de forma incondicionada;

- A parcela restante dos direitos creditórios será cedida sob condição suspensiva;
- Caso ocorra um dos eventos de liquidação do FIDC Supervia, o Fundo se beneficiará dos direitos creditórios objeto da cessão sob condição suspensiva (Quantidade de Direitos Creditórios Ajustada - QDCA), o que corresponde ao valor total das cotas seniores em circulação, acrescido dos encargos do Fundo e demais custos e encargos decorrentes da liquidação do Fundo;
- A cedente e o Fundo notificarão a transportadora de valores (Protege) e a Fetranspor para que a totalidade da arrecadação dos direitos creditórios seja entregue ao Fundo, diariamente, na pessoa do Agente Arrecadador (HSBC);
- O Agente Arrecadador será responsável pela arrecadação e centralização da totalidade dos direitos creditórios, e pela transferência dos valores que sejam suficientes para o atendimento da QMM ou da QDCA, conforme o caso, para a Conta Autorizada do Fundo. Esses valores serão informados pelo Administrador (Oliveira Trust), por meio do Custodiante (HSBC).

Figura 1 - Estrutura do FIDC Supervia



Ordem de Alocação de Recursos

A partir da data de emissão das cotas seniores até a liquidação do Fundo, o Administrador deverá utilizar os recursos disponíveis ao Fundo na seguinte ordem de alocação:

- Pagamento de encargos do Fundo;
- Formação da reserva de amortização do Fundo;
- Formação da reserva de despesas do Fundo;
- Devolução de eventuais valores aportados ao Fundo;
- Pagamento dos valores referentes à amortização e resgate das cotas seniores;
- Formação de reserva para pagamento de despesas relacionadas à liquidação e extinção do Fundo, se necessário;
- Pagamento do resgate das cotas subordinadas.

Na hipótese de o Fundo ser liquidado antecipadamente, o Administrador deverá aplicar os recursos na ordem de preferência descrita acima, ignorando os itens (2) e (3).

Crítérios de Elegibilidade dos Direitos Creditórios

Para que possa ser adquirido pelo Fundo, os direitos creditórios deverão atender aos critérios de elegibilidade estabelecidos no regulamento do Fundo, que serão verificados pelo Custodiante. Os principais critérios de elegibilidade para a aquisição de direitos creditórios pelo Fundo são:

- Ser um direito creditório livre e desembaraçado de quaisquer ônus, encargos ou gravames que a cedente detém ou virá a deter, decorrentes da prestação futura de serviços de transporte ferroviário de pessoas.
- Ser um direito creditório representado pelas vendas futuras da totalidade dos bilhetes nas Estações Designadas durante a vida da transação, pelo crédito devido contra a Fetranspor, decorrente da utilização de vales-transporte, e/ou por outros créditos oriundos de modalidades de cobrança existentes, ou que venham a ser criadas e aceitas pela cedente, para a prestação do serviço.

Os direitos creditórios relativos à venda de passagens em bilheterias, ou de vales-transporte adquiridos da Fetranspor, são quitados à vista, no momento da aquisição dos bilhetes pelo usuário, não havendo dessa forma a hipótese de inadimplemento de tais direitos creditórios pelos usuários. O crédito decorrente da utilização de vales-transporte caracteriza a Fetranspor como um sacado do Fundo.

Eventos de Avaliação e de Amortização Antecipada

Eventos de Avaliação

Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, o Administrador do Fundo deverá suspender imediatamente o pagamento de amortização de quotas, e convocar uma Assembléia Geral para que seja avaliado se o evento de avaliação deve ser considerado um evento de liquidação do Fundo. O Administrador do Fundo também deverá determinar ao Agente Arrecadador que retenha 100% dos direitos creditórios em determinados eventos de avaliação definidos no regulamento do Fundo.

Os Eventos de Avaliação mais relevantes, de forma resumida, são:

- Descumprimento, pela cedente, de qualquer de suas obrigações definidas nos documentos do Fundo;
- Inobservância, pelo Administrador, de seus deveres e obrigações previstos no regulamento do Fundo;
- Inobservância, pelo Custodiante, de seus deveres e obrigações previstos no Regulamento do Fundo e no contrato de custódia;
- Modificações estatutárias que alterem o objeto social preponderante da Supervia, e/ou alterações na forma de operação da empresa que afetem a prestação dos serviços de transporte ferroviário de pessoas;
- Vencimento antecipado e/ou inadimplemento de quaisquer operações de natureza financeira em que a Supervia seja mutuária ou garantidora, desde que não sanados no prazo de 10 dias úteis, cujo valor presente das obrigações de pagamento seja superior a R\$ 2 milhões;
- Caso o Índice de Cobertura seja, por dois meses consecutivos ou três meses alternados, em um período de 12 meses, inferior a 2,0x a QMM;
- Decretação de intervenção na concessão de titularidade da Supervia que represente impacto de mais de 20% da receita operacional líquida da cedente;
- Criação de novos impostos, taxas, contribuições, elevação das alíquotas dos já existentes ou modificação da base de cálculo de impostos, taxas e contribuições que afetem negativamente o equilíbrio econômico-financeiro do Fundo e/ou onerem excessivamente a consecução do seu objetivo;
- Paralisação da prestação de serviços de transporte pela cedente, por um período superior a cinco dias calendário, em decorrência de fato ou circunstância que esteja sob o controle da cedente, e que resulte em um comprometimento maior que 20% da arrecadação diária de qualquer uma das Estações Designadas que individualmente representem 20% ou mais do

volume total de direitos creditórios cedidos ao Fundo;

- Rescisão ou resilição dos contratos relevantes que governam a vida do Fundo;
- Existência de evidências suficientes de que a cedente tenha comprometido parte ou toda a arrecadação das Estações Designadas, por cessão ou garantia em operação de qualquer natureza;
- Caso a Reserva de Amortização e/ou a Reserva de Despesas não forem atingidas, quando da sua verificação pelo Administrador;
- Existência de evidências suficientes de que a cedente tenha emitido ou, por comprovada negligência, tenha permitido a terceiros emitir bilhetes sem lastro e/ou em duplicidade;
- Alteração no mecanismo de arrecadação de tarifas cobradas pela Supervia que comprovadamente comprometa a arrecadação dos Direitos Creditórios.

Eventos de Liquidação

Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação, o Administrador deverá determinar ao Agente Arrecadador que retenha 100% dos direitos creditórios, comunicar a ocorrência do evento aos cotistas, e dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo.

Os Eventos de Liquidação mais relevantes, de forma resumida, são:

- Ocorrência de qualquer das hipóteses de término da concessão previstas em lei;
- Decretação de falência da Supervia, requerimento de autofalência ou protocolização de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial pela cedente nos termos da legislação aplicável à empresa, ou declaração judicial da dissolução e/ou liquidação dela;
- Revogação, pela Supervia, dos mandatos outorgados ao Custodiante e/ou ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão;
- Alteração no mecanismo de arrecadação dos direitos creditórios nas Estações Designadas e dos vales-transporte negociados pela cedente que comprovadamente comprometa 30% da arrecadação do produto dos direitos creditórios;
- Caso ocorra a resilição do Contrato de Cessão;
- Caso os cotistas reunidos em Assembléia Geral deliberem que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação;
- Na hipótese de o ICSD ser inferior a 1,5x.

Revisão da Cedente

A Supervia é uma empresa privada controlada pela Rio Trens Participações S.A. (Rio Trens), que detém 99,99% de participação no capital da empresa. A Rio Trens é, por sua vez, controlada pela Rio Trens Corporation, uma sociedade constituída nas Ilhas Cayman, detentora de 97,8% do capital da Rio Trens, e controlada por quatro fundos de investimento: Electra Capital Partners (Brazil) Ltd. (44%); The Transportation Infrastructure Equity Fund (37%); e Rio Trens Fund (19%).

A Supervia detém a concessão do sistema de transporte de trens urbanos na RMERJ, por meio de um contrato de concessão válido até 2023. O sistema de transporte de passageiros sobre trilhos administrado pela empresa compreende uma malha de 225 quilômetros de extensão, com 89 estações que servem os 11 maiores municípios da RMERJ. A empresa realiza em média cerca de 700 viagens por dia, correspondendo ao transporte de cerca de 500 mil passageiros por dia útil. A Supervia reportou uma receita líquida de cerca de R\$ 220 milhões em 2007.

Os recursos obtidos pela Supervia com a cessão dos direitos creditórios futuros ao Fundo serão em parte utilizados para a quitação de empréstimos-ponte (no valor de R\$ 20 milhões) concedidos pelo Coordenador Líder da Oferta (Standard Bank). O saldo remanescente será investido em projetos de melhoria da qualidade dos serviços prestados pela empresa, incluindo a adequação e reforma do material rodante, adequação e implantação de sistema de sinalização, adequação de

via permanente, rede aérea de tração e remodelação de estações, entre outros. A Supervia espera que estes investimentos resultem em uma maior eficiência do sistema, mais conforto aos usuários, e, conseqüentemente, no aumento da demanda pelos serviços de transporte prestados pela empresa.

Ambiente Regulatório

A Constituição Federal de 1988 definiu o serviço de transporte urbano sobre trilhos de passageiros como de interesse regional, determinando a descentralização dos transportes ferroviários metropolitanos, e a transferência do seu controle aos governos estaduais. Como parte do Programa Estadual de Desestatização, instituído em 1995, foi definida a necessidade da criação de uma entidade reguladora, com o objetivo de administrar o processo de privatização e exercer poder regulatório sobre o setor. Dessa forma, foi criada a Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos do Estado do Rio de Janeiro (ASEP-RJ) em 1997, que seria sucedida, em 2005, pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro (AGETRANSP).

A AGETRANSP é uma autarquia especial da administração indireta, que tem por finalidade exercer o poder regulatório, acompanhando, controlando e fiscalizando as concessões e permissões de serviços públicos de transporte no Estado do Rio de Janeiro. A AGETRANSP também é responsável pelo estabelecimento e monitoramento das tarifas cobradas pela Supervia, incluindo a realização dos processos de revisão e reajustes tarifários anuais.

Figura 2 - Sistema de Transporte de Passageiros Sobre Trilhos da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro*



* Vermelho e azul: Linhas operadas pela Supervia; Preto: Linhas operadas pelo Estado do Rio de Janeiro

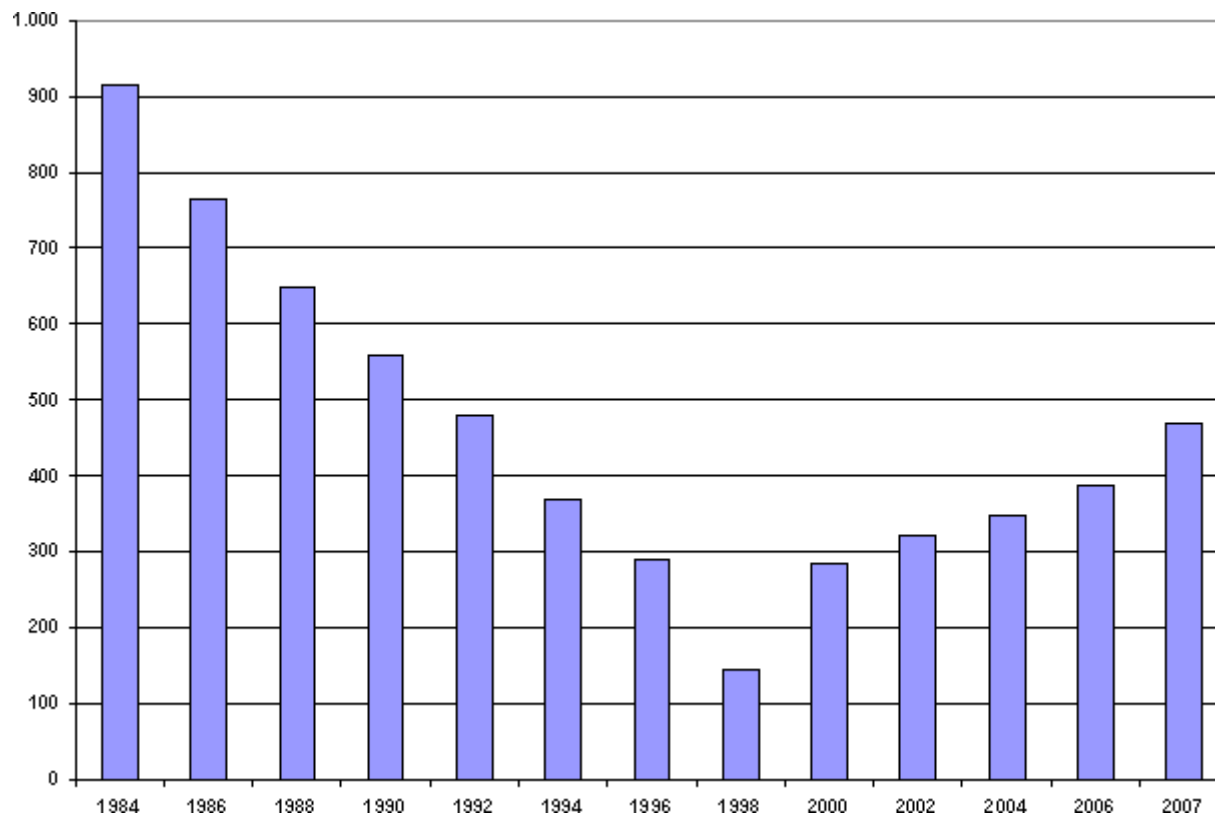
Desempenho dos Direitos Creditórios

A partir da privatização das operações de transporte sobre trilhos, concedidas à Supervia a partir de 1998, o volume de passageiros transportados tem aumentado de forma consistente. O volume atual de passageiros transportados (cerca de 500 mil por dia útil) ainda se encontra bastante abaixo daquele registrado nos anos 80 (acima de 900 mil por dia útil – ver figura 3). Isto, combinado à expansão populacional e econômica da RMERJ nas duas últimas décadas, e aos benefícios do transporte sobre trilhos (sobretudo tempo de viagem), sugere que o sistema ainda

apresenta um forte potencial de crescimento.

Figura 3 - Média de Passageiros Transportados em Dias Úteis

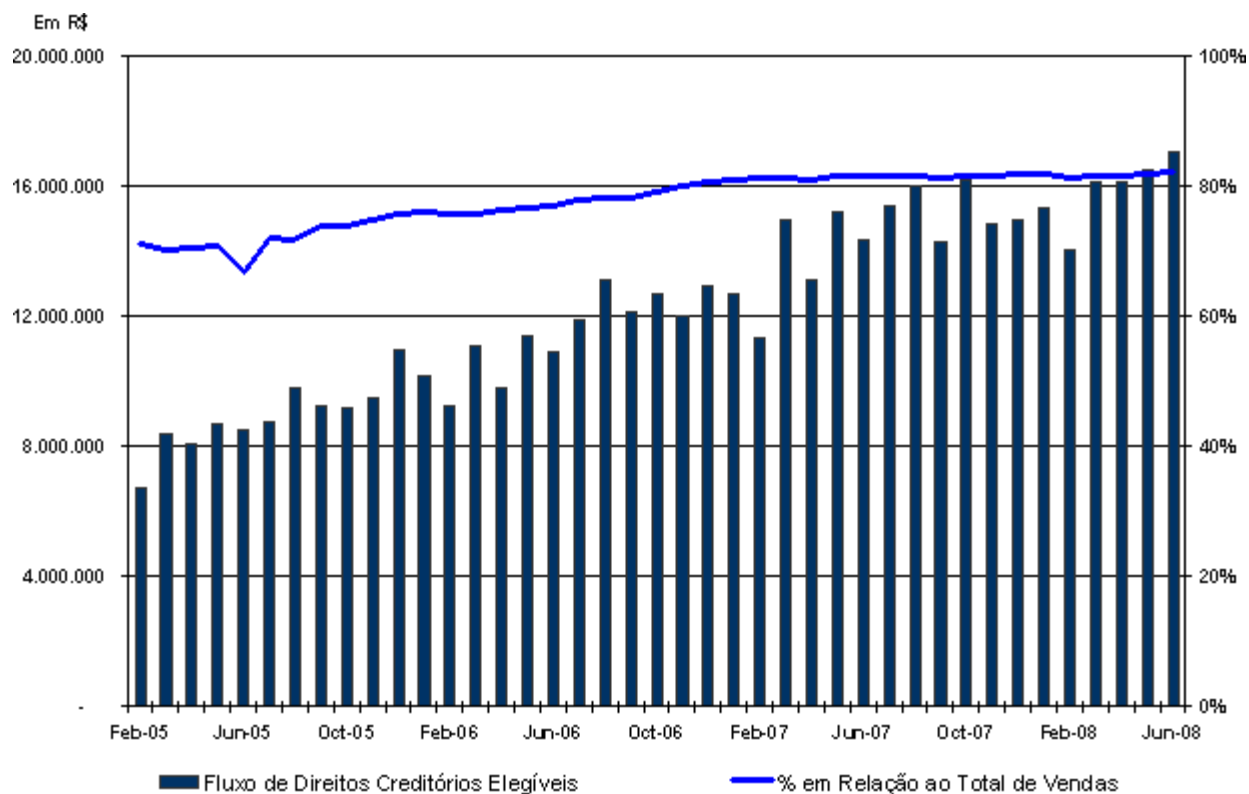
(em milhares)



A queda consistente no número de passageiros transportados no período 1984-1998 decorreu da deterioração na qualidade dos serviços ora prestados pelo Estado do Rio de Janeiro, o que resultou na migração dos passageiros para outras formas de transporte público e privado. Entre os principais fatores que têm motivado a retomada no número de passageiros transportados está o esforço da Supervia em melhorar a qualidade e a eficiência dos serviços prestados na malha ferroviária sob administração da empresa. Essas melhorias incluem o aumento da pontualidade, a redução de paradas por falhas operacionais, aquisição de novos vagões e reforma de vagões antigos, e melhorias nas estações de embarque, entre outros. A Supervia estima que o volume de passageiros transportados possa se elevar para algo entre 1,0 e 1,5 milhão por dia nos próximos sete anos, como resultado dos investimentos programados e da expectativa de manutenção de um cenário econômico favorável.

Foram selecionadas como Estações Designadas do Fundo as 23 principais do sistema, em termos de tráfego e arrecadação. Apesar de representarem somente 26% do total de estações do sistema, as 23 Estações Designadas do Fundo contribuem com 72% do total de vendas de passagens em bilheteria das 89 estações administradas pela Supervia (com base em dados de 2007). A venda de vales-transporte (que serão totalmente cedidas ao Fundo) vem aumentando sua participação na arrecadação da Supervia, tendo representado, em média, 33% da arrecadação da empresa em 2007, e 20% em 2006. Entre outras razões para essa evolução está o cenário econômico favorável verificado na RMERJ nos últimos anos, que tem contribuído para a criação de mais empregos formais na região.

Figura 4 - Fluxo de Arrecadação de Estações Designadas e Vendas de Vales-Transporte



Análise de Fluxo de Caixa

A Standard & Poor's realizou uma análise detalhada do grau de suficiência do fluxo de recursos para pagar os cotistas no prazo estipulado, durante toda a vida da transação. Para se determinar o rating preliminar atribuído às cotas do Fundo, a Standard & Poor's submeteu os fluxos de caixa a vários cenários de estresse.

A análise de fluxo de caixa foi feita com base em informações fornecidas pelos estruturadores, premissas estipuladas pela Standard & Poor's, bem como parâmetros estabelecidos na documentação do Fundo. Entre outras premissas adotadas destacamos:

- Cronograma de amortização de cotas: 72 meses com 12 meses de carência para pagamento de principal;
- Rendimento alvo das cotas seniores: IPCA + 9,7% ao ano;
- Reservas formadas no fechamento da transação;
- Despesas do Fundo: conforme estimativa fornecida pelo estruturador;
- Inflação (IPCA): Cenários de aumento do índice, resultando no aumento das obrigações do Fundo, sem contrapartida no ativo (reajuste tarifário);
- Análise de cenários de redução de fluxo de receitas.

O reforço de qualidade de crédito incorporado pelo Fundo, na forma de sobrecolateralização e subordinação, foi dimensionado de forma a fornecer uma proteção de crédito adequada ao rating atribuído. Ainda assim, caso a qualidade de crédito do conjunto de ativos subjacentes se altere substancialmente durante a vida do Fundo, ou na eventual necessidade de revisão das premissas utilizadas pela Standard & Poor's na análise inicial da operação, o rating atribuído poderá ser revisto.

Análise de Sensibilidade

Potencial Redução de Arrecadação

Poderia haver uma redução no volume de passageiros transportados pela Supervia, o que reduziria o fluxo disponível para a amortização das cotas do Fundo. Tal cenário poderia advir de uma crise econômica severa, da má gestão do sistema, ou de mudanças no perfil dos usuários, entre outros. A Standard & Poor's submeteu o fluxo de caixa estimado da transação a vários cenários de estresse de receitas. Considerando as características do Fundo, e as premissas adotadas pela Standard & Poor's, as cotas seniores do Fundo poderiam ser amortizadas conforme o cronograma proposto ainda que houvesse uma redução dos fluxos cedidos próxima a 77% durante toda a vida da operação.

Risco de Descasamento de Taxas de Juros

A rentabilidade alvo das cotas seniores do Fundo foi estabelecida com base na variação IPCA. No entanto, enquanto as cotas do Fundo serão atualizadas mensalmente pelo IPCA, os reajustes tarifários só ocorrem anualmente, pelo IGP-M, criando um descasamento. Ainda, a Supervia pode decidir não repassar todo o reajuste permitido pela fórmula prevista no contrato de concessão, por exemplo, por questões sociais e de mercado, ampliando o efeito do descasamento de taxas.

Nossa análise de fluxo de caixa considerou cenários de variação mais acentuada do IPCA ao longo da vida da operação (até 20% ao ano), sem nenhum benefício de reajuste nas tarifas, de forma a testar a resistência da estrutura.

Tabela 1 - Análise de Cenários

Cenário	Base	Estresse	Estresse 2	Ponto de equilíbrio
Inflação	IPCA anual de 7%. Sem reajuste de tarifas	IPCA anual de 12%. Sem reajuste de tarifas	IPCA anual de 20%. Sem reajuste de tarifas	IPCA anual de 20%. Sem reajuste de tarifas
Redução de fluxos	Nenhuma. Fluxo estimado com base nos últimos 12 meses	Redução de 10% em relação ao Cenário Base	Redução de 20% em relação ao Cenário Base	Redução de 77% em relação ao Cenário Base
ICSD* Médio	7,1x	5,5x	4,1x	1,2x
ICSD Mínimo#	4,1x	3,2x	2,3x	0,7x

* Índice de Cobertura do Serviço da Dívida

O Fundo contará com reservas de amortização e de despesas, o que permite que o ICSD fique abaixo de 1,0x em alguns momentos da vida da transação, antes que o fluxo atinja seu ponto de equilíbrio.

Publicado pela Standard & Poor's, uma Divisão da The McGraw-Hill Companies, Inc. Escritórios Executivos: 1221 Avenue of the Americas, Nova York, NY 10020. Escritório Editorial: 55 Water Street, Nova York, NY 10041. Atendimento ao Assinante: (1) 212-438-7280. Copyright 2007 pela The McGraw-Hill Companies, Inc.

A reprodução total ou parcial deste documento é expressamente proibida exceto mediante autorização prévia. Todos os direitos reservados. Todas as informações foram obtidas pela Standard & Poor's de fontes que ela considera confiáveis. Entretanto, em função da possibilidade de erro humano ou mecânico por parte da Standard & Poor's ou de suas fontes ou de outros, a Standard & Poor's não garante a precisão, a adequação ou a completude de quaisquer informações e não se responsabiliza por quaisquer erros ou omissões ou por quaisquer resultados obtidos ao se utilizar tais informações. Os ratings representam uma opinião, não a declaração de fatos ou uma recomendação para comprar, vender ou manter qualquer título ou valor mobiliário.

Os serviços analíticos oferecidos pela Standard & Poor's Ratings Services ("Divisão de Ratings") resultam de atividades separadas destinadas a preservar a independência e objetividade das opiniões nas quais se baseiam os ratings. Os ratings são opiniões, não sendo, portanto, declarações de fatos, nem recomendações de compra, manutenção ou venda de nenhum título. Os ratings baseiam-se em informações recebidas pela Divisão de Ratings Services. Outras divisões da Standard & Poor's podem possuir informações não disponíveis à Divisão de Ratings Services. A Standard & Poor's estabeleceu políticas e procedimentos cujo objetivo é manter a confidencialidade de informações não públicas recebidas ao longo do processo de atribuição de ratings. A Divisão de Ratings Services é remunerada pela atribuição de ratings. Tal compensação é normalmente paga ou pelo emissor dos títulos avaliados ou por terceiros que participam da negociação de tais títulos. Embora a Standard & Poor's se reserve o direito de disseminar os ratings por ela atribuídos, esta não recebe remuneração por fazê-lo, exceto pelas assinaturas de suas publicações. Quaisquer informações adicionais sobre as tarifas cobradas pela atribuição de ratings por parte da Divisão de Ratings Services estão disponíveis em www.standardandpoors.com/usratingsfees.